



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ E ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Yasser Jamil Fayad

**JUVENTUDE MILITANTE E MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO DA PALESTINA:
atuações e percepções em análise**

**Chapecó
2024**

Yasser Jamil Fayad

JUVENTUDE MILITANTE E MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO DA PALESTINA:

atuações e percepções em análise

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia sob a orientação da Profª Dr. Willian Simões

CHAPECÓ
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Fayad, Yasser Jamil

JUVENTUDE MILITANTE E MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO DA PALESTINA: atuações e percepções em análise / Yasser Jamil Fayad. -- 2024.

229 f.:il.

Orientador: Doutor Willian Simões

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Chapecó, SC; Erechim, RS, 2024.

1. Causa palestina. 2. Juventude militante. 3. Movimento socioterritorial. 4. Colonização. I., Willian Simões, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Yasser Jamil Fayad

**JUVENTUDE MILITANTE E MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL DE
RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO DA PALESTINA:**

atuações e percepções em análise

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de
Mestre em Geografia, defendido em banca examinadora em 23/02/2024.

Aprovado em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
WILLIAN SIMOES
Data: 06/03/2024 18:16:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões – UFFS

Orientador



Documento assinado digitalmente
JOSEARBEX JUNIOR
Data: 06/03/2024 19:37:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Arbex Jr. – PUC-SP

Avaliador



Documento assinado digitalmente
RICARDO ALBERTO SCHERMA
Data: 07/03/2024 16:15:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma – UFFS

Avaliador

Chapecó/SC, março de 2024

Dedico este trabalho à luta de resistência
e libertação do povo palestino, o único
e legítimo povo do território
milénar da Palestina.

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento importante na minha trajetória acadêmica, pois reafirmo mais uma vez meu compromisso com a luta de resistência e libertação do território palestino. Assim, primeiramente, agradeço ao povo palestino por sua integridade, dignidade, resistência e desejo inabalável de libertação, que sempre foram um belo exemplo a ser seguido por quem deseja um mundo melhor.

À juventude militante Palestina, certeza da continuidade da luta.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), especialmente ao Programa, professores e colegas da Pós-Graduação em Geografia, que tiveram respeito e paciência de lidar com alguém que veio de outro campo do conhecimento (Medicina).

Ao meu orientador, Dr. Willian Simões, pelo companheirismo e por abrir-me a possibilidade de unir geografia à luta do povo palestino na UFFS.

Aos Professores Prof. Dr. José Arbex Jr. (PUC-SP) e Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma (UFFS), pelas contribuições na Banca de Qualificação e Defesa.

A minha família, Camila Winiarski Fayad (esposa), Tarik Fayad (meu filho mais velho) e Ayman Fayad (meu caçula) pelo amor e carinho sempre.

Aos meus pais, Jamil Abdalla Fayad e Rosa Helena dos Santos, pelo incentivo e ajuda no melhoramento desse trabalho.

Ao IBRASPAL, na pessoa do amigo Ahmad Shehada, ao camarada Jadallah Safa (in memoriam), pela ajuda nos contatos com a Palestina.

Ao tio Khader Othman (in memoriam) e a sua linda e acolhedora Bait Ur al-Tahta.

Entrevistador: *Voltando-se para a luta que vem acontecendo na Jordânia nas últimas semanas. A sua organização que tem sido um lado da luta. O que ela conquistou?*

Ghassan Kanafani: *Uma coisa. Temos uma causa pela qual vale lutar... Isso é muito! O povo palestino prefere morrer de pé do que perder a causa. O que conquistamos? Conseguimos provar que o rei está errado. Conseguimos provar que esta nação vai continuar lutando até a vitória. Conseguimos que nosso povo nunca pudesse ser derrotado. Conseguimos ensinar a cada pessoa deste mundo que somos uma pequena e corajosa nação que vai lutar até a última gota de seu sangue, para colocar justiça para nós mesmos, depois que o mundo falhou em nos dar. É isto que conquistamos.*

Entrevista de Ghassan Kanafani conduzida por Richard Carleton, jornalista da BBC, em Beirute em 1970. (FAYAD, 2022 p.513)

RESUMO

A causa palestina, que se traduz na luta de resistência e libertação de seu território histórico, é um dos grandes conflitos geopolíticos que adentram o século XXI. Faz-se necessário, dessa forma, compreender e analisar sua dinâmica como um processo do nosso tempo/espço e também no sentido de ajudar a gestar, uma resolução positiva do mesmo. Compreender e analisar as percepções e ações da juventude militante desse processo de resistência e libertação socioterritorial da Palestina, tendo como referencial temporal os acordos de Oslo até os dias atuais, é uma maneira de nos aproximarmos do presente e do futuro desse movimento. Nossa pesquisa investigou, através de entrevistas semiestruturadas e como estudo de casos o movimento estudantil militante de três importantes universidades da Palestina, local privilegiado da intersecção da juventude e política na história do movimento palestino, documentos selecionados da OLP – a principal organização do povo palestino – e um vasto referencial teórico e geo-histórico da causa palestina. Observa-se que a juventude militante é ativa e reativa na disputa contra as forças colonizadoras, rumos, na crítica e construção de ações políticas enquanto setorial do movimento, mas também diante do movimento como um todo. A sua percepção e análise são capazes de apontar juntamente com os referenciais teóricos, a dinâmica neocolonizadora do Estado de Israel com a construção socioespacial de um território marcado pela segregação étnico-racial, des-territorialização / re-territorialização precária, controle de fluxo, fragmentação e compartimentalização do colonizado. Essas características demarcam uma espacialidade produtora e reprodutora de um processo de Apartheid que vitima o povo palestino. A resposta do movimento palestino é de construção de unidade na luta de seu povo e de libertação de seu território histórico do domínio neocolonizador da Estado judaico- sionista.

Palavras chaves: Causa palestina. Juventude militante. Movimento socioterritorial. Colonização.

SUMMARY

The Palestinian cause that translates into the resistance and liberation struggle of its historic territory is one of the great geopolitical conflicts that enter the 21st century. It is therefore necessary to understand and analyze its dynamics as a process of our time/space and also in the sense of helping to generate a positive resolution of it. Understanding and analyzing the perceptions and actions of militant youth in this process of resistance and socioterritorial liberation in Palestine, taking the Oslo agreements to the present day as a temporal reference, is a way of approaching the present and future of this movement. Our research investigated, through semi-structured interviews and as a case study the militant student movement of three important universities in Palestine, a privileged place for the intersection of youth and politics in the history of the Palestinian movement, selected documents from the PLO - the main organization of the Palestinian people - and a vast theoretical and geo-historical framework of the Palestinian cause. What is observed is that the militant youth is active and reactive in the dispute against the colonizing forces, in directions, in criticism and in the construction of political actions as a sector of the movement, but also in the face of the movement as a whole. His perception and analysis are able to point us together with the theoretical references, the neocolonizing dynamics of the State of Israel with the socio-spatial construction of a territory marked by ethnic-racial segregation, precarious de-territorialization / re-territorialization, flow control, fragmentation and compartmentalization of the colonized. These characteristics demarcate a productive and reproductive spatiality of an Apartheid process that victimizes the Palestinian people. The response of the Palestinian movement is to build unity in the struggle of its people and to liberate its historic territory from the neo-colonizing domain of the Jewish-Zionist State.

Keywords: Palestinian cause. Militant youth. Socioterritorial movement. Colonization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Crescente Fértil.

Ilustração 2 – Magreb e Maxerreque.

Ilustração 3 – Palestina sob o Mandato Britânico (1920-1948) considerado o território moderno da Palestina.

Ilustração 4 – Extensão do império do Islã por épocas de conquista.

Ilustração 5 – Império Abássida em 800 D.C.

Ilustração 6 – Declínio do Império Turco-otomano 1683 - 1923.

Ilustração 7 – Imigração judaica sionista para a Palestina em resposta ao nazismo e ao fechamento de outras possibilidades de imigração.

Ilustração 8 – Resistência e reforma islâmica nos séculos XVIII e XIX.

Ilustração 9 – Conquista da independência no mundo islâmico.

Ilustração 10 – Mapa conceitual do “acordo do século” proposto por Donald Trump.

Ilustração 11 – Taxa de analfabetismo acima dos 15 anos por região, na Palestina, 2022.

Ilustração 12 – Taxa de desemprego em indivíduos acima de 15 anos por regiões, na Palestina, 2021.

Ilustração 13 – Território histórico da Palestina e presença de judeus (colonos e árabes), 1917.

Ilustração 14 – Período de 1918 a 1947 demonstrando a imigração judaica sionista para Palestina.

Ilustração 15 – Plano de partilha da ONU, 1947.

Ilustração 16 – Palestinos expulsos de seus territórios.

Ilustração 17 – Ocupação israelense, em 1967, de Ghaza e da Cisjordânia.

Ilustração 18 – Anexações israelenses em 1980-1981.

Ilustração 19 – Tamanho dos territórios, 2020.

Ilustração 20 – Território da Autoridade Nacional Palestina com estimativa da população.

Ilustração 21 – Demonstra a população palestina em área rural, urbana e campos de refugiados, em 2017.

Ilustração 22 – Demonstra as áreas de bloqueios transversais com o uso de colônias invasoras de assalto, no território da Cisjordânia.

Ilustração 23 – Demonstra o bloqueio do sul da cidade Bayt Lahm por colônias invasoras judaicas sionistas, no período de 2010-2019.

Ilustração 24 – Demonstra o bloqueio e restrições aos palestinos pelo exército israelense e colônia invasora judaica sionista, na Medina de al Khalil, em 2019.

Ilustração 25 – Demonstra área ao sul de al Khalil, nas colinas conhecida como Masafer Yatta, transformada em zona militar israelense, na década de oitenta.

Ilustração 26 – Vale do Jordão sobre a anexação, por parte de Israel, dessas terras palestinas, 2020.

Ilustração 27 – Al Quds ocupada por Israel, 2020.

Ilustração 28 – Faixa de Ghaza.

Ilustração 29 – Checkpoints de passagem, 2020.

Ilustração 30 – Apresenta as migrações internas palestinas, no período de 2007-2017.

Ilustração 31 – Muro da segregação, 2020.

Ilustração 32 – Campos de refugiados palestinos que são assistidos pela UNRWA.

Ilustração 33 – Campos de refugiados na Cisjordânia com área e população .

Ilustração 34 – Campos de refugiados na Cisjordânia com área e população.

Ilustração 35 – Crescimento das colônias invasoras israelenses de 1972-2018.

Ilustração 36 – Distribuição das colônias invasoras na Cisjordânia, 2020.

Ilustração 37 – Demonstra os territórios ocupados da Faixa de Ghaza e Cisjordânia. Vemos a projeção no Mediterrâneo que os palestinos da Faixa de Ghaza podem fazer uso para pesca; aos triângulos azuis são colônias invasoras, os círculos vermelhos com um X dentro os checkpoints fixos e a linha preta o Muro da segregação que circunda quase completamente a Cisjordânia e completamente a Faixa de Ghaza.

Ilustração 38 – Países que consideram as colônias invasoras israelenses uma violação da lei internacional.

Ilustração 39 – Prisioneiros palestinos: estatística de 19-09-2023.

Ilustração 40 – Apresenta as áreas delimitadas como A (controle palestino), B (controle combinado entre Palestinos e Israelenses) e C (controle israelense).

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Hajj Amin al Husayni com sua vestimenta tradicional religiosa islâmica.

Foto 2 – Yasser Arafat com seu keffiyeh inconfundível.

Foto 3 – Birzeit University.

Foto 4 – Muro da segregação em Bayt Lahm.

Foto 5 – Monumento em uma simples rótula de trânsito na Cisjordânia.

Foto 6 – Monumento na Cisjordânia.

Foto 7 – Monumento em homenagem a Nelson Mandela, defensor da causa palestina.

Foto 8 – Souk em Nablus.

Foto 9 – Estrada segregada.

Foto 10 – Checkpoint fixo em al Khalil.

Foto 11 – Checkpoint não fixo na Cisjordânia.

Foto 12 – Colônia invasora na Cisjordânia, em posição elevada (verticalização).

Foto 13 – Estrutura militar israelense na Cisjordânia (verticalização).

Foto 14 – Estrutura militar israelense na Cisjordânia (verticalização).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de Universidades Palestinas (al Jamiaah).

Tabela 2 – Distribuição de Instituições de Ensino Superior na Palestina por região e por tipo de instituição.

Tabela 3 – Porcentagem de distribuição da população palestina (a partir de 15 anos) pelo status da força de trabalho por região, 2021.

Tabela 4 – Porcentagem de pessoas na Palestina (a partir de 15 anos) pela característica da força de trabalho por região, 2018-2021.

Tabela 5 – Estimativa populacional na Palestina por região e sexo, 2021.

Tabela 6 – Estimativa da população palestina no mundo por país de residência, ano 2021.

Tabela 7 – Campos de refugiados na Síria.

Tabela 8 – Campos de refugiados no Líbano.

Tabela 9 – Campos de refugiados na Cisjordânia.

Tabela 10 – Campos de refugiados na Faixa Ghaza.

Tabela 11 – Informa em milhões não corrigidos pela inflação a ajuda a Israel, no período de 1946-2023.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível educacional de palestinos (a partir de 15 anos) em porcentagem de 2020-2021.

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população palestina, 2021.

Gráfico 3 – Taxa de escolarização líquida no Brasil, 2022.

Gráfico 4 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%), no Brasil, 2022.

Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo no Brasil, 2022.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego na população palestina (a partir de 15 anos) por grupos etários, 2021.

Gráfico 7 – Porcentagem de emprego na população palestina (a partir de 15 anos) por local de trabalho, 2018-2021.

Gráfico 8 – Contribuição percentual para o PIB por atividade econômica, na Palestina, em preços atuais, 2020.

Gráfico 9 – Valores registrados de importação, exportação e balança comercial em serviços entre Palestina e Israel de 2010-2020.

Gráfico 10 – Valores registrados de importação, exportação e balança comercial de bens na Palestina de 2010-2020.

Gráfico 11 – Tipos de barreiras ao fluxo de palestinos na Cisjordânia, 2017.

Gráfico 12 – Distribuição em porcentagem da população palestina no mundo por país de residência, 2021.

Gráfico 13 – Número de refugiados palestinos registrados na ONU / UNRWA.

Gráfico 14 – Ajuda militar dos EUA para Israel por décadas, sem reajuste inflacionário e sem incluir os fundos específicos de mísseis de defesa.

Gráfico 15 – Vendas de armas per capita no período de 2011 a 2016.

Gráfico 16 – Compras de armas per capita de 2002 a 2017.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

EUA – ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA.

FDLP – FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA.

FEAB – FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL.

FPLP – FRENTE POPULAR DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA.

HAMAS – MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICA.

IBRASPAL – INSTITUTO BRASIL-PALESTINA.

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM.

MMC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.

MNA – MOVIMENTO NACIONALISTA ÁRABE.

MPA – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA.

OLP – ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

PC do B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.

PSOL – PARTIDO DO SOCIALISMO E LIBERDADE.

PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES.

UP – UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO.

URSS – UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS.

Sumário

Introdução.....	18
-----------------	----

CAPÍTULO 01 – GEOPOLÍTICA E CAUSA PALESTINA: SITUANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA

1.1 A produção do território palestino: panorama geo-histórico a partir de um giro descolonial.....	36
1.1.1 Sobre o território palestino.....	36
1.1.2 Os árabes e sua civilização das areias.....	41
1.2 Neocolonização judaica sionista tardia: o processo de criação do Estado de Israel.....	47
1.3 Sobre o movimento de resistência e libertação do povo palestino.....	54
1.3.1 Resistência e luta de libertação anterior à Nakba.....	56
1.3.2 Resistência e luta de libertação posterior à Nakba.....	61

CAPÍTULO 02 – MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA PALESTINA POR SUA JUVENTUDE MILITANTE

2.1 Neocolonização judaica sionista tardia como violação da dignidade da vida Palestina.....	72
2.2 A era dos “acordos de paz” e seus efeitos.....	76
2.3 Os desafios gerais do movimento de libertação da Palestina.....	87
2.3.1 Desafio de superar Oslo e a Autoridade Nacional Palestina.....	87
2.3.2 Desafio de manter o movimento de libertação.....	89
2.3.3 Desafio das táticas do movimento de libertação.....	90
2.3.4 Desafio da organização política e comunicação.....	93
2.3.5 Desafios externos ao movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina.....	95
2.4 Autoridade Nacional Palestina em questão.....	97

2.4.1 Os que avaliam positivamente a Autoridade Nacional Palestina.....	97
2.4.2 Os que avaliam negativamente a Autoridade Nacional Palestina.....	101

CAPÍTULO 03 – JUVENTUDE NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA PALESTINA

3.1 Importância da juventude no movimento de libertação e as diferenças geracionais.....	108
3.2 Conjunto de percepções, demandas e ações da juventude militante palestina interna ao movimento.....	119

CAPÍTULO 04 – ESPACIALIDADE NEOCOLONIAL SIONISTA E A ANTÍTESE DE LUTA PALESTINA

4.1 Expansionismo neocolonizador na Palestina	145
4.2 Dividir para conquistar e dominar	151
4.3 Os efeitos da espacialidade neocolonial sionista na luta de resistência e libertação socioterritorial da juventude militante palestina.....	194
4.4 A unificação pela luta de resistência e libertação como antítese à neocolonização.....	202

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
------------------------------	-----

6. BIBLIOGRAFIA.....	215
----------------------	-----

Anexos

1. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	224
2. Entrevista semiestruturada.....	227

1. Introdução

Minha formação política e ascendência árabe levaram-me à designada “questão Palestina”. Por um lado, sob uma perspectiva militante política de caráter marxista, a luta anticolonialista sempre foi compreendida como um passo importante de emancipação em toda a periferia do sistema capitalista. Foi dessa forma que os marxistas revolucionários se posicionaram a favor e integraram as lutas de libertação em África, Ásia e América Latina, mesmo quando não tinham a direção desses processos de libertação nacional.

No seio do movimento socialista europeu, a cisão da Segunda Internacional tem seu ponto culminante na votação a favor dos créditos de guerra por parte de vários partidos sociais-democratas europeus, em especial o Alemão (LOSURDO, 2017), que naquele momento possuíam em suas fileiras também correntes revolucionárias. Essa ação a favor da Primeira Guerra Mundial marcou o divisor de águas da separação entre a social-democracia e os comunistas/ revolucionários, que a partir da vitória da Revolução Russa de 1917 criaram a Terceira Internacional Comunista (LOSURDO, 2017).

A importância da luta anticolonial como definidora do campo revolucionário está no seio dessa cisão histórica, pois os créditos de guerra respondiam aos anseios das nações imperialistas europeias na luta pelo domínio e exploração territorial de outros povos, isto é, a colonização estava no centro da expansão imperialista (LENIN, 1979) e a disputa interna a essa dinâmica gerou a Primeira Guerra Mundial (LOSURDO, 2017). Não será à toa que a Terceira Internacional Comunista, desde sua fundação, sempre explicitará seu papel histórico anticolonialista (LOSURDO, 2017). Aliás, foi a Revolução Socialista vitoriosa, em outubro de 1917, na Rússia, que denunciará à época, os hoje conhecidos Acordos de Sykes-Picot (AWAN, 2016) na divisão do mundo entre os vencedores da Primeira Grande Guerra Mundial, o que incluirá o cobiçado Império Turco-otomano e, por conseguinte, a Palestina – nosso objeto de estudo.

Por outro lado, minha ascendência árabe sempre me aproximou das questões do desenvolvimento geo-histórico das formações sociais e culturais específicas dos mundos árabe e islâmicos. A identidade cultural seja no idioma, na rica e deliciosa culinária, na religião islâmica, na fumaça adocicada do narguilé ou na materialidade de minhas visitas ao Oriente Árabe me aproximaram, definitivamente, da luta de resistência e libertação da Palestina, como uma forte questão ética e identitária de afirmação de uma das faces étnica-culturais mais belas da humanidade – os árabes.

Desde o movimento estudantil secundarista, atuo politicamente seja integrando grupos, organizações e movimentos sociais tendo como horizonte político sempre

uma sociedade de paz, justiça social, equidade, solidariedade, etc. Minha atuação na causa palestina data de muito cedo na minha juventude, essa temática sempre orbitou minha atuação, sendo que intensifiquei meus estudos independentes, cursos, debates etc.

A partir de 2014, escrevi meu primeiro livro de poemas de literatura de resistência sobre a Palestina, lançado pela Fedayin editora, em 2015, sob o título “Nosso verbo é lutar: Somos todos Palestinos”. Publiquei meu segundo livro sobre a Palestina, poemas de literatura de resistência, em 2017, sob o título “Amálgama de luta e beleza: somos todos palestinos”. Em 2021, traduzi e apresentei ao público brasileiro um importante trabalho do intelectual palestino Ahmad Jaradat, sobre a ocupação sionista e a resistência a ela em al Khalil¹ intitulado “Hebron – a cidade impossível”. E durante o curso, em 2022, em homenagem aos cinquenta anos do martírio de Ghassan Kanafani, intelectual e revolucionário palestino, organizei e escrevi o livro “Ghassan Kanafani – anticolonialismo e alternativa socialista na Palestina”, também lançado pela Fedayin editora.

Desta forma, minha decisão de cursar o mestrado em Geografia da UFFS tendo a Palestina como temática fundamental se apresentou como um caminho “natural”, que associa minha posição intelectual orgânica de esquerda com minha proximidade étnica-cultural com o mundo árabe e a Palestina.

Nesse longo percurso de mais de 70 anos da Nakba², a grande catástrofe planejada contra o povo palestino com a criação da entidade colonialista de Israel (MISLEH, 2017), o movimento de libertação passou por várias fases e dificuldades. Os palestinos não enfrentam apenas o colonialismo sionista *per se*, enfrentam os impérios que se sucederam na defesa e na promoção desse colonialismo (KHALIDI, 2020) como um enclave e fator permanente de instabilidade geopolítica na região. Vale frisar, dessa forma, o papel do Mandato Britânico sobre a Palestina no passado (TENÓRIO, 2019) e do pós-Segunda Guerra Mundial dos Estados Unidos da América, na promoção e sustentação de Israel. Na atualidade, o projeto de associar as reservas naturais de petróleo e gás da península arábica e da região da Palestina (gás natural em Ghaza) para Europa é um dos projetos que unem EUA e Israel, em oposição à rota da seda dos chineses nos interesses geopolíticos sobre Oriente Médio.

Ademais, os palestinos enfrentam governos e burguesias árabes criados e/ou sustentados/apoiados pelos impérios desde muito (KANAFANI, 2015), como uma interface de articulação entre o povo local e as decisões do centro do sistema-mundo-moderno-colonial (MIGNOLO, 2006). Podemos afirmar que esses regimes

1 Do árabe literalmente: “amigo estimado”, sendo uma alusão ao profeta Abraão. Esse é nome árabe da cidade de Hebron, onde se situa a Mesquita do Túmulo do profeta Abraão.

2 Do árabe literalmente: “catástrofe”, sendo a forma que os palestinos designam a criação de Israel e a expulsão pela força e terror de metade da população palestina, em maio de 1948. Em árabe: النكبة

e governos, em menor ou maior grau, usam a causa palestina, que goza de apelo popular, como uma fonte de aumento de prestígio interno (SAID, 2012) dando apenas uma “aparência” de defesa da mesma. Hoje, alguns desses regimes, governos e suas burguesias normalizam oficialmente as relações com Israel, abandonando até mesmo a falsa defesa verbal que faziam da libertação territorial da Palestina.

A juventude de toda a região apresentou sua força e reivindicações nas manifestações de 2010 a 2012, conhecidas como “primavera árabe” (AMIN, 2016) na Tunísia, Egito, Síria, Bahrain e nos protestos de Beirute, em 2019. A juventude palestina presente nos territórios históricos, seja como refugiados ou não deslocados, nos campos de refugiados dos países circunvizinhos ou na diáspora mundo afora, pode ser vista como peça fundamental da continuidade existencial do povo palestino e de sua luta por libertação. É um setor crucial para o futuro do movimento de libertação nacional e da própria existência dos palestinos, não só no sentido geracional como também no censitário, visto que “cerca de 38% da população tem abaixo de 15 anos de idade” (Palestinian Central Bureau of Statistics, 2020, p.19) e sua pirâmide etária é alargada na base/estreita no ápice.

Ghassan Kanafani³ (FAYAD, 2022) lembrava que dos jovens que foram seus alunos em campos de refugiados, na década de sessenta, cerca de 70% tornaram-se guerrilheiros nas organizações político-militares palestinas à época. A própria “quebra geracional” da luta de libertação foi uma aposta do neocolonizador tardio judeu sionista, verbalizada sem pudor por um dos seus líderes mais conhecidos, como forma de apagamento da causa palestina (OMAR, 2022).

No contexto atual, os dilemas que o movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina se deparam desde a abertura dos processos e acordos que tem em Oslo I (1993) seu referencial mais famoso, o levaram há um impasse crucial.

Aquelas negociações, em condições de assimetria, tendo os palestinos na posição submissa e como mediador os EUA, agente reconhecidamente pró-Israel, não levaram à paz, nem a um Estado independente e autônomo como prometido, nem muito menos à libertação da condição colonial (KHALIDI, 2006). Conforme demonstra Jaradat (2021), sobre o manto protetor “das negociações de paz”, o que se deu foi a continuação do processo de colonização, com anexação e roubo sistemático de terras, água, plantações, sítios arqueológicos, cidades com a produção e reprodução de uma dinâmica de segregação dos palestinos.

Compreendemos que é nesse cenário sombrio que o futuro do movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina estará em jogo, nele também se desenhará o papel que a juventude irá exercer na luta de resistência e libertação

3 Em árabe: غسان كنفاني

territorial. A juventude como uma categoria social transpassada por múltiplas dimensões como a econômica, cultural, étnica, geográfica etc. e também pela política, intersecção essa priorizada nesse estudo, que tem no movimento estudantil palestino um locus privilegiado.

Historicamente, o movimento estudantil palestino foi fonte de militantes, ideias, valores, quadros intelectuais de várias organizações políticas e movimentos sociais palestinos, como exemplo, basta recordar a evolução política da famosa organização Movimento Nacionalista Árabe (MNA), fundado por jovens estudantes palestinos da Universidade Americana de Beirute, no Líbano, no início da década de cinquenta do século passado, que evoluirá para formar os principais partidos da esquerda palestina e mesmo de outros países árabes da região (KAZZIHA, 1975).

Dessa maneira, algumas questões problematizadoras foram motivadoras deste processo de investigação a saber: Como vem se dando a participação da juventude palestina nas lutas de resistência e libertação de seus territórios? Quais contradições os jovens vêm enfrentando no atual contexto geopolítico da questão Palestina? Que ações, movimentos e/ou dispositivos (movimento estudantil, movimento social coletivo, entidades, entre outros) foram / ou estão sendo criados com a participação de lideranças jovens? Quais avaliações os jovens fazem sobre movimento geral palestino nesse período histórico, de Oslo I até os dias atuais? Quais são suas demandas específicas dentro do movimento socioterritorial de resistência e libertação nacional? Como avaliam e percebem os espaços políticos em que atuam? Como compreendem o processo colonizador sionista, no território da Palestina? Em última análise, a maneira como a juventude se unifica está sendo expressa, nesse momento em que redijo essas linhas, na resistência formidável de luta e unidade contra o colonialismo, na Faixa de Ghaza e sua ação genocida.

Compreendemos que essa pesquisa permite a produção e divulgação de informações que auxiliarão nos debates e compreensões sobre a “questão Palestina” na sociedade brasileira. Para aqueles que assumem o ponto de vista dos “condenados da terra”, como Fanon (2004) nos ensinou, a causa palestina é uma fonte inesgotável de experiências, resistências e alternativas. Pode-se compreender, desta forma, que a luta do povo palestino é uma luz poderosa que ilumina caminhos e direções de um futuro melhor para os povos da periferia do sistema-mundo-moderno-capitalista o que inclui, obviamente, os brasileiros e latino-americanos.

Não sem razão nos deparamos com vários movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e movimentos populares brasileiros posicionando-se em favor da causa palestina e mantendo com ela uma relação de solidariedade permanente a exemplo do MST, CIMI, CPT, FEAB, MAB, MPA, MMC e vários

partidos políticos da esquerda brasileira como PT, PC do B, PSOL, PCB, PSTU e UP (BUZETTO, 2015; FAYAD, 2022).

Os resultados dessa pesquisa procuram contribuir com dados, informações e aportes teórico-reflexivos acerca da relação entre juventude e política em um movimento de resistência e libertação socioterritorial com profundas implicações geopolíticas no Oriente Médio e mundo árabe. Esse tema é uma porta para discutir os grandes alinhamentos, conflitos da geopolítica mundial e sua intrincada articulação com uma das regiões mais turbulentas em guerras e revoltas do planeta. Também poderá servir de aporte científico a outras pesquisas nesta área, abrindo relações importantes entre as dinâmicas territoriais, organizações, conteúdos políticos e formas de luta dos movimentos de juventude no Brasil em relação aos da Palestina.

Assim, captar e analisar os sentimentos, leituras, percepções, avaliações e ações de jovens, especialmente, no movimento estudantil e na maior e mais representativa organização de luta do povo palestino, OLP – Organização para a Libertação da Palestina (KHALIDI, 2006), estaremos também entendendo os rumos/ limites/ desafios do próprio movimento de resistência e libertação e da própria juventude militante atrelada a ele.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os papéis, atuações e percepções que a juventude palestina desempenha no movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina, assim como sua avaliação de rumos e perspectivas de futuro. Traçamos como objetivos específicos: a) Levantar e analisar os documentos da OLP, que dão direção política para o setorial da juventude desde os acordos de Oslo I (1993) aos dias atuais; b) Analisar, a partir de entrevistas semiestruturadas com lideranças expressivas de movimentos de jovens, incluso um refugiado no Brasil, o lugar dos jovens, suas ações e desafios nas lutas em defesa dos territórios e de libertação da Palestina na contemporaneidade e c) Analisar as percepções sobre as demandas específicas dos jovens no movimento de resistência e libertação socioterritorial e suas avaliações sobre si mesmos e sobre o movimento geral.

Partimos da compreensão de território como espaço ocupado, usado e delimitado a partir de múltiplas relações de poder, não só o poder econômico, mas que compreende dimensões da política, cultura e relações sociedade-natureza (HAESBAERT, 2021). Território que é, desta forma, multidimensional, multiescalar, material e imaterial ao mesmo tempo, fonte primeira de abrigo e base estruturante da reprodução material-social-simbólica do povo palestino, mas que em nosso processo de pesquisa se constitui território em disputa por recursos, território como valor de troca no âmbito dos interesses do novo imperialismo, suas opressões e explorações (HARVEY, 2004).

Território também compreendido sob ocupação exógena e dominação, fundamentalmente por coerção do povo originário conduzindo a uma segregação espacial de conteúdo étnico, religioso e racista. Além disso, a perda de território significa redução da autonomia enquanto povo sobre seus recursos naturais, plantações, monumentos e construções históricas e até mesmo, o risco da perda de identidade, quando observamos a evolução da diáspora Palestina, desde 1948.

Conforme podemos evidenciar em Haesbaert (2006, p. 315), territórios disputados podem levar a processos de desterritorialização em seu sentido mais forte, ou como diz o referido autor, em seu sentido “mais estrito”, ou seja, “a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou apropriação (material e simbólico) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade”.

Desterritorialização que culmina em re-territorialização precária acarretando precarização territorial ou ainda, produção de “aglomerados de exclusão”, marcados por “situações de profunda insegurança e imprevisibilidade” (HAESBAERT, 2014, p.189), o que engloba regimes de encarceramento aberto, semiaberto e fechado, apartheid e formação de guetos em diversas escalas.

Em nossa pesquisa, buscamos evidenciar a des-re-territorialização (HAESBAERT, 2014), como fruto da lógica de transferência populacional orientada pela neocolonização tardia judaica-sionista que acarreta a expulsão de palestinos de seus territórios originais, associada a uma re-territorialização precária em espaços marcados, em maior ou menor grau, pela fragilidade e degradação das condições de vida, em especial, nos campos de refugiados seja em países árabes circunvizinhos ou internos ao antigo território da Palestina (MASALHA, 2023).

Outro importante aporte teórico geográfico é o da fronteira (FERRARI, 2014). Não como intersecção, espaço impreciso ou articulador, mas como expressão de controle, força e domínio territorial. Essa fronteira limita e delimita o fluxo de pessoas, define quem pode e quem não pode, segrega espacialmente os indesejados (HAESBAERT, 2014), se expressa imaterial e materialmente no espaço, com muros, grades, checkpoints, barreiras policiais e militares, estradas exclusivas, áreas territoriais exclusivas, áreas de “segurança”, câmeras de vigilância etc.

A fronteira também como limitadora do uso de recursos como, por exemplo, a água subterrânea tão preciosa na Palestina para a vida e agricultura ou o acesso ao mar para os pescadores de Ghaza. Fronteiras que não somente delimitam, belicosamente, ante as nações árabes circunvizinhas, mas também fronteiras que são internas, que instituem limites para o colonizado, suas propriedades, fluxos, direito ou não de retornar etc.

Os movimentos de juventude, em particular o movimento estudantil e aquele no âmbito da OLP, são entendidos à luz da noção de movimentos socioterritoriais proposta por Bernardo Mançano Fernandes (2005, pp. 24-34) em que organizações – movimentos sociais, sujeitos coletivos – possuem “o território não só como trunfo”, mas também como porção do espaço “essencial para sua existência”, como sendo o território “espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência”.

O conceito de juventude enquanto categoria social estratégica do/no território, produção e reprodução, também está na base dos nossos aportes teórico-conceituais. Assim como uma perspectiva dialética de juventude (GROPPO, 2017) e, em particular, a interface entre juventude e política. Nessa perspectiva, dialogamos com o conceito de Geração em Manheim (1982), partindo da compreensão de juventude enquanto “mecanismo de mudança social”, ou ainda, enquanto “agente revitalizador, fonte de energia renovadora da sociedade, dado seu vigor e seu menor enredamento na ordem social vigente” (GROPPO, 2017, p. 59).

Entendemos ser fundamental englobar a interface juventude e política, para enfrentar a crença que se dissemina em diferentes setores da sociedade e escalas geográficas de que “na atualidade os jovens estariam desinteressados da política e progressivamente mais aderentes a projetos e valores individualistas, sobretudo ao sucesso pessoal, o que guardaria relação com a expansão da ideologia neoliberal” (TOMIZAKI; DANILIAUKAS, 2018, p. 219).

Devido a isso, nesta pesquisa, potencializamos o debate buscando compreender como jovens palestinos fazem política em defesa de seus territórios e, como esta defesa ganha proporções geopolíticas. Estudos apontam que, na atualidade, jovens estariam alterando significativamente seu modo de fazer política, pois se ao longo da Guerra Fria esteve mais forte a formação de guerrilhas, exércitos de libertação e, a partir daí a emergência de movimentos sociais, sindicais, partidários com estruturas hierárquicas. As novas gerações estariam apostando em estratégias mais desinstitucionalizadas e de gestão horizontalizadas, auto-organizadas, com forte uso das tecnologias de comunicação (GROPPO, 2020; AUGUSTO, 2008). Características que evidenciamos na Primavera Árabe e outros movimentos juvenis, a exemplo da Jornada de Junho de 2013 ou das ocupações secundaristas de 2015 e 2016 ocorridas no Brasil.

Por fim, sinalizamos que buscamos subsídios no conceito de Orientalismo de Edward W. Said para compreender as representações desse “Oriente árabe” inventado pelo “Ocidente”. Dado que essa representação é a que melhor capta o modo operante da razão neocolonizadora tardia judaica-sionista como demonstrado pelo próprio discurso de seus líderes (MASALHA, 2021). Conforme Said (2008, p. 40)

[...] o Orientalismo é antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (duas metades desiguais compõem o mundo), mas também de toda uma série de 'interesses' que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente. (SAID, 2008.p. 40)

As formulações de disputa geopolítica são compreendidas nesta pesquisa à luz do sistema socioeconômico em que vivemos, sua dinâmica e relação centro-periferia. Samir Amin (2010, 2016, 2020, 2021) nos auxilia nessa direção, além de contribuir com o arcabouço histórico e econômico da região, suas obras ajudam a clarificar os fenômenos na Palestina e no Oriente próximo. Não é possível compreender a parte sem relacioná-la ao todo, essa compreensão de uma totalidade concreta (KOSIK, 2011) nos é fundamental dada a dinâmica do neocolonialismo tardio judaico-sionista, “guerras”, invasões e ações de controle, em especial, energético da região como um todo.

Para a compreensão dos dilemas do movimento de libertação socioterritorial da Palestina, sua dinâmica, história e evolução, a partir de uma perspectiva descolonial, dialogamos com uma gama de intelectuais de origem árabe, especialmente Palestina, como Mourid Barghouti, Ahmad Jaradat, Nur Masalha, Rashid Khalidi, Bassam Abu Sharif, Jamil Hilal, Leila Farsakh etc. Dessa forma, entendemos que a essa pesquisa também contribuirá para potencializar o giro descolonial em estudos geográficos e geopolíticos. Giro esse não só necessário como urgente para as ciências humanas e sociais na “América Latina” ou como aprendemos “Abya Yala”.

E por fim, mas não menos significativo os aportes teóricos produzidos pelas correntes anticolonialistas e antirracista (como exemplos: Frantz Fanon e Aimé Césaire), pensamento crítico latino-americano (como exemplos: Walter Mignolo e Rui Mauro Marini) e, mais recentemente, descolonial em nosso continente Abya Yala / “América Latina”, o que inclui teóricos da geografia, com especial menção ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2021) e Rogério Haesbaert (2021) que serão usados como inspirações para abordar a questão Palestina sob o prisma de uma profunda superação da colonialidade. O geógrafo Rogério Haesbaert sintetiza:

Descolonizar pode ser vista, assim, como uma dinâmica ainda mais ampla, na medida em que envolve a r-existência (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação, expropriação e/ou opressão, como demonstrado pelas diferentes formas de exploração do trabalho, pelo domínio patriarcal, pelo racismo e pela aculturação compulsória, presentes em diferentes modelos civilizatórios. É apenas por força de sua magnitude, e também por um maior rigor analítico, nos parece, que autores já clássicos neste debate, como Aníbal Quijano, propõem restringir a “colonialidade do poder” ao chamado sistema mundo moderno colonial capitalista. (Haesbaert, 2021, p.10-11)

Nossas considerações apontam para uma espacialidade marcada por uma geografia do conflito, ou seja, pela disputa territorial. Dentro dessa perspectiva da geografia dos conflitos inserimos, mais especificamente, nossa pesquisa também dentro de uma geografia da segregação étnico racial do “tipo Apartheid”, isto é, olhamos para o território em conflito e disputa observando nela uma espacialidade marcada, materialmente e imaterialmente, pela segmentação, fragmentação e segregação étnico-racial colonialista. Mbembe (2018) nos lembra de como Frantz Fanon compreendia a espacialização do neocolonialismo:

[...] Frantz Fanon descreve de maneira espantosa a espacialização da ocupação colonial. Para ele, a ocupação colonial implica, acima de tudo, uma divisão do espaço em compartimentos. Envolve a definição de limites e fronteiras internas por quartéis e delegacias de polícia; está regulada pela linguagem da força pura, presença imediata e ação direta e frequente; e isso se baseia no princípio da exclusão recíproca. (MBEMBE, 2018.p.40)

Assim, podemos compreender a dinâmica de luta anticolonial, de libertação nacional e também de luta antiapartheid que rege o movimento de resistência e libertação socioterritorial palestino, como expresso nos documentos analisados por nós, na OLP e nas entrevistas realizadas com jovens do movimento estudantil palestino.

É possível observar, com o desenvolvimento da pesquisa, um alto nível de politização do movimento estudantil palestino, com clara inserção em organizações partidárias e de luta de libertação. Esta juventude militante cumpre uma dinâmica de revitalização das organizações políticas palestinas e age ativamente, exercendo uma tensão para que seu espaço dentro dessas organizações seja cada vez maior. Isso foi exposto por todos os entrevistados e a literatura complementar nos indica a mesma direção.

Vemos que ela se mostra crítica tanto ao neocolonizador tardio judaico-sionista e o seu produto – violências, ocupações e segregações, incluso do tipo apartheid – quanto ao próprio movimento em que se insere. Assim a juventude não é passiva da/na construção e reconstrução socioterritorial, isto é, não apenas se molda e adapta ao mundo dado. Observamos, a partir dos relatos de jovens militantes do movimento estudantil entrevistados, que eles se inserem, agem e tensionam, são críticos de seus próprios passos em uma perspectiva de melhora de sua própria práxis.

Na construção de conhecimento pela pesquisa optamos por assumir a perspectiva do colonizado, oprimido, explorado. Isso não só tem uma implicação política clara, que é a da superação profunda da colonização, como também de crítica a produção de conhecimento sob a roupagem da neutralidade ou pior, explicitamente, a favor do colonizador. Consideramos que não é aceitável diante de processos

segregacionistas, com claro caráter racista, serem justificados sob o pretexto cínico de “segurança” do colonizador/ invasor.

Justificativa essa usada, em menor ou maior grau, em todos os processos similares mundo afora. Fazer ciência, na nossa perspectiva no campo das humanas e sociais, é ser crítico ao real na direção de potencializar e melhorar a capacidade de leitura, compreensão e ação dos que sofrem, são oprimidos, explorados e violentados por esses processos. Dado que são essencialmente esses os sujeitos que por suas lutas podem superar positivamente esses fenômenos.

Nosso entendimento, desta forma, é que uma proposta descolonial do conhecimento deve assumir a posição das vítimas no processo de expansão europeia colonizadora e neocolonizadora. Deve entender o mundo respeitando e dialogando com as crenças, concepções e racionalidades distintas produzidas pelas civilizações originárias e não repetir os interesses representativos do colonizador europeu – como “o único” dotado de racionalidade e produtor de conhecimento, ciência, filosofia, medicina, arte etc..

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as formas de atuação e as percepções de jovens militantes palestinos, em especial do movimento estudantil universitário, em relação ao movimento geral de resistência e libertação socioterritorial da Palestina. Para refletir os desafios, compreensões e percepções da juventude em uma perspectiva de luta de libertação anticolonial:

i) Entrevistamos jovens que se somam na luta de resistência e libertação do povo palestino, em especial do movimento estudantil universitário de três instituições de ensino superior a saber: al Quds Open University⁴, Birzeit University⁵ e Islamic University of Ghaza⁶. Além de um jovem refugiado no Brasil que integrou tal movimento, enquanto vivia na Palestina;

ii) Levantamos, selecionamos e analisamos as resoluções/ posicionamentos da OLP – Organização para a Libertação da Palestina – principal organização do movimento de libertação nacional, dando direção política à juventude, no período compreendido dos acordos de Oslo I (1993) aos dias atuais;

4 Em árabe: الجامعة القدس المفتوحة

5 Em árabe: الجامعة بيرزيت

6 Em árabe: الجامعة الإسلامية بغزة

iii) Estudamos e analisamos as mudanças no movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina durante esse período histórico atual conhecido como “negociações de paz”;

iv) Refletimos sobre as percepções da juventude ligadas à política e aos acontecimentos concretos do período listado.

Optamos por esse corte temporal marcado pelo acordo de Oslo I (1993) aos dias atuais, pois se pretende captar essa fase histórica marcada pela tática hegemônica de negociações com Israel mediadas pelos EUA, distintamente da fase anterior, preponderantemente de luta armada (KHALIDI, 2006), observando os desdobramentos do caminho trilhado pelo movimento de resistência e libertação nacional e os impasses por ele gerados, sob a ótica da juventude militante palestina. O percurso metodológico compreende o estudo e análise de documentos oficiais da OLP e da produção de informação das entrevistas semiestruturadas, em diálogo com diferentes referenciais bibliográficos acerca do tema proposto.

A pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caso focado no movimento estudantil palestino, locus privilegiado da intersecção juventude e política na Palestina, assim como suas relações com o movimento de resistência e libertação nacional em três importantes instituições de ensino superior da Palestina acima citadas. Essas Universidades foram escolhidas por suas relações históricas com a formação de militantes, lideranças, partidos e organizações sociais palestinas de luta. Como exemplo, lembramos a fundação do HAMAS⁷ por estudantes e professores da Islamic University of Ghaza, em 1987.

Muito embora tenhamos como referência o movimento estudantil, que atua nessas instituições de ensino superior, não estabelecemos relações institucionais oficiais, dado a dinâmica e autonomia do movimento. Assim, as nossas relações são interpessoais com professores dessas instituições, que nos auxiliam sendo mediadores com os participantes.

Levamos em consideração ponderações elaboradas por Heidrich (2016) sobre a pesquisa qualitativa em Geografia, assim como aportes acerca dos caminhos para a pesquisa em estudos de caso dispostos em Chizzotti (2000). Foram realizados estudo e análise de documentos emblemáticos [selecionados] do período dos acordos de Oslo I (1993) até os dias atuais, das resoluções/posicionamentos da OLP, que

⁷ Partido político de caráter nacionalista islâmico, fundado em 1987. HAMAS é um acrônimo de “Harakat al Muqawamat al Islamiyyah” que traduzido literalmente significa “Movimento de Resistência Islâmica”. Em árabe: حركة المقاومة الإسلامية – حماس

impactam na política da juventude. A partir das contribuições de Boni e Quaresma (2005), assim como Colognese e Mélo (1998) e Bourdieu (1997), entre outros autores, realizamos entrevistas semiestruturadas com lideranças emblemáticas de organizações estudantis, ligadas ao movimento de libertação palestino.

Cabe salientar que para o desenvolvimento da pesquisa contamos com o apoio do IBRASPAL e lideranças palestinas no Brasil, sendo que esses não se deram em um formato institucional oficial, mas como produtos de laços interpessoais históricos e afetivos com o pesquisador e nos auxiliaram como mediadores e tradutores.

Através de uma metodologia em “bola de neve” com os nossos contatos conseguimos estabelecer pontes com professores das instituições acima listadas e, por conseguinte, com lideranças jovens ligadas ao movimento de resistência e libertação palestino além de um jovem refugiado no Brasil, que integrou tal movimento enquanto vivia na Palestina.

Somando-se a esse processo, cada professor listou jovens lideranças dos movimentos estudantis de suas instituições, que serviram para definir a lista final de entrevistados, conjuntamente a do jovem refugiado no Brasil em um total de 5 entrevistados. Assim, esses professores e o nosso contato ficaram responsáveis de conseguir e-mail/contato telefônico daqueles que aceitaram, previamente em um primeiro contato estruturado, informativo e informal sobre o estudo, participarem do mesmo.

Através desses contatos enviei, primeiramente, o termo de consentimento livre e esclarecido no idioma inglês ou português por e-mail individualizado (evitando as listas de e-mails), respondido, digitalizado por scanner ou fotografado e reenviado como devolutiva necessária para o prosseguimento da pesquisa, conforme orientado ao participante desde a primeira interação supracitada. Deixamos claro que o termo de consentimento, previamente apresentado, era considerado anuência para responder a entrevista da pesquisa. Respondemos a todos os questionamentos e dúvidas dos participantes em relação ao estudo através do contato eletrônico individualizado. A coleta de dados só se realizou após a aprovação desse projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa⁸.

Os documentos da OLP foram conseguidos através do sítio eletrônico da organização em árabe, <http://www.plo.ps/>, dado que todas as resoluções públicas da organização que aconteceram de 1993 (Oslo 1) até os dias de hoje, se encontram disponíveis nele. O período de pesquisa no sítio eletrônico foi de fevereiro a maio de 2022, sendo que de um total de 26 documentos foram selecionados para o estudo 7, todos do Conselho Nacional Palestino (instância máxima da OLP) ou do Conselho

⁸ CAAE: 52722521.4.0000.5564 / Número do parecer de aprovação no CEP/UFFS: 5.155.358 /Data de aprovação: 09 de Dezembro de 2021.

Central Palestino (2ª instância mais importante da OLP). Vale frisar, aqui, que muitos dos documentos públicos da organização são alusivos a momentos de agressões israelenses aos palestinos e tratam fundamentalmente das perdas de vida, feridos, destruições de casas, aparatos públicos etc. Fazem referência honrosas aos atos de resistência do povo palestino, pedidos para que se mantenham em luta e quase sempre terminam pedindo/solicitando ajuda para às comunidades internacional e árabe, para pressionar Israel pelo término dessas ações.

Temos também documentos que versam sobre questões administrativas como troca de membros da executiva ou do conselho, incluso por morte ou doença, troca de funções etc. Nesses casos excluimos tais documentos por não tratarem da questão política geral da organização e nem da juventude, especificadamente. As reuniões, por vezes, são atas que apresentam os debates internos entre os membros, também as excluimos, exceto uma, pois não contribuem na maioria para a elucidação política geral da organização.

As estruturas dos documentos seguem um padrão característico da OLP, sempre com respeito religioso aos mártires lembrados em todas as sessões, alguns nominalmente, seguido por leitura do al Corão⁹ e da Sura al Fatiha¹⁰ (sinal de respeito aos mortos), exaltações à resistência do povo palestino. As aberturas desses documentos são geralmente acompanhadas com os registros de ata dos discursos do presidente do Conselho (seja o Nacional ou Central) e o presidente da OLP, as resoluções vêm em seguida, apresentadas, quase sempre de forma generalista, para todos os setores da organização, incluso, a juventude foco dessa dissertação.

Em relação ao funcionamento da OLP (KHALID, 2006; SHARIF, 2009, BUZETTO, 2015) temos como instância máxima o Conselho Nacional Palestino, composto por partidos (que mudaram ao longo do tempo), sindicatos (de professores, médicos, engenheiros, trabalhadores rurais, etc.), movimentos populares, incluso movimento estudantil, organizações civis, dos refugiados, de comunidades na diáspora e intelectuais proeminentes que congrega por volta de 800 integrantes (analisamos seus últimos encontros 1996 e 2018), depois temos o Conselho Central Palestino convocado com uma periodicidade bem maior congregando de 120 a 180 integrantes e, por fim, a executiva da OLP, que reúne 15 membros, encarregada de pôr em prática as diretrizes gerais da organização, tiradas de seu Conselho Nacional Palestino.

Lembramos que, apesar de ser historicamente a organização política mais importante (BUZETTO, 2015), ela vem perdendo forças e o HAMAS (TENÓRIO, 2019),

9 Em árabe: القرآن

10 É a oração de abertura do livro sagrado islâmico, literalmente do árabe significa “A Abertura”, em árabe: سورة الفاتحة

reconhecidamente, uma significativa organização política palestina, não compõe a OLP, assim como outros partidos menores.

Realizamos durante o período de fevereiro a dezembro de 2022 as entrevistas semiestruturadas totalizando cinco, sendo duas da Birzeit University, uma da al Quds Open University, uma da Islamic University of Ghaza e uma de um refugiado no Brasil. Elas foram feitas de forma online com gravação de vídeo e áudio pela plataforma Stremyard com o auxílio de um tradutor do árabe para o português, quando necessário. O tempo de duração aproximado foi de quarenta minutos à uma hora e trinta minutos, somente um entrevistado, em uma única questão se deu o direito de não respondê-la. Todas as demais questões foram respondidas com os entrevistados demonstrando calma e, aparentemente, sem inibição ou constrangimento.

Como já mencionamos, os relatos e documentos foram examinados por meio da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006), pois transita entre as formas consagradas de análise de discurso e de conteúdo. Objetiva-se com os documentos da OLP e, principalmente, com as entrevistas dar centralidade às vozes dos sujeitos colonizados, suas percepções, vivências e perspectivas buscando destacar que a juventude não é, meramente, passiva da construção e reconstrução socioterritorial.

Análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016) se deu sobre a “produção de informações”, expressão usada por Turra Neto (2012), oriunda do processo de campo da pesquisa, anteriormente, já detalhado. Essa produção de informações geradas deu origem basicamente a dois corpos distintos, a saber:

1º) Oriundo dos documentos selecionados da OLP que orientam a relação entre juventude e movimento socioterritorial de resistência e libertação no período já citado;

2º) Oriundo das 5 entrevistas semiestruturadas realizada com jovens do movimento estudantil, com ligação política na luta de resistência e libertação socioterritorial na Palestina. Os entrevistados vocalizam não apenas sua leitura individual, mas também coletiva, dado que todos são ou foram lideranças estudantis em suas universidades, assim como lideranças de suas frações/ facções/ agrupamentos políticos no movimento estudantil, exceto o entrevistado refugiado; o que estabelece um alcance maior das respostas, do que meramente um ponto de vista individual e singular, dando também aspectos particulares do partido ou facção política ou do movimento estudantil, até percepções mais generalizadoras que englobam o conjunto da juventude e do próprio movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina. Não é à toa que durante as entrevistas foram comuns expressões que denotam essa voz coletiva, em todos os entrevistados, como por exemplo: “o nosso partido pensa assim”, “nós do HAMAS”, “nós da juventude do FATAH”, “nós da esquerda”, “o nosso grupo” etc.

O processo de análise se deu em ambos os casos, inicialmente, através de um esforço de fragmentação/ decomposição que chamamos de unitarização. Para Moraes e Galiuzzi (2016) essa desmontagem dos textos implica examinar os textos em seus detalhes. Esse primeiro movimento analítico necessita de um esforço de impregnação intensa em relação ao fenômeno estudado. O objetivo é fragmentar o texto em unidades dotadas de sentido para os objetivos da pesquisa e que possam, após leituras sucessivas do pesquisador, serem organizados, posteriormente, em síntese/ ajuntamento que chamamos de categorização.

Em um segundo movimento, de reconstrução em categorias que unem semelhantes é que se inicia a explicitação das relações entre categorias distintas, parte fundamental para a construção da estrutura do metatexto. Nesse método, o pesquisador assume também o papel de intérprete e, portanto, de autor da pesquisa. Mais do que uma mera descrição, o pesquisador busca sempre novas sínteses entre o acumulado de seu conhecimento prévio pessoal, aportes teóricos usados, vasta/ profunda revisão bibliográfica de suporte e o revelado pela pesquisa.

As categorias se dão tanto a priori, pois não se ignora conhecimento prévio, como a posteriori pela leitura atenta da produção nova que se depara, abrindo a possibilidade da intuição do pesquisador para o novo. A categorização dedutiva não é levada ao extremo de implicar em uma estrutura rígida pré-concebida, que apenas enquadra e despreza o que lhe é estranho. Aliás, é mais da possibilidade do emergente, novo e imprevisto, que a análise indutiva abre a possibilidade de enriquecimento da pesquisa e, de certo modo, de avanço do conhecimento.

Essa dimensão de trânsito duplo entre dedutivo-indutivo é que faz dessa metodologia a razão da nossa escolha. O que se busca nesse movimento sofisticado e detalhado de aproximações sucessivas é ter “visões”, que nos possibilitam enriquecer o processo de pesquisa e estudo do fenômeno focalizados gerando assim um metatexto. A produção final deste permite a expressão das principais ideias e argumentos emergentes no processo de análise textual discursiva.

Moraes e Galiuzzi (2016) lembram que o pesquisador deve produzir “argumentos centralizadores” e “teses parciais”, sendo essas últimas capazes de validar a primeira. A capacidade de comunicar essas análises e interpretações de forma clara, ordenada e organizada constitui a etapa final do trabalho, isto é, um texto comunicativo que expressa sinteticamente a produção do conhecimento gerado na pesquisa. A escrita final não nasce pronta, é antes um exercício contínuo de aperfeiçoamento crítico que o pesquisador deve realizar.

Optamos por designar cada um dos entrevistados por nomes de cidades históricas da Palestina, permitindo assim que o leitor desse estudo reconheça o entrevistado ao longo do texto, ao mesmo tempo, em que protege a identidade do mesmo.

A proposta da pesquisa de dialogar diretamente com a juventude militante palestina ressalta a questão do “lugar de fala”, lugar esse capaz de nos dar “visões internas”, “por dentro” e “de quem está muito próximo”, ou seja, uma concepção geográfica do lugar de fala que valoriza a compreensão do fenômeno e a busca por sua essência. Não assumimos esse conceito como algo absoluto, isto é, só teria direito de fala aquele que está envolvido/ próximo no tema, algo como somente os palestinos pudessem pensar sua própria condição.

Óbvio que isso é falacioso, o afastamento permite também a fuga de determinadas paixões nas análises. O pesquisador e observador mais ou menos “distante”, incluso geograficamente, também podem contribuir com a leitura, reflexões e apontamentos sobre a compreensão concreta da realidade. O “lugar de fala” também tem de ser compreendido como uma expressão do campo da política, nessa pesquisa temos jovens ligados a partidos e a correntes políticas, que influenciam em seu discurso e percepção do mundo. Isso se dá pela maneira de organização do movimento estudantil palestino, em especial o universitário, estar profundamente envolvida com as organizações políticas e partidos políticos palestinos. O lugar de fala também deve incluir uma percepção sociológica e antropológica na medida em que expressa visões de classe, gênero, sexualidade etc. Dito isto, gostaríamos de informar alguns elementos do “lugar de fala” e de identificação dos entrevistados:

1- O entrevistado designado no texto como Ghaza, é um jovem masculino de 26 anos, heterossexual, casado, pai de uma criança de 3 meses, morador de Ghaza, dirigente do movimento estudantil da Islamic University of Ghaza e do partido HAMAS.

2- O entrevistado designado no texto como al Quds, é um jovem masculino de 28 anos, heterossexual, solteiro, morador de Ghaza, dirigente do movimento estudantil na al Quds Open University e do partido FATAH.

3- O entrevistado designado no texto como Tulkarm, é um jovem masculino de 25 anos, heterossexual, solteiro, morador de Tulkarm, dirigente do movimento estudantil na Birzeit University e do partido da FPLP.

4- O entrevistado designado no texto como Yaffa, é um jovem masculino de 21 anos, membro da comunidade LGBT, solteiro, morador do Rio Grande do Sul e com família em Ramallah, integrou o movimento estudantil da Birzeit University e no Brasil milita no partido da Unidade Popular pelo Socialismo.

5- A entrevistada designada no texto por Akka, é uma jovem feminina de 26 anos, heterossexual, solteira, moradora de Ramallah, liderança do movimento estudantil da Birzeit University.

A construção metodológica utilizada nessa pesquisa trabalha em perspectiva interdisciplinar que, além da geografia, adentra os campos da ciência política, sociologia, antropologia, psicanálise e de outras áreas do conhecimento. Essa perspectiva metodológica se fez necessária frente ao desafio de interpretar um movimento socio-territorial complexo, vivo e em permanente processo de mudança.

A ciência geográfica já possui uma extensa produção acadêmica e teórica que embasa esse movimento metodológico interdisciplinar e transdisciplinar, visto que a realidade não está fragmentada em departamentos fechados do conhecimento e, sim, viva e transpassada por múltiplas dimensões como a política, econômica, cultural, geográfica, histórica etc. Superar a fragmentação cartesiana das ciências humanas e sociais é fundamental para acessar corretamente essa realidade, que é sempre complexa e rica, quando nos debruçamos sobre movimentos socioterritoriais de libertação nacional como é o caso do palestino.

No que tange à ciência geográfica, fazemos uso da linguagem cartográfica como uma forma de representação e explicitação do argumento central dessa dissertação presente no seu Capítulo 4, no qual a hiperfragmentação e a hipersegmentação do território do colonizado fica mais inteligível.

Em 2019, realizei uma viagem a Palestina com o objetivo de inteirar-me da situação concreta do processo de colonização. Essa viagem possibilitou enriquecer o meu conhecimento sobre a questão Palestina e ajudou a formar um acervo de histórias, debates, entrevistas informais, conversas e vivências concretas, além de me proporcionar uma compreensão subjetiva do processo de opressão produzido pela colonização judaico sionista na Palestina. A viagem é, assim, uma experiência vivida riquíssima que se soma ao processo metodológico da nossa pesquisa na medida em que possibilita ao pesquisador ser fonte também das percepções, dos fenômenos observados, das histórias colhidas e da experiência subjetiva de encontrar-se sob uma colonização como àquela que afeta os palestinos. A utilização das fotos dessa viagem também ajuda a visibilizar temas tratados neste trabalho, somando-se dessa forma no melhoramento da explicitação dessa dissertação.

Cabe mencionar que no primeiro capítulo da pesquisa, buscamos situar a produção territorial da Palestina, dentro de uma perspectiva descolonial que favorece a compreensão do colonizado. Situamos o território geo-histórico da Palestina e da sua significação para a civilização árabe. Apresentamos o neocolonialismo tardio judaico-sionista como um fenômeno externo à região, oriundo da expansão europeia neocolonizadora capitalista. Descrevemos, também, o movimento de resistência e luta de libertação do povo palestino, tanto anterior como posterior à Nakba.

Após, na proposição de segundo capítulo, buscamos apresentar uma visão geral sobre o movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina por sua juventude militante. Centrada no recorte temporal da pesquisa, os jovens avaliam os rumos dos acordos de paz, da AP e os desafios que o movimento em geral tem pela frente. Já no terceiro capítulo, discutimos a juventude no movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina, traços de suas percepções, avaliações, perspectivas e desafios como um setor específico do movimento.

E, finalmente, propomos a continuidade em um quarto capítulo, em que buscaremos apresentar, a partir dos diálogos estabelecidos com jovens militantes e nossos referenciais teórico-conceituais, uma proposição de argumentação central da pesquisa, englobando hipersegmentação/ hiperfragmentação espacial, desterritorialização/ re-territorialização precária e hiperatomização como elementos centrais da espacialidade da neocolonização tardia judaica-sionista na Palestina e a unidade na luta como construção da antítese palestina. Desafio da construção dessa antítese que se coloca às novas gerações de jovens militantes ligados ao movimento socioterritorial de resistência e libertação da palestina.

Quando encerrávamos a redação dessa dissertação transcorria na Faixa de Ghaza um processo de genocídio contra o povo palestino. Esse processo de limpeza étnica perpetrado pela ocupação israelense atualiza, em termos dramáticos, e revela em sua plenitude o significado da neocolonização judaico sionista tardia da Palestina como veremos os capítulos que se seguem dessa dissertação.

CAPÍTULO 01 – GEOPOLÍTICA E CAUSA PALESTINA: SITUANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA

*É claro que essa “constituição de problemas” é geo-historicamente situada, pois cada momento da história em cada espaço geográfico (re)coloca seus próprios problemas.
(Rogério Haesbaert, em Viver no Limite, 2014, p.28).*

1.1 A produção do território palestino: panorama geo-histórico a partir de um giro descolonial

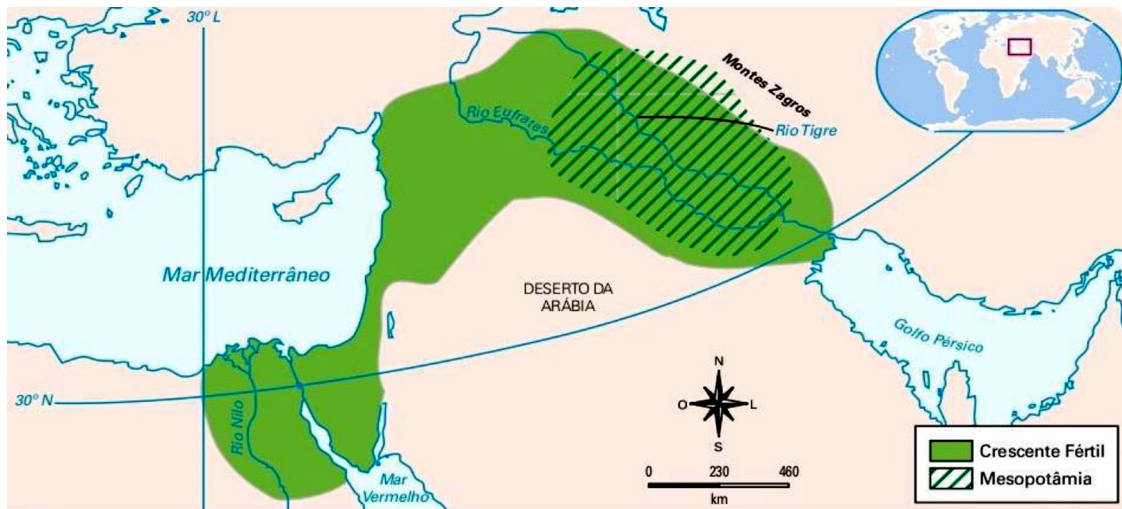
Situar geo-historicamente um problema é usar a categoria mestre de espaço-tempo, isto é, compreender que “os problemas” são situados no seu tempo histórico e espaço geográfico. Contudo dizer isso não nos basta, pois em nossa compreensão é preciso pelo menos desdobrar dois grandes “paradigmas” de abordagem nas disputas territoriais colonizadoras (HAESBAERT, 2014): o primeiro é o “hegemônico”, do colonizador e do império que o sustenta e; o segundo é o “contra-hegemônico”, liderado, pelos grupos subalternos que, em nosso caso, são os povos originários, autóctones e colonizados.

Nosso objetivo nessa seção é retomarmos aspectos marcantes da produção do território histórico da Palestina e de seu povo originário – árabes palestinos – em uma visão descolonial de orientação contra-hegemônicas, que dialoga com o colonizado em luta e sua perspectiva dos acontecimentos no espaço-tempo concreto.

1.1.1 Sobre o território Palestino

O território compreendido historicamente como Palestina se situa na Ásia, no Oriente próximo ao sul da Ásia menor, na região do crescente fértil, que compreende, na tradição geográfica e histórica ocidental, o espaço fértil entre o rio Nilo e os rios Tigre e Eufrates (ilustração 1).

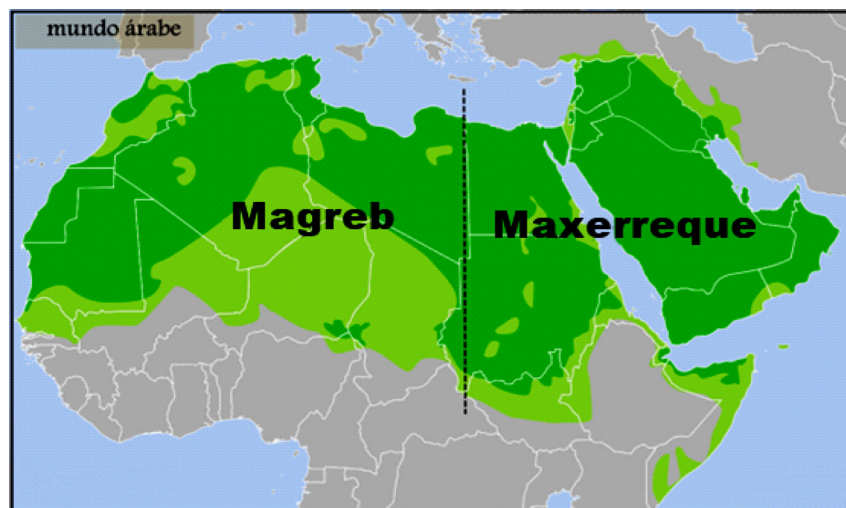
Ilustração 1 – Crescente Fértil.



Fonte: Olhares da história: Brasil e mundo (Vicentino, 2016, p.81).

Dentro da tradição oral e na produção geográfica árabe¹¹, a Palestina está situada na grande região designada como Maxerreque¹² – região que compreende todo o oriente do mundo árabe – em oposição ao Magreb¹³ – região que compreende todo o ocidente do mundo árabe (ilustração 2). Albert Haurani (p.9) usa Maxerreque (na sua grafia “Mashriq”) como sinônimo de “Oriente Médio” e Magreb como “Noroeste Africano”.

Ilustração 2 – Magreb e Maxerreque.



Fonte: Elaboração própria.

11 Albert Haurani (201, p.209) descreve: “al-Muqaddasi (m. 1000) escreveu um compêndio da geografia física e humana do mundo conhecido, baseado em suas próprias observações e nas de testemunhas dignas de crédito, e al-Yaqut (m.1229) compôs uma espécie de dicionário geográfico.”

12 Tradução direta do árabe: “levantar”. Em árabe: المشرق

13 Tradução direta do árabe: “poente”. Em árabe: المغرب

Outra designação geo-histórica árabe que engloba a Palestina é a Bilad al Sham¹⁴, traduzido de forma equivocada na tradição ocidental como a “Grande Síria” (MASALHA, 2023), que engloba os atuais territórios da Síria, Líbano, Israel, territórios da Palestina, Jordânia e atual Província de Hatay na Turquia (AIGLE, 2012). Essa região foi dividida administrativamente em 5 partes, sendo uma delas Jund Filistin (Palestina) e, como lembra Masalha (2023, p.238), “os laços íntimos entre Palestina e Al Sham são os mais prevalentes em termos históricos e com raízes mais profundas da memória social palestina”.

Pode-se dizer que as divisões administrativas dessa região deve-se ao califado Omídia¹⁵, que sucedeu aos califas ortodoxos, na história do Islã e dominou o território por quase um século, tendo Damasco (“al Sham” ou “o Sol” é a alcunha de Damasco), como centro do poder, por isso que Bilad al Sham aparece, por vezes, como os territórios sob domínio de Damasco (AIGLE, 2012). Essa última designação engloba um conjunto de elementos culturais comuns, que fazem parte desse recorte da espacialidade conhecida como Bilad al Sham.

Nesse estudo, argumentaremos que muitos intelectuais do mundo árabe e, mesmo setores dentro do movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina, clamam pela unidade dessa região (MASALHA, 2023). Esses a interpretam como uma única entidade indivisível, como exemplo disso, lembramos de Ahmad Jibril¹⁶, famoso dirigente da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) – Comando Geral¹⁷, uma antiga dissidência política da FPLP pró-Síria.

Assim é preciso ter em mente que as delimitações modernas dos territórios não são criações dos árabes, que tratavam toda essa região como uma unidade sem a necessidade de linhas em mapas e contingências de fluxo fronteiriços. Essa percepção esteve presente no influente nacionalismo árabe do partido Baath:

A nação árabe conseguiu realizar um grande papel na construção da civilização humana, quando era uma nação unificada. Quando os laços de sua coesão nacional foram enfraquecidos, o seu papel civilizador recuou e as ondas da conquista colonial que destruiu a unidade da nação árabe, ocuparam território, e saquearam seus recursos. Nossa nação árabe tem resistido a esses desafios e rejeitado a realidade da divisão, exploração, e atraso de sua fé em sua capacidade de superar essa realidade e voltar ao lugar da história, a fim de desempenhar, juntamente com as outras nações libertadas, o seu papel de destaque na construção da civilização e do progresso. Com o fim da primeira metade do século XX, luta do povo árabe foi se expandindo e assumindo maior importância em vários países para alcançar a libertação do colonialismo direto (Mohammed, 2016, p. 30-31)

14 Tradução direta do árabe: “O norte”. Em árabe: بلاد الشام

15 Em árabe: بنو أمية (قبيلة)

16 Ahmed Jibril (abril de 1937 - 7 de julho de 2021) foi um militante palestino, fundador e líder da Frente Popular para a Libertação da Palestina – Comando Geral (PFLP-GC).

17 Em árabe: لـجـبـة الشعبـية لتحرير فلسطين - القيادة العامة

Nessa tradição oral, os recortes geográficos físicos serviam de uma delimitação um tanto borrada, diante da precisão moderna, do que chamamos de território histórico da Palestina. “Palestina” é um termo consolidado e usado desde o fim da idade de ferro para designar toda essa região, distintamente de outros nomes que se limitavam a partes dela ou meramente de uso ficcional religioso (MASALHA, 2023). Nessa geografia o al Naqab¹⁸, al Quds¹⁹, Yaffa²⁰, Haifa²¹, Akka²², al Khalil²³, Nablus²⁴, Ghaza²⁵ etc. sempre foram parte e referências dessa Palestina histórica.

A Palestina histórica está situada entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão tendo seus limites ao norte com Líbano e Síria (limites dados pelas cadeias de montanhas do Líbano e Golã) e ao sul com o Egito (limite dado pelo deserto do Sinai). Ao longo da História sucessivos povos dominaram a região e ali viveram, se desenvolveram e morreram (MASALHA, 2023). O primeiro povo foi o cananeu, semitas originários da península arábica que viveram nessa região (TENÓRIO, 2019), mais circunscrito na região ao norte da atual Palestina (MASALHA, 2023). O nome Palestina deriva de um dos povos que viveu nessa região chamados de filisteus, sendo a região designada de “Filistina” ou “a terra dos filisteus” (TENÓRIO, 2019) e é usado de forma corrente, desde o fim da idade de ferro, como nos explicita Masalha, em contraste com o nome ficcional religioso de “Israel”:

O nome Palestina é sobretudo utilizado a partir do colapso da idade do Bronze - isto é, de 1.300 A.C em diante. O nome é presente em incontáveis histórias, inscrições Abássidas da província de Jund Filistin, mapas islâmicos - incluindo os mapas-múndi do início da antiguidade clássica -, moedas filisteias da Idade do Ferro e da Antiguidade, além de abundante quantidade de moedas Abássidas e Omíadas com nome Filastin. (...) Do fim da idade do Bronze em diante todos os nomes adotados para a região como Djahi, Retenu e Canaã, também são substituídos pelo termo Palestina. (Masalha, p. 16, 2023)

Entre os povos mais importantes e que deixaram um rico legado histórico, estão os Egípcios, Assírios, Persas, Bizantinos e, por fim, os Árabes (GIORDANI, 1976). Aqui é necessário fazer uma observação imposta pela propaganda sionista em relação aos hebreus, um povo que esteve de passagem por vários territórios da região na antiguidade, contudo não constituiu grande relevância histórica na Palestina. Seu papel foi no campo religioso e não como na propaganda sionista que se utiliza da metanarrativa ficcional religiosa (MASALHA, 2023) apresentando-os como “a grande

18 Deserto do sul da Palestina: أَلْنَقَبْ

19 Nome árabe da cidade palestina de Jerusalém: القدس

20 Nome árabe da cidade palestina de Yaffa: يافا

21 Nome árabe da cidade palestina de Haifa: حيفا

22 Nome árabe da cidade palestina de Acre: عكا

23 Nome árabe da cidade palestina de Hebron: الخليل

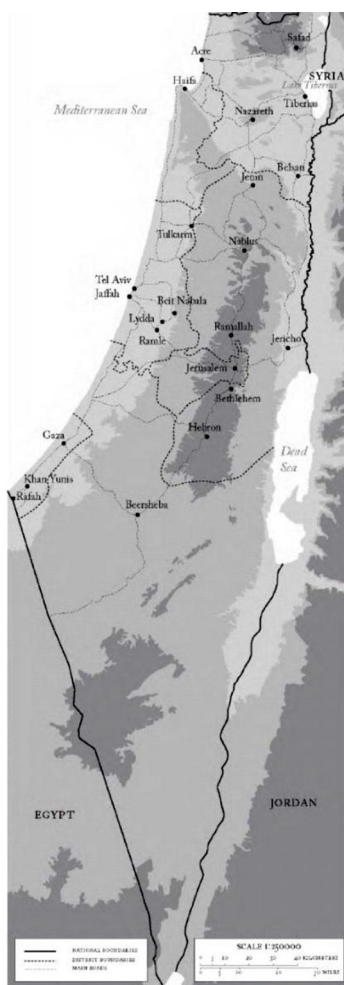
24 Nome árabe da cidade palestina de Nablus: نابلس

25 Nome árabe da cidade palestina de Gaza: غزة

civilização”, que existiu na Palestina e no Oriente próximo. Essa operação serve, do nosso ponto de vista, para a falsificação grosseira de que os judeus sionistas de hoje são os hebreus de ontem – um povo que deixou de existir como tal há milênios:

(...) o termo Palestina foi mais comum e formalmente utilizado ao longo da história antiga. Argumenta ainda que a lenda da conquista dos “israelitas” das terras de Canaã e outras narrativas fundacionais do velho testamento - ou “Bíblia Hebraica”- são mitos projetados para estabelecer uma falsa consciência ao invés de uma historiografia baseada em evidências que promovem a verdade e a compreensão. (Masalha, p.17, 2023)

Ilustração 3 – Palestina sob o Mandato Britânico (1920-1948) considerado o território moderno da Palestina.



Fonte: Palestinian identity: the construction of modern national consciousness (1997, p.2.)

Apesar da “imprecisão” geo-histórica das fronteiras no mundo árabe, algo desnecessário à forma de desenvolvimento daquela civilização, se impôs de maneira geral que o território moderno da Palestina histórica é aquele definido pelo Mandato Britânico (Ilustração 3).

1.0.2 Os árabes e sua civilização das areias

Na perspectiva de uma construção descolonial temos que entender quem são os árabes. A península arábica não possui rios cruzando-a, não existem florestas, o deserto entre a parte central e parte mais fértil na costa do Oceano Índico não possui oásis e rios perenes. No século VII, Meca não possuía agricultura própria para seu sustento, pois a água permitia somente o assentamento de pessoas e pequenos rebanhos.

Desse cenário, surge a necessidade do comércio, da caravana, da peregrinação, do encontro com o “outro”, que nada mais foram que vasos ligando e alimentando aquele corpo milenar. Da nutrição rica de Ásia e África é que o acúmulo civilizacional se desenvolve no ponto cego dos olhos de Europa. Escreve Mário Curtis Giordani (1976, p. 26) sobre a parcela meridional dessa península arábica pré-islâmica “era, portanto, a encruzilhada por onde passavam mercadorias de largo consumo em regiões distantes: pérolas do Golfo Persico, marfim, seda especiarias, ouro, penas de avestruz, escravos, etc.” Pode-se compreender, desta forma, que o deserto é a geografia que define aquele mundo árabe até a expansão do Islã, no século VII.

A ascensão e evolução do Islã são indissociáveis da invenção do mundo árabe que conhecemos no mesmo período em que a Europa vivia sua Idade média. É preciso ter clareza que ele não foi um fenômeno *stricto sensu* religioso, foi um fenômeno político – social – econômico – cultural, novo em seu surgimento, transfigurando a sociedade árabe de então, dando unidade linguística, uma escrita com caracteres próprios e fixos – o árabe clássico definido pelo al Corão, uma unidade política e militar centralizada com o Profeta e seus aliados próximos.

Compreendemos que o Islã é fruto daquela cultura árabe do século VII que deu coesão e direção ideológica às tribos peninsulares para o movimento de expansão fulminante, que conquistou outros povos e os “transfigurou etnicamente” (RIBEIRO, 1997) em semelhantes. O conceito de “transfiguração étnica” de Darcy Ribeiro foi como uma ferramenta fundamental para a interpretação das transformações socioculturais nas Américas (DOS SANTOS, 2007) e esse foi “construído a partir de um método histórico de interpretação antropológica” (Dos Santos, 2007, p. 119) que usamos para uma interpretação similar na expansão dos árabes descrita acima. Darcy Ribeiro escreve:

Transfiguração étnica é o processo através do qual os povos, enquanto entidades culturais, nascem, se transformam e morrem. Tivemos oportunidade de estudá-lo tanto por observação direta, quanto por reconstituição histórica do impacto da civilização sobre as populações indígenas brasileiras no correr dos séculos; reconstituindo suas várias instâncias. (Ribeiro, 1997, p.257)

Sob uma conjuração única, aqueles árabes “restritos” geograficamente à península arábica criaram unidade, coesão e visão de mundo comum – “Assabiyah”²⁶, conceito de Ibn Khaldun²⁷ (1958) – para saírem de si em um momento em que os Bizantinos e os Persas estavam enfraquecidos ante suas constantes guerras (GIORDANI, 1976), os primeiros no ano de 636, na “batalha de al Yarmuk” (MACKINTOSH-SMITH, 2022), na Síria e os Persas, no ano de 637, em “al Qadisiyyah” no Iraque (MACKINTOSH-SMITH, 2022).

No processo de expansão dos árabes sua dominação não se apresenta como estranha, estrangeira, pois não só comercializavam com essa região como estavam fisicamente presentes na Palestina, antes do surgimento do islã (MASALHA, 2023). Eles não hostilizam o vencido militarmente, não estupram, não violam cemitérios ou templos, em especial cristãos e judaicos. Não forçam pela violência a conversão religiosa, rapidamente criaram canais de absorção do conquistado em certa extensão da hospitalidade árabe, da curiosidade mercantil pelo outro. Giordani (1976, p. 60) descreve, entre os fatores, que explicam a rápida expansão árabe “a tolerância com que os conquistadores trataram os vencidos, (...), não só contribuíram poderosamente no sentido de facilitar a manutenção das primeiras conquistas” como também, dirá o historiador, ajudaram nas posteriores. Sobre o aspecto de tolerância religiosa o mesmo autor descreve:

Deve-se notar que os fundamentos dessa tolerância remontam os acordos concluídos entre Maomé e os árabes cristãos de Nadjran. Essa tolerância explica que os judeus de Jerusalém tenham recebido os árabes como verdadeiros libertadores (637) e que os cristãos monofisistas de Alexandria tenham acolhido o maometano Omar (643). (Giordani, 1976, p. 61).

A islamização era antessala da arabização (transfiguração étnica) – processo de desfazer e refazer os povos conquistados em árabes. É nesse processo complexo que os palestinos de outrora se transfiguram etnicamente em árabes e a Palestina começa a adquirir os contornos fundamentais de sua milenar feição árabe.

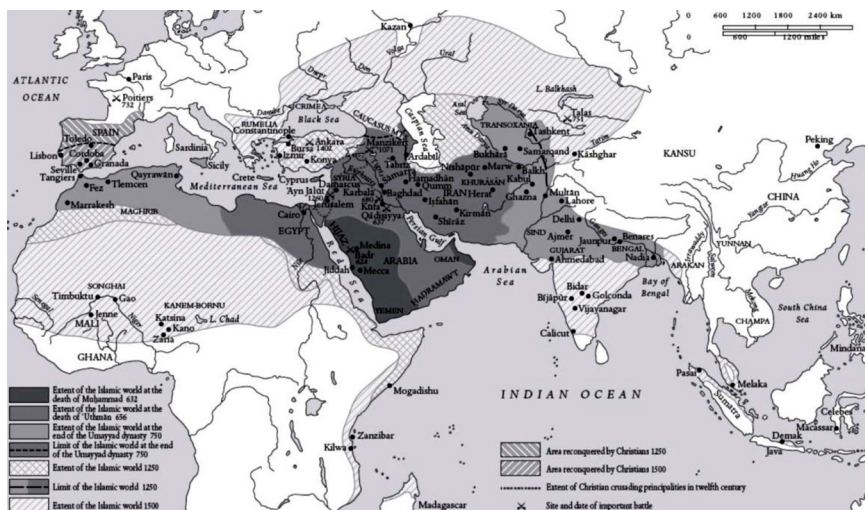
Os árabes desenharam um processo civilizacional de longo fôlego, de grande escala territorial que chegou à Espanha até a China. Foram capazes de enriquecerem sua civilização ao se deparar com culturas e conhecimentos mais sofisticados do que possuíam à época, sem negá-los ou destruí-los pela força cega da violência do conquistador, nem absorvê-los mecanicamente. O controle das grandes rotas comerciais, das cidades polos desse comércio exigia uma capacidade maior do que a mera pilhagem – a sedimentação externa ao território da península arábica foi muito importante nesse processo como demonstra a ilustração 4. Samir Amin descreve essa “revolução” dos árabes da seguinte forma:

26 Em árabe: عصبية

27 Em árabe: ابن خلدون

Em primeiro lugar, a arabização e a islamização dessa região criar as condições para uma vasta sociedade unificada (pela língua, a cultura e a religião) base objetiva do progresso das forças produtivas e, portanto, do desenvolvimento do Estado baseado no modo de produção tributário. A grande revolução que o Islã realiza na sua primeira época de grandeza é precisamente a de ter se adaptado às exigências dessa construção estatal. Sem essa revolução, o Oriente civilizado não teria provavelmente podido ser islamizado; e a passagem dos árabes apenas o teria marcado pela devastação que causou, como sucedeu por ocasião da passagem dos mongóis. Os nostálgicos do Islã dos primeiros tempos, do Profeta e dos quatro primeiros califas, recusam-se a compreender que essa fora o preço do êxito do Islã. Nesta vasta reconstrução estatal, social e cultural do Oriente e do Magreb, a produção da escolástica helenística islâmica racional cumpriu funções essenciais, mesmo quando poder guardava certas distâncias a seu respeito. Seria fastidioso e inútil enumerar todos os domínios em que se realizou progressos importantes nesse aspecto. Praticamente de todas as ciências (...) (Amin, 2021, p.63)

Ilustração 4 – Extensão do império do Islã por épocas de conquista.



Fonte: The new Cambridge history of Islam/4 (2010, p.XXI).

Talvez o conceito de “Ummah”²⁸, comunidade religiosa, possa nos ajudar a entender a não necessidade de rígidas fronteiras internas e de um desenvolvimento de Estados aos moldes europeus modernos como propõe Tamim al Barghouti (2008). A preocupação fundamental com a comunidade comum religiosa e sua unidade é uma hipótese para os árabes não tratarem da constituição de fronteiras entre si com a centralidade, que essa teve em outras experiências históricas (BARGHOUTI, 2008).

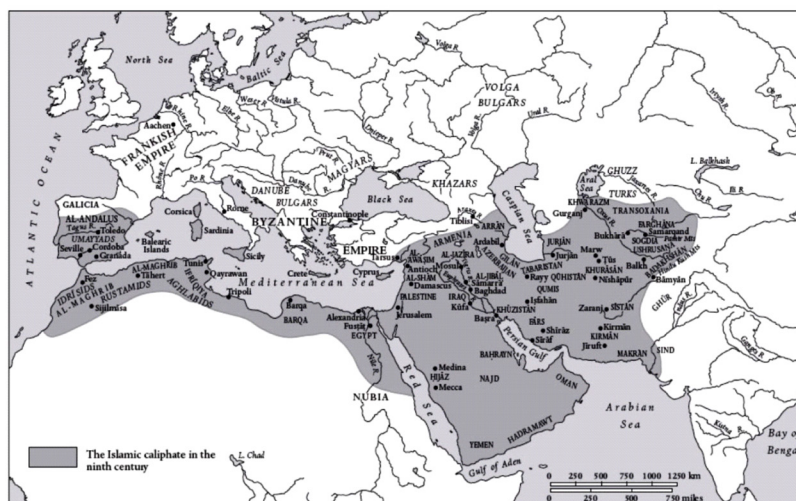
Se por um lado a flexibilidade, a capacidade de adaptação, de absorção dos árabes em expansão mostrou ser seu grande trunfo em distinção ao caminho hegemônico europeu, por outro deixava claro as fraquezas de uma instabilidade política do Império que se erguia.

28 Em árabe: أمة (إسلام)

Esse tecido social que se formava era gelatinoso e heterogêneo, sem um esqueleto capaz de lhe dar estabilidade – papel cumprido pela instituição da Igreja Católica na experiência europeia – desde a morte do profeta Muhammad²⁹ as cisões políticas já começavam aparecer e se traduziam em distintas seitas e facções religiosas – expressões de interesses sociais distintos. A falta de intuições que dessem continuidade histórica é um dos grandes dramas do mundo árabe – sempre que esse ensaiou uma tentativa de maior fôlego, essa falhava (HOURANI, 2001).

A mudança do domínio do Islã do califado dos Omíadas para os Abássidas³⁰ árabes ilustra a diversidade do mundo árabe que se formou. Giordani (1976, p.157) escreve que, de certa maneira, o califado dos Omíadas foi “uma revanche dos árabes influentes de Meca” o mesmo autor lembra (1976, p.170) que a ascensão dos Abássidas foi “a quebra da hegemonia árabe” em favor dos mawali³¹ (GIORDANI, 1976).

Ilustração 5 – Império Abássida em 800 D.C.



Fonte: The new Cambridge history of Islam/1 (2010, p.XXXI).

Foi durante o califado ortodoxo do Califa Omar Ibn al Khattab³² que os árabes, sob a coesão política-ideológico-religiosa-material do islã, se expandiram e tomaram a Palestina e al Quds³³ dos Bizantinos, em 638 D.C. (MASALHA, 2023). O historiador Hourani (2001, p.41) descreve o respeito aos lugares santos para o cristianismo e o judaísmo da seguinte forma “Umar visitou Jerusalém depois que ela foi capturada, e Mu’awiya ali foi proclamado califa” e adiciona “na década de 690,

29 Em árabe: رسول الله محمد

30 Em árabe: قائمة الخلفاء العباسيين

31 Muçulmanos de origem não árabe.

32 Em árabe: عمر بن الخطاب

33 Significa em árabe, literalmente, “A sagrada” e é assim que os árabes chamam a cidade de Jerusalém.

ergueu-se a primeira grande edificação a afirmar claramente que o Islã era distinto e ia perdurar” (refere-se ao Domo da Rocha). Essa Palestina árabe-islâmica construiu relações com as comunidades cristãs e judaicas que também se transformaram em árabes. Lembramos que nesse processo foram elementos facilitadores o idioma dos camponeses palestinos na época era o aramaico muito próximo do árabe, tribos árabes vivem na região em estreita relação com os bizantinos como a tribo dos gassânidas.

O processo civilizatório árabe fez florescer e reflorescer cidades como Cairo, Bagdá, Túnis, Fez etc. também criou bibliotecas, sendo a mais famosa a Casa da Sabedoria em Bagdá, hospitais como os famosos Bimaristan, universidades etc. (LYONS, 2011). E, de certa forma é o acabamento final do projeto helênico (AMIN, 2021), isto é, a unificação dos povos de boa parte da bacia do Mediterrâneo em direção ao extremo asiático. Desse caldo cultural nasceram, também, no adentrar da Ásia, os monumentos e mausoléus islâmicos de Samarcanda, o Taj Mahal, na África criou a Universidade de al Zahar (Egito) e a Universidade de Tombuctu (Mali) e até os mais ocidentais como palácio de Alhambra, a mesquita de Córdoba e a civilização Andaluza na Ibéria (LYONS, 2011). Sobre a importância para o conhecimento científico desse momento geo-histórico:

O árabe substituiu o grego como língua universal da pesquisa científica. A educação superior ficou cada vez mais organizada no início do século IX e a maioria das principais cidades muçulmanas tinha algum tipo de universidade. Uma dessas instituições, o complexo da mesquita al Azhar, no Cairo, foi sede de instrução ininterrupta por mais de mil anos. Os eruditos viajavam grandes distâncias para estudar com os mestres mais famosos, espalhados pelo império. (Lyons, 2011, p.77)

A decadência da civilização árabe islâmica permitiu o ascenso de outros povos, entre eles o destaque está para os turcos, que não eram “estranhos” / “estrangeiros” aos árabes. Estes estenderam o domínio de seu Império a boa parte do antigo domínio islâmico e fizeram isso estabelecendo relações profundas e fiéis com as elites árabes locais. Foi dessa forma que um povo, numericamente menor, conseguiu manter sua dominância sobre os árabes e em um território muito amplo, ou seja, incluindo as elites árabes nesse processo de dominação que chegou à Palestina, em 1517, e se estende até a Primeira Guerra Mundial (ROGAN, 2021) (ilustração 6). Os turcos sempre se esforçaram para se apresentarem como a continuação do Islã, como os seguidores fiéis do islamismo, sendo esta a forma ideológica de construção de unidade com os árabes (HOURANI, 2001). Sob esse aspecto Hourani (2001, p.230) escreve “o sultão era não apenas o defensor das fronteiras do Islã, mas também o guardião de seus lugares santos. Meca e Medina no Hedjaz, Jerusalém e Hebron na Palestina”

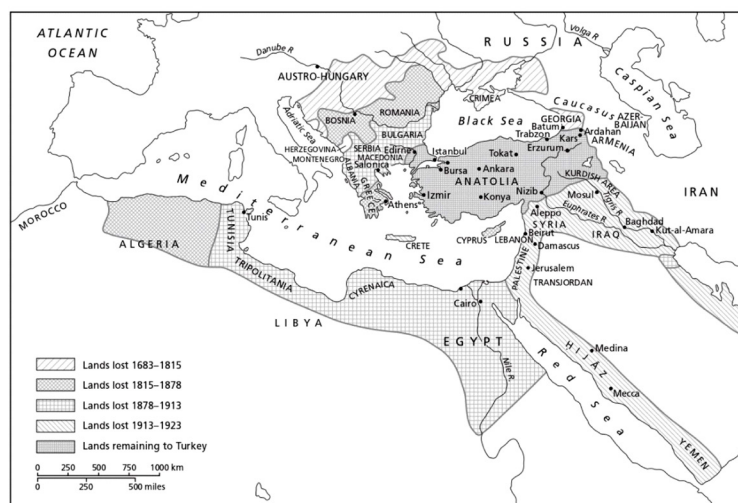
Ao longo de seus quatro séculos de domínio do Império Turco-otomano na Palestina não se pode assumir a visão simplista de que foi o tempo sem conflitos. Contudo é inegável que a hegemonia estabelecida pela amálgama entre a força militar da Sublime Porta com as elites árabes foi extremamente eficiente na dominação de classes e controle social na Palestina. Uma das quebras mais importantes dessa hegemonia na Palestina foi a experiência de um estado palestino autônomo Dhafer Al-Umar e Ahmad Pasah Al- Jazzar, no século XVIII (MASALHA, 2023). As lutas entre os camponeses contra grandes latifundiários, que surgiram após as leis de terras do Império Turco-otomano no século XIX, em 1857, são exemplos de conflitos, todavia de maneira geral a Palestina se manteve sob a mesma fórmula política por séculos (MASALHA, 2023).

A Palestina mantinha seu status religioso e importância econômica, porém como outrora (na época do Islã) não era o centro político econômico e cultural do Império Turco-otomano. As elites árabes locais mantinham suas relações umbilicais com as elites árabes regionais e com o Império Turco-otomano chegando a fazer parte do corpo administrativo do império, do seu aparato político como parlamentar dentro do Parlamento Turco-otomano e como oficiais de alta patente do exército Turco-otomano.

A constituição de famílias poderosas na Palestina se deve também a essa relação orgânica com o Império Turco-otomano, como exemplo dessa integração lembramos o palestino Musa Kazim Pasha al Husayni que ocupou vários cargos na administração turca, tanto interna como externamente à Palestina e o palestino Yusuf Diya al Din Pasha al Khalidi que além de vários cargos na administração turca foi também deputado do parlamento turco, em 1876 (KHALIDI, 2020). Isso demonstra a penetração, acomodação e articulação “pelo alto” das elites árabes e turcas.

O processo de neocolonialismo europeu dado pelo Mandato Britânico e pelo movimento judaico sionista na Palestina, nada tem em comum com a forma de articulação e integração das elites palestinas ao Império Turco-otomano. É preciso ter em mente, também que, os turcos haviam sido islamizados e até certo ponto arabizados, distintamente dos “estranhos” europeus.

Ilustração 6 – Declínio do Império Turco-otomano 1683 – 1923.



Fonte: The new Cambridge history of Islam/5 (2010, p.XXV).

Conhecer a formação geo-histórica da região sob o olhar palestino é fundamental para compreender a posição do colonizado, isto é, saber que os palestinos são parte de uma civilização milenar daquele território. É também, entender que os povos desta região possuem laços históricos entre si de forma milenar, além de muitos serem em maior ou menor grau islamizados e/ou arabizados como os persas, turcos, curdos etc. Essa civilização árabe consegue dialogar com outros povos de Ásia e África, reconhecendo e sendo reconhecida como pertencente àquela geo-historicidade.

Não é menos revelador que a região tenha sido adjetivada de “calma”, como “o remanso do mundo”, por viajantes europeus no século XIX. Como que um lugar de “águas calmas”, por séculos, se tornou algo tão turbulento e violento no século XX e nesse início do XXI? A resposta, como veremos, está no neocolonialismo europeu e na luta de resistência e libertação dos colonizados.

1.2 Neocolonização judaica sionista tardia: o processo de criação do Estado de Israel

A “civilização europeia”, nascida do capitalismo, teve em sua expansão colonial o desejo de nunca ficar fechada em si mesma, foi desde sempre uma narcisista ativa em seus encontros com o “outro”. Sua trajetória hegemônica colonial e neocolonial foi essencialmente a da exploração e dominação, valendo-se sempre de ideologias que inferiorizavam o outro colonizado como incapaz, atrasado, anímal, bárbaro, etc. (SAID, 2011).

Sua ferramenta predileta foi a violência, que subordina o outro e o reconstrói para lhe servir e parecer com sua imagem, mas nunca com status de igual. Essa face hegemônica europeia capitalista quis matérias-primas como o ouro, petróleo, ferro, minérios, madeira, café, gado, algodão, açúcar, mãos de obra escrava ou semiescrava, mercados consumidores para exportação de capitais e estabilização política em seus territórios internos, na Europa, sobre uma base colonial externa. Sobre a exportação de capitais para os mercados coloniais e seu impacto lembramos que “o tear mecânico do Lancashire, rapidamente, arruinou para sempre milhões de tecelões manuais da Índia” (Engels, 2010, p.346).

O movimento judaico sionista³⁴ tem seu nascimento nessa “Europa” do século XIX, região marcada por um processo de expansão econômica mundial capitalista e de forte traço neocolonialista (MASALHA, 2021). O século que consolidou a indústria europeia como motor econômico fundamental de parte daquele continente em busca necessária à sua dinâmica de matéria-prima, mão de obra barata e de mercados consumidores para seus produtos, criou uma nova onda colonizadora. Esse processo de neocolonialismo teve na dianteira de seu protagonismo a Inglaterra, principal Império da época, seguida da França como principal rival no continente. As demais nações capitalistas europeias à época seguiam o mesmo percurso, faziam-no de forma tardia frente as já citadas é o caso, por exemplo, da Alemanha e Itália.

Algumas das mudanças que mais marcam esse momento na Europa do século XIX são captadas por Engels na Inglaterra da seguinte forma:

(...) desde o início da revolução industrial, a concorrência deu origem ao proletariado: aumentando o salário dos tecelões, pelo crescimento da demanda de tecidos, ela induziu os camponeses-tecelões a abandonar a agricultura e dedicar-se apenas à tecelagem para ganhar mais. Vimos igualmente como o surgimento da grande exploração agrícola expropriou os pequenos camponeses, reduziu-os à condição de proletários e despejou a maioria deles nas cidades. Vimos como grande parte da pequena burguesia foi arruinada e também arremessada às fileiras do proletariado. Vimos como o capital se concentrou em poucas mãos e como a população se aglutinou nas grandes cidades. (Engels, 2010, p.117)

O capitalismo central europeu, que já havia concluído sua etapa de acumulação primitiva sobre a exploração das classes trabalhadoras internas e sobre a superexploração da força de trabalho nas economias coloniais/dependentes, incluindo na sua forma escravizada, cria um enorme e “desnecessário” excedente humano, para além de um exército de reserva, como subproduto da industrialização,

34 Movimento nascido em Europa, que unificava neocolonialismo e a questão judaica europeia, na direção da construção de um projeto de Estado judaico neocolonialista.

da formação das grandes cidades modernas e do êxodo rural, expulsa-os em uma operação de limpeza com função social de estabilização política interna. Sob esse aspecto o intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu:

Um par de décadas depois, Theodor Herzl recomenda a colonização da Palestina e o sionismo como antídoto ao movimento revolucionário que cresce na metrópole capitalista: é necessário desviar “um proletário que incute medo” para um território que “exige dos homens que eles o cultivem”. Livrando-se do “excedente de proletários e desesperados”, a metrópole europeia pode ao mesmo tempo exportar a civilização ao mundo colonial. (Losurdo, 2015a, p.170)

Externamente, esse contingente de indesejáveis serviu-lhe de pilar humano para a necessidade de expansão através do movimento neocolonialista. É como parte integrante desse movimento que se inventará Israel como tragédia do povo palestino (MASALHA, 2021; 2023), pois a Palestina histórica se situa em um espaço geoestratégico ímpar no Oriente Médio. A saber: é parte da face leste na bacia do Mediterrâneo – o que lhe dá acesso ao norte da África (Magreb) e ao sul da Europa; ao sul, através do Egito chega-se à África como também à península arábica; ao norte faz fronteira com a Síria e Líbano, conseqüentemente, está próxima da Turquia; a leste faz limites com a Jordânia e assim se estreita o espaço com o Iraque e Irã.

O intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu sobre o colonialismo judaico sionista:

Uma pergunta logo se impõe: existe alguma relação entre sionismo e colonialismo? Não há dúvida de que o sionismo, mesmo na multiplicidade dos seus componentes, se caracteriza por uma palavra de ordem inequívoca: “uma terra sem povo para um povo sem terra”! Estamos em presença da ideologia clássica da tradição colonial, que sempre considerou *res nullius*, terra de ninguém, os territórios conquistados ou cobiçados e sempre teve a tendência a reduzir as populações indígenas a uma grandeza insignificante. Ademais da ideologia, o sionismo toma de empréstimo da tradição colonial as práticas de discriminação e opressão. (Losurdo, 2020, p.45)

O movimento judaico sionista já havia tentado articular-se previamente com outras potências sem êxito – a saber, turcos e alemães – assim como suas tentativas próprias de colonização se mostraram ineficazes e pouco “atrativas” na Palestina. O que levou esse movimento, à época, a discutir internamente se não seria mais interessante a colonização de outros territórios em África e América – a saber, Uganda e Argentina (TENÓRIO, 2019). O que corrobora o papel fundamentalmente colonizador desse movimento, isto é, não importava tanto o pretenso sentido religioso, mas, sim, o território que se conseguiria para colonizar e o apoio imprescindível para fazê-lo.

Foi somente articulando-se com o Império Britânico e, por conseguinte, pon-do-se a serviço da colonização britânica na Palestina, é que o movimento judaico sionista conseguiu ter “êxito” no seu processo de colonização de povoamento com vistas à substituição da população palestina originária e destruição de seu conteúdo geo-histórico (MASALHA, 2021). Em um mundo marcado pelo imperialismo europeu de então, que recortava fronteiras em África e Ásia a partir de seus interesses, qual-quer território a ser colonizado precisava da benção de um grande poder à época – os ingleses foram os tutores dos judeus sionistas (KHALIDI, 2020).

De uma forma sintética, a “questão palestina” contemporânea foi ligada à antiga “questão judaica europeia” e ao “excedente humano europeu” criado pelo capitalismo naquele continente. A “resolução” na transferência dessa população indesejada, nos países em que ela não foi absorvida ou assassinada, para a Palestina a serviço e aos interesses do Império Britânico. O nazismo e o fechamento de outras fronteiras de imigração durante o período do ascenso do regime de extrema-direita e da Segunda Guerra Mundial impulsionaram a imigração para a Palestina (Ilustração 7), ajudando a resolver a “questão judaica europeia” e criando uma “questão judaica sionista na Pales-tina” (KHALIDI, 2020). Um fenômeno completamente alienígena ao território geo-his-tórico da Palestina e de toda a região. Sobre esse aspecto da intensa migração para a Palestina José Arbex Jr. escreve:

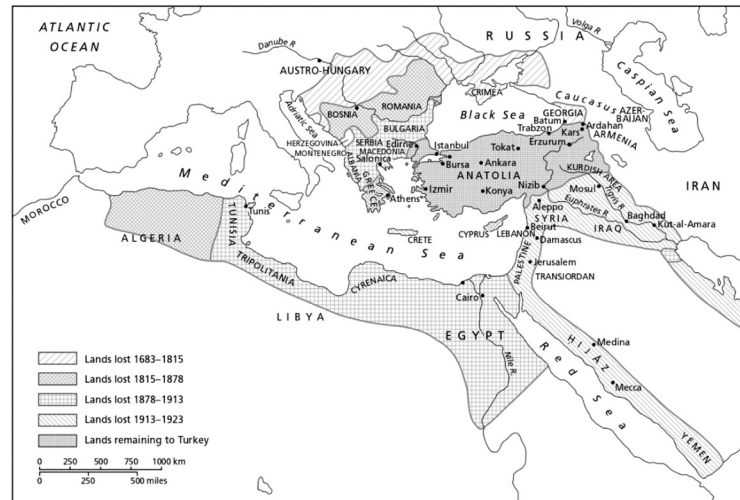
Uma das grandes consequências desse novo período da história mundial foi a intensificação da migração judaica para todas as partes do planeta, mas principalmente para a Palestina, graças à propaganda e ao estímulo sionista. Em pouco tempo, o número dos judeus na Palestina triplicou, de 10% para 30% da população. (Arbex Junior, 1997, p.131)

Rashid Khalidi complementa:

Meanwhile, a massive wave of Jewish immigration as a result of persecution by the Nazi regime in Germany raised the Jewish population in Palestine from just 18 percent of the total in 1932 to over 31 percent in 1939. This provided the demo-graphic critical mass and military manpower that were necessary for the ethnic cleansing of Palestine in 1948. The expulsion then of over half the Arab popu-lation of the country, first by Zionist militias and then by the Israeli army, completed the military and political triumph of Zionism. (Khalidi, 2020, p.22)³⁵

35 Tradução livre: “Enquanto isso, uma onda maciça de imigração judaica como resultado da perse-guição do regime nazista na Alemanha elevou a população judaica na Palestina de apenas 18% do total em 1932 para mais de 31% em 1939. Isso forneceu a massa crítica demográfica e a mão de obra militar que eram necessárias para a limpeza étnica da Palestina em 1948. A expulsão então de mais da metade da população árabe do país, primeiro pelas milícias sionistas e depois pelo exército israelense, completou o triunfo militar e político do sionismo”.

Ilustração 7 – Imigração judaica sionista para a Palestina em resposta ao nazismo e ao fechamento de outras possibilidades de imigração.³⁶



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

Aqui vale ressaltar que esse tipo de colonização, na qual a Palestina foi vítima, necessita de uma massa demográfica deslocada para lhe servir de pilar humano no processo. Sem ela, não seria possível a realização do Estado de Israel. Essa compreensão permanece até os dias de hoje na perspectiva de expansão do projeto neocolonizador. O intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu sobre essa necessidade:

Particularmente instrutiva é a recente visita de Sharon a Moscou. Ele observou o desenvolvimento na Rússia da vida cultural e religiosa da comunidade judaica: é uma espécie de “época de ouro”. Então, tudo bem? Pelo contrário, e o primeiro-ministro israelense assim prosseguiu: “Isso me preocupa, pelo fato de que nós temos necessidade de outro milhão de judeus russos”. O que angustia Sharon não é o perigo do antisemitismo, mas, pelo contrário, o da assimilação. (Losurdo, 2020, p. 53).

A expressão da Declaração de Balfour, em 1917, e do documento da Liga das Nações Unidas, em 1922, expõe de forma categórica esses objetivos publicamente. É preciso ter em mente, ao lê-los nos dias de hoje, que o colonialismo estava em alta e via a si mesmo como portador da civilização para os povos menores, que seriam colonizados. Desta forma, ambos os documentos ignoram por completo os palestinos e seus direitos sobre seu próprio território, assim como sua existência política e cultural, restringindo-os a uma menção empobrecida do aspecto religioso.

36 Tradução livre: “É estimado que 376.415 imigrantes judeus, a maioria da Europa, ingressou na Palestina entre 1920 a 1946 de acordo com os registros Britânicos”.

O documento da Liga das Nações Unidas homologou o Mandato do território ao neocolonialismo Britânico, após os acertos dos acordos de Sykes-Picot, em 1916 (KHALIDI, 2006). Entre os vencedores da Primeira Guerra, os palestinos são apresentados meramente como a população “não judaica”, ou seja, não como a população originária, amplamente majoritária, detentora histórica do território, com uma vida cultural e milenar naquele espaço (KHALIDI, 2021).

A própria abertura do documento da Liga das Nações Unidas não esconde o seu sentido imperialista ao dizer que “considerando que as principais potências aliadas concordaram, para o propósito” de dar para os britânicos as “competências de administração do território da Palestina, que anteriormente pertencia ao Império Turco, dentro dos limites que podem ser fixados por eles” (League of Nations Council, 1922, p.2) , ou seja, o acordo de potenciais imperialistas decidiu sobre território palestino e seu povo como se fossem meras propriedades particulares coisificadas. Os artigos 4 e 6 desse documento são reveladores das intenções britânicas e judaico sionistas:

Article 4 - An appropriate Jewish agency shall be recognized as a public body for the purpose of advising and co-operating with the Administration of Palestine in such economic, social and other matters as may affect the establishment of the Jewish national home and the interests of the Jewish population in Palestine, and, subject always to the control of the Administration, to assist and take part in the development of the country. The Zionist Organization, so long as its organization and constitution are in the opinion of the Mandatory appropriate, shall be recognized as such agency. It shall take steps in consultation with His Britannic Majesty's Government to secure the co-operation of all Jews who are willing to assist in the establishment of the Jewish national home.

Article 6 - The Administration of Palestine, while ensuring that the rights and position of other sections of the population are not prejudiced, shall facilitate Jewish immigration under suitable conditions and shall encourage, in co-operation with the Jewish agency referred to in Article 4, close settlement by Jews on the land, including State lands and waste lands not required for public purposes. (League of Nations Council, 1922, p.3-4)³⁷

Colonizar por transferência de uma população/ invasão e ocupação é subtrair direitos do colonizado sobre seu próprio território, isso se assemelha muito à crítica

37 Tradução livre: Artigo 4 - Uma agência judaica apropriada será reconhecida como um órgão público com a finalidade de aconselhar e cooperar com a administração da Palestina em assuntos econômicos, sociais e outros que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica na Palestina e, sempre sob o controle da Administração, assistir e participar do desenvolvimento do país. A Organização Sionista, desde que sua organização e constituição sejam apropriadas na opinião do Mandatário, será reconhecida como tal agência. Deverá tomar medidas em consulta com o Governo de Sua Majestade Britânica para assegurar a cooperação de todos os judeus que estejam dispostos a ajudar no estabelecimento do lar nacional judaico.

Artigo 6 - A Administração da Palestina, embora assegurando que os direitos e a posição de outras camadas da população não sejam prejudicados, deve facilitar a imigração judaica em condições adequadas e deve encorajar, em cooperação com a agência judaica referida no Artigo 4, assentamentos próximos por judeus na terra, incluindo terras estatais e terras abandonadas não necessárias para fins públicos. (Conselho da Liga das Nações, 1922, p.3-4)

que o intelectual marxista Domenico Losurdo faz em referência a colonização dos atuais territórios palestinos ocupados:

Critica-se a política de colonização dos territórios ocupados, mas cala-se sobre o convite aos judeus russos (ou estadunidenses, ou alemães e de todo o mundo) para migrar maciçamente a Israel: como se entre as duas coisas não houvesse nenhum nexo! (Losurdo, 2020, p.54)

Neste processo de aliança fundamental com o Império Britânico permitir-se-á a construção de um paraestado judeu sionista (KHALIDI, 2020), na Palestina, ao mesmo tempo em que sob um processo de pouco convencimento e muita repressão os palestinos serão contidos em sua resistência à neocolonização britânica e sionista. Os palestinos foram cerceados na possibilidade de autonomia, afastados dos instrumentos de poder, não possuíam acesso às armas modernas, nem a treinamento militar, não lhes eram dados acessos administrativos pelo Mandato Britânico a setores como educação, transportes, portos etc. tudo isso em completa oposição ao movimento facilitador do paraestado judeu sionista por parte no Império Britânico (KHALIDI, 2020). Desta forma a Palestina foi vitimada, pois “a promessa de criar um espaço nacional judaico, contra a vontade da população local, minou todos os esforços para formar um governo nacional” (Rogan, 2021, p.22). O jornalista Joe Sacco (2003) relata em seu livro a história de um sobrevivente da Nakba, que descreveu para ele a fragilidade produzida contra os palestinos ante o uso e abuso da força, incluso militar, dada pelos britânicos aos judeus sionistas.

É verdade que as elites tradicionais árabes palestinas se esforçaram para serem elas as interlocutoras entre o Império e o povo palestino em seu território histórico (KHALIDI, 2021). A burguesia árabe era demasiadamente frágil, a sociedade palestina era formada basicamente por camponeses, a indústria moderna era muito incipiente, assim como as classes médias e o poder oriundo do controle da terra por latifundiários constituía a base material das elites tradicionais (KANAFANI, 2015). Do ponto de vista econômico, o que se processava era a substituição de uma sociedade rural com sua elite tradicional religiosa-patriarcal-latifundiária para uma sociedade urbana industrial, baseada na transferência populacional de judeus europeus com capital conjunto dos países do centro do capitalismo (KANAFANI, 2015). Distintamente do processo de articulação que se dava entre o Império Britânico ou francês com as demais burguesias e elites tradicionais dos países árabes da região, nascidos da divisão imperialista pós-Primeira Guerra Mundial, o caso palestino sempre teve a singularidade da “transferência” (MASALHA, 2021), eufemismo usado à época para a expulsão da população originária em favor da colonizadora.

O sionismo produziu uma gigantesca operação de falsificação histórica com caráter ideológico para existir e reproduzir-se (MASALHA, 2023). Assim os mitos de uma

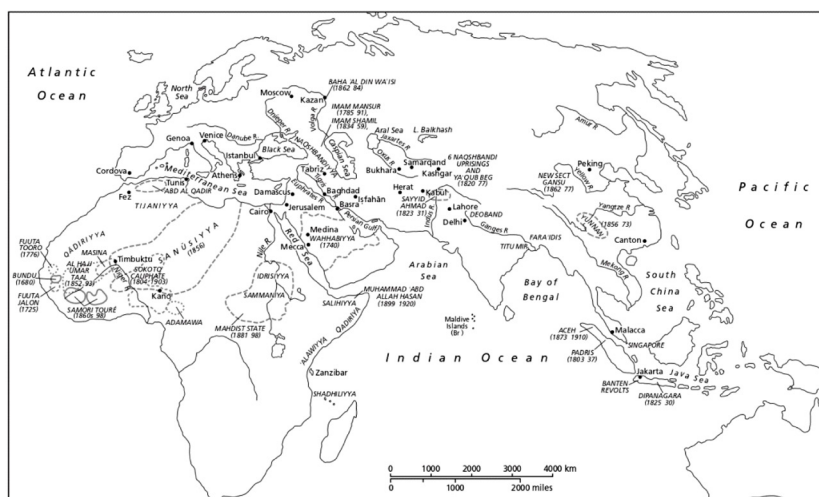
Palestina sem povo, terra prometida, hebreus que vagaram pelo mundo e retornaram etc. são repetidos e (re)significados, permanentemente, como conteúdo “nacional” de Israel (TENÓRIO, 2019). Não foi e não é uma operação menor a constante construção ideológica de justificação da existência de Israel, aliás, se constitui em uma das “vitórias” desse movimento colonizador (KHALIDI, 2020).

Quanto à política interna de Israel, o movimento palestino conseguiu gerar um consenso muito aturado de que embora existam diferenças, essas não são significativas em relação ao processo de neocolonização da Palestina. Seja qual for a posição política interna sionista, todos têm unidade na defesa da colonização como expressa muito bem o intelectual palestino Mourid Barghouti:

Quando atravessei a ponte, o líder do Liduk, Benjamin Netanyahu, aguardava contagem dos últimos votos apurados para confirmar sua vitória nas eleições. (...) Desde Ben Gurion o Partido Trabalhista constrói sobre nosso chão esses assentamentos. Os idiotas do Liduk levantam alarde e barulho ao redor de sua política de assentamento e de cada novo assentamento que eles constroem. (...) seja como for, eles ganham em ambos os casos, tanto pela deliberação delicada quanto pela tática do braço forte. Os moderados, de tempos em tempos, aprendem com os extremistas a língua do ferro. Os extremistas - quando lhes convém - aprendem com os moderados a língua da seda. E nós, donos da casa, perdemos em ambos os casos e de todas as formas. Como deixamos levantar todas essas cidades? Essas fortalezas? Esses quarteis, ano após ano? Anos atrás, Bachir Barghouti disse-me que, da varanda de sua casa em Deir-Ghassana, via luzes dos assentamentos se multiplicarem ano após ano até circundarem completamente Deir-Ghassana, e que na sombra de nosso silêncio espalharam-se, gradativamente, em todo lugar. (Barghouti, 2006, p.46-47).

1.3. Sobre o movimento de resistência e luta de libertação do povo palestino

Ilustração 8 – Resistência e reforma islâmica nos séculos XVIII e XIX.



Fonte: The new Cambridge history of Islam/5 (2010, p.XXIII).

Ilustração 9 – Conquista da independência no mundo islâmico.



Fonte: The new Cambridge history of Islam/5 (2010, p.XXII).

As ilustrações 8 e 9 nos dão um panorama histórico maior das lutas anticoloniais do mundo árabe, que se estendem ao século XXI com a luta de libertação nacional Palestina. A causa palestina está inserida no cenário maior de resistência e luta de libertação do mundo árabe e, mesmo, além desse (AMIN, 2020). Diversas formas de lutas foram gestadas nesse percurso geo-histórico, lembramos como exemplo, as respostas árabes às agressões imperialistas se apresentarem também como movimentos religiosos – é o nascimento do islã político, nos séculos XIX e XX, que adentram o século XXI (AMIN, 2020). O intelectual marxista árabe Samir Amin (2020) é um crítico desse Islã político, por entender que o mesmo representa hoje – com poucas exceções – o desejo das grandes potências imperialistas e das elites locais e regionais. Na medida em que não enfrenta nenhuma questão essencial para as classes populares, legitima a propriedade privada, a “desigualdade e todos os requisitos para a reprodução capitalista” (Amin, 2020, p.68):

O poder da rota islâmica é, em grande parte, simplesmente, o outro lado da moeda das fraquezas da esquerda organizada, que está ausente das esferas nas quais os atuais conflitos sociais estão ocorrendo. (Amin, 2020, p.69)

(...) Assim, é possível imaginar um Islã político que seja anti-imperialista, embora regressivo no plano social. Irã, HAMAS na Palestina, Hezbollah no Líbano e certos movimentos de resistência no Iraque imediatamente vem à mente. Discutir esses casos particulares mais tarde. O que afirma é que o Islã político como um todo simplesmente não é anti-imperialista, mas está completamente aliado as potências dominantes em escala mundial. (Amin, 2020, p.70)

O islã político não conheceu nenhuma forma radicalmente anticapitalista que projetasse a superação da reprodução social de exploração e opressão.

Faz-se necessário também o registro histórico, além dos papéis centrais do império Britânico e dos EUA, Israel recebeu apoio da URSS (ainda que por um período curto) e do imperialismo francês (KHALIDI, 2009). Sobre esse último além do apoio na agressão contra o Egito 1956 e no conflito de 1967 fez mais:

Crucially, France also provided Israel with the wherewithal to produce nuclear weapons, which it did surreptitiously starting in the mid-1950s, a far-reaching measure that fundamentally changed the strategic balance in the Middle East, tipping it even further in Israel's favor. (Khalidi, 2009, p.25)³⁸

A luta anticolonial palestina sempre foi também contra os impérios, que apoiaram e apoiam Israel.

O que se pretende nas próximas seções é compreender a dinâmica da resistência e luta de libertação do povo palestino até os dias de hoje, frente ao neocolonialismo tardio judaico sionista e os impérios que os apoiam e sustentam.

1.3.1 Resistência e luta de libertação anterior à Nakba

Nas suas práxis de libertação, o povo palestino desvendou, não sem traumas e dolorosas decepções, o papel das forças políticas e sociais que o cercam e o permeiam (FAYAD, 2022). Foi assim em relação ao papel do Império Britânico e dos judeus sionistas, que inicialmente foram bem-vindos, no caso britânico, festejados na Palestina, pois “ajudariam” a (re)criar um grande país árabe autônomo e livre como haviam prometido (HOURANI, 2001), as elites árabes de então. Vale lembrar que o local fora da Europa onde mais morreram pessoas decorrentes das disputas imperialistas da Primeira Grande Guerra foi no antigo Império Turco-otomano (KHALIDI, 2020). Algo aproximado a “três milhões”, o que “equivalia a 15% da população total” sendo na “maioria civis” (Khalidi, 2020, p.35), muito acima da taxa francesa de mortalidade que foi de um pouco mais de 4%, em termos de comparação.

Contudo não tardou para as promessas se esvaziarem e ficarem claras as reais intenções de estabelecer ali uma neocolônia judaica sionista de povoamento e

38 Tradução livre: “Crucialmente, França também forneceu a Israel os meios para produzir armas nucleares, o que fez clandestinamente a partir de meados da década de 1950, uma medida de grande alcance que mudou fundamentalmente o equilíbrio estratégico no Oriente Médio, inclinándolo ainda mais a favor de Israel”.

substituição populacional a serviço do Império. O papel das elites árabes regionais, que barganharam a Palestina em benefício próprio e não menos doloroso para o povo palestino, a descoberta de que a elite árabe palestina (a exemplo da regional) fez de tudo para ser o interposto entre seu povo e o Império, incluindo a sabotagem sistemática da resistência à colonização, foi um duro golpe (KANAFANI, 2015). Mesmo quando já estava “claro” que o sionismo era o interlocutor oficial dos britânicos e que esses não queriam nenhum palestino na Palestina, incluso a burguesia e aristocracia rural não houve mudança significativa na política de classe, apenas cisões individuais e de pequenos grupos (KANAFANI, 2015).

Essas ilusões foram todas desfeitas pela História, as promessas do Império Britânico eram vazias, puro e simples engodo, as elites tradicionais e a burguesia dos países árabes não tiveram nenhuma disposição real de colocar suas posições em risco em favor do povo palestino, seu apoio foi pífio e incapaz, as elites tradicionais palestinas nunca foram consequentes com uma posição anticolonialista e o faziam basicamente de forma discursiva (KHALIDI, 2020). A vacilação ou traição dessa elite custou a falta de uma direção política capaz de unificar a luta anticolonialista, já que era essa classe social que detinha tradicionalmente maior força política à época (KANAFANI, 2015).

Como dissemos, a burguesia era demasiadamente pequena e não conseguia constituir-se como uma força política capaz de romper com o colonialismo e com as elites tradicionais, por outro lado, os trabalhadores na sua forma urbana industrial era pequena e muito localizada, os que conseguiram resistir ao processo de colonização de forma mais efetiva foram os camponeses, porém politicamente sofriam por estar historicamente ligados às elites tradicionais vacilantes ou traidoras (KANAFANI, 2015).

A sociedade palestina de então era uma sociedade eminentemente agrária e de pequenas aldeias vivendo basicamente da produção do campo, com a hegemonia dessas elites tradicionais que faziam uso ideológico da religião (KHALIDI, 2020). Poucas cidades tinham alguma capacidade industrial ou trabalhadores urbanos numerosos e organizados como era o caso, em especial, da cidade de Haifa com os portuários. Não à toa será essa a cidade mais bombardeada para a criação de Israel, ou seja, destituindo os palestinos das lideranças que poderiam potencialmente dar um impulso organizativo anticolonial (KHALIDI, 2006). Toda a fundação de Israel, em 14 de maio de 1948, foi amplamente ensaiada e planejada o que incluía o isolamento de setores que pudessem ancorar uma resposta de resistência ao nascimento do estado neocolonial de Israel (KHALIDI, 2006; MASALHA, 2021).

O Império Britânico, como facilitador e promotor desse processo (KHALIDI, 2006, 2021), usou, principalmente, a cooptação sem ceder poder real para as elites tradicionais e da coerção para os trabalhadores que se rebelavam. A elite tradicional,

que dominava o campo em latifúndios, oriundos da privatização pela lei de terras do Império Turco-otomano de 1859, transformou-se em uma espécie de aristocracia rural. Aqui é preciso alertar que a perda de terras para a colonização judaico sionista não decretava a morte para a parcela mais poderosa da elite árabe palestina da época, pois a mesma possuía terras e negócios em toda a região no antigo território “Bilad al Sham”, ou seja, a grande elite árabe palestina já nasce “supranacional” dadas as fronteiras que não existiam antes da divisão entre o imperialismo francês e inglês, na região do oriente próximo.

Poucas famílias controlavam vastas porções de terra, um dos exemplos mais importantes é a família dos al Husayni. A elite árabe mais urbana, ligada ao comércio e as poucas fábricas, de al Quds, Yaffa e Nablus tinham como uma das figuras familiares tradicionais os al Nashashibi, que se revezavam nos postos de poder do período Turco-otomano, assim como não mais de uma dúzia de famílias, e se esforçavam para serem os interlocutores oficiais dos palestinos com o Império Britânico (KHALIDI, 2006). Até mesmo essa divisão das elites tradicionais, simbolicamente retratada nessas duas famílias foi largamente usada pelos ingleses para rivalizar, segmentar, fragmentar e dividir mais ainda os palestinos (KHALIDI, 2021). Para demonstrarem seu valor de uso ao colonizador, tais elites suprimiram as revoltas populares, agiam para desacreditar formas de luta, lideranças, de resistência à colonização britânica e sionista... o que servia para afirmar sua posição de força ante aos ingleses como moeda de troca no controle do povo palestino. Essa política do neocolonialismo de fragmentar o colonizado é lembrada por Jean Paul Sartre, no prefácio dos “Os condenados da terra” (FANON, p. 27) “a Europa multiplicou as divisões, as oposições, forjou classes e às vezes racismos, tentou por todos os expedientes provocar e ampliar a estratificação das sociedades colonizadas”.

Durante todo o período colonial inglês houve manifestações de luta e resistência popular, que dada a violência das repressões pelo colonialismo britânico e, posteriormente, pelos grupos paramilitares sionistas, pela sabotagem sistemática das elites tradicionais não conseguiram unificar-se e dar organicidade a um necessário e fundamental movimento de resistência de caráter nacional e anticolonialista, até a década de trinta (KANAFANI, 2015). Somente nessa década com o aumento da imigração judaica decorrente da ascensão do nazismo e do fechamento de outras fronteiras de imigração (KHALIDI, 2006), produziu-se a resolução final da questão judaica europeia para a Europa, ou melhor, a transferência dela para a Palestina, aumentando assim as tensões do processo de neocolonização. Será nesse momento que as revoltas adquirem contornos cada vez mais anticoloniais e, em especial, antissionistas.

É preciso assinalar, aqui, que a hegemonia de direção das elites tradicionais perdia força, pois delas só se esperava conciliação com os ingleses e mesmo com os sionistas. O ponto culminante dessa perda de força relativa das elites tradicionais

palestinas no movimento de resistência dar-se-á no período entre 1936 a 1939, após o assassinato do popular e anticolonialista Sheikh Izz al Din al Qassam, desencadeando uma grande greve geral que durou mais de seis meses, intensificando e eclodindo lutas populares dos palestinos em todo o território (KANAFANI, 2015) – episódio esse conhecido como a “Revolução de 1936 a 1939”.

A Revolução de 1936 a 1939 na Palestina saiu derrotada e permitiu que se gestasse definitivamente a construção da entidade sionista de Israel (KANAFANI, 2015). Esse foi o momento histórico mais importante da resistência palestina pré-Nakba (FAYAD, 2022), o grau de violência e de repressão executado pelos britânicos, em especial, e de seus aliados judeus sionistas foi brutal traduzindo-se em enforcamentos, assassinatos, demolições de casas, prisões (KHALIDI, 2006). Para Rashid Khalidi (2006, p. 108) a repressão da revolta 1936-1939 “had an impact not only on the populace, but also on the Palestinians’ ability to fight thereafter, and on the already fractured capabilities of their national leadership”³⁹. Algo aprendido e reproduzido pelos judeus sionistas na Palestina durante toda sua colonização – constante atomização do movimento de resistência e luta de libertação. Engels (2010, p.68) vê a atomização como uma “desagregação da humanidade” em pequenos organismos, “cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular”, isto é, a incapacidade de constituir-se em ser coletivo. O próprio Rashid Khalidi lembra que a ação de judeus sionistas na repressão da revolta 1936-1939, gerou um acúmulo de conhecimento colonial:

Meanwhile, the yishuv joined in the fight against the Palestinian revolt, extending its support to British repressive efforts. More Jewish policemen were recruited, trained, and armed, and existing Zionist military formations were expanded and strengthened, receiving British training and eventually acquiring valuable combat experience against the Palestinian rebels. (KHALIDI, 2009, p. 109)⁴⁰

Sobre a violência empregada nesse episódio chave contra os palestinos acrescenta:

The indigenous population was further diminished by the crushing repression of the Great 1936–39 Arab Revolt against British rule, during which 10 percent of the adult male population was killed, wounded, imprisoned, or exiled, as the British employed a hundred thousand troops and air power to master Palestinian resistance. (Khalidi, 2020, p.22)⁴¹

39 Tradução livre: “teve impacto não apenas na população, mas também na capacidade de luta dos palestinos a partir de então e nas capacidades já fragmentadas de sua liderança nacional”.

40 Tradução livre: “Enquanto isso, o yishuv entrou na luta contra a revolta palestina, estendendo seu apoio aos esforços repressivos britânicos. Mais policiais judeus foram recrutados, treinados e armados, e as formações militares sionistas existentes foram expandidas e fortalecidas, recebendo treinamento britânico e eventualmente adquirindo valiosa experiência de combate contra os rebeldes palestinos”. Yishuv é um termo hebraico para o paraestado.

41 Tradução livre: “A população indígena foi ainda mais reduzida pela repressão esmagadora da Grande Revolta Árabe de 1936-39 contra o domínio britânico, durante a qual 10% da população masculina adulta foi morta, ferida, presa ou exilada, enquanto os britânicos empregavam cem mil soldados e poder aéreo para dominar a resistência palestina”.

Pode-se dizer que, com apoio do Império Britânico proporcionando armamento moderno, treinamento militar, capacidade administrativa e facilitando toda a organização paraestatal necessária (KHALIDI, 2006), ao mesmo tempo que não permitia aos palestinos terem acesso à construção de uma resistência eficaz, seja pela cooptação de suas elites tradicionais, por assassinato de lideranças anticolonialistas, promessas falsas, destruição de casas, assassinatos, prisões, por não permitir nenhum controle administrativo importante dos árabes, pela construção de falsas estruturas de poder para iludir a elite árabe etc. (KHALIDI, 2006, 2021). Em 1948, após minuciosos planos para a expulsão do povo palestino (MISLEH, 2017) e roubo de suas terras e propriedades será consolidada a Nakba como evento fundador e necessário para o Estado neocolonialista de Israel (MASALHA, 2021).

Compreendemos que a Nakba foi a tragédia contra o povo palestino planejada que passou por vários ensaios de violência (MASALHA, 2021), com especial menção ao massacre de Deir Yassin em 8 de abril de 1948 (KHALIDI, 2006, 2021). O movimento foi ensaiado entre a saída oficial do Mandato Britânico e a declaração de fundação entidade sionista de Israel, em 14 de maio de 1948. Este plano minucioso ante a uma população que havia sido derrotada em seu principal movimento de resistência entre 1936 e 1939, incluía a destruição e o isolamento de lideranças e setores de classe sociais palestinas que poderiam assumir algum processo de resistência mais eficaz ante a criação de Israel (KHALIDI, 2006).

Os bombardeios sobre Haifa, a principal cidade portuária Palestina (KHALIDI, 2006), com uma classe trabalhadora urbana pequena, mas organizada, foi fundamental para isolar todos os trabalhadores na resistência. Da mesma forma que o isolamento de cidades, como al Quds, permitia controlar possíveis quadros individuais da elite árabe tradicional que rompessem com suas posições de classe e assumissem algum papel relevante na resistência (KHALIDI, 2006).

O grau de sofisticação dessa manobra ensaiada, incluiu ataques em três frentes, sempre permitindo um lado de escoamento da população civil para a fuga em pânico e uma forte propaganda que levou o terror à população civil (KHALIDI, 2006). Isso demonstra a importância dos ensaios terroristas dos grupos paramilitares sionistas, que logo depois se unificaram para criar seu exército oficial. Não é à toa que a fundação do Estado sionista de Israel dá-se sobre a tragédia produzida com a expulsão de 700 mil árabes palestinos e suas propriedades, casas, terras, aldeias, cidades, plantações etc. (KHALID, 2010), o que representava, à época, aproximadamente 50% da população árabe-palestina. A tentativa de destruição do tecido social pela violência é a marca de nascença de Israel.

A Nakba é mais que uma data, é um longo processo de vitimização de um povo. Não é uma catástrofe acidental, ao contrário, ela foi meticulosamente planejada e executada com todos os requintes de crueldade, uma síntese perfeita do pior da neocolonização europeia tardia (MISLEH, 2017; MASALHA, 2021). Os carrascos esperavam que as vítimas tombassem, se diluíssem ou desfizessem entre os árabes dos países vizinhos, apostavam no esquecimento da Palestina pelo seu povo, algo que se mostrou uma ilusão. A Nakba é uma tragédia civilizacional não só palestina, mas de toda a humanidade, na medida em que expõe a relação e articulação entre Império, colônia, racismo, genocídio, limpeza étnica, opressão e exploração (AMIN, 2020).

1.3.2 Resistência e luta de libertação posterior à Nakba

A Nakba desorganizou completamente o tecido social da sociedade palestina e é sob esta situação concreta, que nascerá um novo ímpeto de luta palestina das tendas de refugiados, da dor, tristeza, sensação de impotência, famílias separadas, da geração que se viu derrotada ante o poderio militar do Estado judeu sionista de Israel apoiado pelo Império Britânico (KHALIDI, 2006), o grande tutor e ativo construtor do paraestado sionista até a consolidação de Israel, mas não o único aliado.

A reação dos países árabes, todos colonizados e enfraquecidos em suas capacidades militares, políticas etc. (KHALID, 2006), não conseguiu fazer frente ao poderio de um Davi armado e treinado contra um Golias árabe debilitado pela colonização e traições de suas elites econômicas. Sob esse aspecto “religioso” da propaganda sionista – Khalidi escreve:

Establishing the colonial nature of the conflict has proven exceedingly hard given the biblical dimension of Zionism, which casts the new arrivals as indigenous and as the historic proprietors of the land they colonized. In this light, the original population of Palestine appears extraneous to the post-Holocaust resurgence of a Jewish nation-state with its roots in the kingdom of David and Solomon: they are no more than undesirable interlopers in this uplifting scenario. Challenging this epic myth is especially difficult in the United States, which is steeped in an evangelical Protestantism that makes it particularly susceptible to such an evocative Bible-based appeal and which also prides itself on its colonial past. (Khalidi, 2020, p.251)⁴²

42 Tradução livre: “Estabelecer a natureza colonial do conflito provou ser extremamente difícil dada a dimensão bíblica do sionismo, que lança os recém-chegados como indígenas e como proprietários históricos das terras que colonizaram. Em sob esta luz, a população original da Palestina parece estranha à ressurgimento pós-Holocausto de uma nação-estado judaica com suas raízes no reino de Davi e Salomão: eles não são mais do que indesejáveis intrusos neste cenário edificante. Desafiar este mito épico é especialmente difícil nos Estados Unidos, que está mergulhado em uma cultura evangélica protestante que o torna particularmente suscetível a um apelo baseado na Bíblia e que também se orgulha de seu passado colonial”.

É através da aliança com o Império Britânico que deu potência para poder executar tal ato, a ponto de podermos afirmar que nunca existiu um sionismo triunfante “solo”. O intelectual marxista árabe Samir Amin escreve:

O povo palestino tem sido, desde a declaração de Balfour durante a Primeira Guerra Mundial, vítima de um projeto de colonização por uma população estrangeira, que reserva para eles o destino dos “peles vermelhas”, reconheça-se isso ou não. Esse projeto sempre teve o apoio incondicional do poder imperialista dominante na região (ontem a Grã-Bretanha, hoje os Estados Unidos), porque o Estado estrangeiro na região criado por esse projeto só pode ser um aliado incondicional, por sua vez, das intervenções necessárias para forçar o Oriente Médio árabe a se submeter a dominação do capitalismo imperialista. (Amin, 2020, p.86)

As forças sionistas antes e após 1948 foram derrotadas militarmente por várias vezes, a exemplo, a Batalha de Karameh (KHALIDI, 2021), na rendição da Guerra do Yom Kippur frente ao exército egípcio e a vergonhosa fuga do Líbano, em 2006, frente ao Hezbollah, sempre salvas pela intervenção direta dos Impérios – o que desfaz o mito da invencibilidade militar sionista tão repetido.

Nasce uma nova fase de resistência e luta de libertação palestina que se distingue da anterior, pois, aqui, as elites tradicionais perderam o seu espaço histórico de outrora e não conseguiram ser articuladoras da relação império e o povo, acabando por saírem de cena (KHALIDI, 2006). Khalidi (2006, p.138-139) lembra que “palestinians involved in these nascent national organizations were not unmindful of the bitter experiences of the past” apontado como exemplos a serem seguidos do passado figuras como “Shaykh ‘Izz al-Din al-Qassam, and ‘Abd al-Qadir al-Husayni, both of whom had died in battle, in 1935 and 1948 respectively” e deixando ausente “any reference to the failed notable leadership of the Mandate period, which had disappeared, apparently unmourned, from the arena of Palestinian politics”⁴³. A vitória do Egito contra o imperialismo inglês e francês, em 1956, pela nacionalização do Canal de Suez foi acompanhada por um impulso de otimismo e nacionalismo entre todos os árabes (HOURANI, 2001) – foi desse emblemático momento histórico de enfrentamento com as antigas potências colonizadoras que Nasser se transformará em uma grande liderança árabe e mundial.

A sensação era de que os árabes, finalmente, poderiam virar o jogo contra as antigas potências colonizadoras europeias (HOURANI, 2001). A década de cinquenta, sobre os ventos do nacionalismo árabe, em especial o nasserismo no Egito,

43 Tradução livre: “os palestinos envolvidos nessas organizações nacionais nascentes não se esqueceram das amargas experiências do passado” / “Sheikh Izz al Din al Qassam e ‘Abd al Qadir al Husayni, ambos mortos em batalha, em 1935 e 1948, respectivamente” / “qualquer referência à fracassada liderança notável do período do Mandato, que havia desaparecido, aparentemente sem luto, da arena da política palestina”.

abriu portas para uma nova reorganização de resistência palestina que culminou, na década de sessenta, com a criação da OLP e de vários partidos palestinos. Sobre a importância do nacionalismo árabe e da figura de Gamal Abdel Nasser, o historiador Hourani escreve:

A ideia dominante das décadas de 1950 e 1960 foi a do nacionalismo árabe, aspirando a uma estreita união de países árabes, independência do jugo das superpotências e reformas sociais para uma maior igualdade; essa ideia foi encarnada por algum tempo na personalidade de Gamal 'Abd al-Nasser, governante do Egito. (Hourani, 2001, p.355)

Será dessa geração despojada pela Nakba, do tecido social violentado que surgiu uma nova forma de resistência. O intelectual palestino Edward Said chama a atenção para o quanto esse movimento nacionalista árabe, incluindo o Nasserismo, foi tributário dos palestinos:

Uma das mais importantes contribuições para a OLP veio da forte tradição nacionalista mantida viva no exílio. Em 1956, pequenos grupos palestinos haviam se formado para atacar israelenses após a ocupação da Faixa de Gaza. Em 1960 ou 1961, havia cerca de quarenta organizações palestinas no exílio, todas movidas pela ideia de retorno e hostilidade a Israel. Uma enorme quantidade de literatura – poemas, tratados políticos, história, jornalismo – apareceu quase em seguida ao primeiro refugiado deixar a Palestina. Muito dessa produção foi estimulado pelos Estados árabes, mas parte substancial foi iniciativa dos palestinos. O mundo árabe atravessava um momento importante de afirmação nacional, e os palestinos exilados ofereceram seu talento característico, bem como seu testemunho único. Se as décadas de 1950 e 1960 foram dominadas por Gamal Abdel Nasser, devemos lembrar que as ideias de Nasser sobre a unidade, o anti-imperialismo e a luta revolucionária árabe deviam muito à experiência palestina. (Said, 2012, p.223)

Até do ponto de vista estético/ simbólico profundo é possível notar isso, na liderança pré-1948 se usavam, basicamente, vestes tradicionais das elites árabes religiosas de cunho islâmico, é o caso de Hajj Amin al Husayni; já na nova fase as vestes são oriundas dos setores populares, em especial dos camponeses com o icônico lenço árabe-palestino conhecido como keffiyeh⁴⁴, imortalizado por Yasser Arafat⁴⁵, juntamente com as vestes militares para lembrar que estavam em estado de guerra contra o inimigo (KHALIDI, 2006).

44 Em árabe: كوفية

45 Yasser Arafat (al Quds, 24 de agosto de 1929 — Clamart, 11 de novembro de 2004) foi o líder da Autoridade Nacional Palestina, presidente de 1969 até 2004 da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), líder e fundador da FATA e vencedor do Nobel da Paz em 1994. Em árabe: ياسر عرفات

Foto 1 – Hajj Amin al Husayni com sua vestimenta tradicional religiosa islâmica.



Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA.⁴⁶

Foto 2 – Yasser Arafat com seu keffiyeh inconfundível.



Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA.⁴⁷

Sob o guarda-chuva da OLP, organizaram-se várias tendências políticas de espectro muito distintas em uma formação de frente única de libertação nacional. Com a estratégia de libertação de todo o território histórico da Palestina, sob o lema “do rio ao mar” (alusão do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo), são articuladas várias táticas conjuntas na luta anticolonial, em especial a armada (KHALIDI, 2006; SHARIF, 2009).

Das massas refugiadas que perderam tudo, no sentido de posses, e por vezes até todos, no sentido de familiares e próximos, é que se organizaram os militantes e as guerrilhas sob a direção de partidos e organizações que compõem a OLP. A base

46 Biblioteca do Congresso dos EUA: <https://www.loc.gov/resource/matpc.15737/?st=image> . Acesso em 12/08/2023.

47 Biblioteca do Congresso dos EUA: <https://www.loc.gov/item/2006679788/> . Acesso em 12/08/2023

fundamental será de trabalhadores expulsos à força da Palestina histórica para outros países árabes circunvizinhos ou para campos de refugiados internos ao antigo território (FAYAD, 2022). Serão esses os setores de ponta de lança das lutas de resistência, nas décadas de sessenta até oitenta, quando as “negociações pela paz” levam a OLP para os territórios internos da Palestina histórica em uma mudança de cenário e paradigma importante. Sob esse período histórico de formação dos partidos palestinos e do papel dos estudantes, o poeta e intelectual palestino Mourid Barghouti escreveu:

Devo confessar meu desinteresse naquela época pela política; eu, o palestino, filho do desastre de 1948. Fui uma ou duas vezes a encontros políticos, convidado como estudante. Isso foi na União Geral dos Estudantes Palestinos, na rua Gawad Hosni, mas logo senti não pertencer àqueles ambientes, e não servir a eles, nem eles a mim. Não repetia a experiência. Anos depois, e com o desenrolar dos acontecimentos - a derrota e o aparecimento das diversas facções de resistência -, Percebi que os anos que passei na faculdade entre 1963 em 1967 eram os mesmos em que se formavam secretamente todas as organizações de luta Palestina armada como o Fatah e Harakat Alqawmiyyin Alarab (Movimento dos Nacionalistas Árabes), que isso germinava dentro da União geral e que aqueles alunos, que convidavam, cautelosos, para as suas reuniões, estavam fazendo grandes projetos. (Barghouti, 2006, p130-131).

Os ventos da história não sopraram a favor dos palestinos. Primeiro o seu principal ponto de apoio na década de sessenta, o Egito nasserista, é derrotado e destituído por um governo que poucos anos depois assinaria acordos de normalização com Israel, em 1978, em Camp David (KHALIDI, 2009). Os palestinos tentaram reorganizar suas forças em outro território de apoio, a Jordânia, todavia o governo jordaniano se tornará extremamente hostil aos palestinos, sob pressão de Israel e dos EUA, desencadeando um processo brutal de repressão sobre a OLP, conhecido como “Setembro Negro”, em 1970-1971 (SHARIF, 2009).

O terceiro ponto de apoio que os palestinos se esforçam para se organizarem foi o instável Líbano, ex-colônia francesa, que sofre com as divisões e fragmentações internas (KHALIDI, 2014). Também criadas e potencializadas pelo colonialismo francês que, além da fragmentação e segmentação espacial, hiperpotencializou a dinâmica de disputa de comunidades “religiosas”. A presença dos palestinos precipita a guerra civil libanesa e esses são dragados nesse processo para dentro dela (KHALIDI, 2014).

Um dos capítulos que não devemos esquecer é da pródiga aliança entre a OLP e os setores da esquerda libanesa (SHARIF, 2009), que enfrentaram os setores à direita, em especial as milícias falangistas, aliadas de Israel e do Império estadunidense. Essa aliança estava em vantagem política e militar, quando o governo sírio de

Hafez al Assad, que temia a perda do controle do Líbano ante as forças palestinas e libanesas unificadas à esquerda, apoiou a extrema direita e Israel.

O fim dessa dramática situação histórica para a OLP é a invasão do Líbano, em 1982, pelas forças do exército israelense com o objetivo claro de destruir, definitivamente, a organização palestina (KHALIDI, 2014). Nos acordos firmados pelos palestinos com intermediação dos Estados Unidos, os campos de refugiados palestinos, no Líbano, seriam protegidos da ação das milícias de extrema-direita maronitas e do exército israelense (KHALIDI, 2014), em contrapartida a OLP se deslocaria para Tunísia. O intelectual palestino Rashid Khalidi explicita a troca de mensagens oficiais entre a OLP e o EUA naquele momento:

The text of the U.S. message, the first documentary evidence which could be found explicitly offering such guarantees, reads: "Regarding U.S. Government guarantees as regards security for the departing Palestinian forces along with the security of the camps. Comment: We will provide these guarantees." The P.L.O. was clearly satisfied, responding immediately: "We record the importance of the U.S. provision of guarantees ... ensuring the safety of Palestinian camps". (Khalidi, 2014, p.186-187)⁴⁸

A história registra, no período de 16 a 18 de setembro de 1982, a ocorrência dos massacres das milícias falangistas com a cooperação direta de Israel, nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, com mais 2000 pessoas assassinadas (ARBEX JUNIOR, 2002). Uma prévia do que negociar com Israel e tendo os EUA como mediador seria capaz de produzir.

Na década de oitenta, a OLP contabilizava centenas de assassinatos de suas lideranças pelo serviço secreto israelense e outros que queriam controlá-los (regimes árabes da região), pelas incursões militares que sofreram, sem pontos de apoio próximos da Palestina histórica para organizarem suas forças e separados, alguns em Túnis outros no Líbano e na Síria. Enfraquecida a OLP era sabotada ou desprezada pelos regimes Sírio e Jordânico (SHARIF, 2009) – o que produziu episódios fratricidas horríveis, no Líbano, como as "Batalhas em Trípoli" (1983) e as "Guerras nos campos" (1985-1986) (SHARIF, 2009).

Essa OLP gradativamente sofre mudanças da sua estratégia original e passa a assumir um novo paradigma, no qual a tática fundamental é a das negociações ao invés da luta armada como forma legítima de resistência e libertação, abrindo mão da perspectiva de libertação de todo o território palestino histórico e assumindo os limites

48 Tradução livre: "O texto da mensagem dos EUA, a primeira evidência documental que pode ser encontrada oferecendo explicitamente tais garantias, diz: "Em relação às garantias do governo dos EUA no que diz respeito à segurança das forças palestinas que partem, juntamente com a segurança dos campos. Comentário: Nós forneceremos essas garantias." A OLP ficou claramente satisfeita, respondendo imediatamente: "Registramos a importância do fornecimento de garantias pelos EUA ... garantindo a segurança dos campos palestinos".

definidos pela ONU na resolução 242 – o que significou, na prática, aceitar o “direito” de existência do Estado de Israel sobre território palestino (SHARIF, 2009).

Internamente, esse movimento também é reflexo do aumento da hegemonia da burguesia não deslocada, em especial da Cisjordânia, que desde a ocupação em 1967 evolui, historicamente, abrindo relações e articulações com Israel em acordos “por cima”. Aliás, já durante a década de setenta o desejo de negociações com Israel aparecem no movimento palestino, lembramos aqui como exemplo, a formação da Frente Rejeicionista, em 1974, que congregava organizações de esquerda contra abertura de negociações com Israel (KHALID, 2009). Contudo será na década de oitenta que a hegemonia dessa diretriz política se estabelecerá de forma mais evidente.

No contexto regional, o movimento nacionalista árabe perdeu força e o que vimos foi a emergência de governos que se articulavam cada vez mais com o Império estadunidense transformando a causa palestina, paulatinamente, em uma retórica vazia de seus governos até chegar à completa normalização das relações com Israel, como anunciado pelos governos dos Emirados Árabes, Marrocos, Sudão (em negociação final) e do Bahrein (FAYAD, 2022). Essa iniciativa conhecida como “Acordos Abraâmicos” fazem parte da tentativa de Israel e EUA fortalecerem suas relações no Oriente Médio, incluindo a normalização da colonização israelense e a morte da causa palestina – profundamente abalados pela luta palestina e seus apoiadores acontece hoje, na Palestina. Exceção regional a isso foi o Irã, pós-Revolução Islâmica de 1979, que manteve sua posição de apoio ao povo palestino para além do mero discurso (FAYAD, 2022).

Já no contexto internacional, os palestinos vivenciaram o refluxo marcado pela derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da emergência de um mundo unipolar sob domínio dos Estados Unidos da América, aliado histórico do Estado neocolonialista de Israel, desde o fim da Segunda Grande Guerra Mundial (FAYAD, 2022). Distintamente da dominação europeia, em especial da Inglaterra e França, nos séculos XIX e XX, os EUA emergiram sem a necessidade da fórmula “colonial clássica” das antigas potências. Sua dominação imperialista é fruto das relações de dependência econômica, hegemonia político-cultural e da gigantesca capacidade de coerção militar, não obstante o único Estado colonialista importante mantido pelos EUA, “como se fosse sua colônia ou mesmo mais um estado de sua federação”, é Israel.

As lutas populares de massa, que explodiram no território histórico da Palestina, em 1987, conhecidas como Intifada⁴⁹, a Revolta das Pedras, abriram um novo fôlego na luta de libertação e resistência do povo palestino (SHARIF, 2009), ao mesmo tempo que explicitaram o distanciamento da OLP, dessa nova geração que surgia na

49 Em árabe: انتفاضة

luta palestina. O próprio surgimento da Jihad islâmica⁵⁰ e do HAMAS, na década de oitenta (TENÓRIO, 2019), sinalizam a perda relativa de domínio da OLP como “única legítima representante do povo palestino”. É preciso assinalar que esse distanciamento foi uma construção fundamentalmente israelense, dos EUA e das elites árabes aliadas a esses, mas também em menor grau por questões internas dos palestinos.

Sob esse aspecto interno é preciso assinalar que a sociedade palestina emergente, após a Nakba, possui seu tecido social muito fragmentado, heterogêneo e disperso naqueles que foram ou não expulsos, no eufemismo judaico sionista “transferidos” (MASALHA, 2021), nos que se refugiaram no território histórico da Palestina, nos países árabes circunvizinhos, sendo que cada re-territorialização precária gera uma inserção espacial distinta, e não menos importante, um contingente menor de palestinos espalhados mundo afora.

Contudo um pouco menos da metade da população Palestina não foi deslocada à força nesse processo (KHALID, 2010). Serão esses setores, fundamentalmente, que não apresentaram perda de suas propriedades, cidades, aldeias que estavam em um primeiro momento coesionados pela tragédia com todos os outros segmentos do povo palestino que irão, após ocupação de 1967 em diante, gestar posições cada vez mais de adaptação à colonização sionista (SHARIF, 2009). Assim, quando o tempo demonstrou que o fenômeno de neocolonização tardia judaica sionista não seria algo facilmente derrotado, setores da sociedade palestina, em especial essas representações de classe não deslocadas e que não perdeu suas propriedades, tenciona, internamente, a OLP e o seu maior partido FATAH⁵¹ a abdicar de certos princípios da fundação desses movimentos.

Na atualidade, essa fração de classe estabelece abertamente negócios comuns com Israel. Ela constrói um bloco histórico que luta pela hegemonia do movimento socioterritorial de resistência e libertação da Palestina, com setores de classe média (em especial, funcionários públicos da AP e OLP) e mesmo frações de trabalhadores, parcela daqueles que têm permissão de trabalho em Israel e possuem significativas vantagens salariais por isso em relação aos que não possuem tal permissão, forçando à renúncia concreta de posições históricas da luta como a luta de libertação de todo o território palestino (BUZETTO, 2015), além da sabotagem aberta contra os palestinos que fazem resistência a Israel.

É preciso ter em conta que nesse processo de colonização Israel não fez somente uso da força, pois como processo tardio do neocolonialismo carrega consigo todo o requinte e sofisticação da “arte da dominação”. Estabeleceu

50 Movimento da Jihad Islâmica da Palestina: partido religioso islâmico, fundado 1981.

Em árabe: حركة الجهاد الإسلامي في فلسطين

51 Movimento de Libertação Nacional da Palestina: partido nacionalista palestino, fundado em 1959 e majoritário na OLP. Em árabe: حركة التحرير الوطني الفلسطيني / فتح

com essas classes sociais palestinas e frações delas relações importantes de articulação (BUZETTO, 2015). Para que essa pequena elite econômica palestina mantenha seus negócios ativos, seja de fração comercial, bancária e industrial, em especial ligada à construção civil, ela precisa manter sob controle ou em xeque o movimento de resistência e libertação nacional palestino.

Além dessa fragmentação da sociedade palestina em classes sociais com projetos distintos, existem outras na população. Internamente ao território histórico da Palestina, alguns possuem liberdade de trânsito, comércio e trabalho dadas por Israel, muitos outros não possuem tais liberdades e estão presos a uma ou algumas cidades palestinas; a falta de comunicação livre entre Ghaza e Cisjordânia, a impossibilidade de ir a al Quds são alguns exemplos (TENÓRIO, 2019; JARADAT, 2021).

Existem também aqueles palestinos que possuem cidadania israelense, sendo cidadãos de terceira classe (ARBEX JUNIOR, 2002), porém tendo mais liberdades do que os demais e, por fim, nos campos de refugiados as condições de miséria e desemprego são enormes, deixando vulnerável esses setores. Externamente ao território histórico da Palestina, vivem nos países árabes, cerca de 6,2 milhões (Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022); destes a ONU registra como refugiados 5,9 milhões (UNRWA, 2023), muitos em campos de refugiados em condições precárias de vida, sofrendo com a guerra, como é o caso da Síria, como foi do Iraque, com a crise econômica e social como a do Líbano e Jordânia.

Temos palestinos espalhados pelo mundo afora, alguns em boas condições de vida, tendo filhos e netos com cidadania e vida normalizada nesses países, tudo isso implica em complicações de estabelecer um movimento de libertação coeso. Tais dificuldades estão na ordem do dia para que os palestinos superem essas fragmentações, em uma unidade na luta necessária, a fim de libertar seu território histórico da colonização judaica sionista.

Quando examinamos a luta dos palestinos, constatamos que diferentemente do passado, quando existia predomínio do campo (KHALIDI, 2020), as lutas se tornaram mais urbanas. Percebemos também que trabalhadores refugiados, em campos externos e internos ao território histórico da Palestina, sempre foram a ponta de lança da libertação pós-Nakba (SHARIF, 2009) e, que os segmentos mais jovens da classe trabalhadora assumiram com afinco seu papel de luta, a despeito da hiperfragmentação / hipersegmentação e hiperatomização geradas pela neocolonização, não permitindo que se formasse uma lacuna geracional tão desejada pelo inimigo.

Ao longo da luta, muitas ilusões foram desfeitas como aquela defendida em determinada época pelo Partido Comunista que os trabalhadores judeus em Israel, expulsos da Europa, para o mundo em um movimento direcionado neocolonizador,

poderiam deixar a primazia da sua posição para assumir uma aliança emancipatória com os trabalhadores árabes (ISMAEL, 2004). Diferentemente dos demais trabalhadores expulsos da Europa, estes mantêm uma função neocolonizadora específica como enclave militar e político na região e como extensão da produção bélica do complexo industrial militar dos EUA. Em decorrência disto, não há movimentos políticos e sociais de esquerda potentes dentro da entidade judaica sionista de Israel, mas somente alguns poucos e heterogêneos indivíduos deste campo político sem grande peso coletivo nesta sociedade (JARADAT, 2021).

Nosso interesse na pesquisa está em situar a juventude em sua intersecção com a política de resistência e libertação. Nesse sentido, compreendemos a juventude como sendo uma força de renovação política e geracional dos movimentos sociais, sindicais, populares, organizações partidárias etc. Ela se constitui em um espaço de oxigenação dessas organizações e sua força militante é comumente traduzida na vitalidade dessas organizações. O futuro político, em especial dos movimentos populares, passa também pela participação da juventude em sua organização e vida cotidiana.

A tensão gerada entre a estrutura das organizações e a disposição militante e renovadora da juventude nem sempre é fácil, comumente é problemática e desafiadora. Veremos ao longo do texto que a tendência de estabelecer hierarquia, isto é, uma verticalização política frente aos anseios e desejos mais horizontais da juventude é um dos problemas geracionais importantes vividos pelo movimento de resistência e libertação na Palestina. Isso, porque os partidos políticos palestinos, mais sólidos e maiores, que surgiram e se organizaram nos anos 60 e que compõem a OLP o fizeram em um tempo histórico, em que a tática fundamental era a luta armada (KHALIDI, 2006). Os partidos, portanto, sempre tiveram uma estrutura muito hierárquica e braços armados com disciplina de caráter militar – estruturas rígidas dada a própria aspereza da luta concreta que enfrentam.

Essa herança na forma organizacional foi limitante na incorporação da juventude às posições de poder interna dessas organizações. O momento histórico em que esse processo se torna mais visível é a eclosão da Intifada em 1987 (TENÓRIO, 2019), um processo espontâneo, no sentido de não ser criado ou dirigido por nenhuma organização política, tendo jovens como protagonistas e que se auto-organizava na medida da evolução dos eventos. As posteriores revoltas populares na Palestina demonstram a participação política da juventude na resistência mantendo essa tendência de expressão e seu papel fundamental na luta.

No idioma árabe e na luta de resistência e libertação do povo palestino a palavra *sumud*⁵², adquiriu novos significados para os palestinos. Na sua tradução literal *sumud*

52 Em árabe: صمود

significa “firmeza” / “obstinação”, contudo a luta do povo palestino a ressignificou em resiliência/ resistência e luta (RIJKE; VAN TEEFFELEN, 2014). Esse termo passou a ser de uso mais frequente na política palestina, a partir dos anos 60, com o advento dos partidos/ agrupamentos palestinos que vieram a compor OLP. Usada nos campos de refugiados palestinos do Líbano para designar aqueles que resistiam com firmeza em defesa da causa palestina, chamados à época de “samidin” (“aqueles que são firmes”) (RIJKE; VAN TEEFFELEN, 2014).

A referida palavra já foi usada para os mártires da causa palestina nas lutas de guerrilha, na década de setenta, e mais recentemente esteve ligada aos palestinos, dentro do território histórico da Palestina, associada ideia de resiliência, resistência e luta. Assim em seu cerne sumud “expresses strength and commitment in defense of the Palestinian land and of Palestinian communities, including struggling communities outside the land”⁵³ (RIJKE; VAN TEEFFELEN, 2014, p. 94).

Essa longa história de luta (Sumud) se conecta com a juventude do presente tanto como legado quanto como fardo. Nessa perspectiva é que os jovens militantes entrevistados darão suas percepções e interpretações gerais sobre movimento nacional palestino, como veremos no próximo capítulo.

53 Tradução livre: “expressa força e compromisso em defesa da terra palestina e das comunidades palestinas, incluindo comunidades em luta fora da terra”.

CAPÍTULO 02 – MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA PALESTINA POR SUA JUVENTUDE MILITANTE

O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos. Isso decidimos não esquecer mais.
Frantz Fanon, Os condenados da terra, página 116.

Nesse capítulo trataremos da percepção de uma juventude militante, tendo como base as entrevistas da nossa pesquisa, assim como as resoluções da OLP referindo-se à visão geral sobre o movimento de resistência e libertação da Palestina e a neocolonização tardia judaica sionista, no período histórico de Oslo I até os dias atuais.

O capítulo sinteticamente expõe os dilemas gerais do movimento de resistência e libertação palestino no nosso tempo, como os “acordos de paz”, o papel da Autoridade Nacional Palestina e os desafios que o movimento tem sob a perspectiva de uma juventude militante que tem se colocado em resistência, sendo essa parte relevante para a análise proposta em nossa pesquisa. Compreendemos que a percepção política da juventude sobre a causa palestina e o neocolonialismo judaico sionista são fundamentais para a sua inserção e atuações na luta concreta.

2.1 Neocolonização judaica sionista tardia como violação da dignidade da vida Palestina

A compreensão geral do fenômeno de colonização sionista na Palestina é dada pelos entrevistados já na primeira questão. É relevante salientar que nenhum deles apresenta o fenômeno colonizador como algo positivo, civilizatório, engrandecedor, enriquecedor, gerador de desenvolvimento etc. Aspecto esse presente no conjunto total das entrevistadas, pois reforça a desmistificação do pretenso saldo positivo que o neocolonialismo propagandeava de si mesmo (CÉSAIRE, 2020) até as significativas vitórias das lutas de libertação do século passado (LOSURDO, 2020).

O neocolonialismo europeu, fruto da expansão das necessidades da economia dos países centrais capitalistas não levou o progresso e desenvolvimento para os países colonizados como alardeava à época (CÉSAIRE, 2020), levou, sim, a assassinatos, massacres, misérias, destruição, limpeza étnica em alguns locais como na Palestina, exploração e opressão (LOSURDO, 2020). Seu saldo histórico é amplamente negativo para o colonizado, em especial para os trabalhadores nesta situação.

Em seu “Discurso sobre o colonialismo”, o grande intelectual e escritor martinicano Aimé Césaire (2020), aponta que o colonialismo falava sem pudor de suas violências contra o colonizado em toda a Europa, seja nos parlamentos ou universidades, ao mesmo tempo que se apresenta ao mundo como a Europa das etiquetas, do refinamento estético, do progresso etc. Todo o momento de “cultura” dessa Europa imperialista foi também um momento de violência brutal e abjeta contra os colonizados (BENJAMIN, 2013).

O entrevistado Ghaza se expressa da seguinte forma:

O sionismo se transformou na vivência do povo palestino (...) eles roubam nossas terras e nos assassinam (...) meus direitos como cidadão, de uma pessoa que quer viver em paz, roubam os direitos da juventude.

E acaba por sintetizar o colonialismo dessa forma: “o colonialismo é como um câncer que mata os direitos do povo palestino”. Para o entrevistado Tulkarm, a colonização judaica sionista tem como papel “(...) subjugar o povo palestino, roubar suas terras, roubar a sua identidade (...)”. Já para o entrevistado Yaffa, a colonização judaica sionista é “uma arma segregadora racial (...) um ataque, principalmente, aos direitos humanos, um ataque à nacionalidade palestina”. Por fim, para o entrevistado al Quds, a colonização em questão (...) é opressão no peito do povo palestino, que é dono da terra... bloqueia o povo palestino em todas as etapas da vida. (...) pratica suas diferentes formas de preconceito e racismo. Atualmente está usando uma política de Apartheid (...).

A OLP, em 28 a 29 de outubro de 2018, na cidade de Ramallah através de seu Conselho Central Palestino exterioriza a questão do racismo também:

Segundo: Definindo a relação com a potência ocupante (Israel): O Conselho Central Palestino afirma que a relação de nosso povo e seu Estado com o governo de Israel, a potência ocupante, é uma relação baseada no conflito entre nosso povo e seu Estado sob ocupação e contra a potência ocupante e seu racismo (Israel).

Observa-se que racismo é parte de um sistema maior de opressão sistemática contra um povo (FANON, 2021) e sofreu ao longo da história sofisticções em sua apresentação. No caso israelense, essas várias “fases” de apresentação e sofisticções coexistem. Fanon (2021) lembra que o racismo é um fenômeno cultural, logo existem culturas racistas e outras não.

Para o racismo se perpetuar ao longo dos anos, ele evolui das “Escrituras” – o “povo eleito”, passando pelo biológico vulgar (tamanho de crânio, forma do nariz etc.), até argumento “científico” da biologia genética. O autor em questão (FANON, 2021)

lembra da lobotomia fisiológica dos negros em artigo “científico” patrocinado pela OMS, a análise de comportamentos – no nosso caso, como exemplo, o “comportamento suicida dos palestinos”, “a labilidade emocional dos palestinos” etc. como formas “evoluídas” de apresentação do fenômeno racista.

Fanon (2021, p.24) compreende que “não é possível subjugar homem sem logicamente inferiorizá-los de um lado a outro” e, logo em seguida, o autor conclui que “o racismo não é mais do que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta interiorização”. Assim, podemos compreender que o racismo judaico sionista dialoga com a sua origem europeia neocolonialista, usa desde as “Escrituras” até argumentos genéticos para defender seu sistema de opressão sistemática sobre o povo palestino. É preciso desumanizar o outro, inferiorizar o outro e no limite odiar o outro para dominá-lo, subjugá-lo e eliminá-lo. Fanon sintetiza esse aspecto do projeto colonialista da seguinte forma:

[...] assim, numa primeira fase, ocupante instala a sua dominação, afirma massivamente a sua superioridade. O grupo social, subjugado militar e economicamente, é desumanizado segundo um método polidimensional. Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações coletivas, opressão racional, revezam-se a níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante. (Fanon, 2021, p. 13-14)

Para a entrevistada Akka “o colonialismo sionista é fascismo... é uma ocupação fascista”. Não cabe neste estudo discutir o conceito de “fascismo” ou se ele pode ser aplicado a determinado fenômeno como a neocolonização judaica sionista tardia na Palestina, mas sim chamar atenção para a ligação entre o processo de neocolonização/ colonização europeia e o fenômeno do nazifascismo europeu.

Os métodos, conceitos, noções racistas, supremacistas, as práticas segregatórias, opressivas etc., que foram amplamente desenvolvidas e praticadas pelo colonialismo e neocolonialismo europeu em América, África e Ásia, foram tidas como positivas para o desenvolvimento europeu e defensáveis em uma época, incluso no campo da moralidade pelos europeus colonizadores (LOSURDO, 2020). No entanto, quando o conjunto similar de visões e práticas se tornam relevantes dentro da própria Europa e contra povos da Europa, em especial com o nazismo, o fenômeno adquire repulsa, inclusa moral (CESÁRIE, 2020).

Não à toa que nesse processo se criará as expressões de genocídio e o holocausto no vocabulário comum europeu, como se o ocorrido em América, Ásia e África pelo colonialismo e neocolonialismo europeu não existissem nenhum genocídio, “holocaustos” etc. Aimé Césaire em seu famoso “Discurso sobre o colonialismo” escreve:

[...] Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, senão o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, e haverá aplicado na Europa, procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África (CÉSARIE, 2020, p. 17).

O próprio Hitler vocalizava como lembra Cesárie (2020. p. 18) a seguinte sentença: “O país de raça estrangeira deverá converter-se num país de servos”, ou seja, nada distinto do que os neocolonizadores faziam nas colônias. Para a visão hegemônica europeia os horrores só são horrores quando os afetados são eles, não existe nenhum massacre na longa história do neocolonialismo europeu judaico sionista na Palestina que tenha nome especial, museus, monumentos, filmes, séries, novelas nas grandes mídias e no cinema hollywoodiano, onde se humanizam as vítimas contando detalhes de suas vidas, dando vozes a elas, mostrando o sofrimento delas etc. a exemplo do que foi feito em relação ao Holocausto.

As percepções dos entrevistados associam o neocolonialismo tardio judaico sionista ao roubo de terras, à perda dos direitos dos palestinos sobre o seu próprio território, ao cerceamento e bloqueio da vida cotidiana, à política de racismo e Apartheid que inviabiliza a reprodução social, econômica, política e cultural do povo palestino. Isso tudo explicita a clarividência dessa juventude sobre o conjunto histórico desse processo de violação da dignidade da vida palestina, em que ela e seu povo são vítimas há mais de um século, dada como referência a Declaração de Balfour de 1917 (KHALIDI, 2020).

Nenhum processo de luta de libertação se dá sem essa percepção e entendimento claros, de que se trata de uma violação injusta e indigna da vida do colonizado – tanto no presente quanto no passado. A noção histórica de que houve um tempo em que a Palestina não vivenciou esse processo de colonização e que a evolução histórica levou a uma limpeza étnica / hipersegmentação/ hiperatomiização/ desterritorialização/ re-territorialização precária do território palestino com a perda de elementos importantes para uma vida digna é fundamental para a luta do movimento de resistência e libertação anticolonialista na Palestina.

Se pensarmos a juventude, enquanto também uma sucessão geracional (WELLER, 2010), essa percepção é fundamental para a continuidade da luta de resistência e libertação do povo palestino. Entender-se como vítima desse processo, tanto enquanto povo quanto como indivíduo, assim como no tempo passado e presente, é essencial para o futuro do movimento de resistência e libertação socioterritorial, pois é um dos elementos motores da reivindicação geradora de luta (BENJAMIN, 2013). A luta anticolonial na Palestina é também reivindicar justiça e demandar todos os elementos que lhe foram subtraídos pela neocolonização judaica sionista tardia na história (FAYAD, 2022).

2.2 A era dos “acordos de paz” e seus efeitos

Desde o surgimento da OLP, na década de sessenta, as disputas entre os caminhos e rumos que ela deveria tomar sempre foram intensos (KHALIDI, 2006). Os palestinos enfrentavam “internamente” as diferentes visões estratégicas, táticas e organizacionais, já que as facções políticas palestinas sempre expressaram seus desejos de classes e de projetos políticos distintos para a OLP (ABU SHARIF, 2009). Os palestinos enfrentaram também “externamente” a pressão de governos e regimes árabes que queriam ser eles mesmos os porta-vozes oficiais da causa palestina, transformando-a em extensões de seus desejos particulares e singulares (ABU SHARIF, 2009). Assim como as pressões óbvias do imperialismo, em especial, estadunidense e do sionismo para “adestrar” essas forças políticas e sociais palestinas.

Nesse ponto é importante lembrar que o primeiro e segundo presidentes da OLP⁵⁴ eram mais alinhados a governos árabes e a ascensão de Yasser Arafat, terceiro presidente da OLP (BUZETTO, 2015), representou também a tomada da organização pelos próprios palestinos (ABU SHARIF, 2009). Eram os tempos da Guerra Fria e as tensões desse mundo bipolar repercutiam em toda região, no mundo árabe e no movimento de resistência e libertação palestino. Esses debates geraram ao longo do tempo muitos rachas, facções e dissidências, organizações deixaram de existir e outras foram criadas, contudo a leitura estratégica da libertação de todo o território histórico da Palestina, tendo como tática principal a luta armada, foi a resolução inicial que deu norte a OLP e unificou-a (KHALIDI, 2006).

Na evolução do curso da história vimos mudanças no panorama interno e externo do povo palestino que repercutiram profundamente no movimento de resistência e libertação nacional:

- A crescente aproximação e normalização das relações da burguesia árabe-palestina com Israel – com especial atenção aos segmentos não atingidos diretamente pela Nakba – teve um efeito negativo sobre o movimento de resistência e libertação nacional (BUZETTO, 2015);
- Mudanças nos campos de refugiados dos países circunvizinhos, com especial atenção ao cerceamento da política palestina e o isolamento crescente da OLP nesses países, lembrando os episódios do “Setembro

54 Ahmad Shukairi (Tabnin, 1 de janeiro de 1908 – Amã, 25 de fevereiro de 1980) foi o primeiro presidente da OLP. Em maio de 1964, foi eleito o primeiro presidente da OLP com o apoio do líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Ele renunciou em dezembro de 1967 após a Guerra dos Seis Dias em junho. Yahya Hamoudeh (1908 – 2006) foi o presidente do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de 24 de dezembro de 1967 a 2 de fevereiro de 1969, após a renúncia de Ahmad Shukeiri.

Negro” na Jordânia, em 1970-71 (ARBEX JUNIOR, 1997) e da invasão do Líbano por Israel, em 1982 (KHALIDI, 2014), também impactaram negativamente;

- Mudança da correlação de forças no Oriente Médio e nos países árabes, com ênfase na perda da força do nacionalismo árabe e com ele as leituras anti-imperialistas com forte implicação negativa sobre todos (ABU SHARIF, 2009), mas em especial no caso palestino, sobre o FATAH;
- A perda do Egito, a maior força militar e política do nacionalismo árabe traduzido no nasserismo e, por conseguinte, um importante apoio aos palestinos, que em menos de uma década assinou acordos de normalização com Israel, em Camp David (ABU SHARIF, 2009);
- A perda e o isolamento político das experiências socialistas e terceiro mundistas, no século XX, que poderiam ter sido fontes de maior apoio – de forma geral esse panorama gerou retrocessos ideológicos (LO-SURDO, 2017) e políticos na política de libertação palestina.

A década de oitenta, após a invasão do Líbano e os terríveis massacres nos campos de refugiados de Sabra e Chatila levaram a OLP para Tunísia (ABU SHARIF, 2009). Esse isolamento crescente do território histórico da Palestina e, principalmente, dos campos de refugiados dos países árabes circunvizinhos, até então a base histórica de militantes da própria organização e seus partidos, levaram em conjunto a uma reavaliação dos rumos do movimento de libertação. É preciso apontar que na contramão dessa tendência histórica, negativa para os palestinos, surgiu a primeira Intifada, em 1987 (ABU SHARIF, 2009), como uma nova luz da luta de libertação, assim como o surgimento de organizações político-militares de caráter islâmico, com especial ênfase à Jihad Islâmica e ao HAMAS, na década de oitenta, contudo esses partidos e movimentos se fizeram sem a OLP que perdia força relativa.

O processo de reavaliação e de mudança de concepções não acontece de forma homogênea em todos os partidos palestinos. Foi no campo majoritário da OLP composto, fundamentalmente, pelo FATAH que esse processo se abateu com maior intensidade. A evolução histórica descrita sinteticamente acima somada à função política e social dos assassinatos sistemáticos e permanentes de lideranças políticas palestinas, por parte de Israel, sobre todo movimento e, em especial, sobre seus melhores quadros modificou o teor do movimento.

A hiperatomização permanente do colonizado é uma das marcas de Israel, não permitir agrupamentos, organizações, partidos, movimentos etc. do colonizado pela força sempre lhe foi uma constante. Nesse sentido, lembramos no caso do FATAH, o

assassinato de Abu Jihad⁵⁵ (KHALIDI, 2006), como exemplo mais conhecido, mas não o único. O que implica dizer que os rumos de uma organização podem mudar pelo assassinato/ prisão de quadros políticos formuladores de determinadas linhas políticas. Assim como não assassinar /prender outras lideranças também tem o propósito de aceitar aquelas linhas políticas para as organizações palestinas.

Dessa forma, Israel sempre pressionou profundamente os rumos das organizações palestinas, em especial da esquerda palestina, que sofreu e sofre a maior carga imposta por Israel a seu desenvolvimento. Lembramos do assassinato de Ghassan Kanafani (FAYAD, 2022), intelectual e dirigente FPLP, como exemplo importante dessas ações e a atual prisão, desde 2006, do secretário-geral da Frente Popular de Libertação da Palestina⁵⁶, Ahmad Saadat⁵⁷ (TENÓRIO, 2019), por Israel. A respeito desse tema o intelectual palestino Edward Said escreveu:

A liderança tem sido duradoura, embora terrivelmente arranhada por vários assassinatos de líderes importantes e por vezes brilhantes, cuja perda afetou de modo significativo a força palestina: Ghassan Kanafani, Gamal Nasser, Kamal Adwan, Yousef Najjar, Abul Walid, Abu Jihad, Abu Iyad, Abul Hol. A lista fúnebre também inclui a morte na Europa de homens distintos, como Naim Khidr, Ezzedine Qallaq, Said Hammami, Issam Sartawi e Majid Abu Sharrar, cujo bom-senso político, assim como seus formidáveis talentos pessoais, foram alvo do terror. (Said, 2011, p.46)

No final da década de oitenta, precisamente em 15 de novembro 1988, torna-se pública a Declaração de Independência da Palestina redigida com ajuda de Mahmud Darwish⁵⁸ (TENÓRIO, 2019), famoso poeta nacional palestino, e assinado pela OLP que marcará o reconhecimento da existência de Israel, algo negado historicamente até então pela OLP e abrirá os processos de negociação. De certa forma, essa Declaração fechava um ciclo de mudanças de concepções e explicitava publicamente e de forma discursiva essa mudança de rumos da OLP ligada ao seu principal partido, o FATAH (BUZETTO, 2015). É digno de nota que a FPLP se manteve na posição histórica de fundação da OLP e de negação do Estado colonialista de Israel, assim como fora da OLP, o Hamas e a Jihad islâmica também negavam o reconhecimento de Israel. Na década de noventa, em especial, esses processos de negociação com Israel serão chamados pela grande mídia de “Acordos de Paz”, tendo como o primeiro momento publicamente mais relevante as Conferências de Madri, em 1991 e o ponto culminante midiático nos Acordos de Oslo I, em 1993 (KHALIDI, 2006).

55 Abu Jihad – em árabe أبو جهاد – codinome de Khalil Ibrahim al Wazir, segundo nome no comando do FATAH conhecido nacionalista palestino de orientação política de esquerda. Assassinado em 16 de abril de 1988, na Tunísia.

56 Frente Popular de Libertação da Palestina: partido da esquerda palestina, fundado em 1967, de orientação marxista-leninista e integrante da OLP. Em árabe: الجبهة الشعبية لتحرير فلسطين

57 Em árabe: أحمد سعدات

58 Em árabe: محمود درويش

Estes marcam definitivamente a mudança, agora já não mais somente discursiva mais também prática, que havia se processado principalmente na década de oitenta em que a estratégia fundamental da OLP se transforma em libertação dos territórios ocupados, a partir de 1967, tendo como tática principal o abandono da luta armada, pelo menos de forma discursiva, negociação bilateral com Israel e tendo como mediador os EUA. Na cidade de Ghaza, o Conselho Nacional Palestino – instância máxima da OLP realizou sua vigésima primeira sessão ordinária entre 22-25/4/1996, nela sintetiza esse caminho das negociações assim:

Decorre da Declaração de Independência e da declaração política adotada na décima nona sessão realizada na Argélia em 15 de novembro de 1988, que afirmou o princípio de resolver conflitos por meios pacíficos e adotar a solução de dois Estados. Com base no preâmbulo da Declaração de Princípios assinada em Washington em 13 de setembro de 1993, que incluía o acordo das duas partes de que chegou a hora de acabar com décadas de confronto e conflito, reconhecer seus mútuos direitos políticos legítimos e se esforçar para viver na coexistência pacífica, na dignidade e segurança mútuas, e para alcançar um acordo de paz justo, duradouro e abrangente e os interesses históricos através do processo de paz acordado. E com base na legitimidade internacional representada pelas resoluções das Nações Unidas sobre a questão da Palestina, incluindo aquelas relacionadas a al Quds, assentamentos, refugiados e demais questões da fase final, e a implementação das resoluções 242 e 338;

Afirmando os compromissos da Organização de Libertação contidos no Acordo da Declaração de Princípios (Oslo 1) e no acordo assinado no Cairo e nas cartas de reconhecimento mútuo assinadas em 9 e 10 de setembro de 1993, e no Acordo Provisório Israel-Palestina sobre a

Cisjordânia e Faixa de Ghaza (Oslo 2) assinado em Washington em 28 de setembro de 1995, que aprovou o Acordo de Oslo e todos os seus anexos. Baseia-se nos princípios em que se basearam a Conferência de Paz de Madrid e as negociações de Washington (...)

Essa mudança paradigmática teve repercussões nas organizações de luta do povo palestino, não somente por que abandonava formalmente a principal tática que havia marcado a luta de libertação – tática da luta armada, mas por que introduzia o direito à existência de Israel através de seu reconhecimento e como consequência limitava a libertação dos territórios palestinos as chamadas fronteiras de 1967. Aceitou-se a ideia da partilha proposta pela ONU, em 1947, contudo com um território menor ainda do que a resolução 181 previa (KHALIDI, 2006).

Observamos que, esse movimento não se deu sem discussões internas, rachas e dissidências, que aumentaram sua densidade ao longo do tempo, porém a força hegemônica do movimento palestino representado pelo partido FATAH / OLP conduziu todos os esforços para enquadrar o movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina em seu conjunto a essa nova leitura política de ação. Isso

transparece na OLP – via Conselho Nacional Palestino, instância máxima – em sua declaração da vigésima primeira sessão ordinária, entre 22-25/4/1996, que se realizou em Ghaza da seguinte forma:

Resolução sobre a construção e consolidação da Autoridade Nacional Palestina: O Conselho Nacional afirma que construir e consolidar a Autoridade Nacional Palestina como o elo central do programa de independência nacional é a primeira e principal tarefa de nosso povo palestino e de todas as forças, facções e partidos filiados à Organização para a Libertação da Palestina (...) As dificuldades que a nascente Autoridade Nacional enfrentou para proporcionar segurança, ordem e estabilidade obrigaram a tomar medidas de precaução contra as forças que se desviaram da opção democrática e colocaram em perigo os interesses nacionais supremos do povo palestino, e deram ao Governo de Israel uma nova desculpa para continuar fugindo de suas obrigações e tentar pular os acordos assinados entre os dois lados. O Conselho Nacional, ao mesmo tempo em que condena todas as tentativas destinadas a prejudicar a segurança nacional e os interesses nacionais do nosso povo, afirma a unidade da autoridade e a unidade das armas. A autoridade legítima é a Autoridade Nacional, e a arma legítima é a arma da legitimidade palestina.

Quem conseguiu dar vazão ao descontentamento palestino e se apresentou ao longo da história como antítese / oposição dessa nova posição da OLP foi o HAMAS. Sendo está uma das razões de seu crescimento político, além da capacidade financeira expostas na sua política assistencial e militar, contudo é digno de nota que o HAMAS propôs aceitar os limites dos acordos de Oslo, se Israel se retirasse dos territórios ocupados – expondo assim a não disposição israelense de cumpri-lo. Esse grupo político nacionalista islâmico surgiu no final da década de oitenta (TENÓRIO, 2019) e ganhará força na medida em que as fraquezas, derrotas e insucessos dessa nova orientação da OLP foram se apresentando.

Passados trinta anos da assinatura desses acordos é possível realizarmos um balanço do percurso escolhido, em parte, pelo movimento de libertação palestino. Essa avaliação, portanto, diz respeito aos rumos que a principal organização de libertação da Palestina, a OLP, realizou nesses anos, estendendo-se de certa forma aos rumos do próprio partido FATAH, que perdeu forças ao longo dessa trajetória. Mais importante do que isso, possibilita compreender quais os anseios e desejos do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina, surgido a partir dessa avaliação, que se abrem no presente para o futuro.

Nossos entrevistados se distinguem em duas categorias distintas:

- Jovens militantes que compreendem que os acordos representaram um erro histórico de rumos;
- Jovens militantes que ainda os defendem como via e libertação.

Entre os que nutrem a percepção de que os acordos não representam uma via verdadeira de libertação temos o entrevistado Yaffa que diz “eu interpreto como acordos falaciosos, não como acordo de paz (...) são fartos de mentiras”. Adiciona uma funcionalidade para tais acordos “(...) são acordos para diminuir as tensões e conflitos naquele momento”. Para o entrevistado Tulkarm os acordos “(...) não deveriam existir porque sempre beneficiam o lado israelense em detrimento do lado palestino”. O mesmo entrevistado complementa com que acredita ser o objetivo de tais acordos “(...) tem como objetivo destruir a identidade do povo palestino. (...) tentam destruir o espírito de resistência do povo palestino”.

O entrevistado Ghaza acredita que “(...) os acordos de Oslo, no início, tiveram um pouco impacto negativo, mas depois foi piorando”. E conclui “(...) com esses acordos nós palestinos perdemos muito”. O entrevistado faz questão de lembrar que vários integrantes de partidos diferentes do povo palestino e o povo geral se colocaram contra os acordos. Já a entrevistada Akka sintetiza como traição em suas palavras:

Para mim a Conferência de Madri é a primeira traição, porque é a primeira vez que a gente se senta com nosso inimigo na mesma mesa. Então a partir daquela época começou que ia vender a Palestina, pouco a pouco, pelos acordos de “paz” e entre aspas a palavra “paz”.

Entre aqueles que ainda os defendem como via de libertação, o entrevistado al Quds, que durante as respostas a essa questão, deixou claro sua posição de alinhamento ao seu partido FATAH. Ele diz:

(...) como palestino e como movimento de libertação da Pátria [refere-se ao partido político FATAH] ... somos obrigados a aceitar [refere-se aos acordos de Oslo]. O acordo de Oslo prometia uma situação de mudança para o povo palestino. Prometeu que em cinco anos o povo palestino teria um país independente tendo como capital al Quds Oriental.

Apesar da promessa, o entrevistado al Quds tem clareza do que aconteceu e explicita um dos objetivos da colonização com os acordos dizendo:

(...) o que ela fez foi uma política de dividir a terra Palestina. Proibindo qualquer acordo de paz que criasse uma união geográfica e territorial da Cisjordânia, Faixa de Ghaza e al Quds oriental.

O mesmo entrevistado faz questão de deixar claro que:

Nós como o povo palestino e como o movimento de libertação [refere-se ao FATAH] aceitamos os acordos de Oslo na esperança de ter um país palestino ao lado do Estado de Israel. Isso que todos os partidos e autoridades, desde a esquerda e direita israelense, estão recusando nesses últimos 20 a 25 anos desde o acordo de Oslo.

A preocupação de apresentar Oslo, como o faz o entrevistado al Quds, em uma necessidade histórica é uma das formas apresentadas pelos defensores dessa

posição. É como se as circunstâncias históricas tivessem reduzido as opções da luta de libertação da Palestina apenas a esse caminho; o que leva também, nesse momento, a ser o argumento principal de defesa da continuação desse rumo sobre a mesma alegação de que não há outra possibilidade.

Independentemente das duas categorias, isto é, daqueles que acreditam nos acordos como via para a libertação e daqueles que não acreditam, os jovens militantes entrevistados são categóricos em afirmar que a culpa do não cumprimento é, fundamentalmente, de Israel. Os entrevistados explicitam um dos sentidos fundamentais dos acordos para o colonizador, ou seja, ao não cumprir sua parte o que ele fez foi “esconder” o processo de neocolonização sob um manto de “acordos pela paz”. Serviu também, como bem lembra o entrevistado Yaffa, para colocar “panos quentes” sobre determinados momentos históricos e de maior conflito. Corroborando com essa visão o intelectual palestino Rashid Khalidi escreveu:

Israel, which appeared to the world as if it was negotiating peace with the Palestinians, was simultaneously expanding not only its settlements but also the extensive infrastructure of roads, electricity, water, and phone lines needed to sustain them. Thus it has been argued by some observers that the lasting fruit of this nearly ten-year “peace process,” which resulted in the Oslo Accords and subsequent Palestinian-Israeli accords that produced the Palestinian Authority (PA), has been the hardening of Israel’s occupation regime, and a considerable expansion of its illegal settlements. (Khalidi, 2006, p. 197)⁵⁹

Já na Declaração do Conselho Nacional Palestino – instância máxima da OLP – na sua vigésima primeira sessão ordinária, entre 22-25/4/1996, já se percebia a crítica a Israel por não cumprimento dos acordos:

Resolução sobre as questões pendentes no período de transição: O Conselho Nacional, tendo discutido o primeiro e o segundo Acordos de Oslo, considera que a Autoridade Nacional cumpriu suas obrigações e expressa sua condenação às tentativas israelenses de evadir os acordos assinados e colocar obstáculos para impedir a implementação de muitos deles, como as travessias e a passagem segura, continuar assentamentos, construir estradas, explodir casas, não libertar detidos, não retirar-se da cidade de al Khalil e outras obrigações.

É verdade que, durante os debates sobre os acordos de Oslo, houve pequenos grupos políticos e partidos palestinos que aderiram a ele “criticamente”. Estes o fizeram sobre a interpretação de que a construção de um Estado palestino, mesmo

59 Tradução livre: “Israel, que parecia ao mundo como se estivesse negociando a paz com os palestinos, estava simultaneamente expandindo não apenas seus assentamentos, mas também a extensa infraestrutura de estradas, eletricidade, água e linhas telefônicas necessárias para sustentá-los. Assim, tem sido argumentado por alguns observadores que o fruto desse “processo de paz” de quase dez anos, que resultou dos Acordos de Oslo e os subseqüentes acordos palestino-israelenses, que produziram a Autoridade Nacional Palestina (AP), tem sido o endurecimento do regime de ocupação de Israel e uma expansão considerável de seu regime ilegal assentamentos”.

naquelas débeis condições dadas por Oslo, poderia representar um avanço no processo de luta para derrotar o neocolonialismo tardio na Palestina. Introduzindo uma visão etapista da luta de libertação, primeiro libertar os territórios ocupados de 1967 e criar o Estado da Palestina sob os marcos das negociações e depois acumular forças para avançar na libertação de toda a Palestina (outras etapas). Apesar dessa esperança não ser compartilhada já naquele momento histórico por vários palestinos, partidos e organizações, como bem lembra o entrevistado Ghaza.

Sobre esse aspecto da disputa, entre os caminhos a serem tomados, o jornalista e quadrinista Joe Sacco (2003) relata um episódio ocorrido na Faixa de Ghaza, no início da década de noventa, onde jovens do FATAH, defendendo as negociações de Madri para os “acordos de paz” e, os jovens da FPLP, gritando slogans contrários, se desenrolou em uma briga generalizada, envolvendo cerca de 200 pessoas com paus e facas.

Os agrupamentos críticos a essa via das negociações foram colocados, à época, pela força e prestígio da OLP/ FATAH fora do caminho das negociações (BUZETTO, 2015). Contudo evolução histórica demonstrou serem falaciosas para os palestinos que não receberam nem sequer o Estado fragilizado aceito nos acordos. As promessas de uma unidade territorial mínima entre a Cisjordânia e a Faixa de Ghaza não se manteve (KHALIDI, 2006), até mesmo o aeroporto de Ghaza, não durou muito tempo.

Por outro lado, Oslo também é a demonstração cabal de que o sionismo não pretende ceder nem sequer a um “Estado palestino” controlado e fraco. Nesse sentido, revela que todas as formas de diálogo, incluso o submisso, foram fechadas pelos judeus sionistas – a partilha mostrou-se uma ilusão (BUZETTO 2015). A própria hiperfragmentação e hipersegmentação territorial criada pelas colônias sionistas invasoras de assalto inviabilizam fisicamente essa proposta de dois Estados.

Oslo também reflete a luta de classes interna palestina, na medida em que é defendida pela burguesia palestina como “via pacífica” em um acordo pelo alto com a burguesia israelense. Franz Fanon nos recorda sobre o movimento dessa classe social nos processos neocolonizadores:

No momento da explicação decisiva, a burguesia colonialista, que até então ficará quieta, entra em ação ela introduz uma nova noção, que verdadeiramente é uma criação da situação colonial: a não violência. Na sua forma bruta, essa não violência diz as elites intelectuais e econômicas colonizadas que a burguesia colonialista tem os mesmos interesses que elas e que se torna, pois indispensável, urgente, chegar a um acordo para a salvação comum. A não violência é uma tentativa de resolver o problema colonial em torno de um tapete verde, antes de qualquer gesto irresistível, qualquer efusão de sangue, qualquer ato lamentável. Mas se as massas, sem esperar que as cadeiras sejam dispostas em torno do tapete verde, escutarem apenas a própria voz e começarem os incêndios e os atentados veem-se então as elites e os dirigentes dos partidos burgueses nacionalistas

se precipitarem para os colonialistas e dizer-lhes: “A situação é muito grave! Não se sabe como tudo isso vai acabar, é preciso encontrar uma solução. É preciso achar um acordo”. (Fanon, 2005, p.79)

Sabendo disso é preciso fazer um apontamento histórico importante, os acordos levaram à possibilidade, pela primeira vez, do retorno de refugiados (KHALIDI, 2006), em um número pequeno frente aos 3.5 milhões à época. Mas considerável junto ao retorno ao território histórico da Palestina de Yasser Arafat – maior liderança do movimento de resistência e libertação. Permitiu uma ligação entre Ghaza e a Cisjordânia, assim como a construção do aeroporto em Ghaza sob controle palestino permitiu a construção de um aparato mínimo de segurança para a Autoridade Nacional Palestina.

Por causa dos acordos, pela primeira vez Israel desmantelou suas colônias de assalto e invasoras em parte do território palestino, ou seja, os acordos com todas as suas deficiências em um determinado momento, principalmente na década de noventa, pareciam lograr alguns pequenos êxitos para os palestinos (KHALIDI, 2006). O que até hoje é usado como forma de justificativa histórica para a adesão a essa tática. Algo como “nunca” antes no movimento de resistência e libertação havia conquistado tais feitos.

Eis por que o entrevistado Ghaza afirma que “(...) os acordos de Oslo no início tiveram pouco impacto negativo, mas depois foi piorando”. Isso deve ser levado em consideração, quando pensamos na adesão a Oslo, pelo menos em seus anos iniciais. O ilustre intelectual palestino Edward W. Said, famoso crítico das negociações, não desconsidera esses pequenos êxitos, escreve no prefácio de *Eu vi Ramallah* as seguintes palavras:

A narrativa de Barghouti, de certo modo, foi possível por causa do processo - chamado, devido a um erro grotesco, de “processo de paz” - entre a OLP de Yasser Arafat e o Estado de Israel. Iniciado em setembro de 1993 e ainda não resolvido enquanto escrevo (no começo de Agosto de 2000), esse acordo agenciado pelos Estados Unidos nem proporcionou ao verdadeiro palestino soberania em Ghaza e na Cisjordânia, nem permitiu paz e reconciliação entre judeus e árabes. Mas permitiu que alguns palestinos provenientes dos territórios ocupados em 1967 retornassem as suas casas, e é este fato feliz que dá origem as cenas da fronteira com as quais *Eu vi Ramallah* se inicia. Como Barghouti rapidamente descobre, a ironia é que, embora haja oficiais palestinos na ponte sobre o Rio Jordão que separa o reino Hashemita da Palestina, militares israelenses, homens ou mulheres ainda estão no comando. Como ele concisamente nota, “os outros continuam sendo os senhores desse lugar”. Mas, enquanto ele, que é da Cisjordânia, pode realizar a visita que narra aqui com tanta eloquência, a esmagadora maioria dos palestinos (aproximadamente 3,5 milhões) são refugiados dos territórios ocupados em 1948 e, portanto, não podem retornar nas presentes circunstâncias. (Barghouti, 2006, p.8)

Sobre o impacto “positivo” dessas pequeninas ações, a totalidade do processo foi posta de lado. Junto a isso, o que vimos nos acordos que se sucederam foi

concessões cada vez maiores a Israel e cada vez menos movimentos de Israel para cumprir sua parte. O prestigiado intelectual palestino Edward Said escreveu:

Isso porque, apesar das ameaças e da difamação que qualquer defensor sincero dos direitos e da autodeterminação palestinos traz para si, a verdade merece ser dita e representada por um intelectual sem medo e compassivo. Isso se tornou ainda mais verdadeiro à luz do resultado da Declaração de Princípios de Oslo, assinada em 13 de setembro de 1993, entre a OLP e Israel. A grande euforia gerada por esse avanço extremamente limitado obscureceu o fato de que, longe de garantir os direitos palestinos, o documento, com efeito, garantia o prolongamento do controle israelense sobre os territórios ocupados. (Said, 2005, p. 103)

Mais do que as limitações dos acordos o Conselho Central Palestino realizado, em Ghaza, entre os dias 9 a 10 de setembro de 2000, contou com 113 dos 127 membros e declarou o não cumprimento de Israel:

O Conselho Central ouviu relatórios detalhados do Presidente Yasser Arafat, membros do Comitê Executivo e da delegação negociadora palestina, sobre os desenvolvimentos do processo político em todos os níveis.

Embora o Conselho aprecie todos os esforços dos irmãos e amigos que desejam a paz no Oriente Médio para avançar nas negociações na via Palestina. No entanto, a verdade é que todos esses esforços se chocaram com a clara intransigência israelense em relação à implementação dos acordos e resoluções assinados de legitimidade internacional, dos quais se destaca a implementação da Resolução 242 do Conselho de Segurança sobre a retirada israelense para as fronteiras de 4 de junho e Resolução 194⁶⁰ da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o direito dos refugiados de retornar às suas casas e indenizações sobre eles.

A Organização para a Libertação da Palestina deu todas as oportunidades possíveis e implementou todas as suas obrigações para estabelecer uma paz abrangente e justa, incluindo a extensão da fase de transição de acordo com o acordo de Sharm al-Sheikh até 13/09/2000. Comprometeu-se com diligência, flexibilidade, responsabilidade e seriedade nas negociações intensivas sobre as questões do status final relacionadas aos refugiados de al Quds, fronteiras, etc.; no entanto, em todas as rodadas de negociações, as negativas israelenses estavam completamente em contradição com a referência ao processo de paz e a evasão israelense de implementar os direitos decorrentes.

Essa evolução chegou ao ponto de Israel não cumprir absolutamente nenhuma das suas obrigações e culpar os palestinos por tais atos. Talvez os mais gritantes desses atos seja a permanente política de invasão de novas colônias em todo o território palestino ocupado, a despeito de todos os acordos assinados.

Aqui, vale notar um elemento constante da política externa israelense, que é o descumprimento de todas as resoluções da ONU que não lhe interessam. Isso é

⁶⁰ RESOLUÇÃO 194 DA ONU - De 11 de dezembro de 1948 garante o direito de retorno dos refugiados para a Palestina.

feito sem nenhuma retaliação dada a posição dos EUA, no conselho de segurança da ONU, servindo de anteparo protetor do Estado neocolonialista de Israel. O intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu sobre isso:

É sabido de todos que Israel viola sistematicamente as resoluções da ONU. Porém os intervencionistas “democráticos” de nossos dias apaziguam facilmente sua alma declarando-se favoráveis também eles ao reestabelecimento da legalidade internacional não só no Kuwait, mas também na Palestina ou alhures. Só que omitem uma particularidade nada desprezível: em um caso, o reestabelecimento da legalidade internacional é conjugado no indicativo, ou no imperativo, com a sustentação moral de fato fornecida por selvagens bombardeios aéreos; nos outros casos, é conjugado em um condicional bastante vago, e situado em um futuro um tanto remoto e assaz problemático. É uma tal disparidade de comportamento que, no plano jurídico, constitui a negação da objetividade das normas do direito internacional; e no plano moral certamente não está isenta de alguma hipocrisia. (Losurdo, 2015b, p. 70)

A juventude militante palestina, com quem dialogamos, percebe e compreende esse movimento, ainda que “não tenha” clareza de como resolvê-lo do ponto de vista do movimento de resistência e libertação, isto é, qual a forma e novo conteúdo que ele tomará, pois sabem que Israel não cumprirá a sua parte em nenhum acordo. As indicações de aumento das organizações armadas, organizadas em partidos e novas como as de Nablus e Jenin de 2022/2023, as pesquisas de opinião pública palestina crescente a favor da luta armada e a redução da força política dos defensores das negociações apontam para uma linguagem da violência – a única que Israel entende. O Palestinian Center for Policy and Survey Research (2023), conduziu pesquisas de opinião pública publicadas em junho de 2023, sobre a escalada armada alguns dados:

71% of the public (79% in the Ghaza Strip and 66% in the West Bank) say they are in favor of forming armed groups such as the “Lions’ Den” and the “Jenin Battalion,” which do not take orders from the PA and are not part of the PA security services; 23% are against that.

80% say they are against the surrender of the armed groups’ members and their arms to the PA in order to receive protection against Israeli assassination; 16% say they are for it.

The vast majority (86%) says the PA does not have the right to arrest member of these armed groups in order to prevent them from carrying out attacks against Israel or to provide them with protection; only 11% say they favor it.

A majority of 58% expects these armed groups to expand and spread to other areas in the West Bank; 14% expect Israel to succeed in arresting or killing their members; and 16% expect the PA to succeed in containing or coopting these groups. (Palestinian Center for Policy and Survey Research, 2023)⁶¹

61 Escalada armada: 71% da população (79% na Faixa de Ghaza e 66% na Cisjordânia) dizem ser a favor da formação de grupos armados como a “Cova dos Leões” e o “Batalhão Jenin”, que não recebem ordens da AP e não fazem parte dos serviços de segurança da AP; 23% são contra isso. 80% dizem ser contra a entrega de membros de grupos armados e suas armas à Autoridade Nacional Palestina para receber proteção contra o assassinato israelense; 16% dizem que são a favor. A grande maioria (86%) diz que a AP não tem o direito de prender membros desses grupos armados para impedi-los de realizar ataques contra Israel ou para protegê-los; apenas 11% dizem ser a favor. Uma maioria de 58% espera que esses grupos armados

Até mesmo a OLP, em sua declaração emitida pela reunião dos membros do Conselho Central Palestino de 9 de maio de 2022, retorna a assumir a resistência “por todos os meios legítimos”, coisa que o povo palestino já estava fazendo:

Décima sétima: Reafirmar o direito do povo palestino de resistir à ocupação israelense por todos os meios legítimos de acordo com a Carta das Nações Unidas, forçá-lo a deixar nossa terra e extrair todos os nossos direitos inalienáveis de independência, soberania e o direito de refugiados a regressar às suas casas e propriedades de onde foram arrancados à força e a viver no Estado da Palestina independente, com al Quds al Sharif como capital, de acordo com as resoluções de legitimidade internacional relevantes.

Depois, de quase três décadas defendendo a exclusão da luta armada, as declarações da OLP (re)apontam (ao menos textualmente), não explicitamente, essa forma de luta como legítima – o que constitui uma orientação política também, para a juventude.

2.3. Os desafios gerais do movimento de libertação da Palestina

Observamos que os jovens militantes participantes da pesquisa conseguem fazer leituras sobre as necessidades de correção de rumos e desafios postos para o conjunto do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina. Optamos em dividir as formulações dos entrevistados em duas categorias:

1- Desafios internos do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina;

2- Desafios externos ao movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina.

Obviamente que, os dois elementos estão interligados para o conjunto de um movimento político de resistência e libertação. Trata-se, apenas, de uma melhor organização da apresentação deles ao leitor.

Nos desafios internos do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina temos:

2.3.1 Desafio de superar Oslo e a Autoridade Nacional Palestina

Para o entrevistado Tulkarm, os desafios do movimento são uma espécie de correção de rumos em que ele expressa da seguinte forma:

se expandam e se espalhem para outras áreas da Cisjordânia; 14% esperam que Israel consiga prender ou matar seus membros; e 16% esperam que a AP consiga conter ou cooptar esses grupos.

O primeiro desafio é acabar com esses acordos. (...) o outro é a Autoridade Palestina que está do lado sempre do sionismo. (...) essa Autoridade deve cair... acabar. E com ela todos os acordos que assinou como os de Oslo.

Para ele AP encarna a perda da perspectiva de luta e resistência quando diz que:

(...) ela ensina, por exemplo, que não deve ter resistência e luta. Que temos que reconhecer a entidade sionista como parte da terra (...). (...) isso é ensinado nas escolas para uma geração inteira para se compactuar com a colonização.

Ele é categórico ao afirmar que “(...) o FATAH e a AP são a mesma coisa, é como um câncer crescendo na Cisjordânia fazem de tudo para impedir a resistência palestina de todas as formas”.

Na mesma linha de compreensão política a entrevistada Akka compreende que:

[...] o maior desafio é a gente conseguir tirar a Autoridade Palestina. Tirar o poder da Autoridade Palestina que é o FATAH, com toda essa milícia que domina a Autoridade Palestina. De uma forma que são a mão direita da ocupação Israelense.

Para uma grande parcela dos palestinos os tratados desde Oslo I representaram um erro, na medida em que a evolução histórica apresentou a real intenção de Israel, isto é, a de não abdicar de sua posição neocolonizadora e invasora. Isso é sugerido pelo conjunto de dados da pesquisa Palestinian Center for Policy and Survey Research (2023), citamos alguns como pela defesa da solução de dois estados ser baixa (28%), a leitura que a manutenção da AP é de interesse de Israel (63%) e pelos índices altíssimos de reprovação do presidente Abbas (80%).

Mesmo entre aqueles que ainda permanecem na defesa dessa via, têm clareza da falta de vontade política de Israel, contudo acreditam que uma “pressão internacional” seja capaz de fazer Israel cumprir os acordos. Essa “esperança”, há anos repetida, se apresenta também na Declaração do Conselho Central Palestino, realizada em Ghaza, entre os dias 9 a 10 de setembro de 2000, reunião contando com 113 dos 127 membros que diz:

Apelamos aos patrocinadores do processo de paz, especialmente os Estados Unidos, para que se envolvam diretamente e com a participação árabe nas negociações das próximas semanas, garantindo sua seriedade e chegando a um acordo final com base nos termos de referência para o processo de paz.

Essa compreensão é também uma forma de orientação política para o movimento geral que marcou essa fase da OLP, incluindo a juventude. Reavaliar os rumos

do movimento de libertação sempre é um processo doloroso, pois envolve necessariamente o acerto de contas consigo mesmo. No caso, envolve um acerto de contas, que também é geracional, de uma juventude nascida à época dos acordos e que só viu ao longo do tempo neocolonização avançando. A mesma juventude que produziu duas outras Intifadas e centenas de outras formas de resistência, como a Grande Marcha do Retorno em 2018, em plena vigência da “tática das negociações” indica na prática outro caminho (TENÓRIO, 2019).

No pano de fundo teórico está uma compreensão política fundamental que distingue quem realmente luta pela libertação da Palestina (excluindo os setores da sociedade palestina que fazem a normalização com Israel) em dois blocos: os que “ainda” acreditam nos acordos de negociação, estão hegemonizados pela visão de mundo da burguesia palestina (perdendo forças) e os que não acreditam mais ou nunca acreditaram nessa via.

A visão de que o neocolonialismo precisa ser derrotado para estabelecer qualquer forma de negociação em pé de igualdade é um elemento histórico das lutas de libertação em África e Ásia. Não há nenhum caso na história em que o neocolonizador abdica de sua posição sem luta, sem derrota, mais ainda em contextos militarizados como o caso do Vietnã (VISENTINI, 2016) e Argélia (YAZBEK, 2010), a derrota também foi militar.

Frantz Fanon em “Os condenados da terra” explicita isso muito bem:

[...] Quando, em 1956, depois da capitulação de Guy Mollet diante dos Colonos da Argélia à frente de libertação nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só desiste com a faca na garganta nenhum argelino achou esses termos violentos demais. O panfleto só fazia expressar o que todos os argelinos sentiam no mais profundo de si mesmos: o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é a violência em estado natural e só pode se inclinar diante de uma violência maior. (Fanon, 2005, p. 78 e 79)

De forma que aqueles que realmente lutam pela libertação da Palestina e que acreditaram na via de negociação, especialmente na década de noventa, vem diminuindo seu número expressivamente, assim como sua relevância política – esse é um dado novo na política interna palestina.

2.3.2 Desafio de manter o movimento de libertação

Para o entrevistado Ghaza um desafio é o “(...) próprio povo palestino enfrentar o colonialismo” pois a sua compreensão a “(...) maioria do povo quer viver

sem guerra, em paz, sem expulsões e sem Apartheid”. Ele exterioriza aqui, as dificuldades da manutenção de um movimento de resistência político dessa magnitude e por um tempo indeterminado.

A reprodução de um movimento social e popular de resistência e libertação anticolonial depende de muitos fatores, entre esses o papel da própria juventude como fonte de renovação e de permanência da luta. O neocolonialismo tardio judaico sionista através das prisões, assassinatos, destruição de casas, destruição de plantações, controle dos recursos naturais como a água e o mar/ céus, com o cerceamento da economia do colonizado etc. tenta produzir permanentemente uma sensação de derrota e de fim da história para o colonizado.

Cabe ao movimento de resistência e libertação produzir uma concepção contra-hegemônica em que só a luta conquistará uma vida digna para todos os palestinos. Esta concepção não pode ser apenas momentânea, ela deve reproduzir-se constantemente no interior povo palestino, o que significa dizer que o desafio é gigantesco, visto que para tal é preciso alimentá-la com vitórias políticas. Nenhum movimento de libertação pode manter-se sendo permanentemente derrotado nos campos ideológico, militar, cultural etc. É preciso dizer que quando observamos a força de opressão em sua intensidade e brutalidade contra o povo palestino ao longo de mais de um século, tendo como referência a Declaração Balfour de 1917 (ARBEX JUNIOR, 1997), o povo palestino é um vitorioso em sua resiliência e resistência. Sobreviver, resistir e lutar contra a carga imposta pelo neocolonialismo auxiliado pelos impérios que o suportam é uma tarefa monumental que os palestinos conseguem fazê-lo (KHALIDI, 2020).

2.3.3 Desafio das táticas do movimento de libertação

Para o entrevistado al Quds, as táticas chamadas de “movimento popular de resistência”, que exclui a luta armada, são as formas mais importantes e efetivas da luta Palestina. Ele cita o êxito na:

(...) luta contra a colocação de portões de acesso e controle israelenses na Esplanada das Mesquitas durante o governo Netanyahu (...) presos em greve de fome que não aceitam as decisões jurídicas de Israel. (...) a resistência popular venceu e mostrou ao mundo a vitória palestina.

Isso o distingue da posição favorável à luta armada dos entrevistados Ghaza e Tulkarm, sinalizado ao longo da entrevista. A OLP sempre enfatiza as formas de resistência popular como na reunião do Conselho Central Palestino em Ramallah, nos

dias 4 e 5 de março de 2015, aqui falando também sobre o BDS e a solidariedade mundial com a causa palestina:

[...] o Conselho Central afirma a continuidade da campanha de boicote aos produtos israelenses como forma de resistência popular, além de convocar todos os povos livres do mundo e os comitês de solidariedade com o povo palestino a continuarem a campanha de boicote, punição e retirar os investimentos de Israel, desde que continue a ocupação e a política de discriminação racial, boicotar quaisquer empresas que apoiem a ocupação e o assentamento.

Tal orientação da OLP foi marcante para toda juventude durante essa fase – a exclusão da luta armada e a afirmação da resistência popular. Boa parte dos movimentos de resistência e libertação anticolonial, ao longo do século XIX, foram de luta armada também. É verdade que a construção desses movimentos depende de muita ajuda e que os palestinos ao longo dessa história recente perderam esses pontos de apoio.

Não se pode abandonar a ideia de que as táticas utilizadas para a libertação têm que ter um leque maior, o que engloba aquilo que o entrevistado chama de “resistência popular” e a própria luta armada. O boicote que visa o desinvestimento em Israel, as organizações de direitos humanos, as passeatas e manifestações pacíficas, os espaços internacionais na ONU e em outras organizações, a articulação com partidos e movimentos populares em todo o mundo etc. e a própria luta armada parecem ser ainda o horizonte do movimento de resistência e libertação palestino. Reduzir a luta a uma única tática pode dar a ela uma maior força, mas corre o risco de desagregar e perder um conjunto de forças maiores dispostos a atuarem em outras frentes.

Outro debate inclui a “eficiência” da tática armada, isto é, seria essa tática eficaz diante de um Estado belicista e militarmente forte com o suporte do Império estadunidense, uma via para os palestinos, que desejam a libertação nacional? Por uma simples equação de relação de forças direta essa tática se mostraria definitivamente um erro, contudo as relações de forças não se mantêm eternamente no mesmo patamar e, mais importante ainda, na política de libertação nacional a tática armada não se restringe a uma “razão da eficiência militar”, ou seja, ela tem outros papéis.

Dentre estes, um muito conhecido dos palestinos foi amplamente usado na década de setenta que fez retornar a questão Palestina ao debate internacional: a luta armada, incluindo táticas de terror, que trouxe os palestinos novamente para a “existência” midiática do ocidente político e das grandes potências. Lembramos, como exemplo o sequestro de aviões realizado por Leila Khaled⁶², militante revolucionária da FPLP, em 1969, de um voo da TWA (BUZETTO, 2015), na rota de Roma para Damasco.

62 Leila Khaled (árabe: لیلی خالد) nascida em 9 de abril de 1944, é uma refugiada palestina, militante e membro da Frente Popular para a Libertação da Palestina (PFLP).

Leila forçou o piloto a sobrevoar Haifa, para que ela pudesse olhar para a sua cidade natal, a qual ela não tinha permissão para visitar e depois, em 1970, o jato israelense El Al que viajava de Amsterdã. Durante esse sequestro, devido à presença de guardas armados no avião, seu camarada Patrick Arguello (YUROW, 2019) – um internacionalista da Nicarágua – foi martirizado.

A luta armada tem outros papéis: tensionar o inimigo a uma posição de permanente alerta, estressar militar/ social e economicamente o invasor, realizar justificações, estabelecer disciplina organizativa, etc. é a única capaz de regimentar parcela importante dos jovens e daqueles indivíduos que perderam tudo e todos, familiares, casas etc. pelos ataques de Israel, ela acaba dando sentido de vida e de luta para muitos palestinos. Seu papel na disciplina é muito conhecido de todas as organizações palestinas, facilmente observável nos palestinos e seus movimentos dentro das prisões israelenses.

Pode-se dizer que, são os palestinos provenientes da luta armada que organizam todos os demais prisioneiros e estabelecem uma disciplina de deveres e papéis dentro da prisão. Parece importante salientar que a luta armada também desnuda a face opressiva da neocolonização tardia judaico sionista, ela faz com que o inimigo tenha que apresentar-se como realmente é. Em síntese, o que descrevemos é que, em uma luta anticolonial todas as formas podem adquirir legitimidade se o invasor/ocupante se utiliza da violência aberta, como é o caso constante e obstinado de Israel contra o povo palestino.

Franz Fanon, com sua formação médica em psiquiatria, nos lembra também dos efeitos psicológicos da violência do oprimido nesses contextos de neocolonização:

No nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Ela livra o colonizado do seu complexo de inferioridade das suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Ela o torna intrépido, reabilita-o aos seus próprios olhos. Mesmo se a luta armada foi simbólica e mesmo que ele seja desmobilizado por uma descolonização rápida, o povo tem o tempo de convencer-se de que a libertação foi um problema de todos e de cada um, que o líder não tem mérito especial. A violência eleva o povo à altura do líder (Fanon, 2005, p.112 e 113).

A luta armada nesse contexto extremo pode ser terapêutica – em uma proposta antipsiquiátrica. Não existem insurreições, revoltas e mesmo processos mais profundos como revoluções sem uma dimensão da força vingativa (BENJAMIN, 2013). A vingança sempre foi um sentimento de força dos explorados e oprimidos em suas lutas, quem clama pela exclusão desse sentimento trai essa potência que é redentora (BENJAMIN, 2013). Só pode vingar a história quem dela foi vítima.

A revolução nacional libertadora palestina, que o movimento pretende, não pode excluir essa potência vingativa.

Os que advogam a tese de que a luta armada corresponderia a um erro também o fazem salientando o papel de uma resistência pacífica. Segundo esses diminuiria o número de vítimas palestinas e não daria o argumento de que os palestinos “são violentos” para os israelenses. Essa posição é bastante discutível, dado que os movimentos palestinos não violentos são comumente apresentados ao mundo como formas violentas e armadas de agressão a Israel. A Grande Marcha do Retorno, em 2018 (TENÓRIO, 2019), sintetizou isso de uma forma muito clara, não correspondeu a diminuição do número de vítimas e tampouco inibiu Israel de apresentar de forma falsa o argumento que os palestinos são os responsáveis pela violência na região. O controle da grande mídia pelo imperialismo é quem dá, em grande medida, a versão narrativa a ser reproduzida mundo afora (TENÓRIO, 2019).

2.3.4 Desafio da organização política e comunicação

Para o entrevistado Yaffa, a organização e sua capacidade de ser mais efetiva na comunicação pela mídia é um desafio que expressa ao dizer “(...) organizarem métodos estudantis, objetivos, acadêmicos... para que a gente possa ter esse debate, chegar às mídias e fazer esse debate com falas coerentes e concretas”.

Organização política está relacionada obviamente à capacidade de reprodução, ampliação, multiplicação, efetividade do movimento e deve ser uma preocupação permanente. O diálogo pelas mídias com os países árabes, do Oriente Médio e mundo é um desafio enorme no contexto de colonização; envolve necessariamente enfrentar a imensa máquina de inverdades, calúnias, falsificações e sua reprodução massiva da propaganda sionista, que usa e abusa do holocausto e da figura de eterna vítima.

Construir publicamente a versão do colonizado e oprimido é uma tarefa que exige muitas competências. Soma-se a isso que o discurso do colonizador reproduz o eurocentrismo (SAID, 2008) sobre a democracia liberal, cosmopolitismo, universalismo e desenvolvimento como únicas visões de mundo possíveis e toleráveis, sendo usadas, na verdade, para que “os outros” assimilem os conteúdos e valores dessa ideologia liberal, sempre associando Israel a esses valores ditos “universais”.

O intelectual marxista Domenico Losurdo fez um esforço teórico de construir uma contra história do liberalismo, expondo que a “democracia liberal” conviveu muito bem com escravismo, colonialismo, patriarcado, isto é, com brutais formas de exploração e opressão, pois não reconhecia o “outro” como semelhante:

Polemizando com Bobbio, o grande dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti denunciou essa impostura numa frase lapidar: “a doutrina liberal (...) baseia-se numa bárbara discriminação entre as criaturas humanas”, e perguntou: “quando e em qual medida foram aplicados aos povos coloniais aqueles princípios liberais sobre os quais se diz fundado o Estado inglês do século 19 [...]?” (Losurdo, 2015b, p. 11)

Em contraposição pejorativa a este discurso, a identidade étnica árabe e religiosa islâmica são apresentadas como atrasos e obstáculos ao seu progresso, formas arcaicas de mundo, de inferioridade, provincianismo etc. associando os árabes-palestinos a essa versão (SAID, 2011). O intelectual palestino sintetiza a visão “orientalista” em ação contra os palestinos da seguinte forma:

Em segundo lugar, o conflito do sionismo com os árabes na Palestina e em toda a região era considerado uma extensão, uma perpetuação e até uma intensificação (para proveito do Ocidente) do antiquíssimo conflito entre o Ocidente e o Oriente, cujo principal substituto era o Islã. Tratava-se não apenas de uma questão de colonização, mas também de civilização. Era perfeitamente claro para defensores ocidentais do sionismo, como Balfour, que a colonização da Palestina deveria ser transformada em meta para as potências ocidentais desde o início do projeto sionista: Herzl usou a ideia, assim como Weizmann e todos os líderes israelenses desde então. Israel era um instrumento para manter o islamismo – e mais tarde a União Soviética e o comunismo – a distância. O sionismo e Israel eram associados ao liberalismo, à liberdade e à democracia, ao conhecimento e ao esclarecimento, àquilo que “nós” entendemos e pelo qual lutamos. Em contrapartida, os inimigos do sionismo eram simplesmente uma versão moderna do espírito alienado do despotismo oriental, da sensualidade, da ignorância e outras formas de retrocesso. Se “eles” não compreendiam a iniciativa gloriosa que era o sionismo, era porque “eles” estavam irremediavelmente desconectados dos “nossos” valores. (Said, 2012, p.95)

A interdição da palavra é um mecanismo fundamental do colonialismo frente ao colonizado. Foi assim que os palestinos tiveram sua voz subtraída após a Nakba, isto é, a interdição da palavra foi parte de um processo de apagamento existencial do povo palestino, silenciados e genericamente chamados pela imprensa europeia e estadunidense de “árabes”, e mesmo de população “não-judia” da Palestina, como se não existisse uma especificidade e historicamente da palestinidade ou das palestinidades, como não fossem majoritários e autóctones. Isso tudo se congregava nas declarações de vários líderes sionistas ao longo do tempo, de que nunca existiu povo palestino. Jean Paul Sartre (Fanon, 2005, p.23) sintetizou essa interdição da

palavra do colonizado da seguinte forma “a terra contava com 2 bilhões de habitantes, ou seja, 500 milhões de homens e um bilhão e 500 milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do verbo, os outros o pediam-no emprestado”.

A luta de resistência e libertação deu aos palestinos o direito de fala. Os atos de guerrilha, na década de sessenta e setenta, foram fundamentais para abrir caminho para a palavra dos palestinos. Os noticiários, jornais, rádios, televisões, cinema, que se esforçavam em apagá-los, eram agora obrigados a assumirem a existência de “palestinos”, ainda que os rotulando simplesmente como “terroristas” (pecha ideológica) e nunca discutindo as razões de tais atos. Daí nasce outro fenômeno, quando a interdição da palavra não era mais possível, os palestinos passaram a serem apresentados como seres irracionais ou incapazes, abrindo ligações com o orientalismo clássico já bastante difundido e estudado por Edward W. Said (2008).

Após décadas e décadas sendo vitimizados pela expansão imperialista dos europeus, estadunidenses e do sionismo tentando todas as formas “não violentas” de expressão política de suas demandas na esperança de serem ouvidos, foi somente com a luta armada (em todas as suas variantes) que os palestinos conseguiram o direito a fala. O convite à OLP pela ONU em 1974, com o discurso de Yasser Arafat (TENÓRIO, 2019) sintetizou essa dinâmica histórica da luta rompendo a tentativa de silenciamento do povo palestino.

Ainda que não se possa afirmar que a voz palestina é plenamente ouvida, na atualidade, a imensa barreira de contenção que ela sofre se mantém, como exemplo grave dessa interdição até os dias de hoje é o não reconhecimento na ONU com membro permanente, com direito a voto, apenas como observador para os palestinos, distintamente de Israel reconhecida desde 1949. A interdição da palavra tem sido um exercício constante do neocolonizador tardio judaico sionista e a luta palestina tem se feito ouvir sob sangue, prisões, assassinatos, destruição de casas e tantas outras formas de violência que os palestinos sofrem.

2.3.5 Desafios externos ao movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina

Desafio do apoio político dos países árabes

Para o entrevistado Ghaza, um desafio é os países árabes vizinhos que no seu entendimento, “não ajudam a causa palestina” e “(...) podem influenciar a política

internacional e regional”. Ele justifica essa posição da seguinte forma “(...) as relações que eles têm com Israel faz com que não tomem partido da causa palestina”.

A capacidade de articulação e o movimento político de libertação com os países da região e do mundo é sempre um desafio. Na história recente do mundo árabe pela luta de libertação da Palestina, os países circunvizinhos receberam os refugiados tanto da Nakba, em 1948, quanto aqueles de 1967, ambos foram proibidos de retornar à Palestina. A política do Império estadunidense e de Israel foi sempre de isolamento desses palestinos e pressão, para que os movimentos políticos de resistência não atuassem nos campos de refugiados, como bases políticas de suas ações contra Israel (TENÓRIO, 2019).

Neste contexto, os EUA e Israel pressionaram fortemente a Jordânia, produzindo o fatídico “Setembro Negro”, em 1970/71 (KHALIDI, 2006), e foi assim que os israelenses invadiram o Líbano, em 1982 (KHALIDI, 2014). A própria derrota do movimento nacionalista árabe na região, que servia de ponto de apoio, ainda que por vezes “ambíguo”, fez com que os palestinos tivessem de manter uma boa relação com esses governos e regimes devido aos refugiados e ao mesmo tempo, fortalecer a relação com os povos desses países, os verdadeiros apoiadores da causa palestina (BUZETTO, 2015).

O processo de normalização das relações com Israel sempre com forte pressão dos EUA por parte dos países árabes, Egito em Camp David (em 1978), Marrocos (em 2021), os países do golfo pérsico como Bahrein (em 2020) e Emirados Árabes (em 2020), nos chamados “Acordos de Abraão” (FAYAD, 2022) avançam com Sudão. Apesar das opiniões públicas desses países se mostrarem contrárias a tais acordos, seus governos e regimes o fazem sem pudor.

Sobre esse tema a OLP através de seu Conselho Central Palestino reunido em Ramallah, nos dias 28 a 29 de outubro de 2018, disse:

Aderindo à Iniciativa de Paz Árabe aprovada, em 2002, na Cúpula Árabe de Beirute, recusando-se a alterá-la de qualquer forma, pedindo a todos os países árabes que parem com todas as formas de normalização com a potência ocupante (Israel) até que a Iniciativa de Paz Árabe esteja totalmente implementada.

Esse apelo da OLP tem ecos na juventude e no povo palestino como um todo.

Desafio midiático

Para o entrevistado Ghaza, as mídias sociais ajudaram a causa, pois mostraram mais intensamente os acontecimentos na Palestina. No entanto, quando se trata da grande mídia ele chama a atenção:

(...) a rede é al Jazeera mostra muito sobre o que acontece ao mundo. Apesar disso tem muita gente no mundo que acha que os palestinos são os culpados, que tem armamentos e que fazem mal a Israel, que é inocente. Infelizmente, tem muitas pessoas que acreditam nessa narrativa.

A comunicação é um grande desafio para o movimento de libertação, ainda mais levando em consideração o mundo moderno. As imagens são muito rápidas e a produção / reprodução delas dependem da capacidade dessa capilaridade no mundo todo, dada pelo controle da tecnologia. O movimento palestino de resistência e libertação do século XXI, terá que ser capaz de criar redes alternativas de comunicação que se façam ser ouvidas em todo mundo e esta é uma contribuição que a juventude militante faz.

2.4 A Autoridade Nacional Palestina em questão

AAP é uma criação decorrente dos acordos de negociação com Israel, ou seja, a avaliação da atuação dela remete ao setor do movimento de libertação da Palestina atrelado a esses acordos. Ela era apresentada como o início do processo de construção de uma soberania palestina sobre seu povo e seu território. Ao longo do tempo a AP veio se consolidando politicamente em uma direção, sempre abrindo canais de negociação com Israel e tentando enquadrar, incluso com o uso da violência e perseguição, o movimento palestino para dentro dos limites estabelecidos pelo colonizador – “soberania parcial” sobre somente seu povo. A avaliação é, de certa forma, daqueles palestinos que seguem essa orientação na atualidade. Nesse sentido, dividimos em duas categorias os entrevistados:

- 1- Os que avaliam positivamente a Autoridade Nacional Palestina;
- 2- Os que avaliam negativamente a Autoridade Nacional Palestina.

2.4.1 Os que avaliam positivamente a Autoridade Nacional Palestina

Para o entrevistado al Quds a AP:

(...) exerceu e exerce o seu papel patriota com exatidão e não faltou em nada com os direitos dos palestinos. Ela é seu alicerce como um todo, como na questão dos refugiados voltarem ao país, da capital seja al Quds oriental. E a fraqueza é por parte dos israelenses e não da Autoridade Palestina.

Como forma de justificativa para sua posição, lembra o episódio dos chamados “acordos do século” proposta pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em que a AP os negou, visto que segundo o entrevistado:

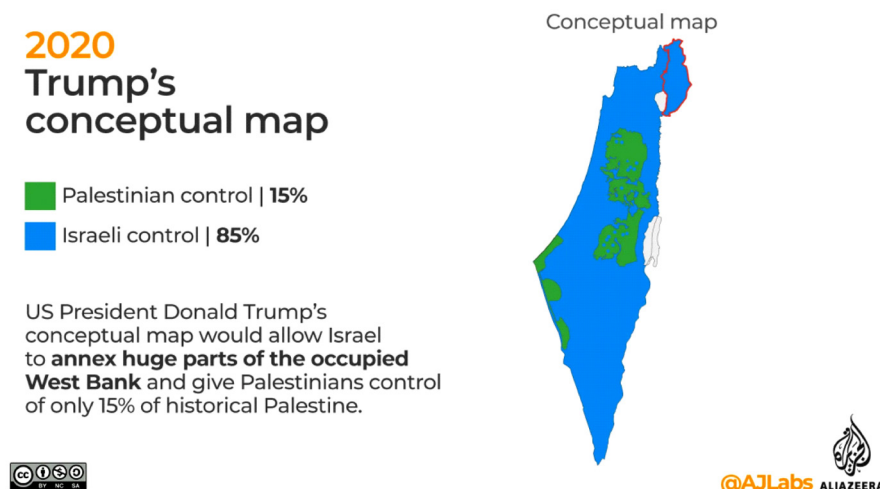
(...) não estaríamos com problemas econômicos e financeiros se aceitássemos. (...) poderia ter aceitado de forma bem confortável para a economia palestina, mas Autoridade negou encabeçada pelo movimento de libertação [refere-se ao FATAH] que o direito palestino não se compra e não se vende.

O Conselho Central Palestino da OLP realizou seu trigésimo período ordinário de sessões em Ramallah, 28 a 29 de outubro de 2018, nele o tema do “acordo do século” foi assim descrito:

Após o término do debate público na noite de 29 de outubro de 2018, o Conselho Central emitiu a seguinte declaração: Apreciando a posição do Presidente Mahmud Abbas e do Comitê Executivo, enfatizando a manutenção da posição sobre a rejeição do chamado acordo do século, ou qualquer outro nome, confrontando-o e frustrando-o por todos os meios possíveis, considerando a administração americana como parceira do governo de ocupação israelense e parte do problema e não parte da solução. Enfatizando a continuação do corte de relações e contatos com a administração dos EUA até que retire suas decisões ilegais em relação a al Quds, refugiados e assentamentos e sua posição sobre a Organização para a Libertação da Palestina.

Podemos compreender que o “acordo do século” é mais uma demonstração histórica da cumplicidade EUA-Israel (KHALIDI, 2020), mais ainda, o aval público e sem constrangimentos da política real de apoio do EUA ao roubo de terras palestinas. Nela, basicamente, teríamos a anexação da Cisjordânia quase completa por Israel, em troca de áreas na fronteira com o Egito, lembrando que essas são desérticas (ilustração 10). Apesar dessa declaração apontar o óbvio sobre a relação de cumplicidade dos EUA e Israel, não produz descontinuidade e nem consequências para AP / OLP.

Ilustração 10 – Mapa conceitual do “acordo do século” proposto por Donald Trump.⁶³



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

O entrevistado al Quds também toca em um ponto muito importante do discurso político da AP em relação ao HAMAS e à Faixa de Ghaza ao dizer que, após “as eleições de 2006, o HAMAS começou a governar a Faixa de Ghaza e a pátria ficou dividida”.

Essa leitura de que a AP corresponde à vontade absoluta ou amplamente majoritária do povo palestino não foi expressa nas urnas. Dado que o conjunto do povo palestino não se expressou assim em eleições desde 2006, além da perda de prestígio AP/ FATAH, claramente, aumentou entre os palestinos (segundo pesquisas de opinião realizadas pela Palestinian-Israeli Relations and the Peace process (2023) e manifestações políticas outras) fica difícil aceitar essa afirmação do entrevistado. Isso porque a última eleição realizada foi somente em 2006 e já apresentava, a época, uma imensa vitória política do HAMAS, que elegeu “76 dos 132 deputados” (Tenório, 2019, p.229). Eleição que foi amplamente recusada diante de seu resultado legítimo por parte dos EUA e Israel, que se negaram a aceitar o HAMAS como interlocutor sob o pretexto de serem “terroristas” (TENÓRIO, 2019). Atualmente, o governo israelense é o mais à extrema direita de toda a sua história, composto por grupos e indivíduos classificados como “terroristas”, contudo não existe a mesma reação de 2006 frente aos palestinos do HAMAS por parte EUA. Sobre esse aspecto de ditar “quem é e não é terrorista” baseado na aliança ou não com os interesses

63 Tradução livre: “O mapa conceitual do presidente dos EUA, Donald Trump, permitiria a Israel anexar grandes partes da Cisjordânia ocupada e daria aos palestinos o controle de apenas 15% da Palestina histórica / Em verde: Controle palestino / Em azul: controle israelense.”

dos Estados Unidos da América e no terror que ele é capaz de produzir, o intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu:

Os Estados Unidos tendem a fazer pairar sobre todos os países do mundo uma ameaça econômica (o embargo, em seus diversos níveis), militar e mesmo nuclear. Edificou-se uma máquina bélica de implacável eficácia inclusive no que se refere ao dispositivo político-ideológico: a administração dos EUA pode rotular de terrorista a resistência palestina, ou algumas das suas correntes, e eis que se tornam fora da lei Estados como a Síria, o Irã, o Iraque etc.; ou pode consagrar como “combatentes da liberdade” as forças secessionistas que ela procura alimentar nesse ou naquele país; e eis que uma repressão considerada excessiva por Washington configura-se como um crime que abre as portas a uma justa e severa intervenção “humanitária”. (Losurdo, 2015b, p. 266)

A divisão política entre a Cisjordânia comandada ainda pelo FATAH/ AP e Gaza sobre o comando do HAMAS pode ser compreendida como uma fraqueza do movimento de resistência. Vários acordos foram tentados ao longo do tempo entre esses dois grupos políticos e eleições sempre foram frustradas, as últimas em 2020. O professor Salem. H. Nasser no prefácio da edição brasileira do livro “A questão Palestina” de Edward Said escreveu:

A política palestina passou a opor os remanescentes da estrutura anterior, à frente o Fatah, envolvidos em um crescente déficit de legitimidade – decorrente de sua impotência no processo negociador com os israelenses e de um pobre balanço de seu governo –, à militância do Hamas, que tira seu prestígio da luta continuada contra a ocupação e de sua atuação social, atendendo às necessidades da população. Em 2006, o Hamas ganhou as eleições palestinas. A essa vitória seguiram-se uma queda de braço entre os dois campos e uma forte campanha ocidental para alijá-lo do poder. Confrontos armados ocorreram entre Fatah e Hamas, e houve uma efetiva divisão dos territórios palestinos em dois espaços distintos de poder político: a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. (Said, 2012, p.16)

Essa divisão é culpa também de Israel, todavia ela age em claro favorecimento da permanência do poder nas mãos do FATAH. Não causaria nenhum espanto se as eleições palestinas acontecessem com a perda do poder da AP sob comando do FATAH. Convenientemente, essas eleições não acontecem por ação de Israel, que impede a população palestina de al Quds a participar das eleições, o que claramente favorece à AP/ FATAH se manterem como seus interlocutores prediletos.

A declaração da OLP através de sua instância máxima, o Conselho Nacional na sua vigésima primeira sessão ordinária realizada, em 22-25/4/1996, contrasta com a fase mais atual da organização e da AP, sem eleições há 18 anos (desde 2006), dada que a força amplamente hegemônica à época era o FATAH:

O Conselho Nacional Palestino, ao felicitar nosso povo palestino na pátria por este grande sucesso alcançado pela democracia, considera as eleições presidenciais e legislativas o segundo pilar na construção de uma entidade nacional independente. A ampla participação pública nas eleições e a concessão de total liberdade às forças, partidos e facções para disputar as eleições e apresentar seus programas livremente fizeram de nosso povo um salto qualitativo para as fileiras dos povos democráticos em nosso mundo contemporâneo, e acrescentou força e ímpeto à nossa luta pela liberdade, autodeterminação e estabelecimento de um estado independente.

Foi ainda uma época em que OLP e AP se orgulhavam de sua democracia, por mais que existissem críticas, as eleições ocorriam dentro dos limites concretos dado pela colonização, todavia implicava certo grau de legitimidade oriundo das urnas. Em contraposição a isso temos a reunião do Conselho Central na cidade de Ramallah, entre 26 a 27/8/2009, sobre a conclusão da composição do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina que contou com a presença do Presidente Mahmud Abbas (Presidente do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina) e de Salim al Zanoun Abu al Adeeb (Presidente do Conselho Nacional Palestino). Trata-se a rigor de uma reunião administrativa, que pelos nossos critérios seria excluída, contudo ela evidencia a dificuldade de composição sem o reconhecimento eleitoral de 2006 das instâncias políticas organizativas da OLP, visto que a declaração é composta pela ata da reunião com suas discussões acaloradas internas sobre os cargos não eleitos. Além de expor a questão da necessidade de aumento de participação feminina interna já aprovada, mas ainda não cumprida de 30% de assentos no mínimo e da hegemonia interna do FATAH, excluindo naquele momento os independentes.

2.4.2 Os que avaliam negativamente a Autoridade Nacional Palestina

Para o entrevistado Yaffa “(...) para mim e acredito para muitos palestinos é um fantoche de Israel”. O entrevistado compreende que existe um desvio do propósito “ela foi criada com o intuito de termos um representante na Palestina da libertação e acabamos com uma Autoridade corrupta e auxiliadora da colonização”. Como justificativa para essa leitura, o entrevistado lembra das perseguições políticas realizadas pela AP a pedido da colonização judaica sionista, além da falta de eleições democráticas para a mesma com auxílio da colonização. Perpetuando, desse modo, figuras como Mahmud Abbas, presidente da AP, desde 2005, após o assassinato de Yasser Arafat em 2004. Importante salientar que, na percepção do entrevistado Yaffa, existe um ponto de inflexão na história da AP quando diz “no começo parecia

coerente, positivo para os palestinos, mas depois da morte de Arafat ela despencou” – (entrevistado se refere a Yasser Arafat assassinado, em 11 de novembro de 2004).

Para o entrevistado Ghaza:

(...) Autoridade Palestina surge com uma agenda para parar com a luta pelos direitos palestinos. (...) eles travam a resistência do povo palestino, travam militarmente a resistência, culturalmente... e todos os dias vemos pessoas sendo presas pela Autoridade Palestina. (...) se não tivesse Autoridade Palestina estaríamos melhor na capacidade de resistência. Ela é um fantoche da ocupação sionista.

O mesmo entrevistado faz questão de lembrar que a força política da AP é muito pequena, tanto interna a Palestina quanto externamente. Essa percepção é discutível dada à própria existência dela e suas ações, sendo necessária força política para fazer o que o entrevistado designa como “travar” militarmente a resistência e “prender” pessoas, contudo em comparação à década de noventa (início da AP) ele tem razão, isto é, uma perda relativa de prestígio.

Para o entrevistado Tulkarm “a Autoridade Palestina, desde 1994, quando foi criada... ela começou a se juntar e se aproximar de Israel”. Além desta, o entrevistado compreende uma mudança na tática de luta como algo negativo quando diz “(...) nós queremos não apenas uma resistência de paz, mas também uma resistência militar”.

Na avaliação dele, a resistência palestina em 1987, fazendo referência a primeira Intifada, era forte devido também a um componente militar e que a AP nas suas palavras “(...) fez um programa revertendo à resistência militar em resistência de paz”. O mesmo entrevistado também compreende um ponto de inflexão na história da própria Autoridade Nacional Palestina ao afirmar:

(...) após a morte de Yasser Arafat, eles conseguiram fazer com que a resistência na Cisjordânia deixasse de ser militar e ser apenas resistência de paz. (...) ensinam nas escolas palestinas que os jovens devem sempre fazer a resistência da paz, até criam e ajudam grupos culturais. Esses têm uma ideologia que favorece Israel. E se os jovens quiserem fazer algo na questão cultural em favor da resistência como, por exemplo, um dia de homenagem debate sobre Ghassan Kanafani⁶⁴, George Habash⁶⁵, Ahmad Saadat⁶⁶, Najj Ali⁶⁷... Israel ou Autoridade Palestina prendem eles.

64 Ghassan Kanafani, (Acre, Palestina, 9 de Abril de 1936 – Beirute, Líbano, 8 de Julho de 1972), foi um escritor e ativista político palestino, (co)fundador da Frente Popular para a Libertação da Palestina. Escreveu romances, peças de teatro, contos e ensaios políticos. Em 1972 foi assassinado pelo serviço secreto israelense.

65 George Habash também conhecido como “al Hakim” (“o médico”); 2 de agosto de 1926 – 26 de janeiro de 2008) foi um político cristão palestino ue fundou a Frente Popular para a Libertação da Palestina (PFLP). Habash serviu como secretário-geral da FPLP até 2000, quando problemas de saúde o forçaram a renunciar.

66 Ahmad Sa’adat é um político palestino e Secretário-Geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP).

67 Naji Salim al Ali (al Shajara, Palestina, c. 1937 — Londres, 29 de agosto de 1987) foi um cartunista palestino, criador do personagem Handala, o menino refugiado, um ícone da identidade e da resistência do povo palestino.

Para a entrevistada Akka:

(...) então Autoridade Palestina trabalha para ocupação israelense e não para os palestinos é a mão direita da ocupação israelense... e é como a gente fala em árabe que eles já venderam e gastaram o dinheiro do valor da terra.

Ela faz questão de lembrar que o prestígio histórico da OLP foi empenhado na via de negociações e que o povo palestino acreditou nesse caminho devido a isso. Em suas palavras:

Aqui a gente precisa falar que a Autoridade Palestina não surgiu do nada através do acordo. Palestinos dentro da Palestina histórica e fora da Palestina estavam acreditando na Organização para a Libertação da Palestina... a OLP. Era o movimento que representava todo o povo palestino. Primeiro eles falharam com todo o povo palestino. Fizeram uma grande propaganda para dizer que a questão Palestina estava virando uma questão internacional... Isso era uma lavagem cerebral para todos os palestinos na diáspora, inclusive, nos campos da Síria, do Líbano e todo esse domínio que eles tinham dentro dos campos e foi a partir disso que surgiu os outros acordos.

Os chamados “acordos de paz” tiveram no seu início uma aparente vontade de realizar pequenas concessões por parte do colonizador sionista. Essas concessões foram, à época, vistas e apresentadas pelos defensores da via de negociação como vitórias do movimento de resistência e libertação da Palestina. Isso é corroborado pela periodização em estudos econômicos na chamada fase de “1993 a 2000”, em que a construção de um aparato estatal mínimo palestino e ajuda financeira internacional para os “acordos de paz” (FARSAKH, 2016) produziram certa melhora econômica. Esse tom de confiança no caminho é expresso pela OLP, na cidade de Ghaza, com Conselho Nacional Palestino – instância máxima, onde se realizou sua vigésima primeira sessão ordinária entre 22-25/4/1996, nela se declara:

Após trinta e um anos, o Conselho Nacional Palestino retornará à pátria libertada para realizar sua vigésima primeira sessão, abrindo assim uma nova e brilhante página na história do povo palestino, a página da construção da Autoridade Nacional na terra de Palestina, pois é o núcleo sólido e a base sólida do estado independente da Palestina com sua capital, al Quds al Sharif. A chegada do presidente Yasser Arafat e das vanguardas de nossas forças à pátria, no dia 1º de julho de 1994, representou uma virada decisiva e histórica na vida de nosso povo.

É possível compreender, hoje, no entardecer do voo da coruja de Minerva, que aquilo foi um movimento pensado pelo colonizador para criar a adesão dos palestinos à via de negociações. Ao aceitarem e acreditarem que era possível estabelecer-se

algum tipo de relação positiva com o colonizador, tendo como mediador o imperialismo estadunidense, os palestinos foram atraídos para uma espiral de sucessivos acordos e intermináveis negociações, as quais não produziam nenhuma modificação concreta positiva e intensificava as negativas.

O resultado foi um desgaste profundo do conjunto do movimento de resistência e libertação da Palestina, mesmo por parte aqueles que não participaram das negociações (SAID, 2011). A OLP, que há muito representava a figura da “única legítima representante do povo palestino”, foi, como bem lembra a entrevistada Akka, empenhada por sua credibilidade junto ao povo palestino nas vias de negociação.

Na mesma declaração da OLP de 22-25/4/1996, o seu Conselho Nacional Palestino colocava sua credibilidade histórica desta forma:

Após trinta anos de luta e luta, a Organização para a Libertação da Palestina estabeleceu a primeira Autoridade Nacional Palestina nas terras libertadas na Faixa de Ghaza e na Cisjordânia, e a bandeira vermelha da Palestina foi hasteada bem acima de nossas cidades, vilas, bairros e acampamentos, anunciar ao mundo inteiro que o povo palestino, que foi submetido à pior injustiça da história, iniciou sua viagem de volta à sua pátria; Continuar a sua permanência e o seu papel civilizado e humano, fazendo a sua história e decidindo o seu destino, que dela foi privado durante meio século, pois sofreu com a ocupação, o deslocamento, o exílio forçado, o desaparecimento da sua entidade e a obliteração da sua figura nacional.

Em 9 a 10 de setembro de 2000, a declaração do Conselho Central Palestino ainda mantinha fé na via das negociações, mesmo o documento alertando para os descumprimentos de Israel e pedindo auxílio à comunidade internacional:

1- O povo palestino e suas lideranças continuarão aderindo à opção da paz, como opção estratégica para alcançar uma solução abrangente e justa, baseada nas resoluções das Nações Unidas, especialmente 242, 338 e 194, e para implementá-las para alcançar os objetivos do povo palestino ao exercer seu direito à autodeterminação, retornar e construir seu Estado Palestino independente com al Quds al Sharif, como sua capital e alcançar segurança e estabilidade no Oriente Médio.

2- O Conselho Central confirma que o fim do período de transição não isenta o lado israelense de implementar seus deveres. Exorta a comunidade internacional e os promotores do processo de paz a obrigarem a parte israelense a pôr em prática os seus compromissos, que ainda não conseguiu cumprir até agora, dos quais se destaca o regresso dos deslocados e a libertação dos prisioneiros e detidos.

O impacto da perda da credibilidade da maior organização política já construída na resistência Palestina é imenso, dado que a OLP representou e, por vezes, chegou a ser verdadeiramente, como no caso do Líbano na década de setenta, um verdadeiro paraestado palestino (KHALIDI, 2006). Essa perda de credibilidade é cada vez maior

e dramática ante ao povo palestino que desacredita também em outras tantas organizações / partidos os quais outrora representavam a luta de resistência e libertação.

Sinteticamente é, como se Israel conseguisse finalmente o que tentou fazer por anos seguidos - destruir a OLP - contudo não através da violência direta como fez em várias ocasiões e lembramos, a título de exemplo, a invasão do Líbano, em 1982 (KHALIDI, 2014), mas, sim, desgastando-a frente ao seu povo. O sociólogo palestino Jamil Hilal escreve:

Since Oslo, the institutions of the Palestine Liberation Organization (PLO) have been marginalized and effectively absorbed into the Palestinian Authority (PA), the self-governing body with limited powers established in 1994. Meanwhile, the PLO's sectoral and professional associations — the mass and trade union organizations of students, women, workers, engineers, teachers, writers and journalists, among others — gradually lost the role they used to play of engaging all parts of the Palestinian people in the national struggle for liberation. The institutions and mechanisms that used to connect the Palestinian national movement to the Palestinian people in the 1970s and 1980s gradually eroded. The result has been the fraying of the fabric that used to bind the struggle for national, democratic and human rights. (Hilal, 2011, p.1)⁶⁸

Esse desgaste inclui a capacidade de interação, participação política ativa e engajada nos movimentos resistência e libertação por parte da juventude. Ainda sob esse terrível aspecto o poeta e intelectual palestino Mourid Barghouti escreveu, tristemente, em suas memórias:

Antes do retorno da OLP, a imagem do combatente era do herói/ vítima que merecia a glória e a compaixão. Agora, é o mesmo combatente - atado pelas condições opostas por seus inimigos - que exerce sua autoridade diretamente sobre o cidadão comum, os tios, os estudantes, as lojas, o tráfego, a alfândega, as artes, as letras, os impostos, os tribunais, os investimentos e todos os meios de comunicação. É quem providência empregos e oferece oportunidade de trabalho, é quem fornece a posição social e o poder, é quem conserta o quebrado e reconstrói o destruído e quem aponta na multidão amigos e inimigos. Além de, muitas vezes, deter os cidadãos, aprisioná-los, julgá-los e torturá-los... Essa é uma imagem totalmente nova do nosso povo. Essa mudança de função do palestino poderia ter sido uma consequência compreensível, além de desejável, se tivesse significado uma soberania de fato sobre o destino dos palestinos. Ninguém luta para sempre e ninguém canta para sempre. Mas a soberania caricaturada que nos foi permitida, nesses novos tempos, ao lado das correntes que atam as decisões da Autoridade Nacional, tiveram um efeito diferente. (Barghouti, 2006, p.143-144)

68 Tradução livre: “Desde Oslo, as instituições da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foram marginalizadas e efetivamente absorvidas pela Autoridade Nacional Palestina (AP), o órgão autônomo com poderes limitados estabelecido em 1994. Enquanto isso, as associações setoriais e profissionais da OLP - as organizações de massa e sindicais de estudantes, mulheres, trabalhadores, engenheiros, professores, escritores e jornalistas, entre outros – gradualmente perderam o papel que costumavam desempenhar de engajar todas as partes do povo palestino na luta nacional pela libertação. As instituições e mecanismos que costumavam conectar o movimento nacional palestino ao povo palestino nas décadas de 1970 e 1980 gradualmente se desgastaram. O resultado foi o desgaste do tecido que costumava amarrar a luta pelos direitos nacionais, democráticos e humanos”.

A esse respeito, os entrevistados interpretam que os primeiros anos foram positivos ou não impactaram negativamente, associando a figura dirigente da política de Yasser Arafat. Apesar de todas as controvérsias, que envolvem a figura da maior liderança anticolonialista da Palestina na história, Yasser Arafat (KHALIDI, 2006), perto de seu assassinato (2004) o seu partido já estava umbilicalmente aderido ao caminho das negociações, sem nenhuma intenção autocrítica ou de correção de rumos, frente a cada vez mais clara via de neocolonização sionista sob o “manto da paz”.

O Conselho Central Palestino fez sua vigésima sétima sessão ordinária nos dias 4 e 5 de março de 2015, em Ramallah, defendendo abertamente a via das negociações, mesmo após sucessivos ataques israelenses à Faixa de Ghaza, a construção de novas colônias na Cisjordânia, a completa desconsideração por qualquer acordo assinado, previamente, como vemos aqui o teor do discurso de abertura feito por Presidente Mahmud Abbas:

O Presidente exortou o Conselho Central a reconsiderar o papel e as funções da Autoridade Nacional, bem como a estudar como se estabelece uma autoridade nacional verdadeiramente soberana e a garantir que o compromisso com os tratados e pactos assinados não seja unilateral, mas base do compromisso mútuo das duas partes com esses tratados e cartas. O Presidente enfatizou que resolver a questão palestina contribui para acabar com a violência e o extremismo na região, ressaltou que a Autoridade está pronta para retornar às negociações se Israel interromper os assentamentos e libertar os antigos prisioneiros.

Não obstante a própria OLP, no mesmo documento, enumera as ações de quem espera retornar às negociações da seguinte forma:

A visão do Conselho Central para o relacionamento com a Autoridade de ocupação (Israel): À luz da continuação dos assentamentos ilegais de acordo com o direito internacional e a recusa de Israel em demarcar as fronteiras dos dois Estados nas fronteiras de 4 de junho de 1967, sua negação de resoluções de legitimidade internacional e acordos assinados, além de sua recusa libertação de prisioneiros, sequestro e pirataria de dinheiro do povo palestino, escalada de ataques, assassinatos, incursões e a continuação do cerco da Faixa de Ghaza, (...)

A política de colaboração entre a AP e Israel é nítida e muito lembrada durante as entrevistas, pelo terrível papel de ser polícia colonial acessória ao prender e entregar militantes palestinos para os israelenses. No fundo, a AP se mostrou uma autoridade contra a luta de seu povo, sem poder sobre o território e dependente de Israel/ EUA. Os cargos e empregos da sua “estrutura proto-estatal” servem como moeda de troca política em uma economia cerceada por Israel. O auxílio que a AP

presta às famílias de presos políticos do seu partido FATAH e simpatizantes é outra forma de atrelar as pessoas a seu projeto.

A falta de eleições (TENÓRIO, 2019) que não seriam democráticas devido à condição de colonizados, visto que muitos palestinos estão na diáspora são presos políticos ou foram assassinados por Israel, vivem em condições precárias pela ação da colonização, são impedidos de se deslocarem para votar etc., contudo mesmo que essas eleições pudessem renovar de alguma forma o movimento pela libertação da Palestina são claramente barradas por aqueles que dominam a AP e os setores da sociedade palestina que os mantém – bloco histórico liderado pela burguesia árabe-palestina.

Essa AP é cômoda para Israel (BUZETTO, 2015), dada a fraqueza, colaboracionismo e dependência, incluso econômica, já que os impostos palestinos são arrecadados por Israel que os repassa (ou não) à AP dependendo de seu comportamento. Trata-se de uma forma de cooptação, incluindo por via do “transformismo molecular” (FRESU, 2018), na qual o marxista italiano Antônio Gramsci apontava para a transformação política lenta de antigos partidos “revolucionários” em parte do aparato conservador, assim como de cooptação direta através de empregos e cargos da AP como moeda de troca e coesão política a esse projeto de normalização com a neocolonização.

Já no início desde século, Barghouti escrevia com pesar:

Grande parte dos intelectuais palestinos apoiou a Autoridade. Aproximou-se dela muito mais do que deveria. Sentou-se em suas poltronas, gostou de imitá-la e se identificou com seus traços. Muitos dos apoiadores e dos opositores foram semelhantes nesse ponto. (...) Despotismo intelectual é igual ao político, seja da autoridade, seja da ocupação. As lideranças de ambas dividem as mesmas características: permanecerão em seus postos para sempre, impacientes com as críticas, proibindo veementemente o questionamento, seja de onde vier, convencidos de que estão sempre certos, de que são criativos, conhecedores, agradáveis, condizentes e merecedores, e por isso estão onde estão! (Barghouti, 2006, p142-143).

A juventude militante não só é capaz de produzir suas interpretações sobre o movimento nacional palestino de forma geral, segundo observamos nesse capítulo, como também é para a sua própria inserção nesse movimento conforme veremos a seguir.

CAPÍTULO 03 – JUVENTUDE MILITANTE NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA PALESTINA

“Temos uma causa pela qual vale lutar... Isso é muito! O povo palestino prefere morrer de pé do que perder a causa.” Ghassan Kanafani, em Ghassan Kanafani – anticolonialismo e alternativa socialista na Palestina, p. 307.

Neste capítulo trataremos da percepção da juventude militante, tendo como base as entrevistas da nossa pesquisa, assim como as resoluções da OLP referindo-se à visão específica do papel e atuação da juventude no movimento de resistência e libertação da Palestina, no período histórico de Oslo I até os dias atuais.

O capítulo, sinteticamente, expõe a visão que a juventude tem de si mesma, de seu papel no movimento de resistência e libertação palestino e sua avaliação das organizações políticas em relação aos espaços para a juventude atuar, assim como de suas demandas específicas. Tais considerações são objetos central e secundários da nossa pesquisa.

3.1 A importância da juventude no movimento de libertação e as diferenças geracionais

Todos os entrevistados são unânimes em compreender que o papel da juventude no movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina é muito importante; compreendem que a juventude militante desempenha um papel fundamental na resistência e na luta de libertação.

Para o entrevistado al Quds “(...) os jovens são sinceramente a medula espinhal de qualquer operação ideológica do povo palestino desde o início. (...) todo protagonismo nos movimentos é composto pela juventude”. O entrevistado afirma de forma geral “(...) todo o fardo nacional está nos ombros da juventude palestina, por que a sociedade palestina é juvenil”.

Para o entrevistado Ghaza, os jovens têm um papel essencial na luta, na liderança política “(...) tanto na política, na economia, na cultura e nos estudos os jovens são essenciais e o alicerce da causa”.

O entrevistado Yaffa diz:

(...) o jovem palestino que foca na libertação da sua terra, não somente nas manifestações e revoluções que acontecem nas ruas, mas também chegando palanques políticos, na Assembleia da ONU, em organizações, em ONGs, fazendo palestras em escolas, ... esses jovens são uma força tremenda para Palestina.

Para a entrevistada Akka:

A juventude é o mais importante na verdade. Primeira coisa que a gente está negando a fala do primeiro-ministro israelense, que é os velhos vão morrer e as crianças vão esquecer... e a segunda coisa que a gente está vivendo a realidade hoje em dia.

Uma das premissas centrais do neocolonizador judaico sionista, como de todas as outras colonizações similares europeias, era a da inferioridade do colonizado, foi assim em África, Ásia e América (AMIN, 2021). No caso específico da Palestina, os sionistas acreditavam que ao expulsarem os árabes palestinos de suas casas, vilas, cidades, terras etc. através do terror e da violência (MASALHA, 2021), esses deixariam de existir em duas ou três gerações no máximo. Apostavam que os palestinos se transformariam em um “árabe genérico”, sem traços próprios, acabando no exílio sob tendas de refugiados ou se “dissolvendo” enquanto identidade no imenso “mar de árabes” que os circundava seja no Líbano, Síria, Egito, Iraque, Golfo ou na Jordânia.

Pode-se dizer que o neocolonizador judaico sionista foi incapaz de ver grandeza no outro, cometeu um grosseiro erro de previsão e o que vimos nesses mais de 75 anos foi a identidade palestina fortalecer-se e adquirir contornos claros e definitivos, ante a presença do invasor estrangeiro (KHALIDI, 1997). O intelectual palestino Rashid Khalidi aponta o papel da Nakba na construção dessa identidade palestina pós-1948:

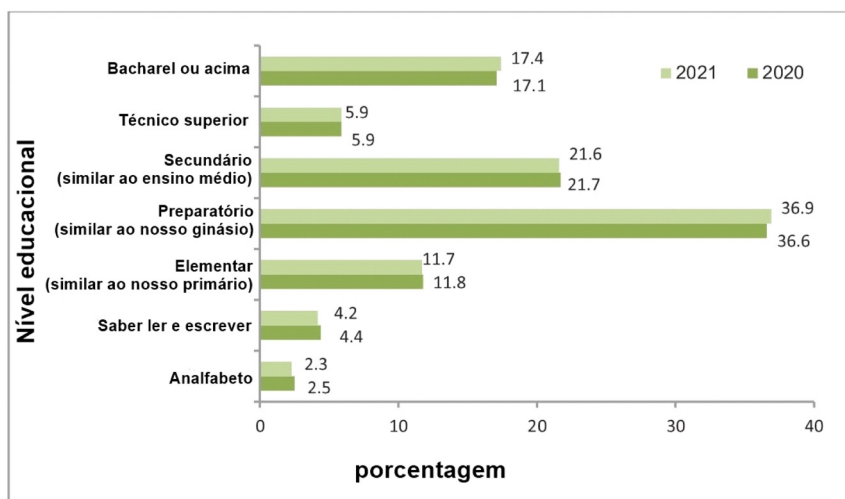
The shared events of 1948 thus brought the Palestinians closer together in terms of their collective consciousness, even as they were physically dispersed all over the Middle East and beyond. The catastrophic experience of 1948, and its impact on different segments of the Palestinian people, is still a common topic of discussion among Palestinians of diverse backgrounds and generations, and ultimately a potent source of shared beliefs and values. (Khalidi, 2010, p.22)⁶⁹

A força que Israel, apoiada pelo imperialismo, empregou e emprega sobre o povo palestino é descomunal, um gasto de forças incomparável as outras neocolonizações do século XX. Era esperado por eles, portanto, que o resultado fosse a extinção do povo árabe palestino, mas a história mostrou que a resistência continua. Pode-se dizer mais ainda, os palestinos acabaram por desenvolver uma identidade ligada à resistência distinta dos demais árabes (KHALIDI, 1997). Hoje, são bastante politizados

69 Tradução livre: “Os eventos compartilhados de 1948, portanto, aproximou os palestinos em termos de sua consciência coletiva, mesmo estando fisicamente dispersos por todo o Oriente Médio e além. A experiência catastrófica de 1948 e seu impacto sobre diferentes segmentos do povo palestino, ainda é um tema comum discussão entre palestinos de diversas origens e gerações, e, em última análise, uma fonte potente de crenças e valores compartilhados”.

e com um elevado grau de escolaridade em relação a toda região (Gráfico 1) a despeito das difíceis condições econômicas sob colonização.

Gráfico 1 – Nível educacional de palestinos (a partir de 15 anos) em porcentagem de 2020-2021.

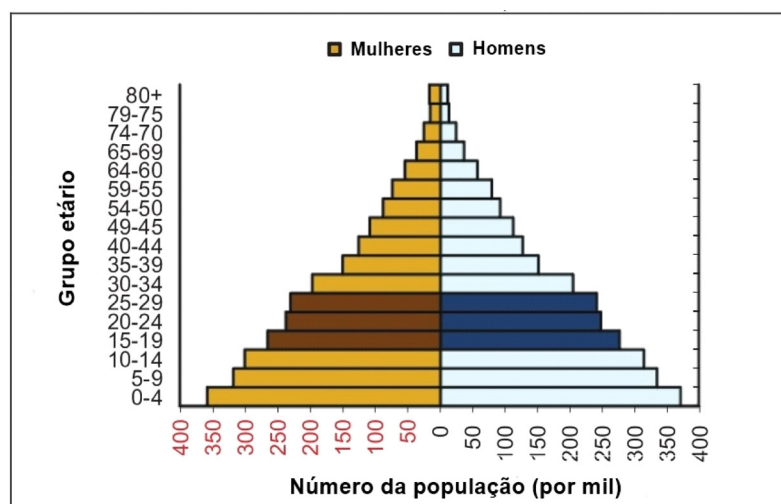


Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 32).

A prova mais forte dessa resistência é vista nos campos de refugiados fora da Palestina, onde gerações e gerações que se sucedem não veem a si mesmas como “árabes genéricos” ou pertencentes ao país em que se encontram. Todos têm clareza de sua identidade, que são palestinos, da terra a que pertencem e de que a ela retornarão (KHALIDI, 1997). O povo palestino é o maior entrave ao sonho do colonizador sionista e permanece no horizonte político como capaz de ser seu maior algoz (TENÓRIO, 2019).

Para os entrevistados participantes da pesquisa, a juventude palestina exerce um papel fundamental na luta de resistência à neocolonização e de libertação. Como bem lembrado por um deles, entrevistado al Quds, a sociedade Palestina é fundamentalmente uma sociedade jovem como demonstra o gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população palestina, 2021.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 14).

Quando pensamos na história de luta do povo palestino contra o processo de neocolonização tardia judaico sionista, podemos observar a importância que os jovens tiveram na resistência anterior à Nakba, na formação dos grupos políticos que vão compor a OLP na década de sessenta (KHALIDI, 2006), nos braços armados guerrilheiros desses partidos, desde aquela década até os dias atuais, assim como os partidos que surgiram na década de oitenta, com especial ênfase à Jihad Islâmica e ao HAMAS. Os processos de levante populares, destacando as Intifadas, são repletas de jovens (KHALIDI, 2006).

Os entrevistados Tulkarm e Akka chamam a atenção para a diferença de atuações da juventude dada a hipersegmentação territorial e do “nicho” que elas se (re)produzem.

Nas palavras de Akka:

Depende de qual juventude a gente está falando... A gente está falando do território de 48... Cisjordânia... Da Faixa de Ghaza... Ou da diáspora. E na diáspora a gente também... cada lugar da diáspora tem suas questões específicas... porque a gente não consegue explicar sobre a juventude palestina, porque cada juventude está vivendo uma vida diferente do outro, uma realidade diferente da outra.

Para Tulkarm, “a palestina está dividida em 3 regiões, desde 1948, em Haifa/Yaffa, a parte da Cisjordânia e a Faixa de Ghaza. Nessas três regiões a participação dos jovens é bem diferente”. A entrevistada Akka salienta o papel do movimento estudantil diante das dificuldades opressivas da colonização israelense e dos ataques seletivos da AP, em suas palavras:

(...) Tem uma coisa que eu respeito muito na Cisjordânia, que é o movimento estudantil, eles fazem de tudo para segurar de uma maneira democrática. Qual o movimento estudantil que vai ganhar para liderar esse ano? Tem, por exemplo, movimentos da Frente Popular de Libertação da Palestina, do FATAH, do HAMAS, Jihad islâmica... ainda acontecem essas eleições apesar de o pessoal da Autoridade Palestina atacar o pessoal da esquerda. Quando a gente vê o núcleo da juventude palestina dentro das prisões israelenses, todos são jovens vindo de universidades, em que a direção era da Frente Popular de Libertação da Palestina.

O movimento estudantil sempre teve na história de luta palestina um lugar importante de formulações e de respostas, foi fonte de fundação e renovação política de várias organizações na história recente Palestina (KAZZIHA, 1975; TENÓRIO, 2019). Observamos que, a juventude militante organizada tem no movimento estudantil, principalmente universitário, um papel precioso no movimento de libertação e resistência à neocolonização. Várias lideranças políticas palestinas nasceram do movimento estudantil, como exemplo ilustrativo é a figura de Marwan Barghouti (BUZETTO, 2015), conhecido como Mandela palestino e liderança das duas primeiras Intifadas, 1987 e 2000, fundador do movimento estudantil do FATAH e presidente do conselho estudantil da Birzeit University. Em pesquisas eleitorais é sempre o candidato preferido pelos palestinos (Palestinian Center for Policy and Survey Research, 2023), contudo é um dos prisioneiros políticos de Israel.

Vale a pena nos determos aqui sobre o sistema educacional palestino, as instituições de ensino superior são divididas segundo The Higher Education System in Palestine - National Report, 2016. p.4:

- Universidades (al Jamiaah): similar as nossas universidades oferecendo ensino acadêmico em bacharelados, licenciaturas etc. e tendo pós-graduações, que incluem mestrado e doutorado.
- Faculdades universitárias (al Kulliah al Jamiaaiah): oferecendo ensino acadêmico também, assim como técnico ou profissionalizante.
- Politécnicos (al Polytechnik): conferem diplomas em graus superiores em áreas profissionais e técnicas.
- Faculdades comunitárias (Kulliat al Mujtamaah): oferecem programas profissionais ou técnicos de, no mínimo, um ano de duração com diplomação.

Tabela 1 – Lista de Universidades Palestinas (al Jamiaah).

Universities		
#	Name (English)	Name (Arabic)
1	Arab American University	الجامعة العربية الأمريكية
2	Al-Quds University	جامعة القدس
3	Al-Aqsa University	جامعة الأقصى
4	Al-Azhar University – Gaza	جامعة الأزهر / غزة
5	Bethlehem University	جامعة بيت لحم
6	Birzeit University	جامعة بيرزيت
7	Gaza University	جامعة غزة
8	Hebron University	جامعة الخليل
9	Islamic University of Gaza	الجامعة الإسلامية غزة
10	An-Najah National University	جامعة النجاح الوطنية
11	Al-Istiqal University	جامعة الاستقلال
12	Palestine Polytechnic University	جامعة بوليتكنك فلسطين
13	University of Palestine	جامعة فلسطين
14	Palestine Technical University – Kadoorie	جامعة فلسطين التقنية / خضوري
15	Al-Quds Open University	جامعة القدس المفتوحة

Fonte: The Higher Education System in Palestine - National Report (2016, p.15).

A tabela 1 nos ajuda a dimensionar as Universidades, na formatação similar as nossas com graduação e pós-graduação (mestrado e/ou doutorado), todas com movimentos estudantis ativos.

Um total de 49 instituições palestinas de ensino superior, na Cisjordânia e na Faixa de Ghaza, com um total de 221 000 alunos, sendo que na faixa etária de 18 a 24 anos cerca de 25,8% dos jovens estão matriculados no ensino superior (The higher education system in palestine - national report, 2016).

Tabela 2 – Distribuição de Instituições de Ensino Superior na Palestina por região e por tipo de instituição.⁷⁰

Type of Institution	Palestine	West Bank	Gaza Strip
Total	51	34	17
Traditional universities*	19	13	6
University colleges	15	10	5
Community colleges	17	11	6

*: In addition to two universities for open education: Al-Quds Open University (with 18 branches in Palestine; 13 in the West Bank & 5 in Gaza Strip), The Arab Open University.

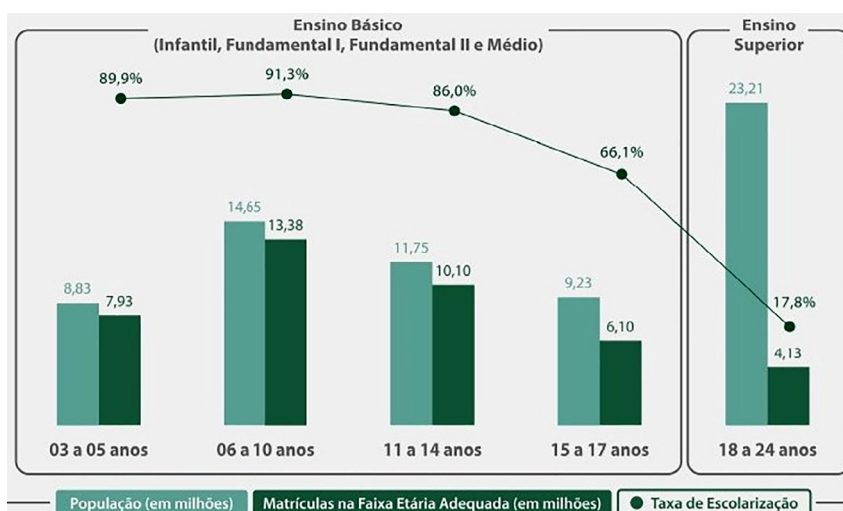
Source: Ministry of Higher Education & Scientific Research, 2023. Higher Education Statistical Yearbook for Scholastic Year 2021/2022. Ramallah-Palestine.

70 Tradução livre: “Além de duas universidades para educação aberta: al Quds Open University com 18 filiais na Palestina, 13 na Cisjordânia e 5 na Faixa de Gaza. A Universidade Aberta Árabe. /Fonte: Ministro do Ensino Superior e Pesquisa Científica, 2023. Estatísticas do Ensino Superior Anuário do Ano Escolar 2021/2022. Ramallah – Palestina”.

Dados mais recentes demonstram o aumento do número de universidades de 15 para 19 (tabela 2) além de caracterizar e quantificar outras instituições de ensino superior.

A título de comparação, a taxa de escolarização líquida refere-se ao percentual da população de 18 a 24 anos na educação superior, ou seja, o número de matriculados destas idades no ensino superior dividido pelo total a população de 18 a 24 anos de idade era, em dados publicados em 2016, de 17,6% segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil do Instituto Semesp. Nos dados mais recentes, em 2022, do mesmo Instituto a taxa é de 17,8% como aponta o gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de escolarização líquida no Brasil, 2022.



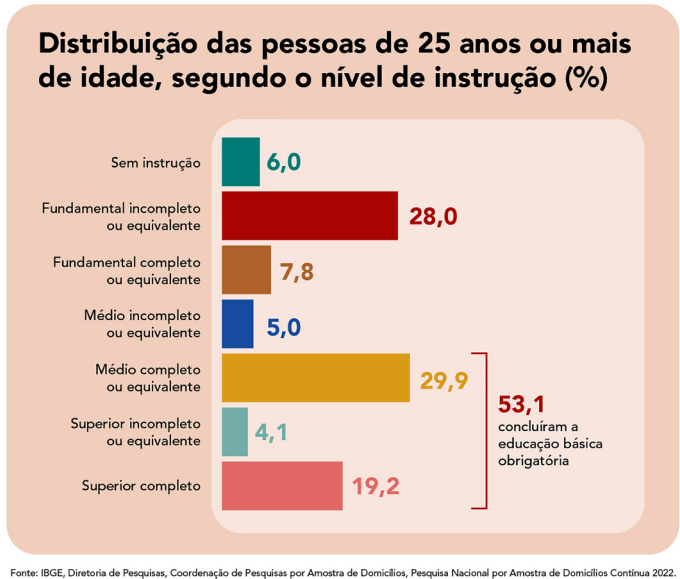
Fonte: Mapa do Ensino Superior no Brasil do Instituto Semesp, 12ª edição (2022, p.25)

Utilizando os dados abaixo podemos dimensionar o crescimento no período de 1990 a 2010:

Palestinian population grew from 2,154,000 to 4,409,400 (+105%). In the same period, the population aged 0-14 years grew from 1,006,300 to 1,962,000. The total fertility rate in 2010 was 4.2. The 92.4% of population have a basic level of education and the percentage of the population aged 25 and older that have reached secondary education is 36.5% and 29% for male and female respectively. Youth unemployed (people aged 15-24) increased from 504,360 to 834,720 in the period 1996-2008. In sum, Palestinian territories exhibit a fast-growing and educated population that, *ceteris paribus*, could pose a significant challenge to existing polities⁷¹. (Caruso; Gavrilova, 2012, p. 1-2)

71 Tradução livre: “A população palestina cresceu de 2.154.000 para 4.409.400 (+105%). No mesmo período, a população de 0 a 14 anos cresceu de 1.006.300 para 1.962.000. A taxa de fecundidade total em 2010 foi de 4,22. 92,4% da população tem um nível básico de escolaridade e a porcentagem da população com 25 anos ou mais que tem atingiram o ensino médio é de 36,5% e 29% para homens e mulheres, respectivamente. Os jovens desempregados (pessoas de 15 a 24 anos) aumentaram de 504.360 para 834.720 no período 1996-2008. Em suma, os territórios palestinos exibem um crescimento rápido e população educada que, *ceteris paribus*, poderia representar um desafio significativo para políticas existentes”.

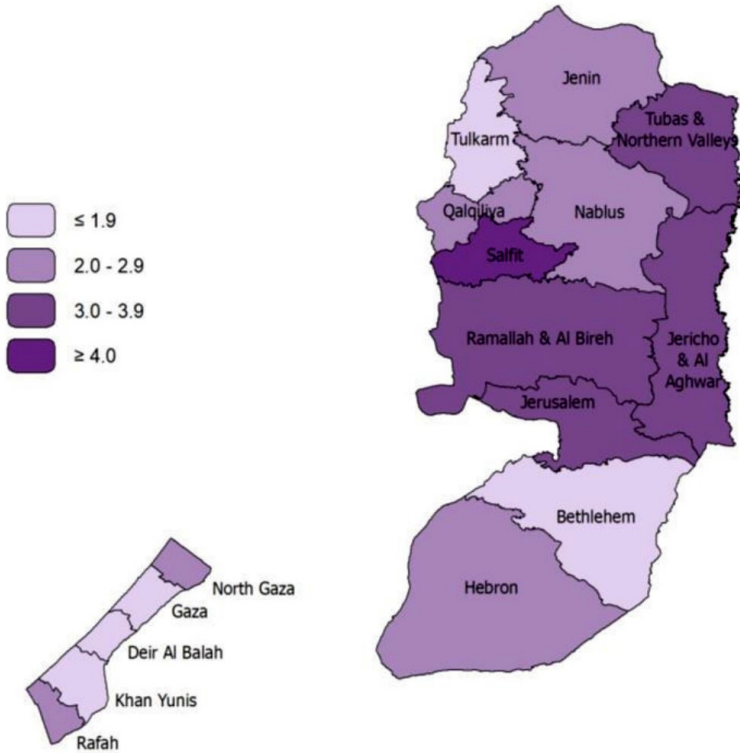
Gráfico 4 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%), no Brasil, 2022.



O gráfico 4 nos ajuda para estabelecer um parâmetro com os números gerais do Brasil.

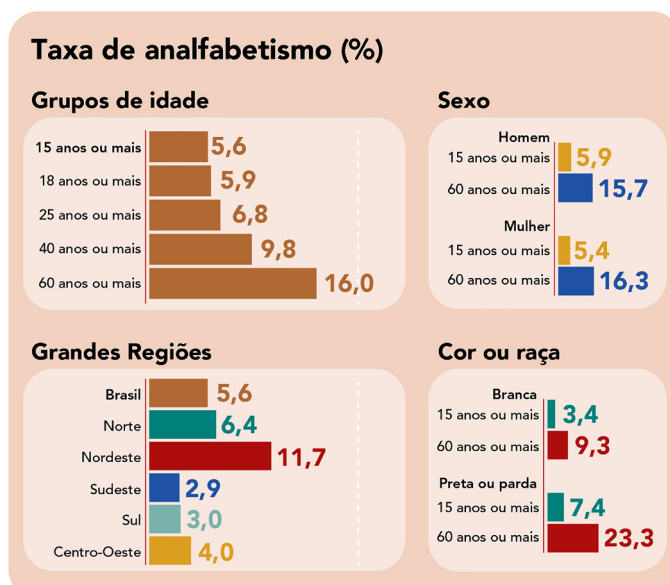
Ilustração 11 – Taxa de analfabetismo acima dos 15 anos por região, na Palestina, 2022.

Illiteracy Rate of Individuals (15 Years and Above) in Palestine by Governorate, 2021



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2023 - Palestine in Figures (2022, p. 32).

Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo no Brasil, 2022.



A ilustração 11 e gráfico 5 demonstram as taxas de analfabetismo na Palestina e no Brasil por regiões, respectivamente, o que aponta para o relativo sucesso dos palestinos tendo como contexto a colonização e seus efeitos deletérios. Ainda que comparações mais acuradas necessitem de metodologias de produção de dados e processamento mais similares possíveis, isso não invalida esses números como panorama geral entre Brasil e Palestina.

Sobre as diferenças geracionais da juventude, o entrevistado Yaffa salienta nas suas palavras “(...) a juventude era mais impactante no tempo da primeira Intifada. (...) os jovens se importavam muito com a Palestina naquela época [refere-se à época da primeira Intifada]”. O que para ele difere da parcela da juventude atual que na sua percepção “(...) se desgastou e perdeu as esperanças na ideia de uma libertação”.

A contribuição de Mannheim (WELLER, 2010) para a superação da visão biológica (visão positivista) foi fundamental para a evolução do conceito de geração. Mannheim (1982) vê uma categoria capaz de responder às mudanças sociais pela “colisão entre o tempo biográfico e o tempo histórico” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.189). Ainda que, para Mannheim (FEIXA; LECCARDI, 2010), esse fosse uma maneira de não recorrer ao conceito de classe e o de interesse econômico (nucleares no pensamento marxista), para nossa pesquisa esses conceitos não se excluem mutuamente.

Assim, compreendemos que uma geração não é uma data em comum de nascimento, nem fixadas nas mudanças biológicas que marcam a vida, como a puberdade, por exemplo, “mas é a parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.189). Esse compartilhamento

gera laços geracionais diante dos processos de mudança e descontinuidades temporais vividos em uma geo-historicidade específica. A juventude é, desta forma, essa geração em que os esquemas utilizados para ler e compreender a realidade ainda não estão fundamentalmente rígidos ou – como indicava Mannheim – «quando essas experiências históricas são “primeiras impressões” ou “experiências juvenis” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.190).

É preciso ter em conta que a juventude militante com quem dialogamos, como parte do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina, seguiu os caminhos gerais do movimento. Nesse sentido, as diferenças geracionais dos jovens do passado e os jovens do presente são cristalinas, tendo como referência temporal os acordos de Oslo, também porque as circunstâncias históricas que “compartilham” são muito distintas. Todavia há um ponto em que o entrevistado chama a atenção para a ideia de um refluxo, em parcela dessa juventude “atual”, quando comparada ao momento de fluxo político da primeira Intifada.

Nenhum movimento político de massas consegue manter-se em estado de luta permanente com alta intensidade. Todos os movimentos desse tipo possuem, ao longo da história, momentos de fluxo e refluxo. É preciso ter em conta que esses momentos históricos estão interligados, sobre uma aparente apatia ou refluxo pode estar gestando-se, na verdade, um novo movimento de fluxo. No caso palestino isso é uma constatação histórica importante, visto que toda vez que o colonizador acreditou ser o fim da resistência palestina, essa ressurgia com um novo movimento ativo.

A entrevistada Akka expõe as diferenças geracionais entre os jovens de hoje e os adultos/ idosos da atualidade, como uma diferença de perspectiva da luta de libertação entre a solução dos dois estados e a libertação total:

(...) têm os palestinos da geração anterior que ainda acreditam num caminho diferente desse da libertação, do caminho que tem o controle dos mais velhos. E dos movimentos mais velhos que falam nas soluções de dois estados que diz: “você são jovens não entende da luta, não entendem de política... vocês não sabem”. Mas na verdade somos nós que temos essa consciência do que está acontecendo hoje em dia. A primavera árabe nos ajudou a mostrar o que são os regimes árabes, quem está controlando nós... quem são os Estados Unidos... quem está apoiando os sionistas. De uma forma mais evoluída do que a geração anterior.

Durante essas entrevistas vimos jovens defensores das posições da AP que se sentem complementados por elas, como é o caso do entrevistado al Quds. Dessa forma, não dá para estabelecer uma relação direta e única entre a diferença geracional na atualidade e a perspectiva de luta de libertação. Contudo, devemos colocar a fala da entrevistada Akka em perspectiva da seguinte forma: os membros políticos

relevantes, em altos cargos da AP, OLP e no FATAH, são quase todos de gerações passadas, são pessoas idosas ou adultas, são os que figuram publicamente como defensores da via de negociações.

A própria acusação de que a juventude não teria capacidade de compreensão política é um argumento típico de conflito geracional, que pretende excluí-la de um debate politicamente salutar. A entrevistada Akka apresenta como um trunfo dessa juventude em relação a gerações passadas a capacidade de comunicação pelas redes sociais. Em suas palavras:

Nas redes sociais a gente está conseguindo mobilizar mais gente e se comunicar como juventude e palestinos de vários lugares diferentes, com os palestinos dentro da Palestina histórica... essa juventude eu acho que é o mais importante.

Apesar das críticas dos entrevistados, o Conselho Central Palestino da OLP reunido nos dias 9 a 10 de setembro de 2000, explicitou, ao menos discursivamente, a importância da juventude na luta palestina ao declarar:

O Conselho Central presta homenagem e reverência aos mártires e a juventude de nosso povo e de nossa nação que sacrificaram suas vidas pelo bem da Palestina, e assegura a suas almas puras que seus sacrifícios não foram e não serão em vão. O Estado Palestino independente com sua capital, al Quds al Sharif, está chegando inevitavelmente. Eles veem de longe e nós vemos de perto e somos honestos.

Podemos observar que essa juventude militante entrevistada expressa uma tendência pela renovação de conhecimentos e práticas explicitadas, no nosso caso, pela capacidade de uso das novas tecnologias de comunicação de forma mais efetiva do que as gerações anteriores. Os referidos jovens enfrentam os elementos de constância e de reprodução das mesmas dinâmicas no movimento de resistência e libertação palestino.

Se por um lado esses elementos são capazes de dar uma conformação organizativa do movimento em partidos e grupos políticos mais ou menos rígida, por outro acaba por limitar novas experiências, conhecimentos e práticas em que a juventude que adentra ao movimento quer experimentar e construir. Essa é uma questão vital para o futuro do movimento, saber incorporar as demandas específicas de novos saberes e novas práticas, uma vez que a juventude classicamente possui um papel setorial importante nessa renovação.

3.2. Conjunto de percepções, demandas e ações da juventude militante palestina interna ao movimento.

Dividimos a seção em demandas gerais e específicas da juventude. No que diz respeito às demandas gerais, começamos em diálogo com o entrevistado Yaffa, que afirmou: “a primeira de todas é a libertação da Palestina. (...) uma Palestina livre, democrática e para todos, pois os palestinos não são somente de religiosidades diferentes, são diversos mesmo”. Nessa visão ele complementa:

(...) uma Palestina em que todos se respeitem inclusive os judeus que ali vivem, que nasceram naquele território. A gente não quer excluir ninguém, mas queremos a libertação do nosso povo e o fim do apartheid (...).

Apesar de toda a tragédia produzida pelo sionismo, é importante salientar que o entrevistado Yaffa consegue conceber um território de vida comum com judeus que nasceram ali. Aqui, Frantz Fanon pode nos ajudar:

O intelectual que seguia o colonialista no plano do universal abstrato vai lutar para que a colônia e o colonizado possam viver em um mundo novo. Mas o que ele não vê, porque precisamente o colonialismo se infiltrou nele com todos os seus modos de pensamento, é que o colono, logo que o contexto colonial desaparece, não tem mais interesse em ficar, em coexistir. Não é por acaso que, antes mesmo de toda a negociação entre o governo argelino e o governo francês, a minoria europeia dita liberal já anunciou a sua posição: ela exige, nem mais nem menos, a dupla cidadania (Fanon, 2005, p. 61).

Os processos de neocolonização demonstraram isso, ao perderem a condição privilegiada de neocolonizador não tem mais razão para ficar. Essas pessoas estão dentro de um projeto artificialmente construído e mantido sem raízes, sem conexões reais com o território e os povos circunvizinhos, com vantagens econômicas e sociais em relação aos seus países de origens onde, não raramente, viviam em condições socioeconômicas difíceis. Ao perderem esse privilégio de serem colonizadores são rapidamente ultrapassados pelos antigos colonizados que lhes tomam todas as posições – não existindo nada positivo que o ex-colonizado necessite do ex-colonizador (FANON, 2005). Essa é uma hipótese que não podemos perder de vista no caso palestino.

Para o entrevistado al Quds, as reivindicações da juventude são similares ao do movimento geral. É importante salientar que as demandas gerais coincidem com as do movimento de libertação. Assim, a perspectiva do fim do racismo, Apartheid, libertação do colonialismo e direito ao retorno são centrais na luta palestina. Para os jovens isso não é diferente, o que os torna parte integrante desse grande movimento.

A OLP, na sua vigésima primeira sessão ordinária, entre 22-25/4/1996, através de Conselho Nacional Palestino – instância máxima – explicitou por várias vezes a defesa dos direitos dos refugiados ao retorno, assim como do status de al Quds como capital palestina indivisível, mantendo sua tradição histórica como diretriz política para todos, incluso a juventude. Assim como também o fez na Declaração do Conselho Central de 9 a 10 de setembro de 2000.

Já sobre o que podemos considerar demandas específicas da juventude militante, recorreremos ao entrevistado Ghaza, cujos efeitos da colonização sobre os jovens parecem ser distintos em suas palavras:

(...) muitos jovens sofrem não só economicamente, mas emocionalmente... tem muitos que não querem ter filhos, construir casas ou comprar carro com medo dos ataques de Israel, que são muitos. A ocupação sionista bloqueia todos os aspectos da vida dos palestinos (...).

Para o entrevistado Tulkarm:

(...) as principais dificuldades que a juventude palestina tem nesse momento são de ordem econômica que afetam a resistência. (...) a vida para os jovens ficou muito cara, não têm empregos, não têm dinheiro para os jovens. Isso faz com que os jovens tenham uma preocupação em relação a sua vida financeira e cotidiana e não a sua luta de resistência política.

Ainda que os dois entrevistados acima vocalizem elementos que pertencem a colonização em geral, o bloqueio à economia palestina afeta mais profundamente os jovens, que não conseguem emprego nem a perspectiva de construir suas vidas de forma autônoma (KHALIDI, 2020). Muitos não conseguem sair da casa de seus pais como desejavam para formar sua própria família.

O cerceamento que o colonizador exerce sobre a economia afeta vários aspectos da vida social palestina, entre elas o abandono da perspectiva da constituição de famílias, o desejo de ter filhos etc. sobre pena da destruição e morte causados pela neocolonização tardia judaica sionista. Além de ser uma fonte óbvia de preocupação constante que impede a organização política e a luta de resistência de forma mais ativa. Sobreviver acaba assumindo a preocupação central da vida.

Sobre esse aspecto da colonização vale nos determos um pouco mais. Entre os efeitos dessa hipersegmentação/ hiperfragmentação e desterritorialização/ re-territorialização precária na população palestina está também a asfixia da economia palestina. Essa se dá, inicialmente, impedindo qualquer controle direto dos palestinos sobre as suas fronteiras. As alfândegas, portos e aeroportos estão todos sob domínio do colonizador, privando os palestinos de qualquer controle de

entrada e saída sobre seu próprio território, tanto de pessoas quanto de mercadorias (KHALIDI, 2006; JARADAT, 2021).

A lista de visitantes árabes e não árabes barrados de conhecer a Palestina também tem um papel econômico de não permitir a entrada de dinheiro nas mãos palestinas. É comum o relato, como tivemos em nossa viagem de 2019, de mercadorias importadas ficarem retidas nos portos e aeroportos israelenses de forma permanente, danificando seus conteúdos o que leva a um grande prejuízo. Asfixia da agricultura pelo confisco direto de terras, plantações ou destruição desses cultivos, especialmente o das oliveiras, sobre pretextos de segurança de estradas ou de colônias de assalto sob os territórios ocupados palestinos, sobretudo na área rural, mas também urbana, como acontece em al Khalil, sufocando o comércio palestino do velho souk⁷² (JARADAT, 2021).

Os agricultores palestinos são privados da possibilidade de irrigarem suas plantações, já que os poços de água são controlados por Israel e só os sionistas têm o direito ao uso da água em irrigações (BUZETTO, 2015), estabelecendo uma fronteira no subsolo para o acesso ou não da água. Esse impacto sobre agricultura gera uma tensão na população nativa acerca de sua segurança alimentar. A organização de direitos humanos B'Tselem (B'Tselem, 2023, p.25) lembra que “the Israeli apartheid regime works to promote and perpetuate Jewish supremacy in the entire área it controls from the river to the sea, through land and immigration policies, movement restrictions and management of water resources”⁷³. No que tange ao controle da água o objetivo é criar deliberadamente “a huge disparity in water consumption” sendo que os israelenses “enjoys the luxuries afforded”⁷⁴ e os palestinos “suffers a chronic water crisis that stands to grow along with climate change”⁷⁵ (B'Tselem, 2023, p.25).

As restrições de mobilidade com muros, guaritas, barreiras militares fixas e móveis de controle de passagens, estradas restritas ao uso dos sionistas etc., (JARADAT, 2021) incidem, dramaticamente, sobre a economia palestina. Pior, dependendo da carteira de identidade e mesmo dos documentos dos carros, esses indivíduos e/ou os automóveis não podem circular em determinadas áreas, cidades e aldeias impedindo a possibilidade de trocas comerciais.

72 Nome árabe para o mercado geralmente localizado na Medina (centro da cidade antiga).

73 Tradução livre: “o regime de apartheid israelense trabalha para promover e perpetuar a supremacia judaica em toda a área que controla, do rio ao mar, através de políticas fundiárias e de imigração, restrições de movimento e gestão de recursos hídricos”.

74 Tradução livre: “uma enorme disparidade no consumo de água” sendo que os israelenses “desfrutam dos luxos oferecidos”.

75 Tradução livre: “sofre uma crise hídrica crônica que tende a crescer juntamente com as alterações climáticas”.

As multas oriundas das mais restritivas formas aparecem como duras penalidades de limitação à economia do povo palestino. Multas como consertar a própria casa sem pedir aval militar em determinadas áreas, multa sobre automóveis, multa sobre produtos importados ou exportados usando justificativas vazias etc. são maneiras de restringir a economia, aumentar os índices gigantescos de desemprego e dificultar a reprodução material da vida, com o claro objetivo de que isso faça com que essa população abandone o seu território histórico. Os palestinos são orientados oficialmente e, não menos cinicamente, a procurarem o sistema judiciário israelense, onde uma imensa burocracia propositada e uma alta taxa de condenação aos palestinos são estabelecidas a respeito das queixas desses, para que os mesmos desistam de seus direitos básicos. Portanto, uma economia que asfixia a resistência e tira perspectivas de um futuro melhor é o produto perseguido pelo colonizador.

É preciso também ter em mente que a resistência do povo palestino inclui mecanismos de burlar as tentativas de controle, compartimentação, restrições de uso, exclusões etc. impostas pelo neocolonizador judeu sionista a sua economia e vida cotidiana. Diante das fronteiras, barreiras e muros do neocolonizador os palestinos constroem fissuras e porosidades na sua luta de resistência cotidiana. Durante a viagem em 2019, nas conversas com os palestinos nos foram relatadas informalmente várias histórias de transgressões as normas estabelecidas pelo colonialismo israelense.

Assim, temos túneis que ligam áreas proibidas para os palestinos, como os famosos túneis que unem a Faixa de Ghaza com o Egito trazendo várias mercadorias e mesmo armamentos para a resistência; documentos falsificados para permitir o deslocamento tanto de pessoas como de automóveis; escadas e cordas para pularem os muros; placas falsas de carros para parecer serem de judeus sionistas e trafegarem em estradas que lhes seriam proibidas; perfurações clandestinas de poços de água; palestinos que, pelas mais variadas formas, por exemplo, dentro de porta-malas, de bancos de carro falsos, de tanques de caminhões de água etc. - entram clandestinamente em áreas que não teriam acesso oficialmente como em al Quds; uso de explosivos para destruir barreiras e tantas várias outras maneiras etc., ou seja, a vida palestina encontra meios de sobreviver e resistir (SACCO, 2003; BUZETTO, 2015; TENÓRIO, 2019).

Foto 3 – Birzeit University.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 4 – Muro da segregação em Bayt Lahm⁷⁶.



Fonte: Própria, 2019.

⁷⁶ Nome árabe da cidade palestina de Belém: محل تيب

Foto 5 – Monumento em uma simples rótula de trânsito na Cisjordânia.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 6 – Monumento na Cisjordânia.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 7 – Monumento em homenagem a Nelson Mandela, defensor da causa palestina.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 8 – Souk em Nablus.



Fonte: Própria, 2019.

As fotos acima, todas pertencentes a viagem realizada em 2019, demonstram as dimensões da resistência Palestina: i) *Birzeit University* produtora de conhecimento e de formação de profissionais palestinos em diversas áreas (Foto 3); ii) um grafite com a imagem da icônica guerrilheira Leila Khaled no muro da segregação na cidade sagrada para o cristianismo de Bayt Lahm (Foto 4); iii) o monumento em uma rótula (Foto 5); iv) outro monumento em uma pequena praça (Foto 6); v) um grande monumento dedicado a Nelson Mandela (Foto 7); todos localizados na região de Ramallah e, por fim; vi) a dimensão cultural da resistência também presente no milenar souk de Nablus e doce árabe-palestino knafeh (Foto 8).

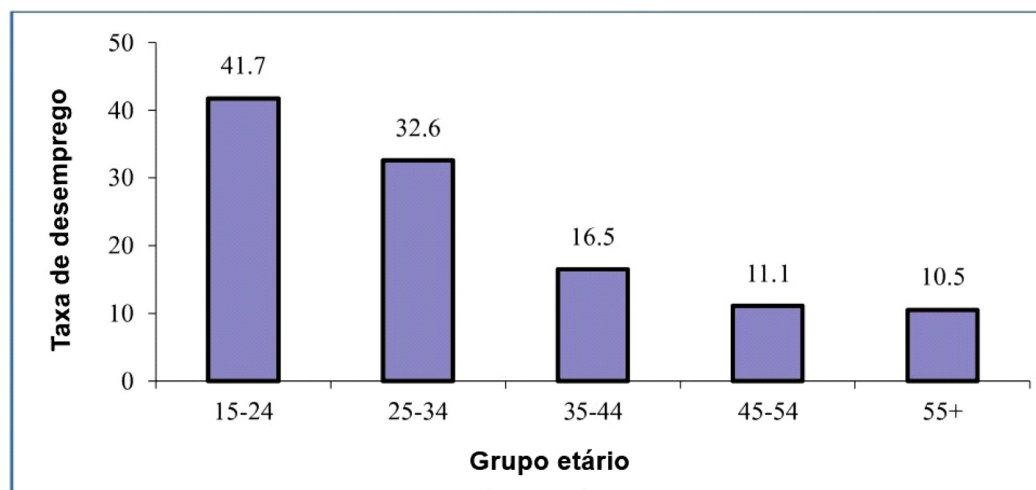
As tabelas 3 e 4, o gráfico 6 e a ilustração 12 explicitam a difícil situação econômica da juventude em relação ao emprego, com piores condições na Faixa de Ghaza.

Tabela 3 – Porcentagem de distribuição da população palestina (a partir de 15 anos) pelo status da força de trabalho por região, 2021.

Força de trabalho	Palestina	Cisjordânia	Faixa de Gaza
Empregado (com 35 ou mais horas / semanal)	31.2	37.9	20.1
Desempregado e procura trabalho	11.4	7.1	18.5
Desempregado / idoso ou doente	8.6	7.6	10.3
Desempregado / deveres domésticos	26.5	27.8	24.3
Desempregado / estudante ou estagiário	16.7	16.1	17.7
Desempregado / outras razões	4.8	2.7	8.3
Total	100	100	100

Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 24).

Gráfico 6 – Taxa de desemprego na população palestina (a partir de 15 anos) por grupos etários, 2021.



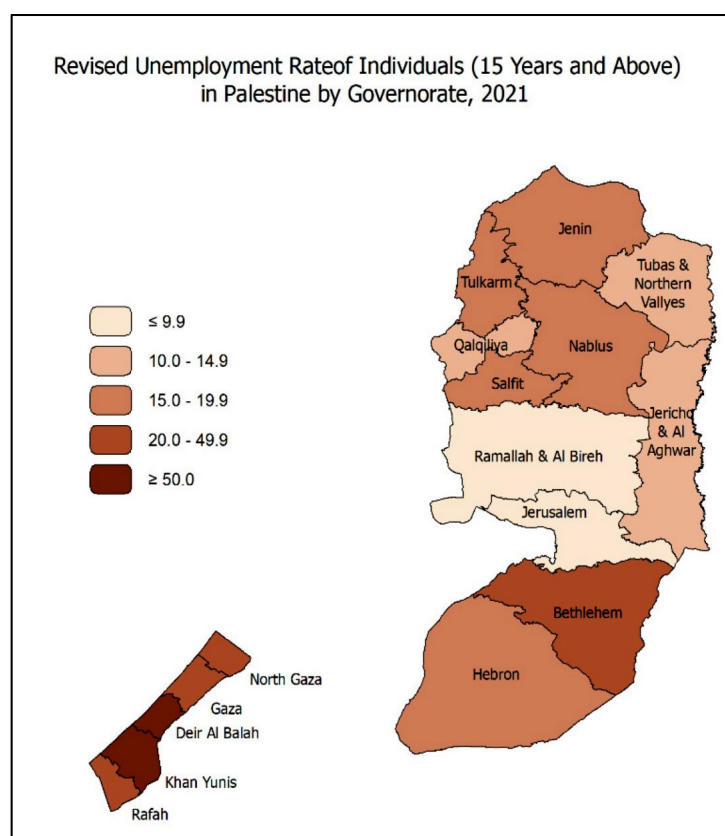
Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 26).

Tabela 4 – Porcentagem de pessoas na Palestina (a partir de 15 anos) pela característica da força de trabalho por região, 2018-2021.

Características da força de trabalho por região	2018	2019	2020	2021
Palestina				
Taxa de participação na força de trabalho	43.5	44.3	40.9	43.4
Taxa de desemprego	26.2	25.3	25.9	26.4
Cisjordânia				
Taxa de participação na força de trabalho	45.9	46.4	44.4	45.8
Taxa de desemprego	17.3	14.6	15.7	15.5
Faixa de Gaza				
Taxa de participação na força de trabalho	39.6	40.9	35.3	39.4
Taxa de desemprego	43.1	45.1	46.6	46.9

Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 24).

Ilustração 12 – Taxa de desemprego em indivíduos acima de 15 anos por regiões, na Palestina, 2021.⁷⁷



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2023 - Palestine in Figures (2022, p. 27).

⁷⁷ Tradução livre: “Taxa de desemprego revisada de indivíduos (15 anos ou mais) na Palestina por governadoria, 2021.”

A OLP, reunida na cidade de Ghaza, através de seu Conselho Nacional Palestino – instância máxima – na vigésima primeira sessão ordinária de 22-25/4/1996, declarava claramente essa preocupação econômica, que é também uma diretriz para a juventude:

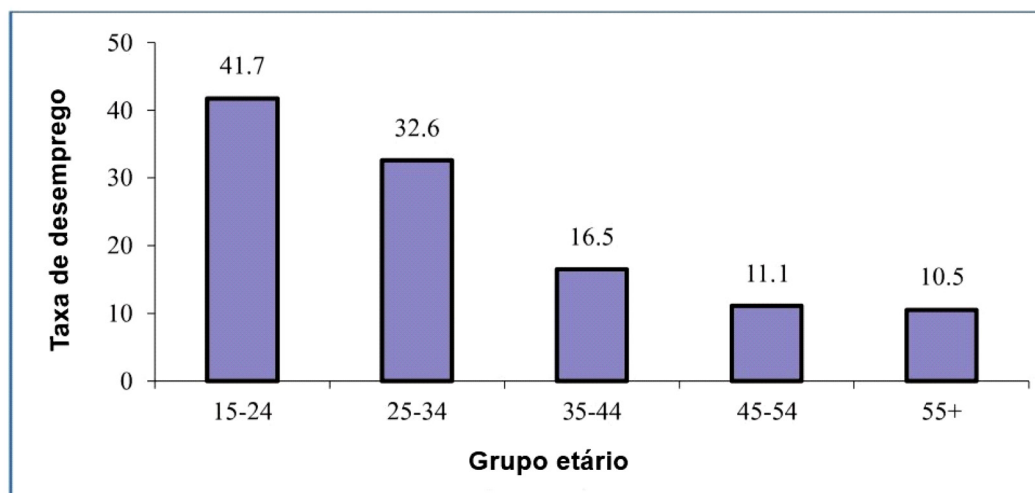
Resolução sobre o desenvolvimento econômico de nossa pátria: O Conselho Nacional, tendo vivido a difícil situação econômica e a realidade de dependência da economia israelense como resultado da ocupação, enfatiza a necessidade de adotar um plano de desenvolvimento palestino independente, baseado em confiança e não em ajuda. Construir uma base econômica independente é a base para a independência política nacional, e a independência política não fará sentido à luz da dependência econômica. (...) o princípio da autossuficiência deve ser estabelecido como base para os princípios que regem o processo de desenvolvimento (...)

Quando pensamos a relação trabalho/ capital temos que ter em conta que a busca por mais valor e lucro é lógica do capitalismo. Nesse sentido, o aumento da carga de trabalho, de jornada de trabalho, a redução do salário, assim como de forma relativa pelo aumento da produtividade dada pela tecnologia, se constituem fenômenos vastamente estudados e comuns ao sistema capitalista (MANDEL, 1978).

Todavia existe um processo de exploração em que a extração de mais-valia, absoluta e relativa, se dá de forma mais intensificada e permanente por questões da formação histórica específica em questão. A esse fenômeno chamamos de “superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2017), ou seja, é a intensificação da mais-valia absoluta e relativa dada de forma constituinte e permanente das relações de uma economia por sua formação específica. Uma hipótese que levantamos é que podemos compreender o papel dos trabalhadores palestinos, dentro da economia israelense, através dessa categoria, isto é, são vítimas de uma “superexploração da força” de trabalho dadas às condições criadas e reproduzidas pelo processo neocolonizador tardio.

A neocolonização, portanto, é o elemento histórico que permite o funcionamento desse processo de forma contínua, já que o colonizado não é um “igual”. O colonizado é antes de qualquer coisa “o outro”, no limite do humano, um quase humano ou mesmo um não humano, o que permite como justificção ideológica para as condições de superexploração e opressão se reproduzirem. Assim, os salários rebaixados em relação ao habitual, jornadas mais longas de trabalho, falta de segurança de trabalho, déficit de direitos trabalhistas etc. fazem do trabalhador palestino vítima desse processo de superexploração. Os trabalhadores palestinos que possuem permissão de Israel para executar trabalhos na sua economia interna são uma fonte fundamental para extração desse mais-valor.

Gráfico 7 – Porcentagem de emprego na população palestina (a partir de 15 anos) por local-de trabalho, 2018-2021.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 27).

De 13-14% dos palestinos tem como postos de trabalho em Israel, isso não é irrelevante e exerce funcionalidades para economia do colonizador (gráfico 7). Lembrando que tais dados excluem os palestinos que vivem dentro de Israel e al Quds ocupada. Quando imaginamos o amplo contingente de trabalhadores palestinos, que não possuem a permissão de trabalho e nem de mobilidade para cidades israelenses, esses podem ser considerados um imenso “exército de reserva” permanente da economia israelense, além supri-la via arrecadação de tributos, multas, taxas, etc.. Dado que, hipoteticamente, eles podem ser recrutados através de permissões para trabalharem em Israel, produzindo rebaixamento salarial frente aos trabalhadores judeus sionistas como fonte antagonismo social (“roubam nossos empregos”).

Uma fração de classe israelense é capaz de abaixar os salários abrindo novas permissões para trabalhadores palestinos serem superexplorados, se assim o desejar. Esse movimento é possível, segundo nossa hipótese, pelo cerceamento que o neocolonialismo executa sobre a economia palestina. Mesmo vítima da superexploração da força de trabalho na economia israelense, as condições de remuneração e salário são em média maiores do que as palestinas, levando-se em conta o número de desempregados e da economia restringida por ação de Israel – condições da formação específica neocolonial tardia.

É verdade que essa sempre foi uma preocupação do projeto colonizador, à saber, não se tornar vulnerável à necessidade de trabalho palestino, já que seu objetivo não foi de exploração “por se” (FARSAKH, 2016) e sim de uma neocolonização

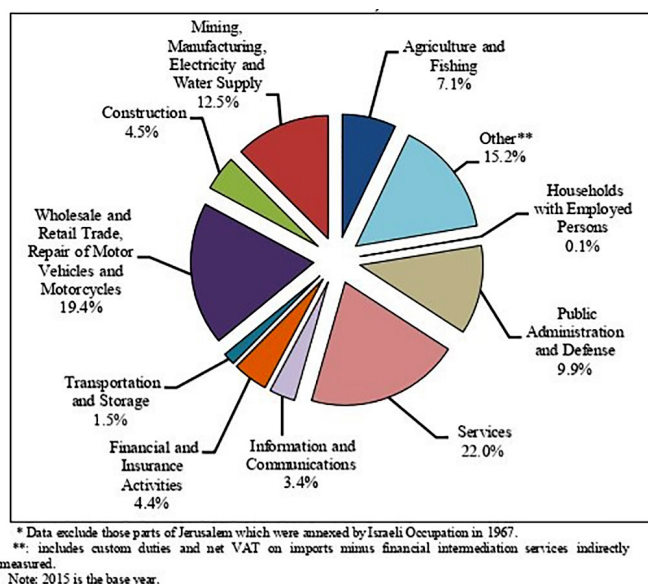
de povoamento por substituição populacional. São conhecidos os slogans sionistas que pediam para não contratar árabes e somente trabalhadores judeus sionistas, ao longo do tempo pelo projeto sionista na Palestina (TENÓRIO, 2019). Para os palestinos, por sua vez, a dependência econômica de Israel (o que inclui seus postos de trabalho) é um entrave para a luta política e para a construção de autonomia necessária ao processo de libertação.

Lembramos que quando falamos de economia palestina, devido à hiper fragmentação, não incluímos os campos de refugiados externos ao território palestino, os que vivem dentro de Israel e mesmo em al Quds ocupada, ou seja, é um termo problemático, pois se restringe aos dados dos territórios palestinos ocupados, menos al Quds (FARSAKH, 2016).

Cientes disso, verificando os dados gerais da economia palestina, podemos perceber que se trata de uma economia colonizada (FARSAKH, 2016), com um rebaixamento da vida social dado fundamentalmente por essa limitação. Apesar disso, os palestinos são capazes de formar uma economia, dadas as circunstâncias concretas, relativamente “positiva”. Essa também deve ser uma hipótese que lançamos na pesquisa, em que medida a não aceitação de um Estado palestino independente tem relação com a capacidade de os palestinos têm de criarem uma economia sólida, caso não fossem cerceados pela colonização?

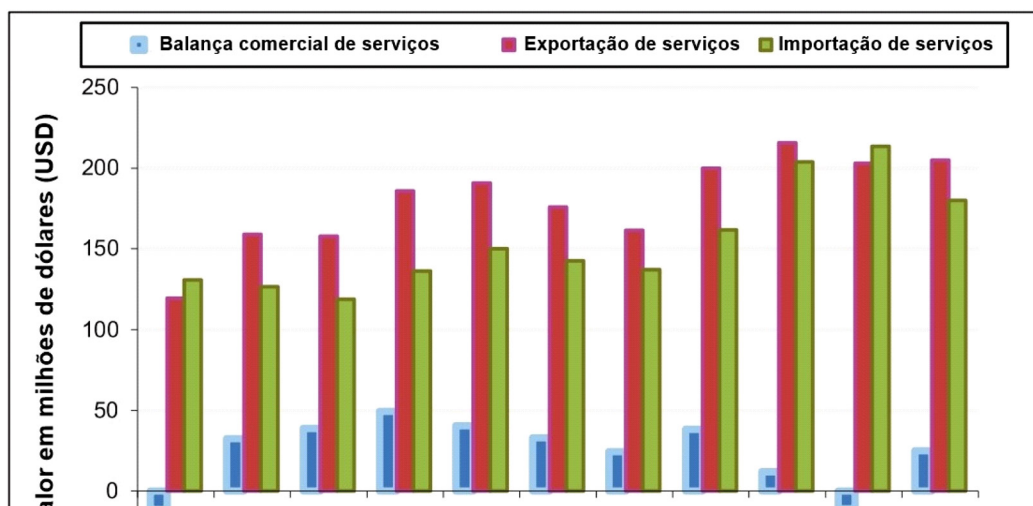
O Gráfico 8 dimensiona a distribuição geral da economia palestina, já o 9 e 10 focam nos balanços positivos em serviços, principal ramo da economia palestina, déficit em relação a bens dada à neocolonização que impede a autonomia de produção e controle de fronteiras alfandegárias pelos palestinos. Além de domínio (poder de controle), é outra fonte de extração de valor, visto que os palestinos importam de Israel ou de outros países, sempre sob o controle alfandegário israelense. É claro que isso não nos permite dimensionar a distribuição desses balanços dentro do conjunto da população palestina, contudo alertam para a capacidade econômica dos palestinos.

Gráfico 8 – Contribuição percentual para o PIB por atividade econômica, na Palestina, em preços atuais, 2020.⁷⁸



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 70).

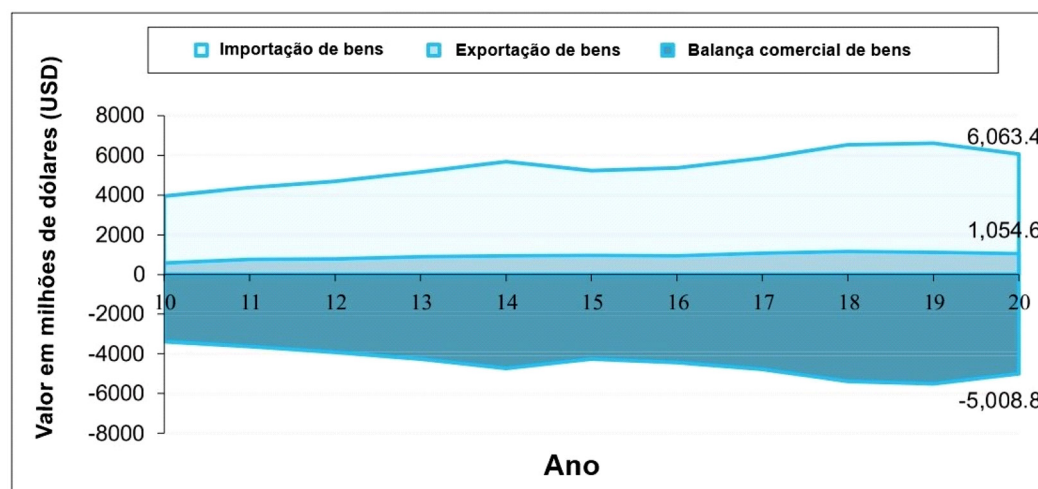
Gráfico 9 – Valores registrados de importação, exportação e balança comercial em serviços entre Palestina e Israel de 2010-2020.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 67).

78 Tradução livre: "Agricultura e pesca 7,1%; outros 15,2%; empregados domésticos 0,1%; administração pública e defesa 9,9%; serviços 22%; informação e comunicações 3,4%; atividades financeiras e de seguros 4%; transporte e armazenamento 1,5%; comércio atacadista e comércio varejista, reparação de automóveis, veículos e motocicletas 19,4%; construção 4,5%; mineração, manufatura, eletricidade e abastecimento de água 12,5% / *Os dados excluem as partes de Jerusalém que foram anexadas pela ocupação israelense em 1967. / ** inclui direitos alfandegários e líquidos na importação, menos serviço de intermediação financeira medido indiretamente. / Nota: 2015 é o ano base."

Gráfico 10 – Valores registrados de importação, exportação e balança comercial de bens na Palestina de 2010-2020.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 66).

Para a entrevistada Akka um dos desafios fundamentais da juventude é enfrentar a AP e conseguir acessar canais oficiais, governos internacionais etc. segundo suas palavras:

A gente tem que falar... que a gente tem esse desafio... Autoridade Palestina sempre tenta controlar essa juventude dentro da Palestina e fora da Palestina. São eles que têm a palavra diplomaticamente, que controlam, fazem entrada no governo nos países e eles que conseguem colocar a palavra da Palestina. Essa juventude não está conseguindo fazer a mesma coisa e acaba ficando mais nas ruas do que dentro dos governos.

Nessa perspectiva, a juventude cerceada pela AP teria que enfrentá-la como condição necessária para a luta de resistência e libertação nacional. O que transporece no debate interno dos palestinos também sob a perspectiva do velho, que ainda não morreu e o novo que ainda não se consolidou – é uma forma de apresentação dos sinais da crise que o movimento vive.

Em relação à distinção estratégica da libertação: territórios de 1967 e território histórico, o entrevistado Yaffa se expressa:

(...) libertar nossos territórios mesmos que seja aqueles propostos pela ONU. Eu sei que muita gente tem raiva disso, gostaria de libertar toda a Palestina do rio ao mar... Eu também prezo por uma libertação assim.

Essa alusão à libertação total ou parcial do território palestino implica nos debates internos do movimento nas últimas décadas, em especial em relação a mudança

de visão estratégica. Na sua constituição histórica a OLP e os partidos que a compunham, à época, sempre tiveram clareza estratégica de libertar todo o território palestino do processo de colonização (BUZETTO, 2015).

A mudança estratégica aconteceu com o reconhecimento de Israel em função das negociações que geraram os chamados “acordos de paz” e a ideia de libertar apenas os territórios ocupados em 1967 e, por conseguinte, a aceitação da partilha – temática levantada pelo entrevistado Yaffa. O que nos cabe perguntar é: seria possível tal coexistência com o neocolonizador tardio extremamente violento que institui constantemente instabilidade em toda a região com guerras, massacres, assassinatos sistemáticos, espionagens etc.? Colonizador esse que nunca apontou para a necessidade de superação de sua visão supremacista, do “povo eleito”, racista, belicista, expansionista etc., ou seja, nunca quis deixar a sua posição de colonizador?

Sobre esse aspecto o intelectual marxista árabe Samir Amin escreveu:

Projeto colonial sionista sempre foi uma ameaça, não só à Palestina, mas os povos árabes vizinhos. Suas ambições de anexar o Sinai egípcio e sua anexação efetiva das Colinas de Golã, da Síria, é a prova disso. No projeto do Grande Médio Oriente, um papel particular é concedido a Israel, ao seu monopólio regional de equipamento militar nuclear e seu papel de parceiro “indispensável” (sob o pretexto falacioso de que Israel tem um conhecimento tecnológico que o povo árabe é incapaz de ter. Que racismo indispensável!). (Amim, 2020, p.87)

Para aqueles do movimento de resistência e libertação da Palestina que apostaram ao longo da história recente nessa via, os últimos trinta anos demonstraram que Israel não estava disposta a nenhum tipo de paz. Pelo contrário, longe de executar os acordos de retirada total dos territórios ocupados a partir de 1967, ela nem sequer aceitou aquilo que assinou e verbalizou ao mundo como provável “Estado independente da Palestina”. O horizonte existencial israelense continua inabalavelmente atrelado ao seu projeto colonizador.

Sobre a negação da plenitude humana do colonizado o intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu:

Para concluir, claramente presente também na luta contra o neocolonialismo praticado pelas supostas “nações eleitas” que controlam os centros de poder econômico internacional pretendendo ser as únicas a exercer uma real soberania, o entrelaçamento entre luta pela distribuição dos recursos e luta pelo reconhecimento adquire uma imediata evidência em uma realidade como a Palestina. Os “indígenas” são expropriados de suas terras e condenados à miséria e à marginalização. Eles sofrem, ao mesmo tempo, com um duplo desconhecimento: não são considerados dignos de constituir-se como Estado nacional independente nem de se tornar cidadãos do Estado que, ao anexar seu território, impede que eles se constituam como Estado nacional independente. (Losurdo, 2015a, p.299)

Entretanto é preciso ir além, entender que nenhum colonizador na História deixou sua posição privilegiada de forma espontânea ou autocrítica. Onde existiu libertação, no século XX, houve luta para derrotar o neocolonialismo. As negociações só se deram, com o neocolonizador derrotado, caso contrário não houve libertação. Não existe coexistência pacífica com um constante agressor, invasor, que rouba terras e cria novas colônias, que assassina e prende palestinos, os quais resistem a essas incursões.

Não é menos fictícia, a falsa leitura de que uma pretensa entidade chamada “comunidade internacional” possa revolver a questão Palestina. Foi essa tal “comunidade” que aceitou o Mandato Britânico promotor do paraestado de Israel e votou pela partilha, em 1947 (KHALIDI, 2006). Não tendo nenhum daqueles países e governos o direito sobre o território palestino, foi a única vez que a ONU realizou tal ato decisório e o fez prejudicando os palestinos. As resoluções que se amontoam em pilhas de papéis sem valor, quando favorecem os palestinos (LOSURDO, 2015b), é outra prova de sua conveniência com o crime por parte da “comunidade internacional”, além do não reconhecimento da Palestina como Estado membro na ONU.

Quando observamos a avaliação da juventude militante sobre as organizações de luta do movimento palestino, impera entre os entrevistados uma leitura que considera insatisfatórios os espaços destinados aos jovens nessas organizações, incluindo a OLP e os partidos políticos palestinos de maneira geral.

Para o entrevistado al Quds as organizações “(...) não dão para os jovens o seu devido valor e posições nas lideranças de forma real. (...) só dão para os jovens espaços de segundo plano”.

O entrevistado aponta como uma das consequências a falta de renovação nessas estruturas políticas que possibilite a entrada dos jovens. Lembra também que a falta de eleições, tanto para a AP, prefeituras, sindicatos e mesmo em algumas universidades impedem uma maior presença dos jovens. O entrevistado lembra que os partidos políticos FATAH, HAMAS e FPLP possuem setoriais estudantis.

Para o entrevistado Ghaza:

(...) de uma maneira geral são pequenos grupos internos que apoiam os jovens. O comum nessas organizações é o jovem não chegar aos patamares mais altos da organização. Não deixam que os jovens tenham uma palavra capaz de influenciar outras pessoas.

Ele complementa dizendo que “(...) quando o jovem tem um pensamento novo... eles não aceitam... ele é rejeitado dentro dos partidos e isso não é uma boa coisa”.

Para o entrevistado Yaffa “(...) acredito que as organizações políticas não chamam a atenção dos jovens”. O mesmo entrevistado acredita que a participação dos jovens se deve mais pela influência da própria ocupação, que os obrigam a lutar, do que pela capacidade delas de atraírem a juventude. Em suas palavras:

(...) jovem entra para essas organizações e partidos políticos e mesmo organizações armadas que existe na Palestina... é por pressão psicológica decorrente da ocupação. (...) o jovem quando cresce acaba entrando nessas organizações armadas para proteger sua família e lutar pela libertação.

A perspectiva de que os espaços políticos destinados à juventude nas organizações políticas e no movimento palestino, de modo geral são insuficientes ou/e insatisfatórios, remete a uma crítica importante que a juventude faz dentro do movimento. Vale notar que os entrevistados fazem questão de criticar suas próprias organizações políticas também e não só aquelas que entendem serem rivais ou distintas.

A reivindicação por espaços, participação, autonomia e poder é uma constante na visão crítica da juventude palestina inserida na luta de resistência e libertação e encontra eco em outros estudos (CHRISTOPHERSEN; HØIGILT; TILTNES, 2012). Isso também significa dizer que os jovens compreendem que seu papel é mais importante e relevante do que essas organizações políticas aceitam. As afirmações dos entrevistados demonstram a percepção de que os jovens são uma das forças motrizes mais importantes do movimento, todavia que não têm os espaços políticos, em especial de poder, compatíveis a essa importância. Esses são elementos e indícios importantes de um possível conflito geracional que não está sendo respondido de forma satisfatória.

A diversidade e a situação das organizações políticas geram também distintos espaços políticos para a juventude, como explicita o entrevistado Tulkarm existem “(...) diferenças entre as regiões e os partidos que dominam, estando ou não presentes nelas”. Exemplifica usando o caso da Frente Popular de Libertação da Palestina:

(...) nela os jovens têm muito pouco espaço. E de forma geral ela está sempre vigiada por Israel e pela Autoridade Palestina... o que dificulta a atuação política dessa juventude como de todo... o partido e seus políticos... sofrem isso também.

Já para Frente Democrática de Libertação da Palestina⁷⁹ ele diz “(...) os jovens acabam tendo mais espaço de participação política do que em relação à Frente Popular, que é boicotada e vigiada”. Lembra também que assumir-se publicamente como membro do HAMAS ou da Jihad Islâmica, na Cisjordânia, é uma sentença de prisão

79 Em árabe: الجبهة الديمقراطية لتحرير فلسطين

e de maneira geral, na Faixa de Ghaza, os partidos políticos têm uma maior liberdade relativa de organização devido ao governo do HAMAS.

A colonização judaica sionista e sua pressão sobre determinadas organizações, a ação colaboracionista da AP, as disputas internas ao movimento de resistência e libertação, a concepção de partido/ organização e do papel da juventude nele, o programa e projeto do partido etc. influenciam dramaticamente nos espaços destinados, tanto quantitativa quanto qualitativamente para a juventude.

Existe também o descrédito nas organizações políticas como o explicitado pela entrevistada Akka ao dizer:

Primeira coisa, a gente não tem mais essas organizações como a gente foi criado ouvindo suas histórias. Quando a gente vai falar da revolução Palestina, na década de sessenta, e o início daquele movimento que fez para aparecer os partidos palestinos diferentes e movimentos diferentes. Hoje em dia, não tem mais isso e nós cansamos dessas organizações.

Na percepção dela houve uma mudança histórica nessas organizações comprometendo-as ao longo do caminho, não com a libertação da Palestina, mas com certa resignação.

Logo em seguida complementa seu descrédito político para com as organizações:

(...) Quando a gente vai falar da Frente Popular, a Frente Democrática, HAMAS, Jihad Islâmica... Eu sou filha da Frente Popular fui criada assim, mas hoje em dia eles recebem salário da Autoridade Palestina. Quem está controlando tudo? Onde está a luta desses partidos e movimentos palestinos. HAMAS diz que um dia nunca vai aceitar dois estados, depois eles estão negociando com a Autoridade Palestina querendo fazer a eleição de novo.

Apresenta como saída uma unidade assim expressada:

(...) Nós queremos esse caminho único que devolvam a OLP, voltar para ser de todo o povo palestino. (...) e a juventude está perdendo a fé com essa confusão política e nós queremos construir nosso caminho da libertação como juventude, que tem essa consciência... que tem que se unir até a libertação da Palestina, depois a gente constrói nossos partidos políticos.

A solução pede uma noção de unidade ainda que se demonstre idealizada, pois o “depois a gente constrói nossos partidos políticos” desconsidera a diversidade interna dos palestinos e de seus projetos de Palestina, que sempre estiveram em disputa e são, inclusive hoje, também culpados pela crise interna desse movimento da qual AP, a cisão HAMAS e FATAH, a guerrilha “cova dos leões” em Nablus e Jenin etc. são expressões das diferenças de projetos.

Durante o ano de 2011, na chamada Primavera dos Povos Árabes, uma pesquisa tentou captar as tendências políticas da juventude palestina examinando uma amostra entre 400 a 425 jovens, de 15 a 24 anos, da Faixa de Ghaza e Cisjordânia (CHRISTOPHERSEN; HØIGILT; TILTNES, 2012). Esse estudo chama atenção para a tendência de a juventude procurar outras formas de organização que não as tradicionais (partidos políticos) para se organizarem, além de uma expressão maior no campo cultural:

Organisations like Fatah, the Palestinian Front for the Liberation of Palestine (PFLP), the Democratic Front for the Liberation of Palestine, Hamas and al Mubadara have been vehicles of mass mobilisation and organised struggle against occupation, and they have structured internal Palestinian politics. Political factions took the role of mobilising and preparing the youth for both political and military action; they also provided social security and moral support to their followers. However, if the qualitative interviews are indicators of a trend among Palestinian youth, we see a retreat from contentious politics¹⁶ and more engagement in less politicised work, i.e. social/cultural activism, which is often funded by international donors.⁸⁰ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.9)

Desta forma o estudo em questão aponta para “a youth exit from politics in Palestine, despite pockets of political activism connected to popular resistance”⁸¹ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18). E aponta quatro problemas estruturais, além da conjuntura cisão Fatah e Hamas, sendo o primeiro uma “perception among youth that a political elite has taken control over the definition and modes of resistance”⁸² (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18).

O segundo, “a widespread culture of fear with regard to political activity”⁸³ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18). Já o terceiro “is that international aid to the Palestinians effectively deflects energy away from political activism to the benefit of less contentious social and cultural initiatives”⁸⁴ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18), já que “that international funding has allowed only a “passive” resistance”⁸⁵ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18) e o quarto “think that their situation is

80 Tradução livre: “Organizações como Fatah, a Frente Palestina para a Libertação da Palestina (PFLP), o Frente Democrática para a Libertação da Palestina, Hamas e al Mubadara têm sido veículos de mobilização de massas e luta organizada contra a ocupação e estruturaram política interna palestina. As facções políticas tomaram o papel de mobilizar e preparar a juventude para ação política e militar; eles também fornecem segurança social e apoio moral aos seus seguidores. No entanto, se as entrevistas qualitativas são indicadores de uma tendência entre a juventude palestina, vemos um recuo da política contenciosa e mais engajamento em trabalhos menos politizados, ou seja, ativismo social/cultural, frequentemente financiado por doadores internacionais”.

81 Tradução livre: “uma saída da juventude da política na Palestina, apesar de bolsões de ativismo político ligados à resistência popular”.

82 Tradução livre: “percepção entre os jovens de que uma elite política assumiu o controle sobre a definição e os modos de resistência”.

83 Tradução livre: “uma cultura generalizada de medo em relação à atividade política”.

84 Tradução livre: “é que a ajuda internacional aos palestinos efetivamente desvia a energia do ativismo político em benefício de iniciativas sociais e culturais menos controversas”.

85 Tradução livre: “que o financiamento internacional permitiu apenas uma resistência “passiva”.

desperate enough to warrant large-scale departure from the political routine”⁸⁶ (Christophersen; Høigilt; Tiltne, 2012, p.18).

Dada a ação do neocolonizador sobre os movimentos políticos ativos com o objetivo de atomizar pela violência gerando medo na juventude (prisão, morte, tortura, perseguição a família, perda de emprego, etc.); somada às divisões internas palestinas que, também repercutem negativamente sobre a juventude; assim como de estruturas organizativas palestinas demasiadamente verticalizadas, as quais excluem a juventude dos centros de decisão delas próprias; ainda temos a ação de “fundos internacionais” que focam na juventude palestina para ações passivas de resistência (web ativismo, etc.), outra maneira de desmobilização/ desarticulação/ perda de efetividade política.

As ações políticas da juventude estudantil no movimento de libertação socio-territorial da Palestina são descritas pelo entrevistado Ghaza que as enumera “(...) reuniões sobre política, sobre sociedade, fazemos passeatas e a questão militar. Principalmente, a militar que os jovens têm maior papel”.

Para entrevistado al Quds:

(...) o nosso partido [refere-se ao FATAH] ... as práticas de luta são a resistência popular, dentro delas os processos e manifestações contra a opressão israelense, em checkpoints e em outros locais. Protestos como toda sexta-feira fazemos pelo Direito do Retorno. Também ajudar as pessoas na Cruz Vermelha e famílias com problemas e perdas.

O mesmo entrevistado lembra que também auxiliam no “(...) ensino dos alunos nas faculdades, ajuda nas suas necessidades e ajuda nos papéis e também de forma monetária”. O entrevistado lembra que outra ação são os acampamentos de verão para crianças, onde ensinam as crianças o direito nacional pela terra Palestina.

O entrevistado Yaffa lembra das passeatas, da colagem de posters e cartazes, além dos debates políticos na universidade. Em suas palavras:

(...) foi nessa manifestação que tive contato com jornalistas que eram da Birzeit University e me convidaram para uma roda de conversa. A maioria deles muito jovens e de esquerda e fiquei impressionado com o número de debates que eles faziam na universidade. Eram meninas e meninos nessas rodas de conversa e eu fiquei impressionado com os tipos de debates que se tinham como gênero, misoginia, machismo, libertação da Palestina. (...) eles organizavam as manifestações, fazem posters e saem de madrugada para grudar em toda Ramallah.

86 Tradução livre: “pensa que sua situação é desesperadora o suficiente para justificar afastamento em larga escala da rotina política.”

A entrevistada Akka enumera várias ações políticas que seu grupo faz:

A gente faz muitos debates como, por exemplo, no caminho revolucionário, o que é o movimento? Que são os partidos sionistas? Para entender o histórico do nosso inimigo, como eles pensam, como eles colocam a estratégia deles e a ideologia deles. E também debates online e (...) passeios para estudar os efeitos da ocupação sobre o meio ambiente, os animais e as plantas. Estudar o histórico de cada aldeia, o nome dela, quem habitava ali e que virou um assentamento e no lugar um Instituto Israelense.

Para contrapor a tentativa de apagamento histórico, ela explica:

(...) a ocupação sionista escreve nas placas, o nome hebraico com letras árabes, do nome das ruas para que a gente possa esquecer o nome da nossa cidade, das nossas ruas e aldeias que a gente faz de tudo para manter o histórico da nossa Palestina viva para saber.

A luta descrita pela entrevistada Akka para manter a memória do povo palestino é uma tarefa colossal, pois a Nakba não foi apenas um momento histórico, mais foi um processo que se estendeu de 1948 aos dias de hoje, ou seja, a Nakba foi um processo contínuo de tentativa de apagamento existencial do povo palestino (FAYAD, 2022). A expulsão de 700 mil (KHALIDI, 2010) refugiados de seus lares, terras, cidades, propriedades rurais, os assassinatos e os massacres que se seguiram, as sucessivas guerras de expansão sionistas objetivavam uma limpeza étnica. Sobre esse aspecto o intelectual marxista Domenico Losurdo escreveu:

Por outro lado, enquanto rejeita com horror a reivindicação dos refugiados palestinos de retorno à terra da qual foram expulsos pela violência, Israel convida os judeus de todo o mundo a se estabelecerem no Estado judeu e encoraja a colonização dos territórios ocupados, dos quais os palestinos continuam a ser expulsos. O que é isso senão limpeza étnica? (Losurdo, 2020, p.51)

Ao mesmo tempo, se processa um remodelamento colonial do espaço cuja premissa é a destruição da cultura palestina imaterial e material no espaço (JARADAT, 2021), seja nas plantações de oliveira centenárias ou milenares, figo, tâmara, gergelim, alimentos ligados à cultura árabe-palestina, seja na destruição dos muros de pedra na paisagem tipicamente palestina, de vilarejos, praças, sítios arqueológicos, monumentos históricos que remetem à existência dos árabes-palestinos (MASALHA, 2023).

Nesses locais se constroem estradas, cidades, parques, reflorestamento com árvores não nativas, colônias invasoras, ou seja, um remodelamento que apaga o colonizado, ao mesmo tempo que se assemelha ao ambiente europeu de origem do colonizador. A organização de direitos humanos Machsom Watch (2020, p. 6) publicou um relatório de 40 sítios religiosos islâmicos subtraídos por Israel, nele escreve

“Israel’s takeover of the mountain ranges and peaks throughout the West Bank”⁸⁷ inclui locais “traditionally sanctified by Palestinians”⁸⁸ e foram anexados “to jewish settler-colonies by means of Israeli military edicts, and have been included in the army’s maneuver areas, in official Israeli nature reserves and archeological sites and digs”⁸⁹.

Nesse processo de “remodelamento colonial do espaço” salienta-se também a existência histórica de indivíduos que professavam o judaísmo naquelas terras. O objetivo dessa judaização da Palestina é construir ideologicamente uma ponte entre a presença histórica de judeus e Israel moderna enquanto projeto colonizador. Assim, os locais sagrados, túmulos, sítios arqueológicos que possam ser usados nessa direção são mantidos e os outros destruídos.

Apagam-se os nomes dos acidentes geográficos de origem árabe, as montanhas, os desertos e os vales são renomeados em língua hebraica para se fazer crer que não há palestinos na história (MASALHA, 2023). O remodelamento colonial do espaço, aliado à limpeza étnica, sempre esteve no centro do projeto do neocolonizador judaico sionista tardio. Sendo esse um dos aspectos que liga o projeto colonizador à “uniteritorialidade” (HAESBAERT, 2014), isto é, a imposição de homogeneização monolítica entre território e identidade cultural, no nosso caso de estudo o sonho de uma Israel branca judaica-sionista de ascendência europeia como fortaleza do Ocidente no Oriente – o que ajuda a explicar até mesmo os racismos internos daquela sociedade.

A entrevista Akka adiciona a preocupação com o futuro de uma Palestina liberta nos debates dessa juventude militante:

E temos também bastante debate sobre que Palestina a gente quer depois da libertação. O que é esse nosso sonho? O que é a Palestina democrática? Como vai ser o nosso trabalho político e nossa construção. Quando a gente pensa nisso é uma loucura, pois é um país que está ocupado e tem gente espalhada no mundo inteiro e pensamos que quando a gente vai voltar para lá vai virar um caos.

O entrevistado Tulkarm foi o único que não quis responder essa questão sobre as atividades de seu grupo, sendo a única vez que isso aconteceu em todas as entrevistas.

O que se apresenta para nós é um leque muito grande de formas de resistência (FAYAD, 2022). As atividades políticas são de diferentes naturezas desde debates até a luta armada. Essa diversidade corresponde à perspectiva de que nenhuma tática se sobrepõe as demais em uma situação concreta como o caso palestino, ou

87 Tradução livre: “A tomada por Israel das cadeias de montanhas e picos em toda a Cisjordânia”

88 Tradução livre: “tradicionalmente santificado pelos palestinos”

89 Tradução livre: “por colônias de judeus por meio de decretos militares israelense, e foram incluídos nas áreas de manobra do exército, em reservas naturais oficiais israelense e em sítios e escavações arqueológicas”.

seja, nenhuma se mostra, até esse momento, amplamente eficiente, em relação às outras, para o propósito de resistência e libertação. O que é importante assinalar para nós é que essa diversidade de formas também inclui diversidade de conteúdo, observado inclusive pelas posições e visões de mundo distintas dos entrevistados.

Gostaria de assinalar a questão das discussões de gênero e da comunidade LGBT dentro do movimento de resistência e libertação da Palestina, ainda que em menor grau a última, ambas estão presentes nos debates como levantado pelos entrevistados. Israel e o sionismo têm tentado, nos últimos anos, se apresentarem como a única sociedade em todo o Oriente Médio livre para a comunidade LGBT, mais ainda, a única democracia liberal, a única com desenvolvimento e progresso científico e tecnológico etc. isso tudo compõe uma dimensão de propaganda e não se sustenta na realidade.

Sobre as questões de gênero e LGBT, o entrevistado em questão pertence a essa comunidade e descreve seu encontro com outros palestinos em manifestações políticas de resistência e libertação. Isso não significa dizer que tais movimentos não sofram restrições e preconceitos por parte dos palestinos, mas a existência deles demonstra também a capacidade do movimento em ampliar suas pautas. Sobre esse aspecto é necessário frisarmos que a Palestina é um centro religioso com muitas ordens, mosteiros, escolas religiosas etc. incluindo formas muito conservadoras dessas religiões, o que ajuda explicar, na nossa hipótese, a resistência de penetração desses debates no movimento geral dos palestinos.

Entre as demandas distintas dentro da juventude militante e do movimento enumeramos:

a) Árabes beduínos

Para o entrevistado Tulkarm a questão que envolve os beduínos é mais complexa “(...) os beduínos são pessoas simples com o tipo de vida própria... uma cultura própria... vivem nas montanhas e socialmente longe das cidades. O local na Palestina que hoje mais têm beduínos é Ariha⁹⁰”. E complementa “(...) na minha região (...) não se encontra beduínos. Eles estão mais em outra região. Além disso, existem aqueles que estão politicamente com Israel e os que estão com os palestinos”.

Para a entrevistada Akka:

A gente não consegue generalizar a questão dos beduínos. Muita gente fala que eles são traidores, só que isso não é verdade, porque quando a gente olha o histórico da Palestina na colonização britânica quando eles colonizaram o al Naqab. Eles falavam que se eles fossem capazes de controlar o al Naqab... eles seriam capazes de controlar a Palestina inteira. Quando a gente olha o que aconteceu em 2020, 2021, quando teve o levante na Palestina inteira o al Naqab foi o primeiro que se levantou. Quando a gente olha onde habitam os beduínos, nas montanhas, só que tem que imaginar quanto assentamentos têm naquela região.

90 Nome árabe da cidade palestina de Jericó: أريحا

Os beduínos, árabes nômades, possuem elementos culturais distintos dos árabes sedentários palestinos (TENÓRIO, 2019). Integram a luta de libertação, contudo sofrem a colonização sionista de maneira diferente sobre seu estilo de vida, que necessita de fluxo de trânsito dentro do território histórico da Palestina (TENÓRIO, 2019). A região do al Naqab⁹¹ é conhecida por sua famosa resistência à colonização judaica sionista (TENÓRIO, 2019). Os entrevistados aludem sobre a condição de traidores e colaboracionistas que alguns beduínos fazem, mas isso não é privilégio somente deles.

b) Árabes drusos

A entrevistada Akka lembra da questão dos drusos:

Como outra polêmica a questão dos drusos palestinos que são traidores. Isso não é verdade porque os drusos são os únicos palestinos obrigados a entrar no exército israelense. Então tem muitos deles que atiram na perna, para não servir o exército ou, por exemplo, se mutilam como tiraram o olho para não entrar no exército israelense e tem outros que fogem por causa disso também. E muitos que serviram o exército as famílias rompem as relações com eles... então você não pode generalizar.

Os drusos são uma comunidade religiosa que surge de uma leitura herética do islã (GIORDANI, 1976), não possuindo, na Palestina, uma expressão numérica importante, contudo nas Colinas de Golã da Síria, território ocupado por Israel desde 1967, são significativos. Como são árabes de religiosidade drusa e obrigados a servirem o exército israelense se veem nessa encruzilhada histórica, quase surreal, de terem que servirem o colonizador atirando contra seus vilarejos e compatriotas.

c) Mulheres

Para o entrevistado Ghaza “(...) em todos os lugares a questão da mulher está presente”. Lembra que no HAMAS o setorial de juventude não discute as mulheres, pois essa temática fica centralizada em um setorial das próprias mulheres.

Para o entrevistado Tulkarm “(...) na esquerda de maneira geral, as mulheres têm um papel grande”. E complementa o raciocínio sobre o aspecto religioso “(...) mas tem cidades como Tulkarm, que tem uma cultura islâmica forte e é mais fechada... o espaço político das mulheres diminui”.

⁹¹ Deserto na porção sul da Palestina.

Para o entrevistado al Quds:

(...) é normal que as mulheres façam parte da luta e tem um lugar dentro dela. As mulheres são a metade da sociedade Palestina. Afinal é obrigatório por estatuto que o movimento [refere-se ao FATAH] tenha no mínimo 30% de seus quadros sendo mulheres e não menos que 26% na política candidatas.

O mesmo entrevistado lembra que “(...) o movimento estudantil precisa de mulheres para as questões de estudo e liderança”.

A entrevistada Akka lembra da luta das mulheres contra o arcabouço jurídico palestino “porque nós somos uma comunidade diversa... as mulheres é uma das questões mais importantes, porque é alteração das leis que elas exigiram”. Referindo-se ao episódio do assassinato de Israa Ghrayeb⁹², sobre os chamados crimes de honra do homem (pai, irmão ou marido) que não são puníveis e denúncia, a entrevistada declara:

(...) a gente viu o episódio de Israa Ghrayeb uma palestina ser assassinada pelo pai dela. Isso levou uma questão muito grande em toda a Palestina e as mulheres começaram a pedir a troca dessa lei, mas Autoridade Palestina mandou homens para assediar essas mulheres dentro das manifestações delas. Para abusar dessas mulheres e os policiais para espancá-las.

A luta de resistência e libertação coexiste com as lutas internas da sociedade palestina, a entrevista Akka lembra desse episódio como um exemplo dessa dinâmica.

A OLP, através de seu Conselho Central Palestino reunido nos dias 4 e 5 de março de 2015, em Ramallah, lembrava a questão das mulheres:

Nono: O Conselho Central enfatiza a necessidade de alcançar a plena igualdade para as mulheres: O Conselho Central enfatiza a necessidade de alcançar a plena igualdade para as mulheres e aumentar sua participação em todas as instituições da Organização para a Libertação da Palestina e do Estado da Palestina, e que o percentual de sua participação nessas instituições não seja inferior a 30%.

d) Questão de identidade de gênero e orientação sexual

O entrevistado Yaffa recorda as manifestações em que participou junto à comunidade LGBT, em Haifa, e os debates sobre gênero e misoginia com jovens na Birzeit University.

⁹² Israa Ghrayeb era uma maquiadora palestina, de 21 anos, assassinada em 29 de agosto de 2019 por seu próprio irmão, Ihab, por ordem do pai. O suposto motivo foi um vídeo na internet postado pela vítima do lado de um rapaz com o qual planejava se casar. O caso gerou protesto na Palestina, que possui ainda um arcabouço legal repleto de leis de cunho tribal, religioso, tradicionais etc.

A entrevistada Akka diz:

(...) Quanto ao movimento LGBT, esse movimento tem o centro em Haifa, quando eles foram para Cisjordânia a Autoridade Palestina também bateu neles e prendeu eles. Então estamos sendo oprimidos por todos os lados, mas nós temos a consciência do que o mais importante é a libertação da Palestina.

As questões de gênero, o papel da mulher, a comunidade LGBT, os drusos e os beduínos apareceram nas entrevistas mais como uma provocação da questão do que propriamente como algo que os entrevistados viam como essencial. Apesar de estarmos falando de uma juventude que é obviamente diversa nos seus desejos e ansiedades, a perspectiva de unidade política em torno da libertação sempre se apresenta como algo maior.

Durante as entrevistas pude notar que os entrevistados tinham dificuldade em entender as questões que pediam determinadas especificidades da juventude. Essa percepção da necessidade de ponderar o que é fundamental para todos e o que é unitário foi uma vitória política importante do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina. A ideia de unidade do povo e unidade da terra tem ecos até os dias atuais.

Assim a entrevistada Akka sintetiza “quando você fala libertação da Palestina do Rio ao Mar não importa o seu gênero, sua identidade sexual e nem nada mais... o importante para mim é a libertação”.

CAPÍTULO 04 – ESPACIALIDADE NEOCOLONIAL SIONISTA E A ANTÍTESE DE LUTA PALESTINA

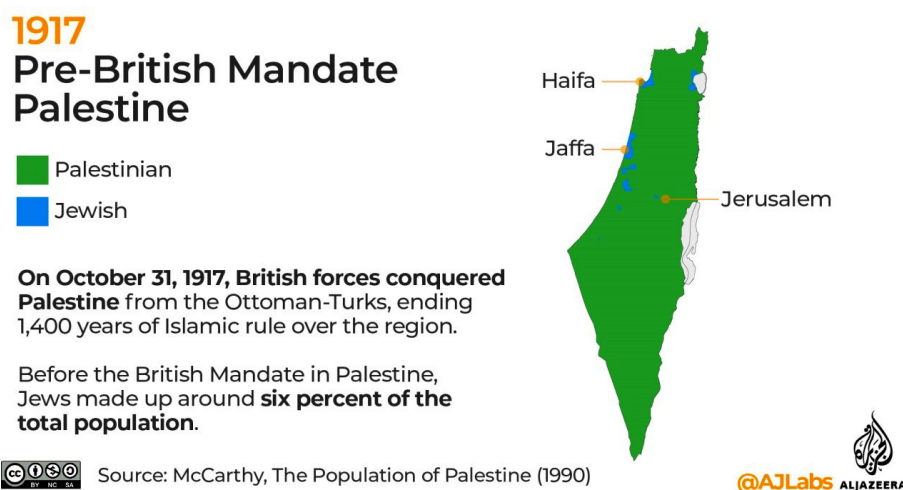
“(...) a gente não consegue explicar sobre a juventude e Palestina porque cada juventude está vivendo uma vida diferente do outro, uma realidade diferente da outra”.
Entrevistada Akka.

Nesse capítulo, apresentaremos a argumentação central da nossa dissertação surgida durante os estudos realizados, assim como de análises das entrevistas realizadas nessa pesquisa. Nela mobilizaremos conceitos como a hipersegmentação/ hiperfragmentação espacial, desterritorialização/ re-territorialização precária e hiperatomização como elementos centrais do método de neocolonização judaico sionista tardia, na Palestina, em uma perspectiva de dividir para conquistar e dominar. Assim como argumentaremos que a antítese da luta de libertação palestina a esse processo dá-se pela construção de unidade.

4.1. Expansionismo neocolonizador na Palestina

Reconstruímos uma breve perspectiva histórica da neocolonização do território palestino, para que possamos compreender sua dinâmica atual. As ilustrações de 14 a 19 que se seguem auxiliam a explicitar a natureza expansionista da neocolonização. Na ilustração 13 temos o território histórico da Palestina.

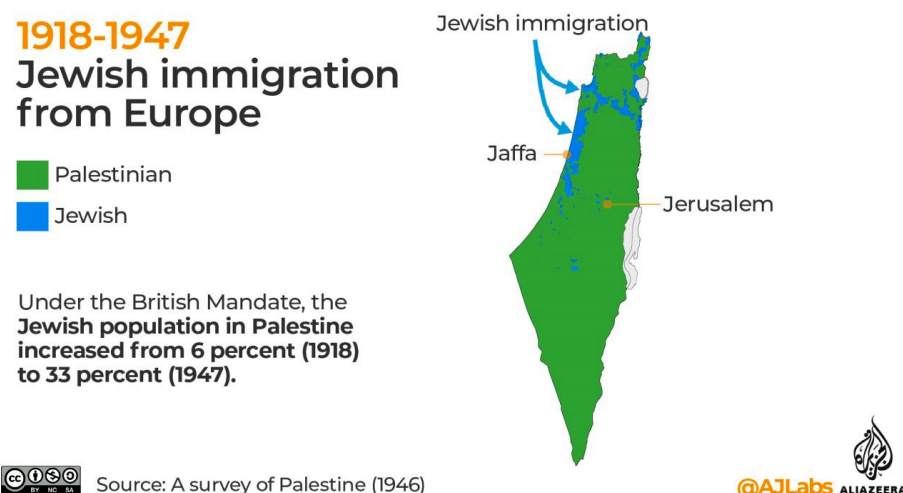
Ilustração 13 – Território histórico da Palestina e presença de judeus (colonos e árabes), 1917.



⁹³Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

No processo de imigração de colonos judeus sionistas para a Palestina, com o apoio deliberado do Mandato Britânico (KHALIDI, 2020), temos o aumento de 6% para 33% de judeus na população total da Palestina (ilustração 14).

Ilustração 14 – Período de 1918 a 1947 demonstrando a imigração judaica sionista para Palestina.⁹⁴



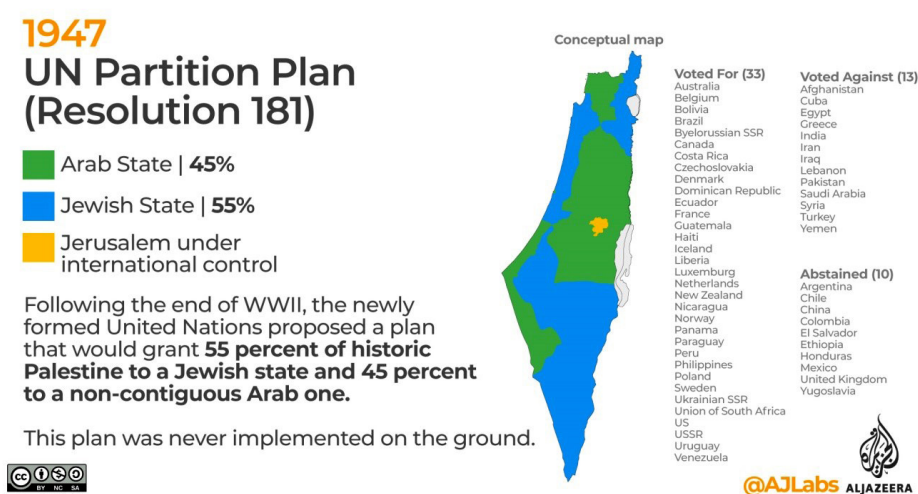
Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

⁹³ Tradução livre: “1917 Pré-Mandato Britânico na Palestina / Verde: Palestinos; Azul: Judeus / Em 31 de outubro de 1917, as forças britânicas conquistaram a Palestina dos Turco-otomanos, encerrando 1.400 anos de domínio islâmico sobre a região. / Antes do Mandato Britânico, na Palestina, os judeus representavam cerca de 6% da população total”.

⁹⁴ Tradução livre: “1918- 1947 Imigração judaica da Europa / Verde: Palestino; Azul: Judeu / Sob o Mandato Britânico, a população judaica na Palestina aumentou de 6% (1918) para 33% (1947)”.

O plano de partilha proposto pela ONU (KHALIDI, 2020), em 1947, não aceito pelos palestinos e aceito pelos israelenses, representava uma enorme perda para os palestinos que, naquele momento histórico, correspondia a 67% da população e eram donos de aproximadamente 94% do território histórico da Palestina. O plano de partilha tinha como proposta um Estado árabe em 45% do território e um Estado judeu sionista neocolonizador em 55% do território (ilustração 15).

Ilustração 15 – Plano de partilha da ONU, 1947.⁹⁵



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

O recém-criado Estado de Israel já contava com uma força militar muito superior aos árabes facilmente derrotados, em 1949 (KHALIDI, 2020). A chamada “linha verde” estabelece o armistício resultando para o recém-criado Estado de Israel um território de 78% da Palestina histórica (ilustração 16).

⁹⁵ Tradução livre: “Plano de partilha da ONU de 1947 (resolução 181) / Verde: Estado árabe 45%; Azul: Estado judeu 55%; Amarelo: Jerusalém sob controle internacional / Após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, a recém-formadas Nações Unidas propôs um plano que concederia 55% da Palestina histórica a um Estado judeu e 45% a um Estado árabe não contínuo./ Este plano nunca foi implementado no território”.

Ilustração 16 – Palestinos expulsos de seus territórios.⁹⁶



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

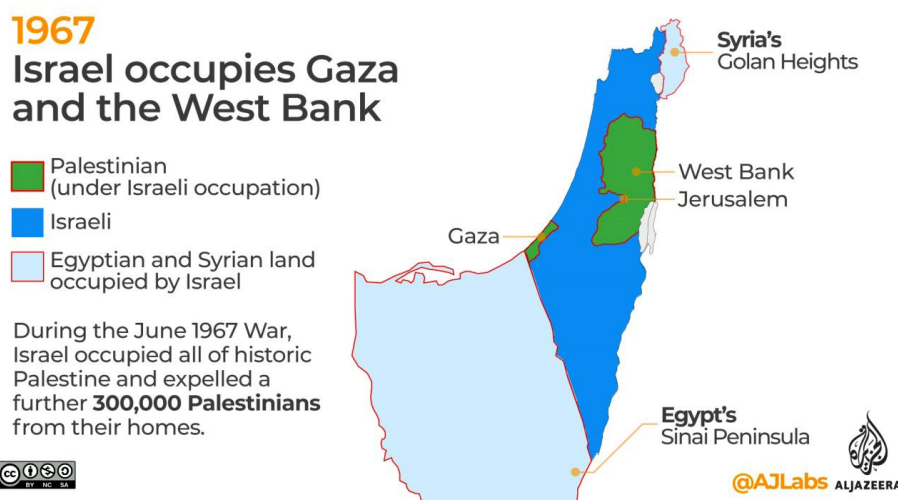
Com a “guerra” de junho de 1967, Israel expandiu seus territórios ocupando as colinas de Golan, da Síria e o Sinai, do Egito (TENÓRIO, 2019), esse último devolvido como parte das negociações que resultaram na normalização das relações em Camp David, em 1978 (KHALIDI, 2020). Israel capturou também os chamados “territórios palestinos ocupados”, isto é, os territórios remanescentes da Palestina histórica que não estavam sob seu controle direto “pós-guerra”, em 1949 (ilustração 17). Rashid Khalidi nos esclarece como a expansão pós- 1967 se deu de forma paulatina, e não mais em alta intensidade como fora com a Nakba:

“Taking Advantage of a situation of relative calm, Israel began the colonization of the Occupied Territories immediately after the 1967 war, eventually creating over two hundred settlements, from cities of 50,000 residents to flimsy prefabricated clusters housing a few dozen settlers.” (Khalidi, 2020, p.181)⁹⁷

96 Tradução livre: “1948 - Palestinos expulsos / Verde: Palestinos; Azul: israelenses; Branco: Linha “verde” do armistício (criada em 1949) / As forças militares sionistas expulsaram pelo menos 750.000 palestinos e capturam 78% da Palestina histórica. / Os restantes 22% divididos entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza”.

97 Tradução livre: “Aproveitando uma situação de relativa calma, Israel iniciou a colonização dos Territórios Ocupados imediatamente após a guerra de 1967, criando eventualmente mais de duzentos assentamentos, desde cidades de 50.000 residentes até frágeis aglomerados pré-fabricados que abrigam algumas dezenas de colonos”.

Ilustração 17 – Ocupação israelense, em 1967, de Ghaza e da Cisjordânia.⁹⁸



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

Os palestinos, sob a orientação da OLP, aceitaram as fronteiras anteriores ao conflito de 1967, sintetizadas na resolução 242 da ONU, como sendo o território para um futuro Estado da Palestina, previsto pelos acordos de Oslo para ter surgido em 1999 – algo que nunca aconteceu (KHALIDI, 2006).

Ilustração 18 – Anexações israelenses em 1980-1981.⁹⁹



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

98 Tradução livre: “1967 - Israel ocupa Gaza e a Cisjordânia / Verde: Palestinos (sob ocupação israelense); Azul: Israelense; Verde-água: Terras egípcias e sírias ocupadas por israelenses durante a guerra de junho de 1967, Israel ocupou toda a Palestina histórica e expulsou mais de 300.000 palestinos de suas casas”.

99 Tradução livre: “1980-1981: A história de anexações por Israel / Jerusalém Oriental (1980): Israel ocupou Jerusalém Oriental no fim da Guerra de 1967. Em 1980, aprovou uma lei que torna explícita esta anexação de Jerusalém Oriental. / Colinas de Golã (1981): Israel anexou unilateralmente as Colinas de Golã da Síria, em 1981. / Anexação e conquista são ilegais sob o direito internacional”.

A ilustração 18 relembra as anexações de territórios feitas por Israel, em 1980-1981, com al Quds oriental e Colinas de Golã respectivamente. Essa é a maneira clássica de apropriação violenta e expansionista do Estado de Israel que como veremos adiante está em fase de anexação do Vale do Jordão (2020 – ilustração 26). A extensão territorial neocolonial israelense absorveu muito do histórico território palestino, mesmo assim os palestinos (representados pela OLP) se conformaram, pelos acordos, com uma pequena parcela, como mostra a ilustração 19.

Ilustração 19 – Tamanho dos territórios, 2020.¹⁰⁰



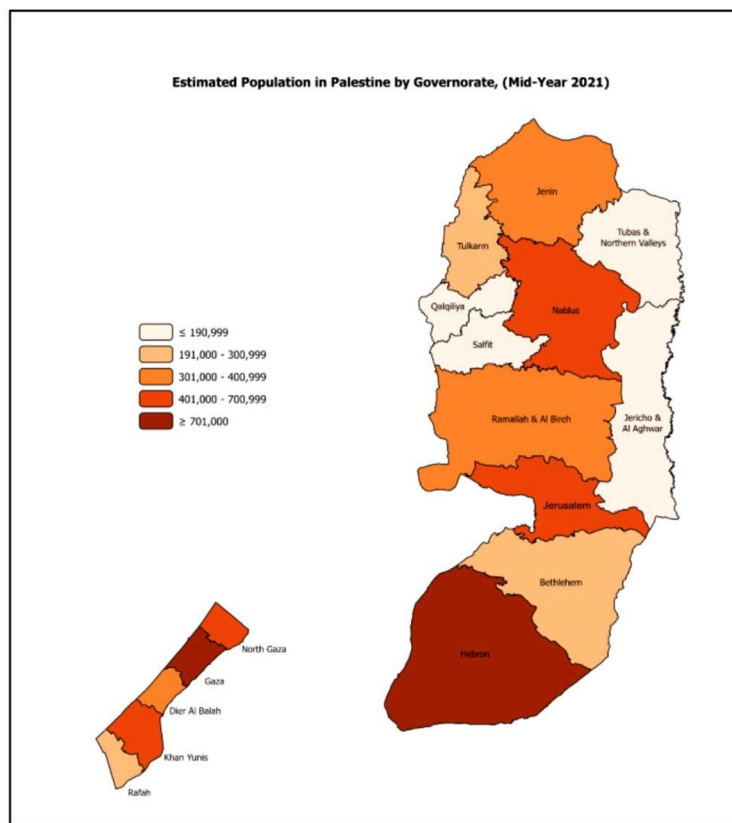
Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

A violência empregada para permitir tal avanço colonizador resultou em refugiados, assassinatos, massacres, limpeza étnica, desterritorialização forçada sobre a população Palestina.

¹⁰⁰ Tradução livre: “Qual é o tamanho da Palestina e de Israel?/ Gaza: 365 km²; Cisjordânia e Jerusalém oriental: 5,655 km²; Israel: 20,770 km².”

4.2. Dividir para conquistar e dominar

Ilustração 20 – Território da Autoridade Nacional Palestina com estimativa da população.



Fonte: de Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 10).

É preciso olhar para a realidade atual da Palestina, para compreender o que se passou e passa no processo de neocolonização. Desta forma a Ilustração 20 indica o território que a AP reivindica para a construção do Estado Palestino independente, tem como fronteira as dimensões anteriores à ocupação de Israel de 1967, o que equivale 6020 Km² (sendo a Faixa de Ghaza com 365 Km² e a Cisjordânia com 5.655 Km²). Israel possui 20.770 Km² de uma área total de 26.790 Km² do antigo território histórico da Palestina.

Sabemos do crescimento das colônias israelenses de assalto e roubo, contendo algo entre “465 mil colonos”, estão dentro desse território inviabilizando uma unidade territorial (European Union, 2023, p.2). Segundo o relatório da União Europeia (European Union, 2023, p.1) sobre o crescimento das colônias israelenses na Cisjordânia houve um aumento de 30%, em 2022, em relação a 2021, chegando 28.208 unidades habitacionais (em diferentes estágios) adentrando território palestino, em especial em Al Quds.

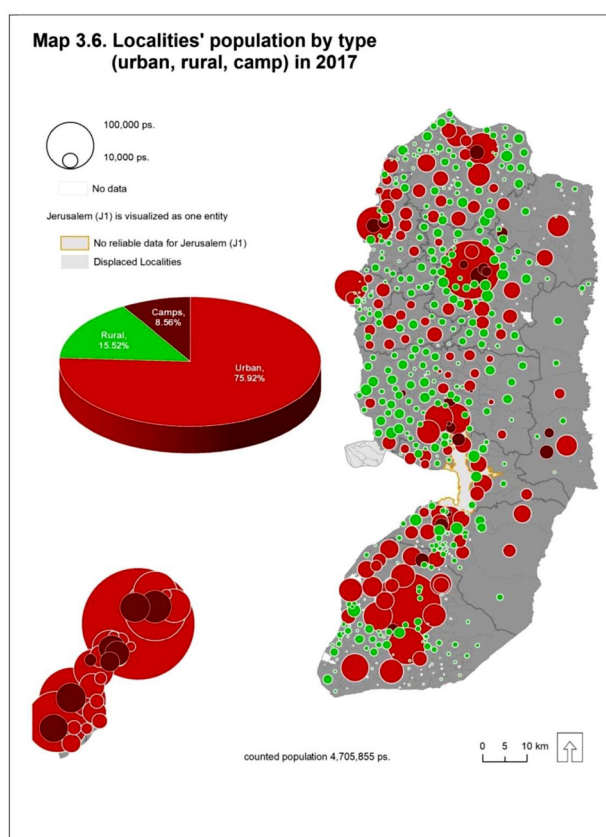
Essa imensa e gigantesca invasão territorial israelense inviabiliza concretamente qualquer perspectiva de solução de dois estados. Compreendemos que isso não é fruto do acaso. Da mesma maneira a população palestina dividida como mostra a tabela 5, é outro produto da divisão e fragmentação construídas e planejadas pelo neocolonizador tardio judaico sionista em sua expansão. A ponto de a Faixa de Ghaza e a Cisjordânia serem segmentos territoriais virtualmente “isolados” um do outro.

Tabela 5 – Estimativa populacional na Palestina por região e sexo, 2021.

Região	Ambos sexos	Sexo	
		Homens	Mulheres
Palestina	5,290,925	2,689,117	2,601,808
Cisjordânia	3,154,418	1,606,571	1,547,847
Faixa de Gaza	2,136,507	1,082,546	1,053,961

Fonte: de Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 11).

Ilustração 21 – Demonstra a população palestina em área rural, urbana e campos de refugiados, em 2017.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2020- Migration Atlas (2021, p. 56).

Somando-se as informações supracitadas, os entrevistados deixaram ao longo de suas respostas pistas, indicações e indícios que ajudam a definir a argumentação central dessa dissertação. Inspirada também na provocativa visão de Fanon sobre a colonização como um “mundo compartimentado”, explicitado por ele assim:

O mundo colonial é um mundo compartimentado. Talvez seja supérfluo, no plano da descrição, lembrar a existência de cidades indígenas e de cidades europeias, de escolas para indígenas e de escolas para europeus, assim começa supérfluo lembrar o apartheid na África do Sul. Entretanto, se penetrarmos na intimidade dessa compartimentação, teremos pelo menos o benefício de evidenciar algumas das linhas de força que ela comporta. Essa abordagem do mundo colonial do seu arranjo, da sua disposição geográfica, vai nos permitir delimitar as arestas a partir das quais se reorganizará a sociedade descolonizada. (Fanon, 2005, p.54)

A hipersegmentação/ hiperfragmentação espacial tem como objetivos criar “compartimentos” de colonizados e a desterritorialização/ re-territorialização precária e hiperatomização auxiliam o controle produzido pela ação do neocolonizador, como forma de dominação/ controle/ cerceamento da vida do colonizado. Desta maneira, quando pensamos a fronteira como uma barreira (HAESBAERT, 2014), como um limite, como uma ruptura da continuidade do espaço (FERRARI, 2014), podemos compreender o seu papel fundamental para o neocolonizador como forma de dominação, isto é, expressão de força e poder sobre a vida do outro, do oprimido, do colonizado.

Essa expressão do poder se traduz em quilômetros de muros segregatórios, de cercas de arames farpados, checkpoints, barreiras militares móveis, rodovias segregadas, portões em estradas de acesso à vilarejos palestinos – usados para punição coletivas – e das colônias judaica sionistas para passagem exclusiva destes, ruas/ praças/ bairros/ cidades proibidas onde palestinos não podem transitar.

Trata-se de áreas apresentadas como zonas de segurança das colônias de assalto no território palestino, áreas designadas como militares, a proibição da utilização da costa marítima livremente, a proibição do controle de fronteiras terrestres e aéreas próprias etc. são todas construções do processo de neocolonização que visam segregação e segmentação do território palestino, daqueles que o colonizador pretende explorar, oprimir, expulsar e dominar (ARBEX JUNIOR, 2002; KHALIDI, 2020; JARADAT, 2021; FAYAD, 2022). O Intelectual marxista Domenico Losurdo sintetiza:

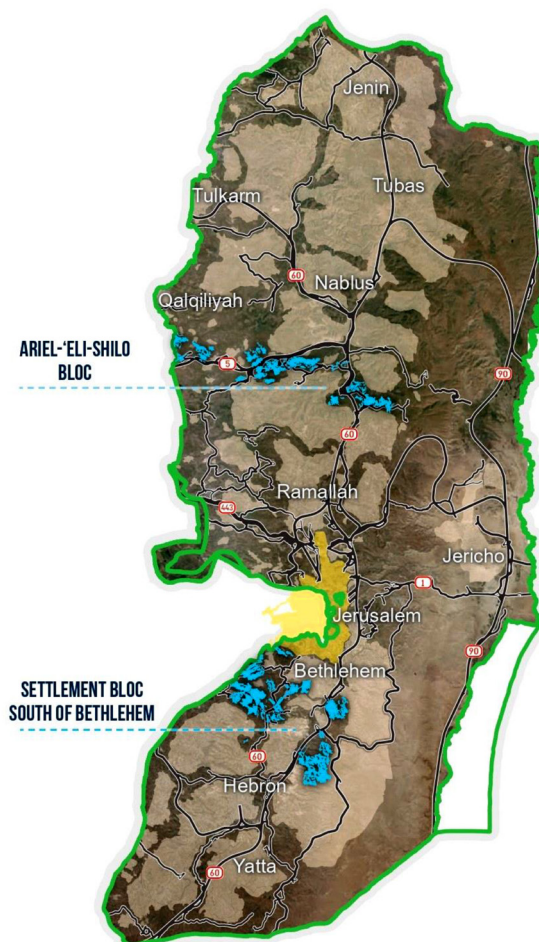
É um fato: nos territórios de uma maneira ou de outra controlados por Israel, o acesso à terra, à educação, à água, a liberdade de movimento, o gozo dos direitos civis mais elementares, tudo depende do pertencimento étnico. Somente os palestinos correm o risco de ter a propriedade destruída, de serem deportados, de serem torturados (mesmo os que ainda são menores de idade), de serem entregues aos esquadrões da morte: e tudo isso não com base na sentença de um magistrado, mas ao arbítrio das autoridades policiais e militares, ou seja, sob a decisão soberana do primeiro-ministro. (Losurdo, 2020, p.55)

Dentro de uma geografia do conflito, na qual situamos nossa pesquisa, existe um subtema específico que é o da segregação sócio-cultural-étnica-religiosa espacial e que pode ser designada do “tipo Apartheid”, quando cumpre determinadas características como: ser política de Estado e não somente de governo, ser expresso por um arcabouço jurídico próprio que no caso palestino é a lei marcial israelense, possuir controles de fluxo e fronteiras internas baseadas em preceitos étnicos- culturais- religiosos que adquirem contornos “racialistas” do ser humano, ou seja, em síntese é o que a construção neocolonizadora israelense faz, como afirmam vários intelectuais (ARBEX JUNIOR, 1997, 2002; MASALHA, 2000; AMIN, 2020; LOSURDO, 2020) e organizações de direitos humanos, entre elas a Anistia Internacional (2022).

Seguindo nesse sentido, o entrevistado al Quds referindo-se à entidade israelense diz claramente “(...) o que ela fez foi uma política de dividir a terra Palestina. Proibindo qualquer acordo de paz que criasse uma união geográfica e territorial da Cisjordânia, Faixa de Ghaza e al Quds Oriental”. A Ilustração 22 demonstra a fragmentação do território da Cisjordânia de forma transversal, planejada para formar três segmentos “parcialmente isolados”, a saber: ao norte com Nablus e Jenin, ao centro Ramallah e Bayt Lahm¹⁰¹ e ao sul com al Khalil – tendo al Quds completamente isolada. Lembrando que as áreas de colônias (em azul na Ilustração) fragmentam o território até as proximidades do Vale do Jordão, que como veremos adiante está repleto de colônias e áreas de militares israelenses (ilustrações 26).

101 Nome em árabe da cidade palestina de Belém.

Ilustração 22 – Demonstra as áreas de bloqueios transversais com o uso de colônias invasoras de assalto, no território da Cisjordânia.



Fonte: Original em https://www.btselem.org/sites/default/files/publications/202103_west_bank_transverse_settlement_blocks_map_eng.pdf . Acesso em 25/02/2023.

Já o que vemos nas ilustrações 23 e 24 são bloqueios gerando fragmentação territorial palestina em duas cidades, Bayt Lahm e al Khalil, demonstrando que, além dos “grandes fragmentos” transversais (ilustração 22), produz-se também bloqueios parciais nas principais cidades palestinas, ou seja, corta-se o suprimento que elas dão ao conjunto de vilarejos palestinos sob sua influência em saúde, como acesso a hospitais, farmácias, consultórios e clínicas, em educação, como a universidades, cursos superiores técnicos e profissionalizantes, ao comércio de roupas, alimentos etc., visto que ambas desempenham, mais significativamente al Khalil, um papel de centros urbanos importantes em suas zonas de influência e centralidade.

[illegible]

Acesso em 25/02/2023.

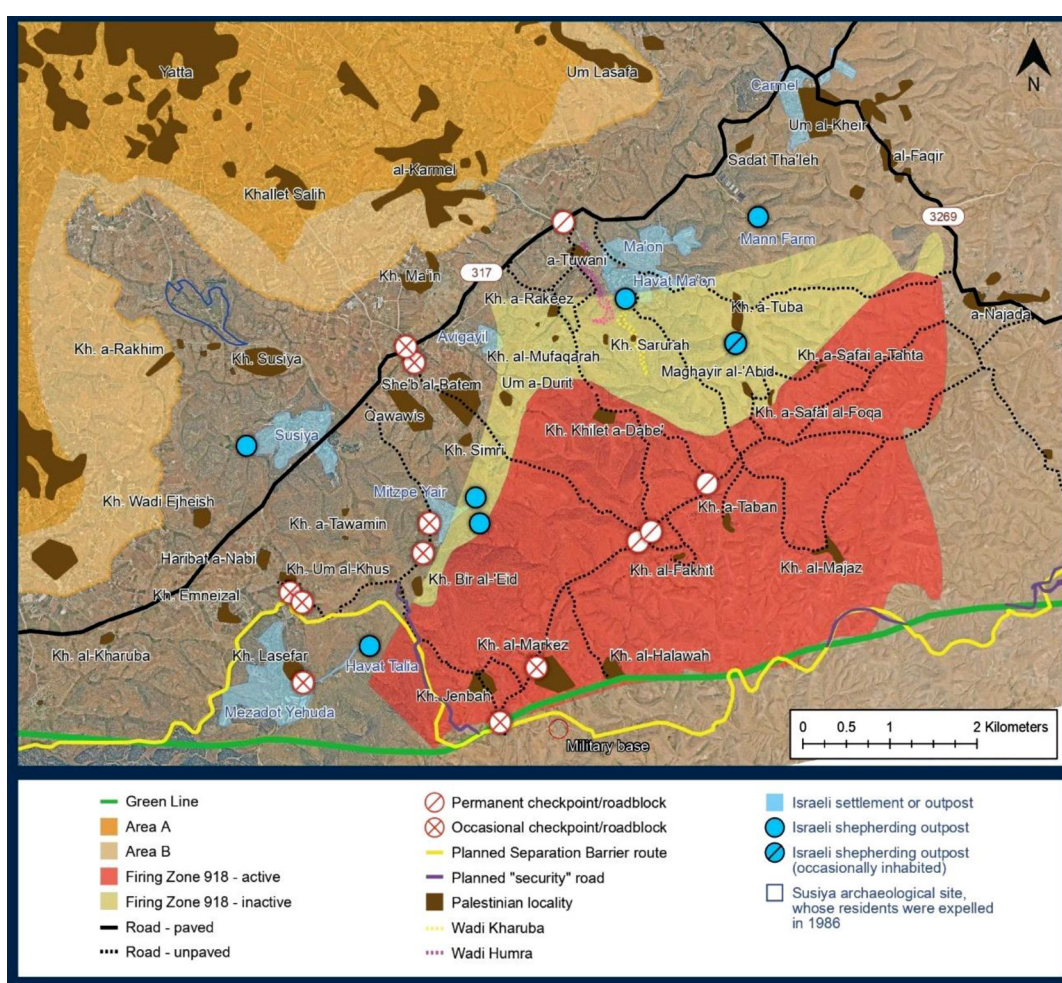
This map illustrates the movement restrictions and settlements in Hebron. The legend identifies the following features:

- Areas where Palestinian movement is restricted (grey shading)
- Built-up area, settlement (blue shading)
- Area within Kiryat Arba municipal boundary (dark grey shading)
- Area off-limits to Palestinians (red line)
- Road off-limits to Palestinians and Palestinian commercial activity (red line)
- Road off-limits to Palestinian cars (yellow line)
- Road off-limits to Palestinian cars and Palestinian commercial activity (yellow line)
- Use of road by Palestinians subject to restrictions (orange line)
- Military base (red square)
- Reinforced checkpoint (red circle with a cross)
- Checkpoint (red circle)
- Roadblock/barrier (green circle)
- Palestinian school (green square)

The map shows the city of Hebron, with the Kiryat Arba settlement area to the north. The Givat HaShvi'im settlement is located within the Kiryat Arba area. The map also shows the locations of various checkpoints, including the 'Wadi al-Hussein' checkpoint, and the 'Wadi al-Hussein' road. The map includes an inset map of Hebron showing the locations of H1 and H2. A scale bar indicates 300 m.

Na Ilustração 25 temos uma coleção de pequenas aldeias árabes ao sul de al Khalil que são vítimas das zonas militares, isto é, outra forma de expulsão da população originária via confisco militar israelense sob pretensão de “segurança”. Esse discurso sobre a “in-segurança” nos lembra Haesbaert (2014, p.155) é “politicamente concebido e socialmente difundido” sendo “em nome da segurança de um grupo ou classe social que se gera a insegurança de outros”, as políticas mais reacionárias e conservadoras sempre usam essa linguagem da “segurança”.

Ilustração 25 – Demonstra área ao sul de al Khalil, nas colinas conhecida como Masafer Yatta, transformada em zona militar israelense na década de oitenta.



Fonte: Original em https://www.btselem.org/sites/default/files/2022_masafer_yatta_map_eng.pdf. Acesso em 25/02/2023.

No caso israelense, a palavra segurança é usada à exaustão, servindo para todos os propósitos colonizadores de saque, roubo, assassinato etc. tudo em nome da “segurança de Israel”, até mesmo o exército que mais ataca e mata na Palestina é chamado de Forças de “Defesa”. Na Declaração emitida pela reunião dos membros

do Conselho Central Palestino de 9 de maio de 2022 - reunião de emergência a OLP expressa sua preocupação com a região de Masafer Yatta:

Décima: Os membros pediram às autoridades competentes da Organização para a Libertação da Palestina e do Estado da Palestina que acompanhem o crime de assentamento no Tribunal Penal Internacional à luz da implementação contínua pelo governo ocupante de seu projeto de assentamento colonial na Palestina ocupada, o último dos quais foi o novo crime em Masafer Yatta com a deportação de cerca de 4.000 palestinos e a demolição de 12 aldeias e aglomerações, em favor de seu projeto de assentamento, e a intenção das autoridades de ocupação de aprovar a construção de cerca de 4.000 novas unidades coloniais; (...)

A hipersegmentação e hiperfragmentação territorial tem, também, a funcionalidade de não permitir ao colonizado a possibilidade de construção de uma alternativa nacional conjunta e unificada. Barrar a capacidade do movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina de unificar o território, serve para inviabilizar as propostas históricas da ONU, seja a já esquecida partilha de 1947 (resolução 181¹⁰²) (TENÓRIO, 2019) ou a desocupação dos territórios de 1967 (resolução 242¹⁰³) (KHALIDI, 2020).

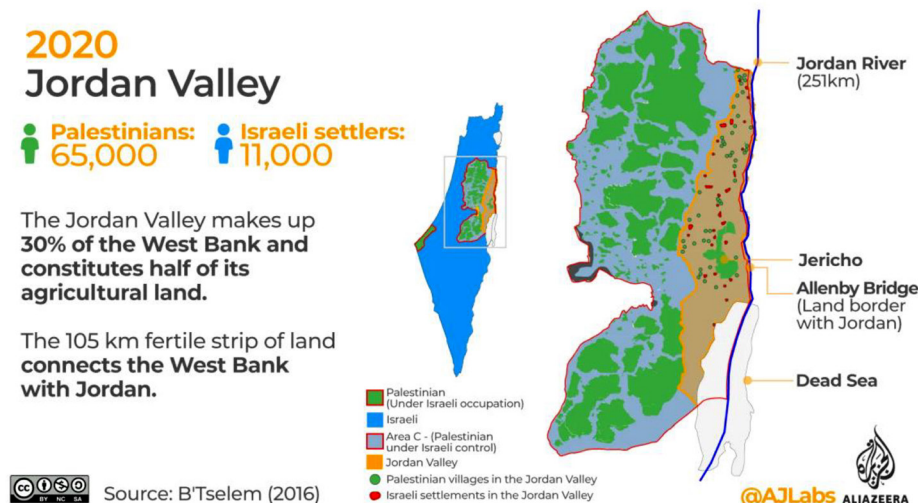
Devemos lembrar que essas colônias/ zonas militares produzem como expresse, no caso Masafer Yatta, desterritorialização/ re-territorialização precária como complementos necessários dessa dinâmica perversa neocolonizadora impondo às populações deslocadas e, mesmo, as que recebem duras situações de precarização da vida econômica. Na medida em que a população descolada à força perde suas posses e se desloca para áreas de campos de refugiados ou em casas de parentes e amigos, sobrecarrega a já debilitada capacidade econômica do tecido social palestino, sendo essa outra forma de cerceamento da vida do colonizado.

A ilustração 26 demonstra a invasão e anexação de áreas chaves do Vale do Jordão pelos israelenses. A ilustração 27 mostra áreas de fragmentação e tensão maiores em al Quds que se encontra completamente isolada. Já a ilustração 28 apresenta a forma acabada da compartimentação e o paradigma da megaprisão da Faixa de Ghaza.

102 A partilha foi votada em 29 de novembro de 1947. Com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, o plano recomendava 57% do território aos colonizadores judeus sionistas que eram menos 33% da população e para os árabes palestinos recomendava 43% do próprio país, sendo mais de 66% da população.

103 A Resolução 242, adotada por unanimidade em 22 de novembro de 1967, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, exige a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados por Israel durante a guerra de 1967.

Ilustração 26 – Vale do Jordão sobre a anexação, por parte de Israel, dessas terras palestinas, 2020.¹⁰⁴



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

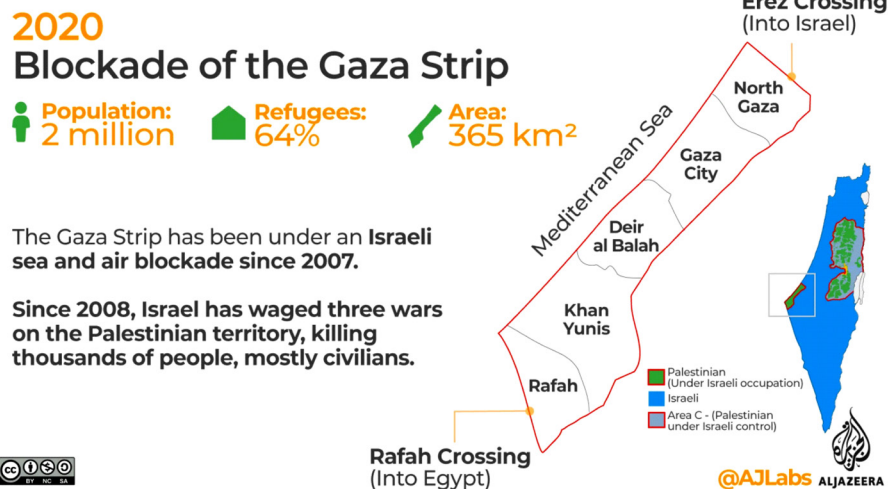
Ilustração 27 – Al Quds ocupada por Israel, 2020.¹⁰⁵



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

104 Tradução livre: “2020 – Vale do Jordão/ Palestinos: 65 mil; Colonos israelenses: 11.000 / O Vale do Jordão representa 30% da Cisjordânia e possui metade dessas terras agricultáveis. A faixa de terra fértil de 105 km liga a Cisjordânia ao Rio Jordão. / Verde: Palestinos (sob ocupação israelense); Azul: Israelenses; Cinza: Área C (Palestinos sob controle israelense); Amarelo: Vale do Jordão; Pontos verdes: Aldeias Palestinas no Vale do Jordão; Pontos vermelhos: Colonos israelenses no Vale do Jordão”.

105 Tradução livre: “2020 - Jerusalém: a Cidade dividida / Jerusalém Ocidental é território israelense desde 1948 com maioria judaica. / Jerusalém Oriental é de maioria palestina e foi ocupada por israelenses em 1967. / Jerusalém Ocidental - Pessoa azul: Israelenses 349.700; Pessoa Verde: Palestinos 4.500 / Jerusalém Oriental - Pessoa Azul: Israelenses 220.200; Pessoa Verde: Palestinos 345.000”.



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

Sobre a ocupação de al Quds, o jornalista José Arbex Jr. descreve esse movimento de isolamento e fragmentação territorial da seguinte forma:

A ocupação israelense de Jerusalém oriental seguiu uma estratégia militarmente orientada. Os assentamentos exclusivamente judeus na região, criados a partir de 1968, formam uma espécie de círculo que isola a parte árabe palestina. O processo não foi interrompido após os acordos de Oslo (1993). Ao contrário, em abril de 1995, o governo israelense anunciou Confisco de áreas em Beit Hanina (ao norte) e Beit Safafa (ao sul), como parte do plano de complementar o cerco. Qualquer pessoa que tenha um mapa de Jerusalém e que passei pela cidade poderá, facilmente, perceber a realidade física do “círculo do apartheid”. (Arbex Junior, 2002, p.27)

O entrevistado al Quds descreve o significado cotidiano da hiper- segmentação e hiperfragmentação territorial ao dizer:

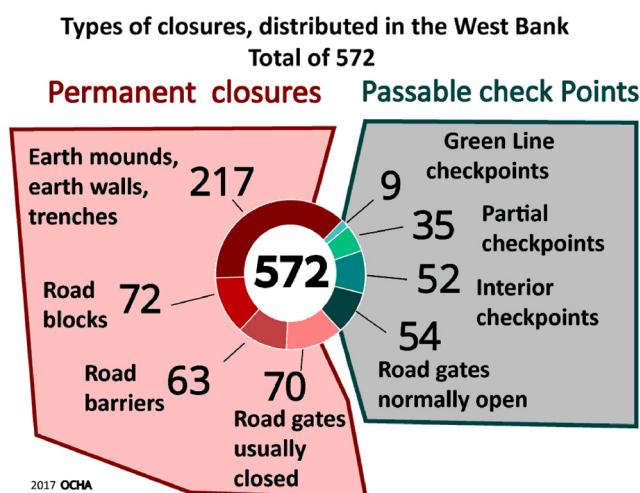
(...) nas cidades palestinas para você ir da Cisjordânia para a Faixa de Ghaza ou vice-versa... você precisa passar pelos checkpoints. Você fica parado na frente desses checkpoints que se chamam portões de pânico. Se você quer ir de Ramallah até na Nablus, a distância de carro é uma hora, mas com essas paradas ficam 6 horas.

O cerceamento da vida cotidiana em todos os seus aspectos é algo fundamental no processo de neocolonização tardia israelense (JARADAT, 2021). Ao avaliar os demais processos de expansão coloniais europeus do século XX e XIX, permitiu à neocolonização refinar essa capacidade – por isso designamos o superlativo “hiper” fragmentação / segmentação / atomização. Os mais de 572 checkpoints fixos, além dos móveis,

106 Tradução livre: “2020 – Bloqueio à Faixa de Gaza / População: 2 milhões; Refugiados: 64%; Área: 365 km² / A Faixa de Gaza está sob bloqueio marítimo e aéreo israelense desde 2007. / Desde 2008, Israel travou 3 guerras no território palestino, matando milhares de pessoas, a maioria civil”.

estradas e ruas bloqueadas, além de outras formas de controle de fluxo em toda a Cisjordânia inviabilizam a passagem de centenas e milhares de palestinos diariamente. Dados esses baseados na United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) e retirados da Machsom Watch (gráfico 11) e al Jazeera (ilustração 29).

Gráfico 11 – Tipos de barreiras ao fluxo de palestinos na Cisjordânia, 2017.¹⁰⁷



Fonte: Machsom Watch. Checkpoints and Barriers blocking the life. Disponível em <https://machsomwatch.org/en/content/checkpoints-and-barriers>. Acesso em 23/06/2023.

Ilustração 29 – Checkpoints de passagem, 2020.¹⁰⁸

2020 Israeli checkpoints



Checkpoints:
140

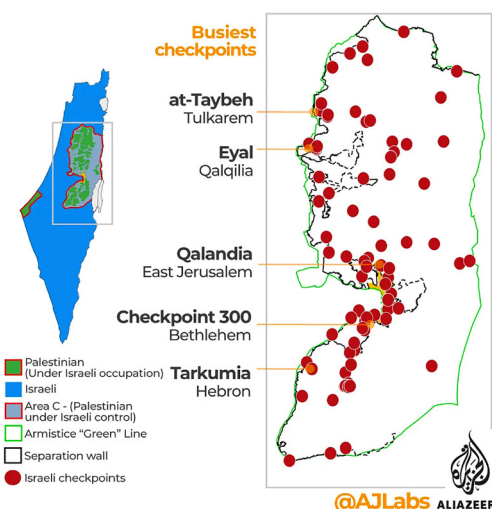
There are over 700 road obstacles across the West Bank including **140 checkpoints**.

These checkpoints **severely limit Palestinian movement**.

About **70,000 Palestinians** with Israeli work permits cross these checkpoints in their daily commute.



Source: OCHA (2018)



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

107 Tradução livre: “Tipos de fechamentos - distribuídos na Cisjordânia; total de 572 / Em vermelho - Fechamentos permanentes: Montes de terra, Muros de terra, valas: 217; Bloqueios de estradas: 72; Barriras de estrada: 63; Portões rodoviários normalmente fechados: 70 / Em verde - Pontos de controle transitáveis: Postos de controle da Linha Verde: 9; Postos de controle parciais: 35; Postos de controle internos: 52; Portões rodoviários normalmente abertos: 54”.

108 Tradução livre: “2020 - Postos de controle israelenses / Postos de controle: 140/ Existem mais de 700 obstáculos nas estradas da Cisjordânia, incluindo 140 postos de controle. / Estes postos de controle limitam severamente o movimento dos palestinos. / Cerca de 70 mil palestinos com autorização de trabalho israelense cruzam esses postos de controle em seu trajeto diário. / Pontos vermelhos no mapa: postos de controle israelenses na Cisjordânia”.

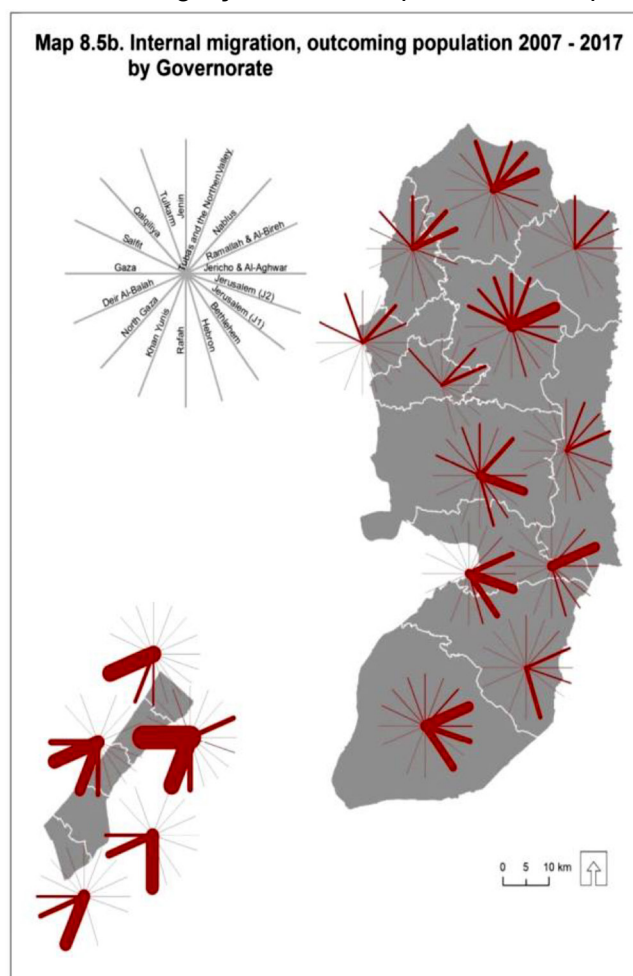
Muitos são proibidos de passar por uma determinada área durante a vida toda e outros podem fazer somente sob determinadas circunstâncias pré-estabelecidas por Israel, como trabalhar e voltar para casa, por exemplo. Esse controle dos fluxos populacionais, com intensidade gigantesca, caracteriza um dos elementos de regime de segregação.

Os palestinos possuem carteiras de identidade diferentes (ARBEX JUNIOR, 2002), que localizam sua região segmentada, o que estabelece a possibilidade ou não de trâmite em determinadas vias e cidades. O mesmo acontece com os veículos palestinos, suas placas e documentos que indicam possibilidades ou não de trânsito em determinadas áreas territoriais. Nesse aspecto, Mbembe (2018, p. 41) lembra que a “ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna” e conclui, que “a forma mais bem-sucedida de necropolítica é a ocupação colonial contemporânea da Palestina”. Como exemplo dessa distinção do neocolonialismo tardio Mbembe escreve:

Para retornar à leitura espacial de Fanon da ocupação colonial a ocupação da Faixa de Gaza apresenta três características principais ligadas ao funcionamento da forma específica do terror, que chamei de “necropoder”. A primeira é a dinâmica da fragmentação territorial o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos. O objetivo desse processo é duplo: impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação a moda do Estado do Apartheid. (MBEMBE, 2018, p.43)

A Ilustração 30 explicita a fragmentação da Faixa de Ghaza e da Cisjordânia demonstrando que o maior grau de migração é interno a esses dois segmentos, dada a ação do neocolonizador tardio que impede a ligação orgânica e autônoma entre ambas as áreas palestinas. Uma das barreiras que impedem essa circulação palestina é o muro da segregação com 700 km de extensão (ilustração 31).

Ilustração 30 – Apresenta as migrações internas palestinas, no período de 2007-2017.



Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2020- Migration Atlas (2021, p. 191).

Ilustração 31 – Muro da segregação, 2020.¹⁰⁹

2020 Israeli checkpoints



Checkpoints:
140

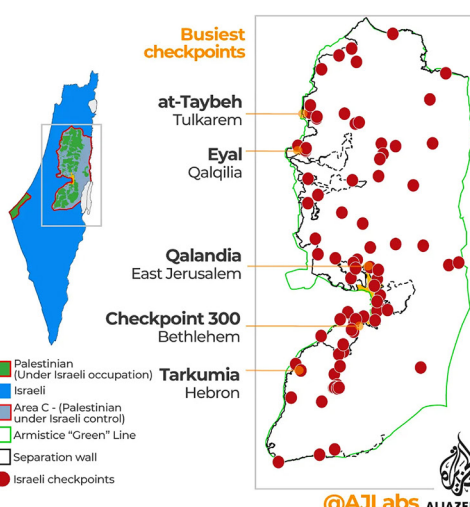
There are over 700 road obstacles across the West Bank **including 140 checkpoints.**

These checkpoints **severely limit Palestinian movement.**

About **70,000** Palestinians with Israeli work permits cross these checkpoints in their daily commute.



Source: OCHA (2018)



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

109 Tradução livre: “2020 - Muro da separação / Altura: até 8 metros; Estensão: 700 km / Desde 2002, Israel vem construindo um muro que se estende por mais de 700 km. / 85% do muro fica dentro da Cisjordânia, em vez de seguir ao longo da fronteira internacionalmente reconhecida de 1967, conhecida como Linha Verde”.

A “novidade” histórica produzida por Israel é o aumento brutal da intensidade desse aspecto do neocolonialismo, gerando um fenômeno qualitativamente novo que próprio Mbembe discorre assim:

Uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo complementa a apropriação dos recursos de terra água e espaço aéreo. Um elemento crucial nessas técnicas de inabilitação do inimigo é a da terra arrasada (bulldozer): demolir casas e cidades; desenraizar as Oliveiras; livrar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político burocráticos do Proto-Estado palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infraestrutural”. (MBEMBE, 2018, p.47)

Vale voltarmos também à equação proposta pelo intelectual anticolonialista Aimé Césaire (2020) de que colonialismo = coisificação, isto é, destruir a civilização do outro transformando em mero objeto dos desejos do colonizador – eis o sonho neocolonizador em curso na Palestina.

O entrevistado al Quds descreve:

(...) atualmente está usando uma política de Apartheid, proíbe os cidadãos palestinos de visitar os locais sagrados na Faixa de Ghaza, al Quds e Bayt Lahm. Mas proíbe a visita do Povo da Cisjordânia e al Quds para as regiões da Faixa de Ghaza. Eles dividem todo o povo palestino.

Quando pensamos que são os palestinos que sofrem essas restrições, independentemente de serem islâmicos ou cristãos, fica claro que o critério da segregação é mais étnico-cultural do que religioso. Essa forma de segregação territorial que tem como base uma clara dimensão racializada pelo próprio colonizador, na medida em que ele vê a si mesmo como um “herdeiro divino” da terra Palestina, membro de um “povo eleito” que vagou pelo mundo de forma pura e que retorna para tomar o que é seu, ou seja, a religião assume contornos raciais de um “povo puro” (TENÓRIO, 2019), não se trata de conversão à mensagem religiosa, mas uma pretensa “etnia”, um conjunto de práticas religiosas que se transfiguram em identidade nacional etc.

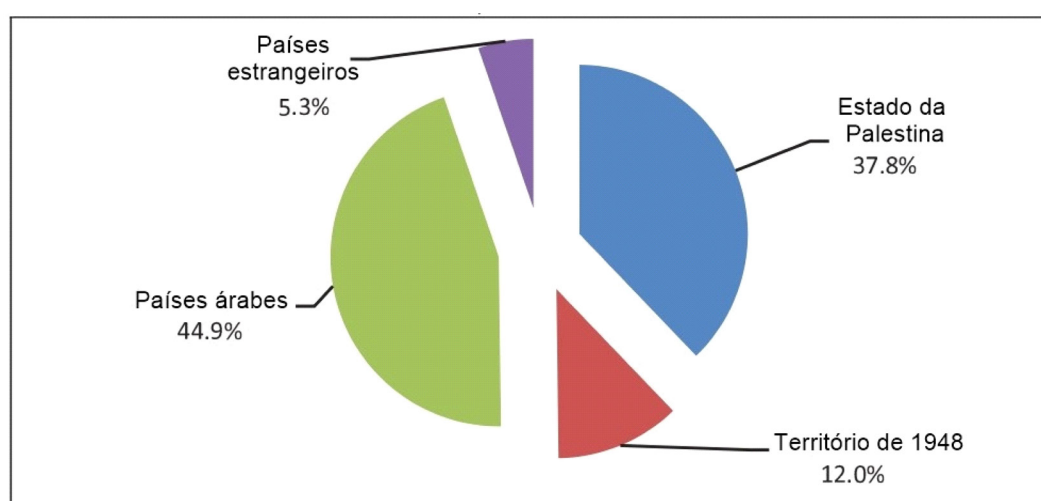
Um Estado que se autoproclama judeu, não só em seu sentido teocrático, mas racial do “povo judeu”. Essa construção é um dos problemas interno desse colonizador, dizer que um religioso judeu da Índia, Rússia, Marrocos, Alemanha são o mesmo “povo” e não, somente, a mesma religião é uma das grandes invenções mitológicas de Israel. Sob esse aspecto da invenção do “povo judeu” (TENÓRIO, 2019), é necessário apontar também o movimento de usurpação da cultura do

colonizado, o que inclui nomes de cidades, vestimentas culturais, bordados, palavras do árabe, canções folclóricas, comida tradicionais etc. o povo palestino é vítima constante dessa usurpação (MASALHA, 2023).

Para inventar a si mesmo, foi necessário roubar do outro, no caso dos palestinos, inclusive a cultura. O que resultou no empobrecimento que Nur Masalha (2023, p. 392) comenta de uma “a diversidade e a identidade multicultural da Palestina contrastam acentuadamente com anacronismo monocultural sionista”.

O entrevistado Yaffa faz questão de lembrar a distinção entre “os palestinos na Palestina e na diáspora”, que também é uma construção de hiperfragmentação e hipersegmentação com desterritorialização/ re-territorialização precárias históricas dos palestinos, executada pelo neocolonizador judeu sionista. Quando pensamos em Nakba temos que imaginar uma tentativa de destruição do tecido social palestino (MASALHA, 2021), de sua sociedade e mesmo de sua existência. Como produto dessa ação milhares de refugiados se amontoaram dentro do território histórico da Palestina, outros fugiram para os países árabes circunvizinhos em campos de refugiados que existem até hoje (MISLEH, 2017), outros ainda serão vítimas novamente do mesmo processo de 1967, a ponto de ser comum encontrarmos palestinos que foram vítimas de duas desterritorializações violentas e em massas (1948 e 1967) e de (re)territorializações em campos de refugiados, cujos locais são distintos dentro da Palestina (gráfico 12 e tabela 6).

Gráfico 12 – Distribuição em porcentagem da população palestina no mundo por país de residência, 2021.



Fonte: de Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures (2021, p. 11).

Tabela 6 – Estimativa da população palestina no mundo por país de residência, ano 2021.

País	Número
Estado da Palestina	5,290,925
Território de 1948	1,673,614
Países árabes	6,287,633
Países estrangeiros	749,441
Total	14,001,613

Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2022 - Palestine in Figures 2021, p. 11.

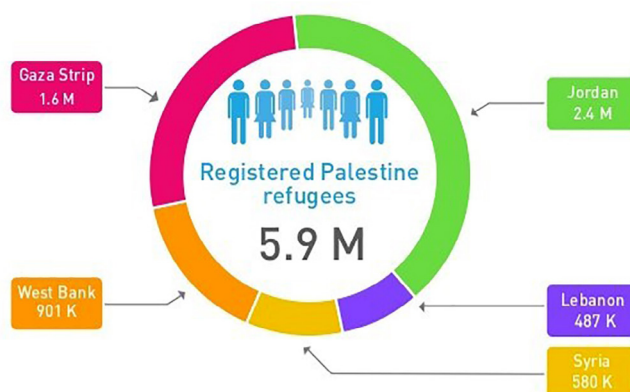
Destes 6.287.633 apontados pela Palestinian Central Bureau of Statistics (2022), a ONU/UNRWA registra em seu UNRWA in Action (2023) como refugiados 5,9 milhões (gráfico 13). Quando falamos em campos de refugiados a agência da ONU responsável descreve em seu sítio eletrônico (UNRWA, 2023) a informação de um total de “58 recognized Palestine refugee camps in Jordan, Lebanon, the Syrian Arab Republic, the Ghaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem.”¹¹⁰

Na ilustração 32 podemos observar a disposição geográfica desses 58 campos de refugiados (Faixa de Ghaza: 8; Cisjordânia 19; Jordânia: 10; Líbano: 12; Síria: 9) (UNRWA, 2023) o que nos permite apontar a fragmentação territorial imposta ao povo palestino. Além disso é necessário lembrar que para além desses campos de refugiados reconhecidos pela ONU, como os campos sírios de Yarmouk, Latakia e Ein el Tal (UNRWA, 2023), há outros locais não reconhecidos onde palestinos vivem como cidades e vilas libanesas, jordanianas, sírias etc.

As ilustrações 30 e 31 demonstram os campos de refugiados da Cisjordânia em localização e número de habitantes. As tabelas que se seguem nos ajudam a conhecer alguns desses campos de refugiados palestinos e o ano de sua formação que, por conseguinte, está relacionada à onda de des-territorialização forçada da população palestina, ao longo do processo de expansão neocolonial e re-territorialização precárias pela ação direta israelense.

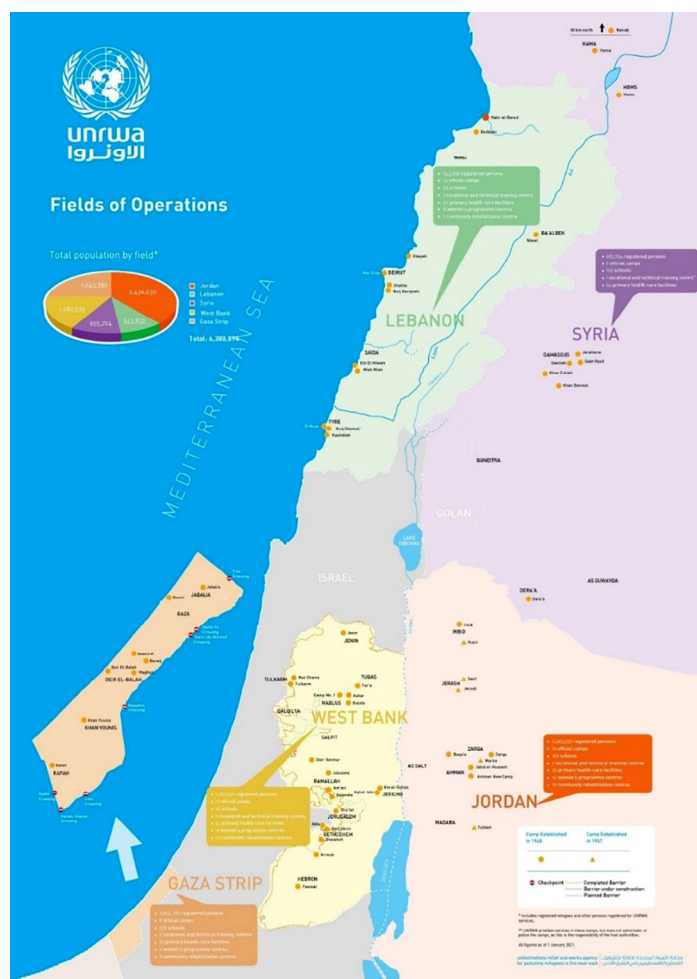
110 Tradução livre: “58 campos de refugiados palestinos reconhecidos na Jordânia, Líbano, República Árabe da Síria, Faixa de Ghaza e Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.”

Gráfico 13 – Número de refugiados palestinos registrados na ONU / UNRWA.¹¹¹



Fonte: UNRWA in Action (2023)

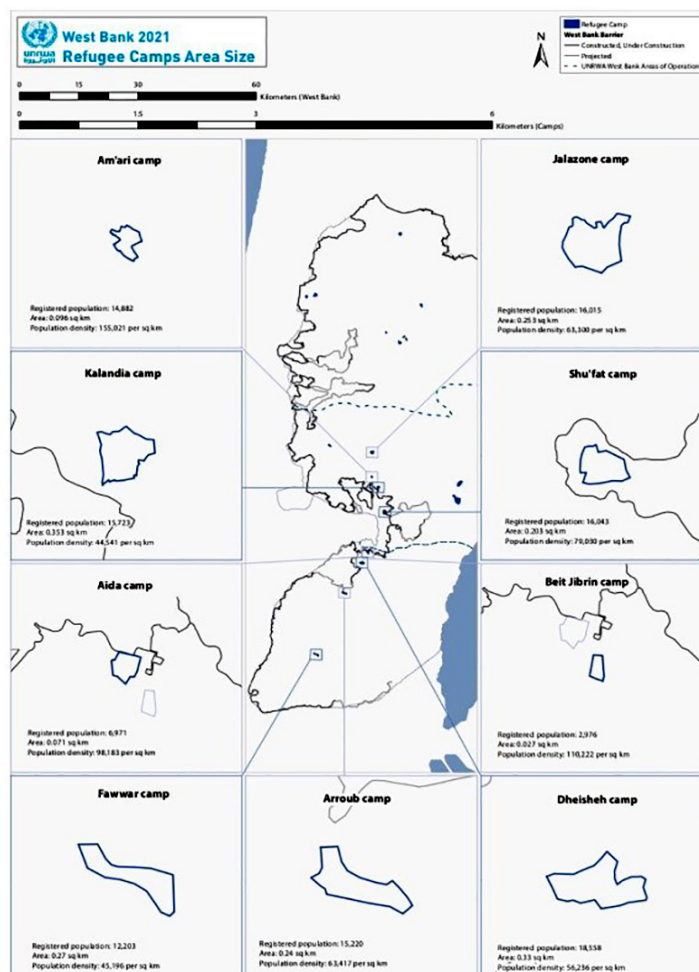
Ilustração 32 – Campos de refugiados palestinos que são assistidos pela UNRWA.



Fonte: UNRWA. Disponível em https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa_fields_of_operation_2021-eng_1.pdf . Acesso em: 01/07/2023.

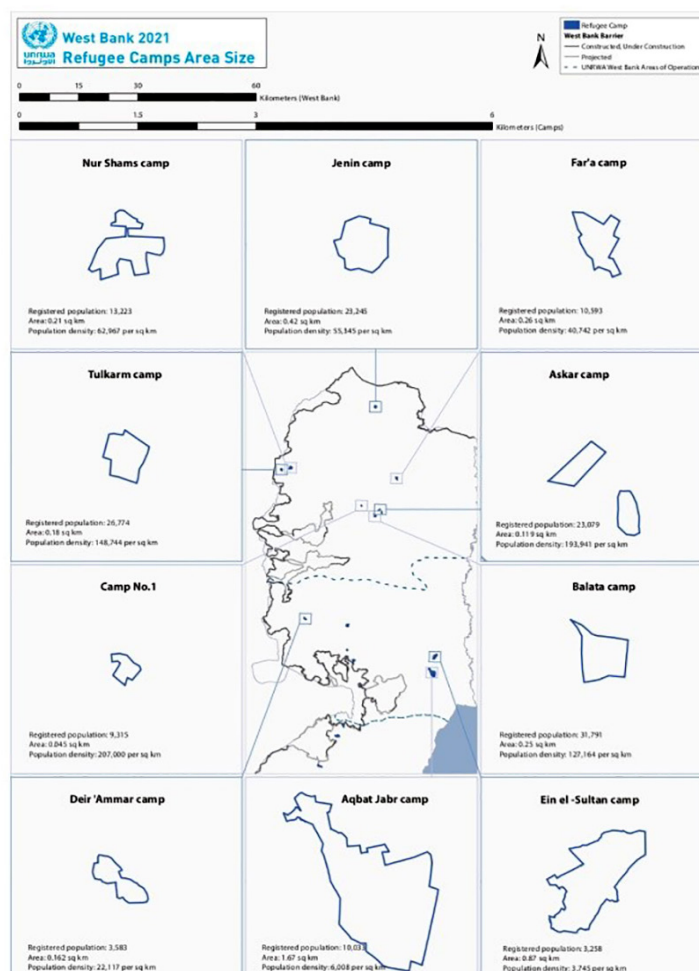
111 Tradução livre: “Faixa de Ghaza: 1,6 milhões / Cisjordânia: 901 mil / Síria: 580 mil / Líbano: 487 mil / Jordânia 2,4 milhões. Refugiados palestinos registrados: 5,9 milhões”

Ilustração 33 – Campos de refugiados na Cisjordânia com área e população.



Fonte: UNRWA. West bank atlas 2021. (2022, p.5)

Ilustração 34 – Campos de refugiados na Cisjordânia com área e população.



Fonte: UNRWA. West bank atlas 2021. (2022, p.4)

Observando as tabelas 7, 8, 9 e 10 podemos perceber que a Nakba não foi um evento isolado no nascimento do Estado neocolonialista de Israel, mas, sim, uma política de limpeza étnica permanente (FAYAD, 2022; MASALHA, 2023)). A importação alienígena de várias partes do mundo, com direito à cidadania nesse Estado de Israel se faz concomitantemente com a expulsão do povo originário palestino.

Tabela 7 – Campos de refugiados na Síria.

Campo de refugiados	Ano de criação	População Estimada
Sbeineh	1948	23.000
Khan Eshieh	1949	21.000
Neirab	1948	21.000
Homs	1949	24.000
Jaramana	1948	22.000
Daraa	1950	15.000
Hama	1950	10.000
Khan Dannoun	1950	12.000
Qabr Essit	1967	24.000
Latakia	1955	12.000
Yarmuk	1957	160.000
Ein Al-Tal (Handarat)	1962	7.000

Fonte: Tenório (2019, p.182).

Tabela 8 – Campos de refugiados no Líbano.

Campo de refugiados	Ano de criação	População Estimada
Burj el-Barajneh	1948	17.000
Ain al-Hilweh	1948	50.000
El Buss	1948	12.000
Nahr al-Bared	1949	33.000
Sabra y Chatila	1949	10.000
Wavel	1948	9.000
Mar Elias	1952	2.000
Mieh Mieh	1954	6.000
Beddawi	1955	18.000
Burj el-Shemali	1955	21.000
Dbayeh	1956	6.000
Rashidieh	1963	30.000

Fonte: Tenório (2019, p.181).

Tabela 9 – Campos de refugiados na Cisjordânia.

Campo de refugiados	Ano de criação	População Estimada
Agabat Jabr	1948	7.000
Ein Sultan	1948	2.200
Qaddura	1948	1.700
Far´a	1949	8.000
Fawwar	1949	9.000
Jalazone	1949	12.000
Kalandia	1949	12.000
Amari	1949	12.000
Deir Ammar	1949	3.000
Dheisheh	1949	13.000
Ainda	1950	5.500
Al-Arruba	1950	11.000
Askar	1950	16.000
Balata	1950	25.000
‘Azza (Beit Ilma)	1950	1.200
Beit Ilma nº 1	1950	20.000
Tulkarem	1950	20.000
Nur Shams	1952	10.000
Yenin	1953	17.000
Shufaf	1995	12.000

Fonte: Tenório (2019, p.180).

Tabela 10 – Campos de refugiados na Faixa Ghaza.

Campo de refugiados	Ano criação	População Estimada
Shati ou Praia	1948	85.000
Deir al-Balah	1948	45.000
Jabalaia	1948	110.000
Bureij	1949	33.000
Já Yunis	1949	70.000
Maghazi	1949	24.000
Nuseirat	1949	63.000
Rafah	1949	100.000

Fonte: Tenório (2019, p.179).

Um povo pode sobreviver “sem território”, talvez o caso mais emblemático seja os ciganos, mas um povo desterritorializado pela violência de seu espaço milenar perde muito de si mesmo. Não existe outro lugar similar a al Quds para árabes palestinos, sejam islâmicos ou cristãos, não se pode produzir o significado religioso e cultural daquele lugar em outro e assim o é para vários lugares na Palestina. Seu status de waqf¹¹² não é à toa na cultura árabe islâmica, nesse sentido ela é única/ singular

112 Conceito islâmico usado para determinar que algo é sagrado, nesse caso, espaço que pertence a todas as religiões monoteístas e não só ao Islã. Em árabe: وقف (إسلام)

/ ímpar em sua significância religiosa e geo-histórica. A importância que o território tem para o colonizado (povo originário) e o neocolonizador (transplantado em função do projeto colonizador) são muito distintas como o professor Rogério Haesbaert nos inspira a pensar:

Milton Santos, sob a inspiração (nem sempre explícita) de Jean Gottman (1973), propõe distinguir o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados” (Santos et al., 2000:12). Se recurso é “um meio para obter um fim” (a acumulação e o lucro, para o capitalista, que pode se abstrair da identificação com o espaço em que estes são realizados), para os “hegemonzados” o território, podemos dizer, seria “um fim em si mesmo” — para eles, assim, “perder seu território” significa, efetivamente, em mais de um sentido, “desaparecer”, como propuseram, numa visão mais culturalista, Bonnemaizon e Cambrèzy (1996). (Haesbaert, 2014, p.60)

Assim é compreensível que a existência de um povo como o palestino dependa de seu território, como espaço vivido e como espaço-identidade, não é à toa que uma das frases mais usadas conhecidas dos palestinos seja “existir é resistir” (RIJKE; VAN TEEFFELLEN, 2014). O intelectual palestino Edward Said explicita isso da seguinte forma:

Hoje, o povo palestino é uma nação em exílio e não um conjunto aleatório de indivíduos. Quem quer que conheça um mínimo sobre esse povo sabe também dos profundos vínculos existenciais que o unem e que o conectam histórica, cultural e politicamente à terra da Palestina. Por muito tempo, as políticas oficiais de Israel e dos Estados Unidos, bastante divergentes das atitudes do restante do mundo, presumiram que os palestinos se dissipariam no mundo árabe, a Jordânia se tornaria a Palestina, os palestinos aceitariam a subserviência permanente em uma “autonomia limitada” à la Bantustão (ou, segundo o Likud, autonomia para o povo, não para a terra) e até se dispunham a realizar um ato de “politicídio” coletivo e a se declarar nulos. Isso significa o fracasso completo, em termos morais e psicológicos, de compreender a realidade. Apenas a autodeterminação palestina servirá, e somente ela apaziguará o já explosivo Oriente Médio. (Said, 2012, p.352-353)

Para o entrevistado al Quds existe também a divisão política interna dos palestinos, expressadas na divisão entre a Autoridade Nacional Palestina da Cisjordânia e o HAMAS na Faixa de Ghaza. Em suas palavras como morador de Ghaza “(...) vivemos duas ocupações, pela divisão política Palestina e pela ocupação sionista”.

Na reunião do Conselho Central Palestino, nos dias 4 e 5 de março de 2015, em Ramallah, o tema da cisão / divisão política palestina é abordado com pedidos de unidade, porém unidade a maneira do FATAH:

O Conselho Central afirma que acabar com a divisão destrutiva e restaurar a unidade nacional é o caminho para reconstruir a Faixa de Ghaza e quebrar o cerco israelense, que exige a presença do governo de consenso nacional em Ghaza, cumprindo suas responsabilidades e deveres, removendo os obstáculos que ficar em seu caminho, abordando a questão dos funcionários de acordo com o Acordo do Cairo¹¹³. (...) A firmeza nacional exige que todos se elevem ao nível de preocupação nacional, abandonando apelos divisionistas e suprimindo bandeiras que não estão relacionadas às nossas demandas nacionais.

Obviamente que, as distinções internas dos palestinos, em classes sociais, se exteriorizam em projetos políticos diferentes e organizações políticas diferentes. Uma classe social pode expressar mais de um projeto de sociedade e pode também expressar por meios/ caminhos/ táticas / tipos de organizações políticas diferentes para se chegar a esse projeto, isto é, as possibilidades do leque político são grandes.

Essa expressão da pluralidade do povo palestino pós-Nakba é visível nas várias organizações políticas da sua sociedade, contudo é inegável também que o colonizador agiu claramente ao longo da história para aumentar essas fissuras (KHALIDI, 2006). Hiperfragmentação também envolve os aspectos políticos, culturais e religiosos do colonizado que são explorados pelo neocolonizador. As divisões políticas, as diferenças culturais entre árabes beduínos e sedentários, as diferenças religiosas drusos/ cristãos/ islâmicos são sempre tencionadas pelo colonizador (AR-BEX JUNIOR, 2002). Diferente do Líbano, os palestinos não foram fragmentados pela identidade religiosa, apesar das tentativas do neocolonizador nesse sentido – eis uma vitória da luta palestina.

Outrossim, a atomização adquire contornos superlativos de “hiper”, através do assassinato de lideranças importantes que lutavam pela unidade (FAYAD, 2022), seja prendendo militantes de determinadas organizações e de outras não, seja perseguindo duramente determinados agrupamentos políticos e os levando ao isolamento, seja valendo-se de espiões e infiltrados nas organizações políticas para desestabilizá-las, seja provocando determinadas reações políticas em detrimento de outras por sua ação deliberada, como exemplo, ataques as mesquitas para incitar reações religiosas e justificar que se trata de um conflito religioso, como também beneficiando determinadas leituras políticas palestinas e suas organizações, lembrado por alguns entrevistados com a relação colaboracionista da AP/ FATAH com Israel. A ideia de potencializar fraturas no colonizado segue a máxima de dividir para reinar (FANON, 2005).

Devemos também ter em conta que esse projeto de hipersegmentação e segregação produzidos pelo neocolonialismo tardio judaico sionista sobre o povo palestino é unificador para o colonizador. Não existem vozes coletivas significativas

113 Acordos do Cairo – foram encontros e acordos realizados, na última década, tendo o Egito como mediador entre o HAMAS e o FATAH/AP, com o objetivo declarado de unificar politicamente os palestinos da Cisjordânia e a Faixa de Ghaza e estabelecer consensos mínimos.

politicamente dentro daquela sociedade, capazes de disputar rumos, no máximo são pequenos agrupamentos periféricos e indivíduos que por mais respeitosos que possam ser não produzem movimentos de massa e pressões políticas capazes de mudar a natureza colonialista de Israel (BARGHOUTI, 2006).

A unidade entorno do projeto colonizador é uma constatação histórica do sionismo e uma grande vitória deste. A ideia do inimigo comum como fonte de coesão social e psicológica do grupo já foi explorada por vários intelectuais, entre eles Sigmund Freud, em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (2013). O colonizador judeu sionista sempre teve que lidar com a desarticulação do seu tecido social interno, demasiadamente heterogêneo e composto de refugiados da Segunda Guerra Mundial, lumpem expulsos da Europa, populações em crise financeira de várias partes do mundo, pessoas de diferentes povos, culturas e países, fugitivos da justiça em seus países de origem etc.

Nesse sentido, o esforço para a criação artificial de uma “cultura nacional”, subtraindo elementos constitutivos da verdadeira cultura milenar palestina (MASALHA, 2023), explorando a história europeia de perseguição, em especial, o holocausto, a unidade política entorno do projeto colonizador entre as várias classes e frações sociais e a construção permanente do inimigo como o “outro” que é bárbaro, irracional, odioso, menor, inferior, sendo esses os palestinos, e de forma mais geral os árabes (SAID, 2008), são fontes básicas da coesão social de Israel. Além disso, a ideia do inimigo que cerca Israel por todos os lados é acrescida de um inimigo dentro dela, na figura dos palestinos com cidadania israelense (MASALHA, 2000) – sempre muito vigiados e odiados.

Não se pode perder de vista que essa construção ideológica de coesão só é possível dentro de uma lógica econômica, que beneficia os colonizadores e sem a qual o projeto neocolonizador não se sustenta. A capacidade de usar a perseguição ao judaísmo também como forma de neutralizar a crítica a Israel é descrita pelo prestigiado intelectual palestino Edward Said:

Mas é preciso admitir que os liberais, e a maioria dos “radicais”, foram incapazes de se livrar do costume sionista de equiparar o antissionismo ao antissemitismo. Qualquer pessoa bem-intencionada pode condenar o racismo sul-africano ou norte-americano e, ao mesmo tempo, apoiar a discriminação racial de não judeus na Palestina. A ausência quase total de conhecimento histórico prontamente disponível em fontes não sionistas, a disseminação de simplificações ardilosas por intermédio da mídia (por exemplo, judeus versus árabes), o oportunismo cínico de vários grupos de pressão sionistas, a tendência endêmica entre acadêmicos de repetir acriticamente clichês e palavreados políticos (Gramsci atribuiu aos intelectuais tradicionais o papel de “especialistas em legitimação”), o receio de pisar no delicado terreno daquilo que os judeus fizeram a suas vítimas na era do genocídio dos judeus, tudo isso contribui para uma imposição estúpida e regulada de apoio quase unânime a Israel. (Said, 2012, p.131-132)

Na neocolonização sionista a formação de “colônias de assalto” do território urbano, como exemplo o velho centro da cidade histórica de al Khalil (ilustração 24) e das áreas rurais da Cisjordânia, são elementos chaves para a formação de segmentação espacial. Elas funcionam como enclaves militares que criam estradas, ruas, zonas e perímetros cada vez maiores de “segurança” (HAESBAERT, 2014) – nome esse dado às áreas roubadas para uso exclusivo dos judeus sionistas.

Esses enclaves se articulam com vértices de figuras geométricas sobre o território criam estradas exclusivistas, que se comunicam e áreas de “segurança”, as quais adentram terras palestinas cada vez maiores, criando barreiras para os palestinos. Essa segmentação produz fragmentos territoriais quase totalmente cercados, ilhados etc. como pequenos compartimentos que possuem características próprias. O objetivo do neocolonizador é cortar laços de unidade entre o povo palestino e assim poder estabelecer ações em compartimentos distintos (segmentos) com baixa intensidade e sem reação de outras partes da população palestina – o paradigma é de uma prisão de grande escala ou megaprisão.

Sacco (2016) recorda o massacre dentro da mesquita de Haram al Khalil¹¹⁴, quarto lugar mais sagrado do islamismo, quando em 1994 um colono judeu sionista entrou durante as preces islâmicas e assassinou 29 pessoas. Logo em seguida, a mesquita foi invadida e dividida pelo exército israelense instituindo um foco constante de tensão em al Khalil, isto é, a invasão e assalto são essenciais nesse processo de fragmentação e construção de segmentos territoriais, como no caso do centro de al Khalil (JARADAT, 2021). As ilustrações 35 e 36 explicitam o crescimento de colônias invasoras em todo o território palestino, inclusive durante as chamadas “negociações de paz”, deixando claro a forma de expansão neocolonizadora de “baixa intensidade” que resultará em novas anexações por parte de Israel.

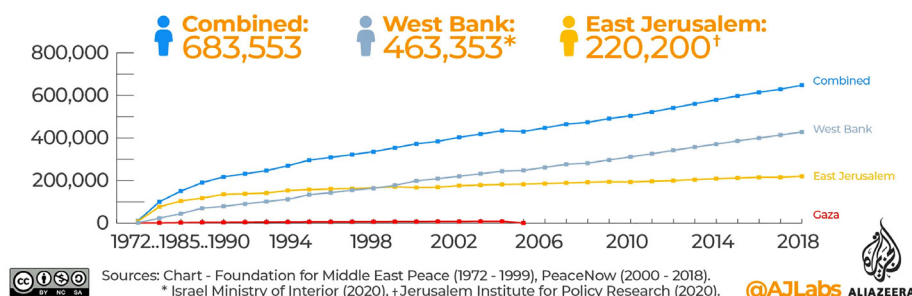
114 Santuário islâmico do túmulo do profeta Abraão.

Ilustração 35 – Crescimento das colônias invasoras israelenses de 1972-2018.¹¹⁵

1972 - 2018

Israeli settler growth

The population of Israeli settlers in the West Bank and East Jerusalem is **growing at a faster rate** than the population of Israel. Roughly 10 percent of Israel's 6.8 million Jewish population live in these occupied Palestinian territories.



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

Ilustração 36 – Distribuição das colônias invasoras na Cisjordânia, 2020.¹¹⁶

2020

Israeli settlements

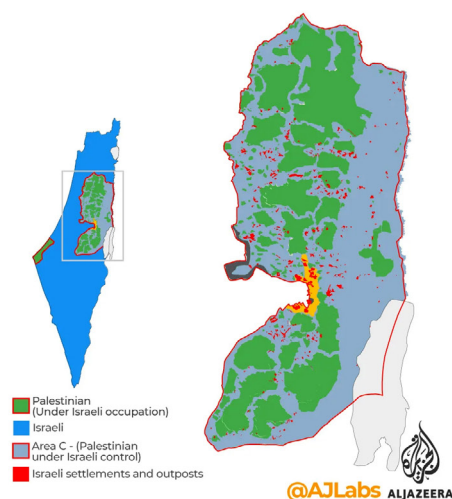
Israeli settlers:
600,000 - 750,000

Settlements are Jewish communities built on Palestinian land.

There are between **600,000 - 750,000 Israeli settlers living in at least 250 settlements** in the occupied West Bank and East Jerusalem.

Israeli settlements are illegal under international law.

Source: B'Tselem (2017)



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

115 Tradução livre: "Crescimento dos colonos israelenses entre 1972 e 2018 / A população de colonos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental está crescendo em um ritmo mais rápido do que a população de Israel. Aproximadamente 10% da população judaica de Israel, de 6,8 milhões, vivem nestes territórios palestinos ocupados. / Pessoa azul – Combinado: 683.553; Pessoa cinza – Cisjordânia: 463.353; Pessoa amarela – Jerusalém Oriental: 220.200".

116 Tradução livre: "2020 - Assentamentos israelenses / Pessoa azul - Colonos israelenses: 600.000-750.000 / Assentamentos são comunidades judaicas construídas em terras palestinas. / Há entre 600.000 - 750.000 colonos israelenses vivendo em pelo menos 250 assentamentos na Cisjordânia ocupada e em Jerusalém Oriental. / Os assentamentos israelenses são considerados ilegais sob o direito internacional".

A hipersegmentação e hiperfragmentação territorial se tornaram uma versão muito mais intensa que outras neocolonizações, dentro de um paradigma de uma megaprisão com muitas pequenas celas, compartimentos territoriais de colonizados, poucos prisioneiros permitem o domínio e controle muito mais fácil do que celas gigantes com muitos prisioneiros.

Outros autores fazem a comparação com os bantustões sul africanos (FARSAKH, 2005; RUSSO, 2017) que auxilia na ligação com Apartheid, todavia perde o que há de novo e mais cruel no processo palestino de neocolonização (maior intensidade). Além disso, a hiperfragmentação dificulta uma resposta conjunta entre os vários pequenos setores territoriais, por vezes completamente segmentados, como é o caso de al Quds, devido à dimensão de isolamento e controle militar da ocupação sobre eles. Somado à tecnologia moderna de câmeras, sistemas de recolhimento facial, internet hackeada, celulares interceptados e vigiados, tornozeleiras, drones, espionagem, muros, checkpoints etc. o controle é imenso tendo sua intensidade aumentada transformando-se em “hipercontrole” como parte da “hiperatomização”.

Sobre o papel do uso e produção de tecnologias de controle da população – parte do complexo militar israelense – podemos citar como exemplo o chamado “RED WOLF”. A Anistia Internacional através de seu relatório “AUTOMATED APARTHEID”¹¹⁷ (2023), alerta para o uso de tecnologia de reconhecimento facial (RED WOLF) e inteligência artificial como ferramentas de controle populacional do Apartheid israelense sobre o povo palestino.

Reportagem no sítio eletrônico da Anistia Internacional (2023) sugere que “há fortes indícios que o Red Wolf está ligado a dois outros sistemas de vigilância geridos por militares, o Wolf Pack e o Blue Wolf”. “Wolf Pack” é uma base de dados sobre os palestinos (onde moram, parentes, etc.) e o “Blue Wolf” é a aplicação pelas forças israelenses com o uso de smartphones e tablets para acessar o “Wolf Pack” e abastecê-lo com mais informações (Anistia Internacional, 2023). Na conclusão do relatório supracitado temos:

This report has established that, by using FRT and other biometric technologies to restrict Palestinians’ right to freedom of movement, the Israeli authorities have introduced powerful new tools to fragment, segregate and control Palestinians in the OPT, and ultimately, to enforce their system of apartheid. They are achieving this through: 1) the establishment of the supporting physical infrastructure to expand the reach of their control; 2) the creation of exclusively Palestinian databases for purposes of surveillance, along with; 3) the use of facial recognition software for mass and targeted discriminatory surveillance; and 4) large-scale segregation and other harms resulting from the use of these technologies. In combination, these practices systematically violate Palestinians’ human rights. (...) Facial recognition is therefore one of the measures of discrimination, segregation and oppression that Israel imposes on Palestinians as part of its system of apartheid. (Anistia Internacional, 2023. p.75)¹¹⁸

117 Tradução livre: “Apartheid Automatizado”.

118 Tradução livre: “Este relatório estabeleceu que, usando o FRT (Tecnologia de Reconhecimento Facial) e outras tecnologias biométricas para restringir o direito dos palestinos à liberdade de movimento, as autoridades israelenses introduziram novas ferramentas poderosas para fragmentar, segregar e controlar os palestinos no OPT (Territórios Palestinos Ocupados) e, finalmente, fazer cumprir seu sistema de apartheid. Eles estão conseguindo isso por meio de: 1) o estabelecimento da infraestrutura física de suporte para expandir o alcance de seu controle; 2) a criação de bancos

A lógica da megaprisão inclui o controle de fluxos permitindo de forma permanente, sazonal ou esporadicamente a circulação, isto é, exclusão completa ou restrição de uso, o que corresponde às formas variantes de regime fechado, semiaberto, aberto etc. em um sistema carcerário convencional.

Nossa hipótese é que essa forma de controle de fluxo é fundamental para gerar alívio ou tensionamento ao bel prazer do colonizador, ao invés, do permanente fechamento completo que intensificaria os conflitos. A ilustração 21 tenta captar essa realidade terrível imposta ao povo palestino. Para Haesbaert (2014, p.191) “fechamentos territoriais precarizantes lembram os confinamentos do que, na típica sociedade disciplinar moderna e numa linguagem foucaultiana, pode ser definido como reclusão territorial”.

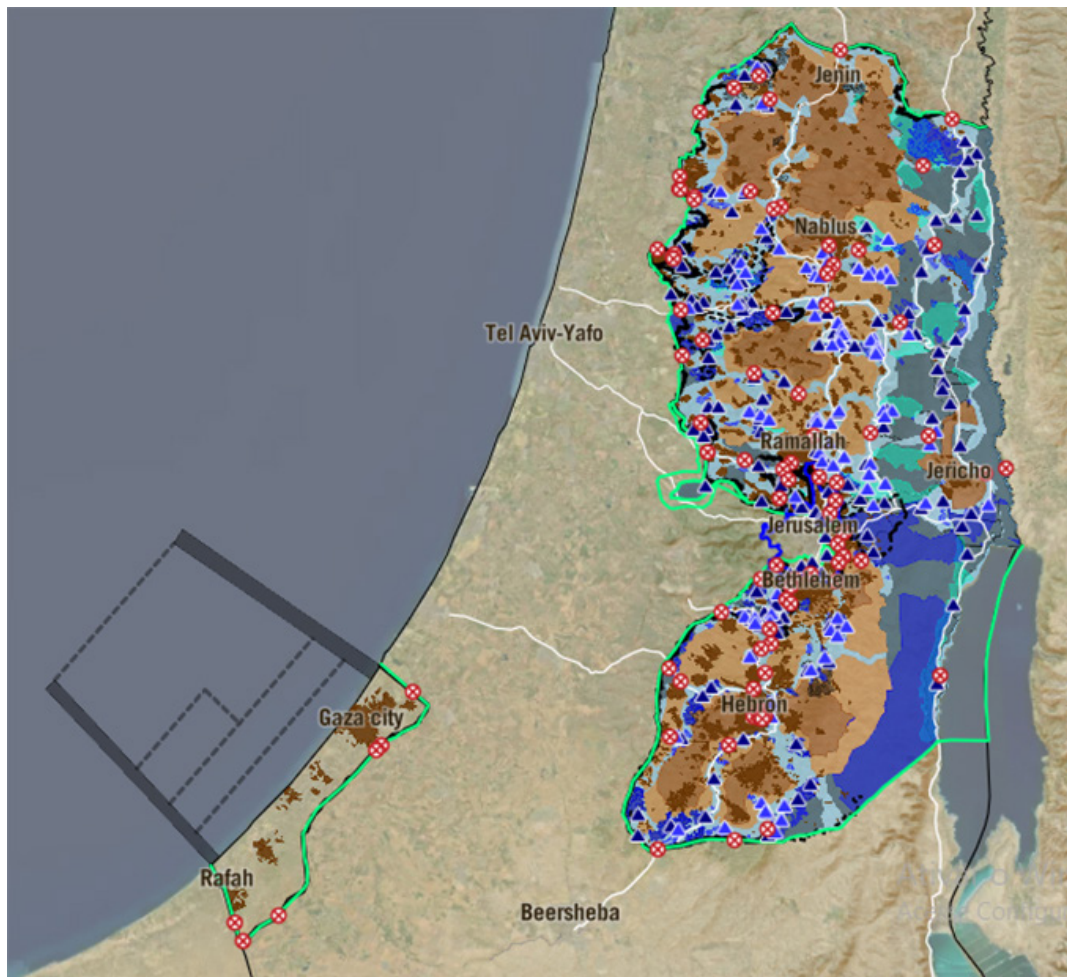
O projeto de reclusão territorial tendo como paradigma a megaprisão objetiva o controle como expressão do poder neocolonizador, disciplina quebrando a autoestima do colonizado e evitando revoltas, servindo de laboratório para a indústria militar e de segurança, transformando o colonizado em mero objeto / coisa (CÉSAIRE, 2020) e cerceando toda a sua vida (ilustração 37).

Vemos, na ilustração 37, a projeção restritiva no Mediterrâneo que os palestinos da Faixa de Ghaza podem fazer uso para pesca; os triângulos azuis: são colônias invasoras; áreas em azuis: são zonas de segurança israelense; os círculos vermelhos com um X: são checkpoints fixos e a linha preta é o muro da segregação que circunda quase completamente a Cisjordânia e completamente a Faixa de Ghaza.

A avaliação de outros movimentos de libertação nacional permitiu que Israel neutralizasse métodos e ferramentas que poderiam dar certo para a resistência palestina, todavia isso tudo não explica a capacidade de realizar concretamente essa neutralização – eis o ponto chave. É preciso dizer que se o movimento de resistência e libertação palestino mudou ao longo do tempo, como demonstramos nessa pesquisa, o movimento neocolonizador tardio judaico sionista também o fez.

de dados exclusivamente palestinos para fins de vigilância, juntamente com; 3) o uso de software de reconhecimento facial para vigilância discriminatória em massa e direcionada; e 4) segregação em larga escala e outros danos resultantes do uso dessas tecnologias. Em combinação, essas práticas violam sistematicamente os direitos humanos dos palestinos. (...) O reconhecimento facial é, portanto, uma das medidas de discriminação, segregação e opressão que Israel impõe aos palestinos como parte de seu sistema de apartheid. (Amnistia Internacional, 2023. p.75)”

Ilustração 37 – Territórios ocupados da Faixa de Ghaza e Cisjordânia.



Fonte: Btselem disponível em <https://conquer-and-divide.btselem.org/map-en.html>. Acesso em 25/02/2023.

A mudança que me interessa explicitar é dada na sua relação com o Império estadunidense, intensificada a partir dos conflitos de 1967 e 1973 (KHALIDI, 2009). Não só como agente de confiança para instabilizar/ espionar / assassinar etc. em função do império, mas também de ser uma extensão desse no complexo militar-industrial de alta tecnologia. O orçamento destinado a Israel pelos EUA, todo o apoio tecnológico militar para o desenvolvimento desse setor em Israel possibilitou a construção dessa forma específica de neocolonialismo tardio intensificado.

Foi através das condições e possibilidades abertas pelos EUA, na sua política externa para a região e o mundo, que fizeram com que Israel se tornasse a ponta de lança da produção de tecnologias de controle, vigilância, drones, softwares, espionagem cibernética, armamentos etc. A hiperfragmentação, hipersegmentação territorial e hiperatomização foram possíveis em intensidade elevadíssima devido a essa “nova” funcionalidade de Israel no contexto geopolítico internacional aberta pelos EUA ao projeto sionista.

Os palestinos se transformaram em fonte de experimentos desse processo de inovação tecnológica na área militar e de segurança, dando assim outra funcionalidade ao neocolonialismo e abrindo a sinistra hipótese de que Israel necessita, agora, de palestinos (talvez não de todos) como cobaias de seu complexo industrial militar. Isso não exclui a importância da longa ajuda que Israel recebeu de outras potências imperialistas (britânicos e franceses) e nem mesmo a capacidade organizativa judaica sionista em sua captação de recursos financeiros, todavia relativiza essas ações ante ao papel central dos EUA.

Para podermos melhor dimensionar essa relação, o próprio governo dos EUA através de seu Congressional Research Service (2023), no documento intitulado “U.S. Foreign Aid to Israel” afirma que Israel é o país que mais recebeu assistência financeira dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial.

As notas da tabela 11 chamam a atenção para esses valores, que não incluem os mísseis providos pelo Departamento de Defesa dos EUA, e estima no ano de 2023 um total de 260 bilhões de dólares, corrigida a inflação referente ao período de 1946-2023. Para que não subestimemos o papel de transferência de valores e tecnologia do Departamento de Defesa dos EUA (não contabilizados na tabela acima), assim como da prioridade de apoio lembramos que desde 1973 sob a orientação de Henry Kissinger foi “ordered the airlift of massive quantities of military equipment to Israel when its stocks were in danger of running out”¹¹⁹ (Khalidi, 2009, p.28).

Tabela 11 – Informa em milhões não corrigidos pela inflação a ajuda a Israel no período de 1946-2023.¹²⁰

Fiscal Year	Military	Economic	Missile Defense	Total
1946-2020	104,506.200	34,347.500	7,411.409	146,265.110
2021	3,300.000	-	500.000	3,800.000
2022	3,300.000	-	1,500.000	4,800.000
2023	3,300.000	-	500.000	3,800.000
Total	114,406.200	34,347.500	9,911.409	158,665.110

Sources: U.S. Overseas Loans and Grants (Greenbook), the U.S. State Department, and the Missile Defense Agency.

Notes: The Greenbook figures do not include missile defense funding provided by the Department of Defense. According to USAID Data Services as of January 2023, in constant 2021 U.S. dollars (inflation-adjusted), total U.S. aid to Israel obligated from 1946-2023 is an estimated \$260 billion.

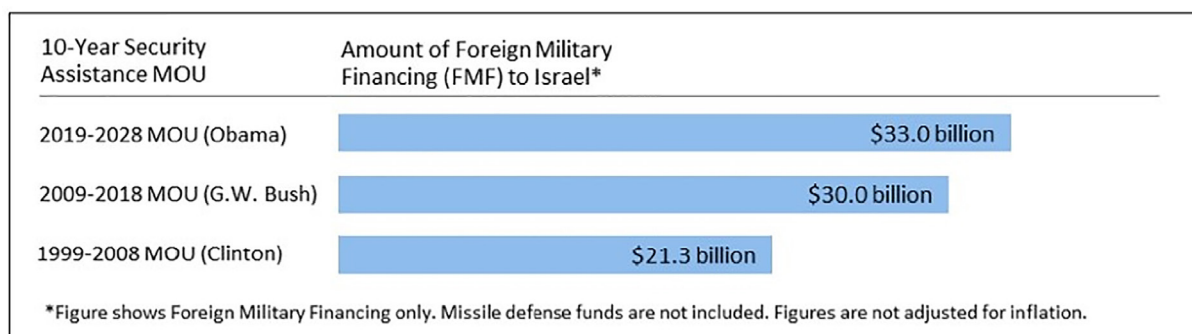
Fonte: Tabela extraída na página 1 de <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33222> . Acesso em 06/10/2023.

119 Tradução livre: “ordenou o transporte aéreo de enormes quantidades de equipamento militar para Israel, quando os seus estoques corriam o risco de se esgotar”.

120 Tradução livre: “Ano fiscal; militar; econômica; defesa antimísseis; total / Fontes: Empréstimos e subvenções no Exterior dos EUA (Greenbook), Departamento de Estado dos EUA e Agência de Defesa de Mísseis. / Notas: Os números do Greenbook não incluem fundos de mísseis de defesa fornecidos pelo Departamento de Defesa. De acordo com o Serviço de Data da USAID em Janeiro de 2023, em constante de 2021 em dólares americanos (ajustado pela inflação), a ajuda total dos EUA a Israel de 1946-2023 é estimada em 260 bilhões de dólares”.

O gráfico 14 demonstra o compromisso econômico e militar do imperialismo estadunidense (independente do governo) de fazer de Israel sua extensão, em uma função quase de “sua colônia/ estado federado” mais importante no mundo servindo-lhe como um bastião das forças reacionárias para o globo inteiro. Israel segue à risca as orientações regionais e globais dos EUA e tem, como moeda de troca, total suporte para suas ações no território palestino e defesa permanente por parte dos EUA,

Gráfico 14 – Ajuda militar dos EUA para Israel por décadas, sem reajuste inflacionário e sem incluir os fundos específicos de mísseis de defesa.¹²¹



Fonte: Tabela extraída na página 9 de <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33222> . Acesso em 06/10/2023.

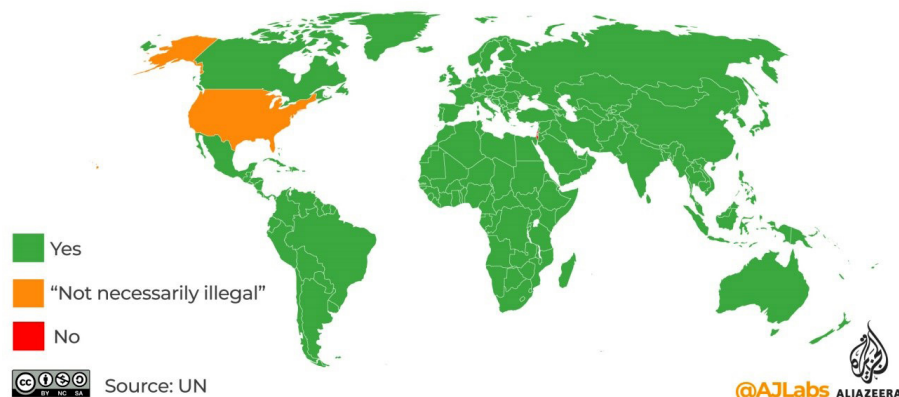
Como exemplos dessa defesa temos os vetos no Conselho de Segurança da ONU que impedem sanções a Israel “between 1972 and 2007, the United States used its veto 43 times against Security Council resolutions that were critical of Israel”¹²² (Khalidi, 2009, p.265) e o apoio internacional as colônias invasoras fundamentais para a anexação de território e para a espacialidade neocolonizadora (ilustração 38).

121 Tradução livre: “10 anos de assistência em segurança pela MOU / Valor do financiamento militar estrangeiro (FMF) para Israel. / A figura mostra apenas o financiamento estrangeiro militar. O fundo de defesa antimísseis não está incluído. Os números não estão ajustados pela inflação.” Nota de esclarecimento: “Em 2016, os governos dos EUA e de Israel assinaram o seu terceiro Memorando de Entendimento (MOU) de 10 anos sobre ajuda militar, cobrindo o ano fiscal de 2019 ao ano fiscal de 2028. Nos termos do MOU, os Estados Unidos comprometeram-se a fornecer – sujeito à aprovação do Congresso dotação - US\$ 38 bilhões em ajuda militar (US\$ 33 bilhões em doações de financiamento militar estrangeiro mais US\$ 5 bilhões em defesa antimísseis dotações) para Israel. Este memorando de entendimento seguiu um acordo anterior de US\$ 30 bilhões por 10 anos, que vigorou até o ano fiscal de 2018 (Congressional Research Service, 2023, n.p.)”.

122 Tradução livre: “entre 1972 e 2007, os Estados Unidos usaram o seu veto 43 vezes contra resoluções do Conselho de Segurança que criticavam Israel”.

Ilustração 38 – Países que consideram as colônias invasoras israelenses uma violação da lei internacional.¹²³

Countries that consider Israeli settlements to be a violation of international law.



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

Um outro aspecto, importante para a geografia, desse processo de neocolonização é, a verticalização das colônias invasoras de assalto, devido às posições militares privilegiadas e de controle, servindo para cercarem as cidades/ aldeias palestinas. Aliás, a verticalização do espaço é algo marcante nesse processo de neocolonialismo na Palestina (MBEMBE, 2018). As colônias invasoras estão sempre posicionadas em locais altos, como topo de montes e montanhas (foto 12).

As guaritas militares nos checkpoints ou em estradas são estruturas verticalizadas enormes para controle e ação militares (fotos 13 e 14). Câmeras de vigilância e balões sempre posicionados no alto como forma de controle de amplas áreas pelo colonizador. O controle aéreo é intenso em toda a Palestina. Sob esse aspecto Mbembe escreve:

Sob condições de soberania vertical e ocupação colonial fragmentada, comunidades são separadas segundo uma coordenada vertical. Isso conduz a uma proliferação dos espaços de violência. Os campos de batalha não estão localizados exclusivamente na superfície da terra. Assim como o espaço aéreo, o subsolo também é transformado em zona de conflito. Não há continuidade entre a terra e o céu. Até mesmo os limites no espaço aéreo dividem-se entre as camadas inferiores e superiores. Em todo lugar, o simbolismo do topo (quem se encontra no topo) é reiterado. A ocupação dos céus adquire, portanto, uma importância crucial, já que a maior parte do policiamento é feito a partir do ar. Várias outras tecnologias estão mobilizadas para esse efeito: sensores a bordo de veículos aéreos não tripulados (unmanned air vehicles), jatos de reconhecimento aéreo, prevenção usando aviões com sistema de alerta avançado (Hawkeye planes), helicópteros de assalto, um satélite de observação da Terra, técnicas de "hologramatização". Matar incorre em mirar com alta precisão. (Mbembe, 2018.p.46-47)

123 Tradução livre: "Países que consideram os assentamentos israelenses uma violação do direito internacional / Verdes: sim; Laranja: não é necessário ilegalmente; Vermelho: não".

Foto 9 – Estrada segregada.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 10 – Checkpoint fixo em al Khalil.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 11 – Checkpoint não fixo na Cisjordânia.



Fonte: Própria, 2019.

Foto 12 – Colônia invasora na Cisjordânia, em posição elevada (verticalização).



Fonte: Própria, 2019.

Foto 13 – Estrutura militar israelense na Cisjordânia (verticalização).



Fonte: Própria, 2019.

Foto 14 – Estrutura militar israelense na Cisjordânia (verticalização).



Fonte: Própria, 2019.

As imagens das fotos 9, 10, 11, 12, 13 e 14 demonstram os horrores da presença militar colonizadora na Palestina, pude sentir a triste sensação de ser um alvo permanente das miras das armas de fogo do exército israelense. Algo completamente cotidiano para a população sob colonização na Palestina. Nas fotos 12, 13 e 14 a verticalização como forma privilegiada de monitoramento e ação militar (alvejar a tiros) sobre a população palestina é facilmente observado. Na foto 10, vemos um Check Point na cidade de al Khalil (tive a experiência de passar por ele) várias câmeras de monitoramento, grades com acionamento eletrônico e olhos dos soldados atrás de estruturas blindadas criam a sensação de uma prisão de segurança máxima. Nela, os prisioneiros são os moradores palestinos, incluso as crianças que passam para ir à escola são punidos diariamente (JARADAT, 2021).

A expressão de poder pelo controle e domínio do colonizado através do elemento da hiperatomização foi algo rigidamente proposto pelo neocolonialismo tardio. Impedir os agrupamentos, movimentos, partidos, organizações etc. do colonizado é uma tarefa da coerção e violência permanente, isto é, ante a vontade política de uma revolução nacional libertadora palestina existe uma contrarrevolução permanente neocolonizadora, muito mais intensificada do que outras experiências históricas – razão pela qual a classificamos como “hiper”.

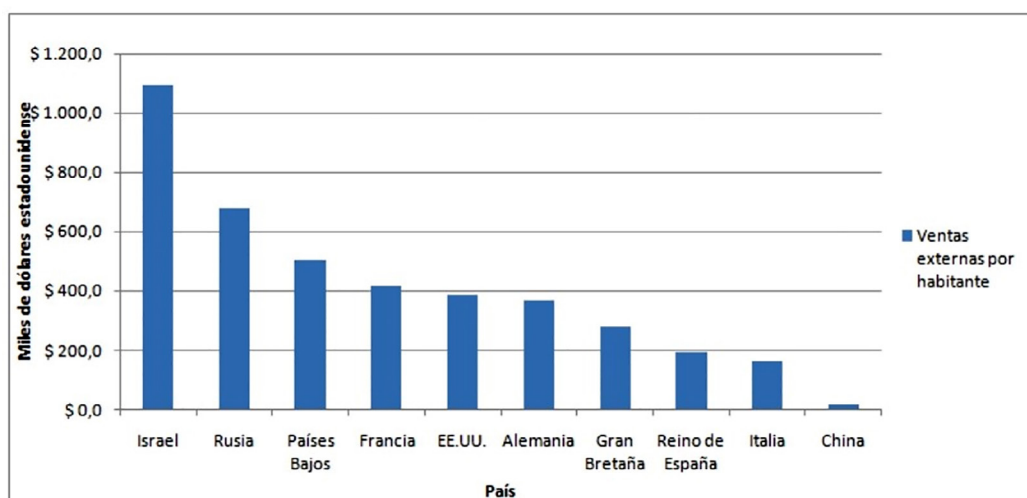
Essa elevadíssima intensificação acaba por produzir um fenômeno qualitativamente novo – neocolonialismo judaico sionista tardio. As punições coletivas (JARADAT, 2021) foram refinadas com destruição de campos agrícolas por escavadeiras, destruição de casas, corte no abastecimento de água e eletricidade, essa última vivida e relatada por Joe Sacco (2003), no campo de refugiados de Jabalia, na Faixa de Ghaza, durante o forte inverno da região o que impossibilitava ligar aquecedores.

A coerção e violência sobre os palestinos servem a Israel como laboratório para suas inovações tecnológicas e técnicas de controle, que são vendidas para outros países, abastecendo polícias, exércitos e agências públicas e privadas de segurança e espionagem mundo afora. Israel se tornou assim uma fonte da reação política para o mundo inteiro, ensinando como dominar manifestações, revoltas, insurreições e revoluções (BOYCOTT DIVESTMENT AND SANCTIONS, 2018).

Segundo BDS em seu documento Israeli Militarism in Latin America (2018), Israel tornou-se o oitavo maior fabricante de armas do mundo e quando comparamos em relação a população e o PIB, ocupa o primeiro lugar. Ambos os gráficos a seguir (15 e 16) dimensionam a importância da indústria bélica e da sociedade militarizada israelense, sendo que as vendas de armas incluem movimentos reacionários no mundo todo como “Argentina during the last dictatorship, South Africa during apartheid, Rwanda while perpetrating a genocide or Yugoslavia in the Serbian war”¹²⁴ (Boycott Divestment And Sanctions, 2018, p.9).

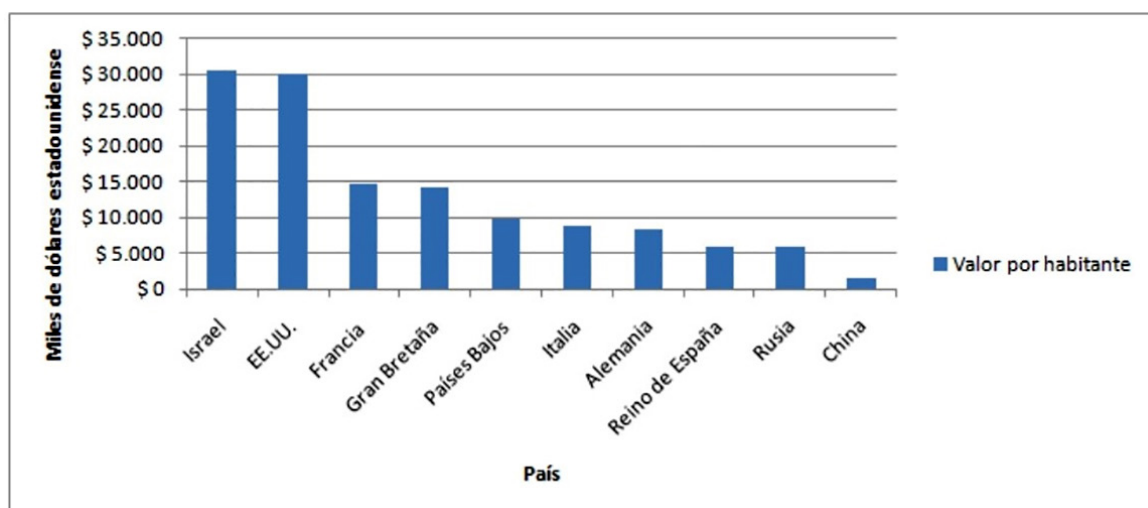
124 Tradução livre: “A Argentina durante a última ditadura, a África do Sul durante o apartheid, o Ruanda enquanto perpetra um genocídio ou a Iugoslávia na guerra da Sérvia”

Gráfico 15 – Vendas de armas per capita no período de 2011 a 2016.



Fonte: BOYCOTT DIVESTMENT AND SANCTIONS (BDS). Israeli Militarism in Latin America – (2018, p.8).

Gráfico 16 – Compras de armas per capita de 2002 a 2017.



Fonte: BOYCOTT DIVESTMENT AND SANCTIONS (BDS). Israeli Militarism in Latin America – (2018, p.11).

O próprio Benjamin Netanyahu, figura política central do sionismo contemporâneo, referindo-se ao campo do desenvolvimento cibernético de segurança/militar disse que “Israel receives 20% of total global private investment in cybersecurity, since we are approximately one tenth of 1% of the world population” e que hoje Israel é “the second world power in cybersecurity, surpassed only by the US”¹²⁵ (Boycott Divestment And Sanctions, 2018, p10). Vale a pena pontuarmos as ferramentas, mecanismos e práticas judaicas sionistas intensificadas brutalmente nessa forma

125 Tradução livre: “Israel recebe 20% do investimento privado global total em segurança cibernética, uma vez que estamos aproximadamente um décimo de 1% da população mundial” / “a segunda potência mundial em segurança cibernética, superada apenas pelos EUA”.

de neocolonização, favorecidas pelas possibilidades técnicas modernas e por sua relação com o império dos EUA, isso em relação ao “velho” neocolonialismo:

a) Encarceramento em massa e sistemático: Israel faz uso dessa forma de controle e domínio sobre população palestina. Os números são variáveis, segundo a organização de direitos humanos ADDAMEER - Prisoner Support and Human Rights Association (2023) são 5100 presos, sendo que destes 170 têm menos de 16 anos e pelo menos 33 são mulheres (Ilustração 33). A estimativa é de que “over 400,000 Palestinians have been incarcerated by Israel since the occupation began”¹²⁶ (Khalidi, 2020, p. 230).

As vítimas são manifestantes, lideranças institucionais como prefeitos, deputados, membros de organizações políticas contra a colonização, lideranças estudantis e juvenis, de movimentos culturais e religiosos, movimentos de mulheres etc. Israel usa de vários artifícios ilegais, ante ao direito internacional, impondo ao povo palestino tribunais militares, ausência de direito de defesa ampla e leis marciais. Assim, temos um arcabouço jurídico próprio para o colonizado; como exemplo gritante de violação de direitos humanos, as chamadas “prisões administrativas”, (TENÓRIO, 2019) em que o acusado é preso não possuindo acesso à defesa nem tampouco ao processo legal, não conhece sua acusação.

Tenório (2019, p.174) lembra que, “uma ordem de detenção administrativa pode ser renovada por tempo ilimitado”, ou seja, trata-se simplesmente de um sequestro e tortura sem paralelo no mundo. Segundo a ADDAMEER - Prisoner Support and Human Rights Association (2023) são 1264 prisioneiros em “prisão administrativa” (Ilustração 39).

Os julgamentos em cortes militares têm altíssima taxa de condenações aos palestinos, segundo a ONG - B'TSELEM, em seu documento Presumed Guilty: Remand in Custody by Military Courts in the West Bank (2015, p.7), as taxas de condenações de palestinos em tribunais militares israelenses chegam 99,9%. O sistema prisional israelense é privado e coloca sobre o prisioneiro parte dos custos de sua prisão, o que impõe uma forte pressão econômica sobre as famílias dos presos políticos.

As prisões desestruturam as organizações de resistência ao processo de colonização, funcionando como uma espécie de contrarrevolução profilática e permanente pela atomização. Penalizam duramente as famílias que passam pela angústia de não saberem onde estão seus familiares, suas reais condições de saúde ou vida e ainda sofrem a pressão econômica de perder alguém em condições de trabalhar, ao mesmo tempo que devem arcar com os custos de sua prisão. As famílias palestinas passam

126 Tradução livre: “mais de 400 mil palestinos foram encarcerados por Israel desde o início da ocupação”.

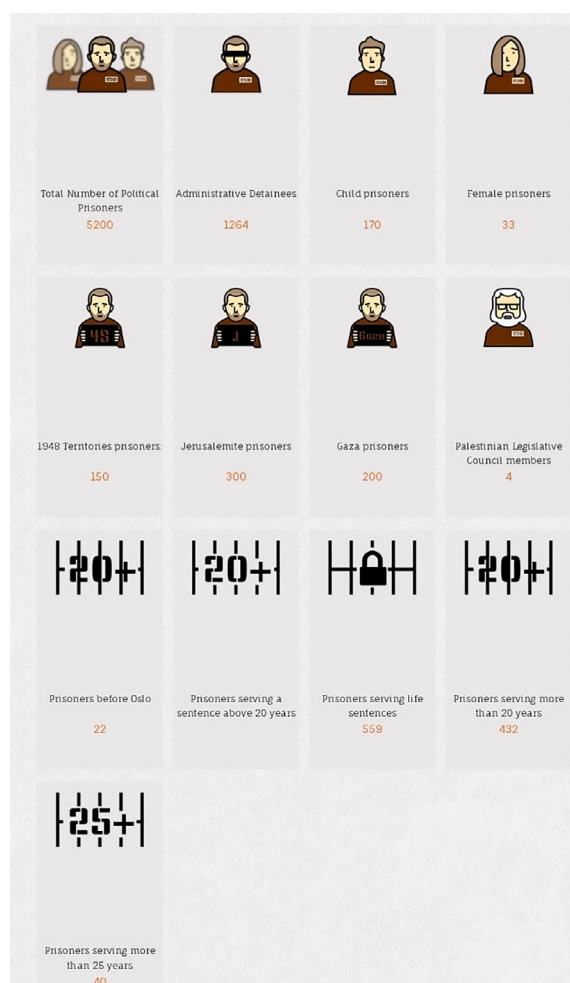
por constrangimentos, humilhações e assédios de todos os tipos imagináveis nos dias destinados às visitas aos prisioneiros.

É comum encontrarmos mais de um membro de uma mesma família preso, como constatamos em conversas na viagem de 2019, quase sempre em prisões distintas, para impossibilitar a visita a ambos. Isso acontece porque o dia de visita é o mesmo, o trânsito dos palestinos é interrompido por vários checkpoints e os documentos de permissão de passagem devem ser pagos e renovados em curto espaço de tempo, limitando a mobilidade a uma única localidade.

A luta dos presos políticos palestinos é um tema historicamente caro à OLP, o Conselho Central Palestino na sua vigésima sétima sessão ordinária dos dias 4 e 5 de março de 2015, em Ramallah faz como de prática referência a essa luta:

Décima: O Conselho Central saúda a luta dos prisioneiros e apela ao seu apoio: O Conselho Central saúda a luta dos presos, pede seu apoio em sua luta diária diante da repressão e das contínuas restrições contra eles nas prisões e centros de detenção, pede uma manifestação em torno de sua causa e seus passos de luta e trabalho para libertá-los.

Ilustração 39 – Prisioneiros palestinos: estatística de 19-09-2023.¹²⁷



Fonte: ADDAMEER. Disponível em: <https://www.addameer.org/statistics> .Acesso em 02/10/2023

b) O uso da violência aberta pelo exército israelense, que é também uma polícia colonial, é cotidiano. Não há virtualmente um único dia em que não existam prisões e/ou assassinatos. As pessoas mortas ou mutiladas constituem constantes avisos aos demais sobre o seu status de oprimidos e colonizados. Os assassinatos se dão sobre duas formas fundamentais:

- Não planejada: comum em rondas militares israelenses.

- Planejada e seletiva: tem como objetivo o assassinato de lideranças políticas capazes de organizar e dar sentido anticolonial à luta do povo palestino. A política de assassinato de lideranças palestinas é tão antiga que nos remete ao período do Mandato Britânico (KHALIDI, 2006), mas com a distinção de que antes as lideranças já eram conhecidas e consolidadas, como o caso do assassinato do proeminente

¹²⁷ Tradução livre: “Número total de presos políticos: 5200 / Detentos administrativos: 1264 / Crianças presas: 170 / Prisioneiras (mulheres): 33/ Prisioneiros os territórios de 1948: 150 / Prisioneiros de Jerusalém: 300 / Prisioneiros de Gaza: 200/ Membros do Conselho Legislativo Palestino: 4 / Prisioneiros antes de Oslo: 22 / Presos que cumprem penas de prisão perpétua: 559 / Presos cumprindo pena superior a 20 anos: 432 / Presos cumprindo pena superior a 25 anos: 40.”

intelectual palestino Ghassan Kanafani, em 1972, em Beirute (FAYAD, 2022). Agora, a ênfase é no assassinato de lideranças que estão emergindo, em uma clara mudança de perspectiva, para “assassinatos profiláticos”.

Além disso, as mutilações decorrentes de ação planejada por atiradores de elite, os quais miram nos joelhos ou com uso de balas de borracha alvejam olhos dos manifestantes, ações estas que estão dentro dessa mesma lógica “profilática”. Os assassinatos, mutilações e as prisões visam qualquer jovem liderança que possa vir a ser um referencial anticolonial na luta de libertação. O poeta palestino Mourid Barghouti lembra um jovem assassinado na Intifada e assim nos ajuda a dar vida aos números frios da morte de palestinos:

E o primeiro dever em Deir-Ghassana foi levar meus pêsames a Umm-'Adli. Adli era um aluno na escola de Deir-Ghassana. No auge da intifada, os soldados israelenses invadiram a escola para desfazer uma manifestação. Adli correu com os braços abertos para fechar o portão da escola. Um tiro no peito. Um tiro na cabeça. O sangue no ferro do portão, na grama e nas roupas dos colegas que o levaram carregado até sua mãe, sozinha desde então e para sempre sozinha nesse mundo. Já havia perdido a mãe, o pai e o marido. Vivia para Adli, seu único filho. Adli foi morto no portão. Na maior casa de Deir-Ghassana, a casa colada a Dar-Ra'd, na casa construída há quatro séculos, ninguém mora com Umm-'Adli, uma outra alma. Todos se foram. Sozinha. (Barghouti, 2006, p. 76)

Haesbaert, (2014, p.177), fazendo uso de Foucault, sintetiza esse movimento da “morte do outro significa o meu fortalecimento”, isto é, “não se trata apenas de garantir a segurança da “minha vida”, mas de evitar a proliferação da “raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal)”, no caso do palestino e dos que lutam pela libertação. A morte no processo neocolonizador tardio é não só hiperatomização do colonizado como também fonte de unidade do colonizador em suas práxis de limpeza étnica territorial da Palestina (LOSURDO, 2020).

Outra forma clássica de violência aberta é a de “alta intensidade” que serviu no passado como forma de expansão colonialista 1948/1967 (KHALIDI, 2006), destruição de infraestrutura e assassinato no Líbano 1978/1982/2006 e as internas ao território palestino no qual os ataques à Faixa de Ghaza são exemplos recorrentes. Esses últimos, inclusive com armas químicas ilegais como o fósforo branco usado sobre Ghaza, em 2009 (BUZETTO, 2015), intensificação de tropas militares de coerção, incursões em territórios palestinos destruindo plantações, propriedades públicas, casas, estradas, escolas, hospitais e prédios.

Diante dos sucessivos aumentos na escalada de violência aberta contra os palestinos e, em especial, os massacres contra a Faixa de Ghaza, sinalizam mudanças

na função social da guerra para o Estado de Israel. Não mais expansionista como foi, em 1949/1967/1973/1982, sobre a Síria, Egito e Líbano. A guerra cumpre hoje outras funções sociais:

a) Coesão social interna: a tática do inimigo permanente e comum é fundamental para a construção do tecido social israelense. Esse inimigo comum é tanto externo, como também interno, referindo-se aos palestinos com cidadania israelense, isto é, ele permite tanto a coesão quanto a paranoia necessária para que todas as atrocidades sugeridas e impostas aos palestinos sejam aceitáveis facilmente.

b) Treinamento militar constante: uma sociedade militarizada e belicosa precisa constantemente ser alimentada com escaladas de violência aberta. Além disso, o exército israelense cumpre, fundamentalmente, uma ação de polícia colonial, sendo que o aumento da escalada de violência aberta contra os palestinos permite o treinamento na função de guerra do exército, essencial para a manutenção militarizada de Israel e, até mesmo, para retornar a função de guerras maiores de expansão.

c) Ghaza como prisão-laboratório: A Faixa de Ghaza não é somente uma grande prisão a céu aberto dados os muros que a cercam, os postos de controle militar, as câmeras de vigilância, os informantes infiltrados, a impossibilidade de uso de seu próprio espaço aéreo e de sua costa marítima de forma livre. Ela é um laboratório para testar equipamentos militares, policiais, táticas de espionagem, de guerra, de tortura, novos armamentos, em suma, um campo de testes e experimentos de onde Israel retira seus “produtos industriais de segurança”.

d) A mensuração do poder de resistência dos palestinos: Escaladas de violência periódicas e planejadas permitem observar a resposta do povo palestino, exatamente o que as organizações de resistência são capazes de prover nesses momentos. No caso específico de Ghaza, os túneis que a ligam ao Egito permitiram trazer equipamentos militares em quantidade, possibilitando o aumento bélico da resistência armada palestina. Mensura a capacidade de recrutamento de combatentes nesses momentos e o nível de destreza destes, que tecnologia militar possuem em suas mãos e de onde conseguem tais armamentos, ou seja, essas “guerras” que são massacres têm a função também de desnudar as potencialidades da resistência palestina, no campo militar e político.

Para melhor entender a dinâmica espacial produzido pelo neocolonizador tardio para si mesmo o conceito de “espaço bolha” (HAESBAERT, 2021) pode ajudar-nos.

Ao carregarmos uma noção de espaço, as relações que ali se estabelecem entre os seres humanos e os demais seres vivos, entre a cultura produzida e a natureza etc. e ao mecanicamente universalizá-lo, naturalizá-lo, impô-lo artificialmente o colonizador judeu sionista produz um tipo de distorção clássica da ação eurocêntrica. Além, é claro, do efeito psicológico de reiteração produzido pelo espaço bolha. como diz o professor Rogério Haesbaert (2021, p.45): “reclusos em seus espaços-bolha de segurança e repetição”, isto é, reproduzem a espacialidade da Europa moderna capitalista na Palestina.

Na geografia da paisagem, no seu sentido mais tradicional como representação do espaço (HAESBAERT, 2014), as plantações de oliveiras nas montanhas palestinas com seus patamares, muros de pedra baixo não significam muito para o colonizador, que comumente as destrói. Por sua vez para a cultura palestina aquelas paisagens são testemunhas centenárias e até milenares da sua própria história, além de lugares no sentido de espaço vivido (HAESBAERT, 2014). Representam um recorte de unidade cultural da espacialidade, isto é, uma paisagem no seu sentido moderno.

É provável que os olhos desse colonizador bem “europeu” em sua dinâmica neocolonial, que vive permanentemente em seu espaço-bolha, que replica artificialmente a Europa, podem destruir (e o fazem!) tudo isso e plantar em seu lugar árvores da flora europeia, algo completamente impensável para os palestinos. Dizendo de outra forma, a relação com aquele território entre o neocolonizador e o palestino são completamente distintas. No fundo, o conflito é de duas racionalidades distintas ante a um mesmo território, um que lhe tem como histórico e outro que lhe traz de vantagem colonial.

O poeta Mourid Barghouti relata como a perda da Oliveira e do azeite se reflete na sua experiência cotidiana de exilado:

Quando abríamos nossos olhos, azeitonas e azeite eram coisas existentes na casa. Ninguém comprava azeitona ou azeite para seu consumo doméstico. Aldeia vendia para Ramallah, para a Amã, para o Golfo etc. Mas os habitantes traziam as azeitonas dos campos e azeite diretamente da prensa para os cântaros e barris, cujo conteúdo só diminuía perto da próxima temporada. Para o palestino é o presente do viajante. É a tranquilidade da noiva. É a recompensa de outono, tesouro secular das famílias. Alegria vespertina das camponesas e o orgulho das jarras. No Cairo, não deixava entrar azeite na minha casa, pois me recusava comprá-lo por litro. Nós pesávamos azeite em jarras! Ver azeite em pequenas garrafas verdes, como as de Coca-Cola, era motivo de zombaria. Quando o exílio se prolongou e a volta a Deir-Ghassana era impossível, tive de passar pela primeira e pequena humilhação ao enfiar minha mão no bolso para retirar dinheiro e pagar ao vendedor o preço de um litro de azeite. Naquele momento, cai em mim e percebi que Deir-Ghassana tinha ficado muito distante. (Barghouti, 2006, p. 75)

4.3. Os efeitos da espacialidade neocolonial sionista na luta de resistência e libertação socioterritorial da juventude militante palestina

Quando pensamos em um processo de hipersegmentação territorial com fronteiras estabelecidas e controle de fluxo do tipo apartheid, como acontece na Palestina, temos que ter em mente que o segmento / fragmento / compartimento pode conter uma composição social, cultural e religiosa muito diferente de outros. Assim a hipersegmentação e hiperfragmentação territorial é produtora de uma espécie de “nicho” político, social e cultural muito distinto para a luta de resistência e libertação, visto que um território como o da Palestina não é homogêneo em sua composição nem humana e nem natural, compartimentalizá-lo implica em criar condições muito específicas. O que os entrevistados apontam são elementos que constituem as justificativas para as distintas formas de resistência e luta de libertação produzidas, em diferentes segmentos do território palestino, sob domínio da neocolonização tardia.

Esses “nichos”, adaptando um termo da biologia, são distintos na expressão do tipo, forma de resistência e luta de libertação por uma série de elementos, sinteticamente apresentados assim:

a) A direção política hegemônica: dependendo da força da organização política hegemônica, sua visão influencia os rumos e formas de libertação e resistência da juventude, o caso da Faixa de Ghaza emblemático pela liderança do HAMAS e a luta armada.

b) A composição histórica cultural presente em determinado local, como exemplo, as comunidades beduínas do deserto de al Naqab, etc. influenciam as formas e conteúdo da luta de resistência e libertação.

c) A composição histórica religiosa presente em determinado local, como no caso os drusos, na fronteira com Golã, locais com forte significado religioso (escolas, monastérios e santuários) etc. influenciam as formas e conteúdo da luta de resistência e libertação.

d) As frações de classe presentes em determinado segmento territorial, os campos de refugiados (trabalhadores despossuídos) são claramente fontes de maior resistência política e luta de libertação do que as regiões que nunca foram intensamente subtraídas e que conservam uma burguesia árabe palestina, como algumas aldeias da região de Ramallah, por exemplo.

e) Regiões de maiores disputas territoriais com o colonizador, visto que são esses locais de maior conforto, ou seja, a intensidade do conflito

não é homogênea em todo o território e existem locais de maior ou menor enfrentamento. Al Quds e al Khalil, por seu significado, estão claramente dentro desses focos de conflito mais intensos. Assim como as novas colônias invasoras na região de Nablus desencadearam, em 2022 e 2023 maiores confrontos.

Pertencimento à determinada organização política que o jovem milita também influencia a possibilidade de sua expressão, dada pelo programa político e as táticas aceitas por aquela organização, como também pela perseguição do colonizador e não menos significativa da AP.

Para entrevistado Tulkarm, “a Palestina está dividida em três regiões desde 1948: em Haifa/Yaffa, a parte da Cisjordânia e a Faixa de Ghaza. Nessas três regiões a participação dos jovens ela é bem diferente”. Essa mesma divisão é lembrada pela entrevistada Akka, que usa o termo “território de 48” para referir-se aos palestinos que vivem em Israel como cidadãos de terceira classe, que equivale à divisão de Haifa/Yaffa do entrevistado Tulkarm. Diz Akka: “depende de qual juventude a gente está falando... A gente está falando do território de 48... Da Faixa de Ghaza... Ou da diáspora”.

É importante destacar em uma perspectiva descolonial (HAESBAERT, 2021) que, para os entrevistados, o Estado de Israel visto pelo ângulo dos palestinos, está sobre o território roubado da Palestina histórica, por isso os termos “território de 48” ou “Haifa/Yaffa”. A segmentação em Cisjordânia, Faixa de Ghaza, território de 1948, em campos de refugiados em países circunvizinhos e os das várias diásporas vêm sendo intensificada, como mostramos na seção anterior desse capítulo, pelo neocolonialismo – fragmentando muito mais, em especial, a Cisjordânia.

Em seus discursos são possíveis perceber que os entrevistados concebem diferenças da luta de resistência e libertação em cada uma dessas “regiões” descritas por eles. Tulkarm adiciona as razões pelas quais são diferentes no decorrer da sua resposta. Diz ele:

(...) Elas não são iguais, por exemplo, hoje em al Khalil a gente tem ainda uma identidade maior de resistência militar, já na Cisjordânia em Ramallah e Bayt Lahm mais ligada com a resistência cultural e social, pois estão sob direção da Autoridade Palestina, que ali se encontra. Então é muito diferente a participação dos jovens nessas três regiões. Não dá para fazer uma comparação exata entre eles. Já os jovens da Faixa de Ghaza diferem muito dos de Ramallah e Bayt Lahm, porque eles têm um objetivo mais militar, em relação ao armamento e treinamento... em relação ao tipo de resistência. Então os jovens das três regiões são diferentes por conta também de cada liderança que existe na região. A posição política dessa liderança também diferencia o objetivo de cada jovem nessas três regiões.

Ele salienta o papel da liderança política hegemônica em cada região favorecendo um tipo de resistência e luta distinta ligada, fundamentalmente, à visão de cada organização política.

Outro elemento que, na percepção do entrevistado se apresenta como fonte de distinção da forma de resistência e luta, é a própria colonização. O território não é homogeneamente atingido pela colonização, existem pontos de maior enfrentamento e tensão do que outros. O entrevistado Tulkarm complementa:

(...) Nessas cidades palestinas como Bayt Lahm e Ramallah, o confronto acontece quando a ação opressora de Israel é maior. Em Tulkarm não tem muita pressão israelense e já em Nablus por causa da construção de novas colônias israelenses a luta e resistência dos jovens é maior. Isso depende da região que o sionismo pressiona mais. Onde tem mais pressão israelense tem mais resistência, confronto e luta dos palestinos. Em Sheikh Jarrah que Israel quer invadir... quer ocupar... ali tem muito confronto e muita resistência palestina.

Na declaração da OLP, emitida pela reunião dos membros do Conselho Central Palestino de 9 de maio de 2022, enumeram-se alguns outros pontos maiores de conflito:

(...) e o que vem acompanhado de confisco e anexação de terras, limpeza étnica de seus proprietários e demolição de casas, especialmente em al Quds, como está acontecendo no bairro de Sheikh Jarrah e na cidade de Silwan; tentativas de tomar o controle da Mesquita Ibrahim¹²⁸ na cidade de al Khalil, e confiscar 22.000 dunams das terras da cidade de al Sawahrah al Sharqiya e al Nabi Musa, ao sul de Jericó, sob o nome de “reserva natural” (...)

Outro elemento que distingue as respostas dos jovens é o resultado dos acordos de Oslo, isto é, as áreas supostamente “controladas” pela AP, as que são conjuntas e as que são de controle somente de Israel. Essa distinção influencia a resposta dos jovens, na medida em que o confronto se dá com a AP ou Israel. Para ele “(...) depois temos também diferença nas regiões A, B e C de acordo com o controle palestino ou não da região”.

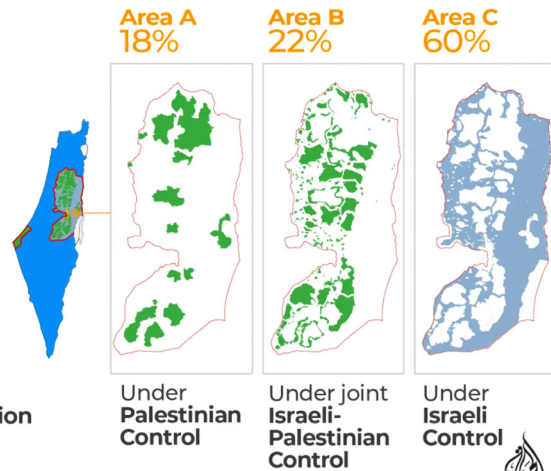
128 Mesquita do profeta Abraão em Hebron.

Ilustração 40 – Apresenta as áreas delimitadas como A (controle palestino), B (controle combinado entre Palestinos e Israelenses) e C (controle israelense).¹²⁹

1993 & 1995 Oslo accords

- Palestinian (under Israeli occupation)
- Israeli
- Area C - (Palestinian under Israeli control)

The occupied West Bank was **divided into three areas** - A, B and C - as part of the Oslo Accords, signed by the **Palestine Liberation Organization (PLO)** and Israel.



Fonte: Al Jazeera disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

A ilustração 40 representa as áreas que os acordos de Oslo I (1993) e II (1995) criariam como organização para uma “transição” rumo ao Estado independente da Palestina, no fundo nunca significou nenhum controle real sobre o território para os palestinos. A área A, que corresponde somente a 18% e deveria ser de total controle palestino, constantemente foi invadida por forças militares de Israel, assim como os recursos naturais da mesma, em especial, a valiosa água subterrânea que se manteve inacessível aos palestinos.

Usando apenas esse aspecto do controle sob esse recurso natural do território a organização de direitos humanos B’Tselem, em sua publicação sobre a política israelense do controle de água na Cisjordânia palestina, diz que “average daily per capita water consumption among West Bank Palestinians is significantly lower than that of Israelis: 82.4 liters in 2020”¹³⁰ (B’Tselem, 2023, p.7) e alerta que “70 Palestinian communities throughout the West Bank, numbering more than 100,000 people in total, have no running water”¹³¹ (B’Tselem, 2023, p.7). Essa realidade equilibra “to consumption in disaster zones: about 26 liters per capita a day”¹³² (B’Tselem, 2023, p.7) muito abaixo dos 100 litros per capita

129 Tradução livre: “1993-1995: Acordos de Oslo / Verde: Palestinos (sob ocupação israelense); Azul: israelenses; Cinza: Palestinos (sob controle israelense) / A Cisjordânia ocupada foi dividida em três áreas A, B e C como parte dos Acordos de Oslo assinados pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel./ Área A 18%, Área B 22 %; Área C 60%”.

130 Tradução livre: “O consumo médio diário de água per capita entre os palestinos da Cisjordânia é significativamente inferior ao dos israelenses: 82,4 litros em 2020”.

131 Tradução livre: “70 comunidades palestinas em toda a Cisjordânia, totalizando mais de 100 mil pessoas, não têm água corrente”.

132 Tradução livre: “ao consumo em zonas de desastre: cerca de 26 litros per capita por dia”.

dia recomendados pela OMS. Enquanto isso os colonos invasores israelenses na Cisjordânia consomem em “média 247 litros” (B’Tselem, 2023, p.6).

A respeito da divisão em áreas A, B e C, o poeta e intelectual palestino Mourid Barghouti escreveu sobre quem repousa o real poder e controle da situação:

O caminho é classificado como B, isto é, sobre a supervisão comum Palestina e Israelense, o que, na verdade, significa que o poder de fato é do soldado israelense. Disseram-me que isso acontece com todas as ruas entre as cidades e as aldeias palestinas. (Barghouti, 2006, p.104).

Na perspectiva de Akka:

(...) Uma juventude está em outro lugar, por exemplo, nasce na Cisjordânia você não pode falar que tem uma juventude dentro dos movimentos de libertação por causa do controle da Autoridade Palestina e da ocupação Israelense. Eles estão vivendo sob dois controles o da Autoridade Palestina e dos israelenses.

Um ponto que nosso entrevistado adiciona como gerador de diferenças na resistência e luta dos jovens é o campo de refugiados. O falecido líder FPLP George Habash dizia em uma alusão ao Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels (2017), “revolte-se, pois você não tem nada a perder a não ser suas correntes e suas tendas!”¹³³ (referindo-se às tendas de refugiados), isto é, os destituídos pela desterritorialização violenta têm no seu dominador comum uma re-territorialização precária sob tendas (à época) na condição de trabalhadores despossuídos não tendo “nada” ou muito “pouco” a perder. Nosso entrevistado Tulkarm declara:

(...) Outro exemplo é Qalandia¹³⁴ que é um campo de refugiados onde tem muito mais resistência do que os jovens das cidades como Ramallah. Esses jovens de Qalandia resistem muito mais a Israel e a própria Autoridade Palestina, do que os jovens que estão morando nas cidades. Esses não têm tanto a questão da resistência, como esses jovens que estão hoje morando nos campos de refugiados.

Tulkarm explicita a distinção das organizações políticas e a participação de jovens dada à segmentação política palestina. Um povo que possui diferenças de classe, gênero, cultura, religião etc. expressa essas distinções em organizações com projetos distintos somados à ação direta do neocolonizador, sobre os rumos das organizações (assassinatos seletivos, prisões, ataques em locais religiosos para ter uma resposta religiosa dos palestinos etc.) afirma:

133 Disponível em: <https://www.counterfire.org/article/israeli-forces-on-a-killing-spree/> . Acesso em 4/10/2023.

134 Nome de um campo de refugiados na Cisjordânia. Em árabe: قلنديا

Volto para a questão das diferenças entre as regiões e os partidos que dominam ou estão ou não presentes nelas. Começo pela FPLP... nela os jovens têm muito pouco espaço e de uma forma geral ela está sempre vigiada por Israel e pela Autoridade Palestina... o que dificulta a atuação política dessa juventude como de todo o partido e seus políticos sofrem isso. Qualquer jovem que na Cisjordânia, declaradamente, se assumir do Hamas ou da Jihad islâmica é preso. Porque ali é proibida qualquer forma de apoio a essas duas organizações. Já da FDLP tem o apoio da Autoridade Palestina e então os jovens acabam tendo mais espaço de participação política do que em relação a outro como FPLP que é vigiada, boicotada. Na Faixa de Ghaza, por causa da opressão israelense e pela ideologia islâmica os jovens de todos os partidos políticos têm uma liberdade maior de exercer as suas políticas, mais livremente em relação a Cisjordânia. A Faixa de Ghaza também tem limites dados pela força do HAMAS, mas acaba tendo um espaço maior para os demais partidos atuarem e suas juventudes serem organizadas.

O entrevistado deixa claro nessa fala que determinadas organizações são aceitas ou toleradas pelo processo de colonização, na medida em que suas formas de resistência e luta não se constituem perigo importante para Israel. A perseguição política entre os próprios palestinos é algo obviamente incentivado pelo neocolonizador sionista. O estabelecimento de relações de proximidade com aquelas organizações políticas palestinas que traem outras, o que inclui incentivos financeiros, a não perseguição a membros daquela organização por parte do exército israelense, o controle e o repasse dos impostos arrecadados dos palestinos entregues a determinadas organizações e a outras não, são maneiras de fazer com que as fraturas políticas palestinas sejam maiores.

Para Akka, a respeito da Faixa de Ghaza:

(...) na Faixa de Ghaza ainda as coisas são mais complicadas, porque uma comunidade é tão complexa, na forma psicológica... não tem um ambiente saudável para ter os movimentos. Se tem movimento de libertação tem que ser com o HAMAS ou Jihad Islâmica.

O entrevistado Tulkarm também adiciona a questão da tradição e religião sobre a participação das mulheres:

(...) Em compensação para as mulheres é pior na Faixa de Ghaza, do que na Cisjordânia. Na esquerda de maneira geral, as mulheres têm um papel grande. Tantas nas cidades de Nablus, Ramallah, Bayt Lahm... elas têm um papel importante na resistência... fazem protestos e estão nas ruas protestando. Na esquerda palestina, elas têm um papel maior, mas tem cidades como Tulkarm que tem uma cultura islâmica forte e é mais fechada... o espaço político das mulheres diminui. Em cidades como Nablus, Ramallah, Bayt Lahm... é maior... tem mistura maior com cristãos.

A religiosidade é uma das dimensões importantes na resposta de resistência e libertação palestina. A Palestina é reconhecidamente o berço das três mais importantes religiões monoteístas e as implicações desses lugares sagrados nas formas de manifestações políticas são importantes. Assim, não é comum, na tradição islâmica, as mulheres aparecerem em manifestações abertas, exceto nas posições de mães e em grandes manifestações conjuntas. Existem segmentos/ fragmentos/ compartimentos territoriais na Palestina que incluem centros de formação religiosa centenários como monastérios, centros de ordens religiosas e eles podem possuir grande influência sobre sua localidade, refletindo obviamente na expressão política das mulheres na luta de libertação.

Isso não significa dizer que as mulheres islâmicas não participam do processo de resistência e luta de libertação, contudo o fazem de outras formas. Enquanto as manifestações públicas nas cidades cristãs palestinas são, claramente, mais densamente povoadas de mulheres em comparação aos locais de forte significado religioso islâmico.

Em relação às diferenças culturais entre os árabes sedentários e os beduínos (nômades) o entrevistado Tulkarm assim se manifesta:

(...) Na minha região, de Tulkarm, não se encontram beduínos. Eles estão mais em outra região. Além disso, existem aqueles que estão politicamente com Israel e os que estão com os palestinos. Esse é um assunto complexo, pois os beduínos são pessoas simples com um tipo de vida próprio... uma cultura própria... vivem nas montanhas e, socialmente, longe das cidades. O local na Palestina que hoje mais têm beduínos é Ariha. Existem locais que os israelenses estão tentando expulsá-los de suas terras, aldeias e casas... lá existe resistência. Mas também tem esse grupo de beduínos que ajudam a Israel a expulsarem os outros beduínos. O que gera migração e resistência... é um problema complexo e contraditório que teria que estudar mais. Não acontece na minha região.

Observe que o território não é homogêneo, os beduínos estão em alguns poucos locais, ainda assim essas localidades estão compartimentadas ou com importantes discontinuidades entre si. Para o entrevistado Yaffa apesar das diferenças, existe unidade na reivindicação:

Lá os jovens são culturalmente diferentes, é possível perceber quando um palestino é um árabe beduíno ou não... são mais urbanos. Mas quando eles estão juntos eles são todos os palestinos... Foi assim que uma amiga me ensinou. A gente às vezes culturalmente é bastante diferente... até as distâncias geográficas entre nós também existe... Eles vivem no deserto com pouco acesso e nós nas cidades com mais acesso as tecnologias, mas somos todos palestinos e exigimos os mesmos direitos.

Deve-se ter em conta a distinção da situação dos palestinos dentro de Israel, os quais têm também direitos negados (KHALIDI, 2020). Para nosso entrevistado Tulkarm:

Para aqueles que são chamados de cidadãos israelenses... na verdade não são. Eles têm passaporte, identidade e papeis, mas são vistos como pessoas secundárias dentro da sociedade. Eles pagam impostos altos... a vida deles é muito complicada lá. E os desafios que eles enfrentam, por vezes, são maiores do que os desafios que outros pareciam enfrentar, tanto dentro da Palestina quanto fora, no Líbano, na Síria, em outros lugares.

A entrevistada Akka discorre acerca da repressão sofrida pelos palestinos dentro de Israel:

(...) Dentro dos territórios de 48 não dá nem para dizer que existe movimento de libertação... se tem é tudo escondido... são pessoas soltas, que trabalham por isso não têm movimento, têm grupos e coletivos, mas são bem controlados pela Autoridade Israelense. Normalmente são proibidos de fazer determinados estudos como mestrado e doutorado ou, por exemplo, pela operação de segurança israelense. Que leva eles para as prisões que pode dar até 10 anos.

O mesmo em relação à repressão a esses palestinos é lembrado pelo entrevistado Yaffa:

Esses são palestinos que vivem dentro de Israel, de carteira de identidade azul. Eles continuam sendo palestinos, (...) sofrem várias formas de violência, diferente da segregação de Apartheid... mais sofrem.

Quando se analisa a situação dos palestinos em campos de refugiados em países árabes circunvizinhos, a situação se torna mais complexa, pois muitos deles vivem questões específicas nesses locais e possuem, além da reivindicação histórica do direito do retorno a seu território histórico, situações cotidianas de repressão, dificuldades econômicas. O entrevistado Tulkarm lembra o caso do Líbano "(...) lá existe demandas específicas que eles lutam... como não poder comprar casa própria... ter título de propriedade".

A entrevistada Akka comenta o caso sírio:

(...) na diáspora, as coisas são mais complexas, pois estamos falando dos campos da Síria, por exemplo, estão sofrendo uma segunda diáspora. Depois que aconteceu as coisas nos campos de refugiados por causa do Regime do Assad. Eles ficaram mais separados no mundo a ponto de hoje a gente está vendo Berlim, se tornar um centro bem importante para os palestinos, na Europa. A ponto de as pessoas dizerem que Berlim é a capital dos palestinos da diáspora de tanto que isso se tornou importante.

A percepção de Akka sobre a juventude na diáspora na América Latina:

(...) Quando se pensa na juventude na América Latina tem uma lavagem cerebral grande, porque todos são controlados pela Autoridade Palestina. Defendendo dois estados para não perder a terra inteira e é mais cultural, mais para preservar a identidade do que propriamente para lutar para libertação da Palestina.

No caso restante das diásporas (no plural), pois foram várias ao longo do tempo, há aqueles que se mantiveram unidos nos países circunvizinhos em campos de refugiados, com status muito distinto em cada caso, mas conseguindo manter uma identidade forte, devido às condições comuns em que viveram e vivem: desterritorialização violenta pelo neocolonizador judeu sionista, re-territorialização precária, posição de refugiados palestinos, alto níveis de desemprego, precariedade de moradia etc. desejo de retornar à Palestina. Os demais palestinos que se espalharam no mundo vivem condições muito distintas.

São os campos de refugiados em países árabes circunvizinhos que Israel fez tudo que estava ao seu alcance para desmontá-los, pois sabia do seu sentido de luta e do direito de retorno que eles representam. Destruí-los ajuda no enfraquecimento da pauta do retorno pela invisibilização do refugiado, além de reduzir o risco das guerrilhas palestinas que se formavam nesses locais. Os massacres de Sabra e Chalita no Líbano, em 1982 (KHALIDI, 2014), já estavam ligados a essa percepção do colonizador, assim como a pressão para o “Setembro Negro”, na Jordânia, também o fora (KHALIDI, 2006).

4.4 A unificação pela luta de resistência e libertação como antítese à neocolonização

Em uma perspectiva histórica, os palestinos tiveram que constituir uma identidade nacional (KHALIDI, 2010), em território recortado pelas potências imperialistas, onde a ideia de nação no seu formato europeu não tinha raízes. Nesse sentido, a identidade “nacional” palestina foi inicialmente uma resposta ao invasor europeu, isto é, foi do contraste abissal diante do colonizador que se fez importante apresentar uma identidade palestina “nacional” (KHALIDI, 2010). Mais ainda, diante da necessária construção idealizada da superioridade do europeu, como justificativa inclusive moral da colonização frente ao árabe, idealizado e construindo como inferior que a resposta nacional surge (ARBEX JUNIOR, 1997). Isso, pois antes, no antigo mundo árabe sem

as fronteiras modernas impostas na Palestina ou sob o Império Turco-otomano, não fazia sentido a definição de uma identidade “nacional” em um território “contínuo” comum. Isso significa que a noção de povo e território palestino já existiam há milênios, contudo sem a formatação moderna europeia de nação.

Nenhum palestino era tratado como inferior, menor, oprimido etc. nem tampouco se via ante aos outros árabes, que hoje constituem os países circunvizinhos, como estrangeiro / alienígena. Os árabes não tiveram a necessidade de uma formação de fronteiras como na Europa. O que produziu, por exemplo, a figura fantástica de Ibn Battuta o viajante que percorreu vastas terras sobre o domínio do Islã e além desse (HOURANI, 2001). A própria penetração política do nacionalismo árabe (KAZZIHA, 1975) sempre defendeu, ao menos discursivamente, e até tentou no caso nasserista, unificar os árabes ante “ao outro estrangeiro, explorador e dominador”. A questão nacional palestina teve primazia dada a ação de limpeza étnica perpetrada pelo colonizador, sobre outras dinâmicas como a luta de classes interna a sociedade palestina.

Se a identidade nacional só se mostrou necessária ante ao invasor belicoso, ela é crucial para a unidade na luta de resistência e libertação contra esse mesmo invasor. Não é à toa que aparece repetidamente, ao longo das entrevistas, juntamente com a percepção da necessidade de unidade entre os palestinos. A entrevistada Akka ao descrever os desafios do movimento de libertação socioterritorial palestino “(...) segundo desafio reunir os palestinos das diásporas, pois a gente está chegando a quase 8 milhões de refugiados... nós estamos divididos... entre uma diáspora e outra (...)”. Para o entrevistado Yaffa a questão da unidade aparece da seguinte forma “(...) a gente precisa contatar-se mesmo longe um dos outros, organizações de libertação na Palestina e organizações no resto do mundo... Se unir mais para aparecer mais na mídia”.

Apesar dos efeitos deletérios do processo de neocolonização, das várias violências e das diferenças internas dos palestinos, a resposta que a resistência e a luta de libertação produzem é a unidade. Unidade que encontra ecos (mesmo que frágeis e dispersos) na tradição cultural árabe milenar da “Ummah”, no pan-arabismo, no nacionalismo árabe e nas lutas de libertação dos outros povos árabes. Durante as entrevistas transparecem essa visão da necessidade de unir, seja politicamente, pelo direito de retorno, territorialmente à Palestina, hoje hiperfragmentada e hipersegmentada pelo neocolonialismo tardio etc. Para Tulkarm “o que unifica os palestinos é a luta pela Palestina, porque a vida dos palestinos fora é muito complexa e distinta”.

Para o entrevistado al Quds:

(...) Quero dizer resumidamente o que unifica esses jovens é o seguinte... independentemente do partido político ou da visão ideológica e política é o seguinte: al Quds Oriental, a Mesquita de al Aqsa e as Igrejas da Natividade e do Santo Sepulcro é isso. Isso unifica o povo palestino e não a discórdia em torno disso e, obviamente, o direito de retorno para os refugiados palestinos.

O entrevistado Ghaza resume “a maioria dos jovens tem um objetivo em comum libertar a terra Palestina. Eu sacrificaria minha vida e meu dinheiro pela Palestina. O que nos une é a libertação da Palestina”.

Já o entrevistado Yaffa complementa:

A cultura unifica todos. A cultura, vontade de existir, as raízes que são bastante entrelaçadas, porque toda a história da Palestina é passada de geração para geração. Todos os fatos, relatos... são repassados e ficam marcados na gente. (...) Essa ideia de que somos diferentes, somos palestinos e lutamos pela mesma causa. Somos diversos, mas lutamos pela mesma causa... Essa irmandade... Estamos na luta, porque meu avô pediu para que a gente lutasse para libertar a Palestina.

A identidade nacional palestina é parte da resposta a uma questão central da resistência ao processo de colonização sionista, a saber: um povo que sabe “quem é”, que sabe “o seu lugar no mundo” e que tem “raízes profundas nesse lugar” não se desfaz facilmente (KHALIDI, 2010).

Em tom de brincadeira a entrevistada Akka responde sobre o segredo da unidade “se eu soubesse esse segredo... eu faria”. O “segredo” é na verdade uma tarefa gigantesca. A práxis concreta de resistência e libertação contra a neocolonização judaica sionista tardia terá que “equacionar” as fissuras internas da sociedade Palestina, seja aquelas criadas pelo processo de colonização, seja as próprias de seu desenvolvimento histórico. A ideia de separar/ dividir para conquistar e dominar é central nas práxis neocolonizadora. Em contrapartida, cabe à luta política de libertação a capacidade de aglutinar, articular e formar unidades consensuais sob uma psicoesfera e contextos quase sempre muito adversos – o que é sempre um exercício mais difícil.

Unir o conjunto de um povo em diásporas pelo mundo afora, nos campos de refugiados dos países árabes circunvizinhos, nos territórios históricos da Palestina pela colonização que hipersegmenta / hipercompartimenta e subtrai a riqueza do espaço do colonizado é a tarefa posta aos palestinos. Unir um povo que tem diferenças de classes, gênero, religiosas etc. e por conseguinte, diferentes projetos de sociedade em torno da luta concreta e verdadeira de libertação anticolonial demonstra não ser uma tarefa fácil.

Os palestinos terão, mais cedo ou mais tarde, de estabelecer acertos de contas interno com aqueles setores de sua sociedade que buscam sempre relações de normalização com Israel, que se desnudaram a partir de Oslo como subservientes / colaboracionistas do colonialismo, com as organizações políticas, que defenderam e defendem ferozmente essa via das negociações, mesmo diante seu fracasso (para o povo palestino) e sucesso (para o neocolonialismo tardio israelense). No fundo, os

palestinos terão que olhar para si mesmos e não apenas para o inimigo em comum e traçar, claramente, quem são política e socialmente os setores dispostos a resistir e libertar a Palestina e quem, por outro lado, são empecilhos a esse ato. A unidade será dada pela fusão da luta interna contra os setores colaboracionistas e externa contra Israel, o imperialismo e seus aliados na região.

Quando observamos outros movimentos de resistência e libertação nacional de caráter anticolonialistas, podemos constatar que, por vezes, a luta interna contra as frações articuladas com o colonizador se deu de forma mais explícita e marcante, como o caso chinês com a divisão exteriorizada pelos comunistas versus nacionalistas (POMAR, 2003), o vietnamita ante os colaboracionistas (sintetizados no governo do sul) e comunistas (VISENTINI, 2016). Em ambos os casos a direção contra-hegemônica nos processos de descolonização foram comunistas e o sentido de luta de classe, em consequência, esteve na pauta central dessas lutas; mesmo por que os “nacionalistas” de matrizes à direita se articularam com o colonialismo e sua política sempre desembocou em acordos com o colonizador (AMIN 2021).

As forças comunistas, em ambos os casos citados, foram as mais consequentes com uma visão “nacionalista”, no sentido de expulsão completa do colonizador e a tomada de suas atividades para si. No caso palestino, a força hegemônica de seu movimento não foi comunista, o FATAH nunca estabeleceu uma leitura interna ao movimento tendo em vista a luta de classes e, por conseguinte, de projeto de sociedade socialista futura e de luta contra as frações palestinas que impedem essa construção e a libertação.

Como escreve Samir Amin (2021, p. 241) o “movimento radical de libertação nacional é igualmente a expressão de uma vasta aliança social que envolve as classes populares”, nesta vasta aliança a burguesia “encontrou-se com frequência no campo do compromisso precoce com o imperialismo”. O que nos faz retomar um clássico da política, o notório intelectual e político russo Lênin, nas suas famosas teses de abril (LÊNIN, 2017) já avisava que a burguesia periférica era débil na sua capacidade revolucionária, a ponto de a revolução burguesa esgotar-se aos seus olhos, no que poderia ter de saldo positivo, em poucas semanas naquela Rússia de 1917.

A posição dependente, periférica, com maior associação e integração ao grande capital – dada a financeirização (HARVEY, 2005) que vivemos – faz desta fração de classe palestina uma negociante de seus interesses particulares com Israel, por cima/ pelo alto, em detrimento dos setores populares palestinos.

Temos que ponderar que no desenvolvimento da questão palestina visto seus elementos particulares levaram a dificultar a visualização do sujeito coletivo de classe no processo de luta, isto é, a compreensão de pertencimento de classe, essencial

para a consciência de classe ficou mais difícil de ser aprendida pelos palestinos. A Nakba foi um evento tão traumático que produziu uma sensação de unidade dos despossuídos (KHALID, 2010), criou uma unidade “nacional”, porém essa unidade “ocultou” a origem de classe dos despossuídos e, pior, da metade da população palestina que não foi expulsa de suas terras.

Os refugiados em tendas viram suas histórias se congregarem ao denominador comum real, esse sentimento unificou o conjunto e o solidarizou como povo (KHALID, 2010), contudo “escondeu” as diferenças. A própria necessidade de afirmação constante da unidade, frente ao risco concreto da ação neocolonizadora através da Nakba de destruir o tecido social do povo palestino, levou a esse afastamento do debate das diferenças internas e da luta de classes.

Também não podemos perder de vista que o conjunto do mundo árabe respondeu ao imperialismo e ao colonialismo, sem forças potentes que incluíssem a luta de classes interna a seus países no centro de suas ações. O nacionalismo árabe foi hegemonicamente de matriz à direita (ROGAN, 2021), isto é, “conservador” por mais que quisesse a expulsão dos colonizadores, não queria e temia uma revolução social interna.

Essa desarticulação fez desses “nacionalismos” forças vacilantes (AMIN, 2021) e as matrizes “nacionalistas” à esquerda, que incluíssem a luta de classes na equação de libertação anticolonial, foram minoritárias, ainda que no caso palestino, tiveram um peso relativamente maior do que no conjunto dos países árabes – o MNA foi responsável por essa força relativamente maior à esquerda (KAZZIHA, 1975). É preciso apontar que o nacionalismo árabe, em países-chaves, vinha assumindo formas relativamente mais à esquerda, quando se tornou obviamente “intolerável” ao imperialismo e às burguesias internas.

O caso do Nasserismo é um bom exemplo disso, anticomunista em seus primórdios, caminhou para posições políticas mais à esquerda aproximando-se da URSS, durante a guerra fria (KHALIDI, 2009) e não foi à toa que se tornou indesejável ao imperialismo estadunidense, a Israel e às burguesias árabes. A retirada do Egito da órbita de influência da URSS é parte da dinâmica geopolítica da guerra fria, dentro da concepção dos EUA para a região (KHALIDI, 2009) sintetizada na fala, em 1975, do então secretário de estado Henry Kissinger “the Arabs cannot make war without Egypt or make peace without Syria”¹³⁵ (Mohammed, 2016, p.6).

Outro elemento é que a hiperfragmentação do povo palestino gerou a necessidade política de apelo pela unidade, como necessária a tentativa de rompimento e destruição do tecido social palestino, tentado pelo colonizador como uma Nakba contínua, desde 1948 (KHALIDI, 2006). Essa necessidade política imperativa de

135 Tradução livre: “os árabes não podem fazer guerra sem o Egito ou fazer a paz sem a Síria”.

unidade para sobreviver como povo, secundarizou por muito tempo o debate interno da sociedade palestina, que está agora mais do que nunca na ordem do dia. Isso, pois as negociações foram abertas na perspectiva de normalização de relações com Israel (SHARIF, 2009) com abandono da luta de libertação do rio ao mar (todo o território) e ainda, à medida em que Israel não cumpria nada importante dos acordos, como também ampliava a criação de novas colônias, áreas militares e tantas outras formas de controle/ roubo nos territórios ocupados – foi ficando cada vez mais visível e claro o papel entre os palestinos dos que sustentavam, de forma subserviente e colaboracionista, essa posição em relação a Israel.

O processo de negociação de Oslo aos dias atuais, expôs os setores palestinos que não querem enfrentamento com Israel, mesmo com o rompimento dos acordos e com o avanço da neocolonização – isso é algo novo e os futuros desdobramentos serão fundamentais para o movimento nacional.

A luta palestina é uma afirmação de uma variante cultural do gênero humano, uma das faces árabes do mundo que carrega consigo, na sua resistência e nos seus apontamentos de alternativa, todas as dignidades dos povos que lutam e lutaram contra a expansão colonialista da Europa e dos demais países centrais economicamente. Não é à toa que a solidariedade à causa palestina é vista mundo afora, nutre e é nutrida pela luta do povo palestino (FAYAD, 2022).

Os palestinos poderiam ter sido um povo extinto da Terra, essa palavra “Palestina” poderia ser algo incompreensível para nós, dada a violência que se abateu sobre esse povo. Contudo os palestinos foram aqueles que lutaram contra Mandato Britânico e os sionistas bravamente (KANAFANI, 2015); a Nakba de catástrofe planejada se tornou uma fonte de unidade entre o povo que criou a OLP e dezenas de organizações (KHALIDI, 2010); a perda construída pelo imperialismo estadunidense de seu principal apoio externo à época – o Egito; acreditaram que a luta palestina morreria em decorrência disso; se reorganizaram na Jordânia, produziram o “Setembro Negro” e acharam que destruiriam a luta; os palestinos se reestruturaram no Líbano, eclode a guerra civil e vem a invasão criminosa de Israel ao Líbano, sedenta por destruir a luta palestina; com a OLP indo para Tunísia acharam que esse isolamento planejado acabaria com a luta palestina (KHALID, 2006); então o povo palestino inventou uma revolta de pedras – a Intifada e mais outra, etc. veio a Marcha do Retorno... e novos focos de guerrilhas em Jenin e Nablus, demonstrando que a luta palestina sempre ressurgiu ante a crença de seu fim pelo neocolonizador.

Israel se vangloria de seu poderio militar, inclusive nuclear, de sua ligação umbilical com o império estadunidense que a suporta, mas a verdade é que o povo

palestino não foi derrotado. E quem fechou todas as portas de “outra via”, que não a da violência, foi claramente Israel, a ponto de o velho Fanon nos clarividenciar o caminho que nos resta:

Explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser tomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmantelar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras, serão construídas vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é sem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la do território. (Fanon, 2005, p.57)

Derrotar o projeto colonizador é a única via real de construção de uma paz duradoura e legítima na região. A esperança de luta em um futuro de plena e profunda dignidade para todo o povo o palestino passa necessariamente por “explodir o mundo colonial”.

5. Considerações finais

Nesta pesquisa, o objetivo geral foi compreender os papéis, atuações e percepções que uma juventude militante palestina desempenha no movimento socioterritorial resistência e libertação da Palestina, assim como sua avaliação de rumos e perspectivas de futuro. Nesse sentido, conseguimos sintetizar vários elementos, leituras, ações, percepções e debates importantes para a juventude militante nos rumos da causa palestina, no início desse século. Conseguimos captar claramente vários efeitos perversos da neocolonização judaico sionista na Palestina que incidem dramaticamente sobre a juventude palestina. Demonstramos o quanto a juventude militante palestina com quem dialogamos é ativa e reativa aos rumos do processo geral de luta de resistência e libertação, além de captarmos as críticas que esses jovens fazem ao seu próprio movimento tencionando, permanentemente, o melhoramento de sua práxis.

Quanto aos objetivos específicos conseguimos analisar os documentos selecionados da OLP, que influenciam o setorial da juventude, trazendo à tona as posições OLP/AP tanto no seu âmbito discursivo (documentos analisados) como também nas suas ações práticas expressas pela juventude militante entrevistada e bibliografia de apoio. Analisamos as entrevistas semiestruturadas de jovens militantes ligados ao movimento de libertação socioterritorial da Palestina captando suas percepções e demandas específicas.

A questão da Palestina não é, senão, mais uma criação da era do capitalismo – fruto de sua dinâmica central de acumulação que subordina, domina, explora, tudo o que denomina e lhe faz periférico. Sua invenção está ligada, umbilicalmente, ao imperialismo (LENIN, 1979) e seu neocolonialismo dos séculos XIX e XX que, em síntese, foi consequência direta de uma nova onda de expansão e acumulação do capitalismo central buscando: matérias-primas, mão de obra barata e, principalmente, mercado consumidor (exportação de capitais).

Ao mesmo tempo que esse movimento neocolonialista possibilitou a modulação da luta de classes internamente ao centro do capital, seja pela expulsão do excedente populacional para além do necessário exército de reserva, também possibilitou “negociar” ganhos com a classe trabalhadora interna dos países centrais (Estado de bem-estar social).

Podemos responder: quem são os palestinos? São aqueles que não foram derrotados pelo neocolonialismo tardio judaico sionista sustentado pelos imperialismos, notavelmente o Britânico (no passado) e o Estadunidense (no presente) (KHALIDI, 2006, 2009). Um povo que possui uma potência acumulada

há mais 75 anos, tendo como referência a Nakba, de uma riquíssima resistência política e imensa práxis emancipatória – armada, poética, greves, passeatas, não violenta, literária, artística, diplomática etc.

Enquanto os palestinos estão fadados a lutar pela sua liberdade e território, aos judeus sionistas resta o papel de colonizadores, por conseguinte, de exploradores e opressores. O professor Emir Sader (2018) sintetiza de forma brilhante o significado da causa palestina ao dizer que “a Palestina, pela luta de seu povo, tornou-se o epi-centro mundial da dignidade”.

O anúncio da anexação da Cisjordânia e do Vale do Jordão, em 2020, não é nada mais do que afirmação de que nunca existiram “processos de negociação para a paz”, que o mediador político (Estados Unidos da América) sempre foi um país atuante e aliado de primeira ordem de Israel, a exemplo da proposta do governo Trump (“acordo do século”). Aqueles palestinos que apostaram sinceramente todas suas fichas no movimento de negociação aprenderam a dura lição de que não se negocia com quem nunca deixou de ser racista, expansionista, militarista, opressor e colonizador. É impossível a existência de um Estado palestino ante a uma estrutura e uma entidade como é Israel. As falsas promessas desenhadas em toneladas e toneladas de papéis sem valor algum dariam, no final das contas “se cumpridas”, aos palestinos não mais de que um pequeno território, todo dividido e descontinuado, cerceado em todas as formas por inúmeras restrições.

A OLP, que havia abdicado de suas posições de origem para se adaptar as tentativas de negociação diplomáticas, se vê, na atualidade, imersa em uma crise. Essa é uma das grandes derrotas dos palestinos nesse processo, pois a OLP sempre foi um grande farol da luta, o uso de sua credibilidade para os acordos foi algo festejado pelo neocolonizador, pois esse sabia que seria uma forma eficaz de enfraquecê-la. O famoso intelectual marxista árabe Samir Amim escreveu sobre isso:

Hoje, mais do que nunca, em conjunto com a implementação do projeto do “Grande Oriente Médio”, dos EUA, os direitos palestinos foram abolidos. Ainda assim, a Organização para a Libertação da Palestina - OLP aceitou os acordos de Oslo e Madri e o roteiro elaborado por Washington. É Israel que abertamente voltou atrás em seu acordo, e implementou um plano de expansão ainda mais ambicioso. O resultado disso foi um enfraquecimento da OLP: a opinião pública pode, com razão pela ingenuidade de ter acreditado na sinceridade de seus adversários. (Amim, 2020, p.87)

No entanto algo novo surgiu nesse processo, pois ele ajudou a desnudar a posição de classe em favor da normalização com Israel por parte da sociedade palestina, notavelmente da sua burguesia. O que pode colocar no centro do debate do futuro do movimento palestino, pela primeira vez desta forma, a questão interna de sua própria sociedade.

Oslo também é a demonstração cabal de que o sionismo não pretende ceder nem sequer a um “Estado palestino” controlado, fraco, debilitado e raquítico. Nesse sentido, revela que todas as formas de diálogo, incluso o submisso, foram fechados pelos sionistas. Oslo é um reflexo da acomodação de classes na qual a burguesia árabe palestina, em especial, a não expulsa e que não perdeu suas posses, que hege- moniza um bloco histórico com setores das camadas médias – sobretudo a burocracia do Proto-Estado palestino – e com mesmo de setores da classe trabalhadora atrelada à rede de assistencialismo e clientelismo, (re)produzida por esse bloco na direção de normalizar relações com Israel. A burguesia palestina se vê, inicialmente, dentro da grande luta de resistência do povo palestino, impactada pelo terror da Nakba, contudo depois, paulatinamente, recua durante a evolução dos enfrentamentos diante da compreensão de que derrotar Israel não seria um ato fácil.

O recuo se vinculou, também, às mudanças de cenários como a destruição do Pan-Arabismo, o enfraquecimento do Movimento dos Não Alinhados e a queda do Bloco Socialista, que refletiram em enfraquecimento dos setores de luta do povo palestino. Essas acomodações da burguesia palestina levaram a negócios comuns, acertos e diá- logos com os sionistas de forma aberta e pública. Tais setores formaram um bloco his- tórico que forçou também o deslocamento político conciliatório da principal organização palestina, o FATAH e, por conseguinte, da própria OLP. Oslo é o acabamento final desse processo de esvaziamento do teor de luta da burguesia árabe-palestina, como o fora da antiga grande aristocracia rural anterior à Nakba – rifando, abandonando elementos poderosos da causa palestina, em favor, de negociatas pelo alto.

Nossa pesquisa apontou que a juventude, como categoria social, transpassa- da pela dimensão política militante se mostrou, no caso palestino, profundamente engajada e politizada no que tange aos desafios da luta de libertação socioterritorial do seu povo. Essa juventude traz consigo o legado de um passado de luta, a qual lhe serve de riqueza de táticas, formas, maneiras de construção de movimentos, tipos de organizações distintas etc., mas também de uma autoestima positiva. Em uma luta política extremamente marcada pela aspereza da luta anticolonial, como é o caso na Palestina, o elemento subjetivo do orgulho de si e de uma autoimagem positiva é fun- damental para a produção e reprodução da luta. Os jovens palestinos militantes, su- jeitos desta pesquisa, não só se orgulham da história milenar de seu povo, da sua rica cultura, material e imaterial, como também têm orgulho de saber que seus ancestrais lutaram contra a invasão judaica sionista europeia legando uma pedagogia do exem- plo e uma moral inabalável em defesa da Palestina histórica árabe.

A juventude que integra o movimento de resistência e libertação socioterritorial da Palestina é capaz de interpretar os desafios gerais que o movimento possui, ao mesmo tempo mostrou que é capaz de demandar espaços, práticas e teorias “novas”,

isto é, consegue ser crítica ao movimento que está inserida, no sentido de melhorá-lo, na sua potência e na sua capacidade de atingir seus objetivos. Não é, portanto, uma juventude passiva que apenas se molda ao mundo, mas que, para além da adaptação, é capaz de inserir mudanças e reivindicá-las. Essa é uma capacidade fundamental para um movimento popular de massas vivo, que se (re)inventa ao longo da luta. A juventude não só representa a ideia da sucessão geracional, mas também é a fonte no caso palestino, de uma sucessão de práxis, a exemplo disso temos as Intifadas, uso das redes sociais etc.

Nenhum movimento anticolonialista e de libertação socioterritorial pode na História dar-se ao luxo de não imaginar a luta em longo prazo. A resistência socioterritorial é uma chave fundamental para a abertura de um novo futuro. Buscamos argumentar nesta pesquisa que, os jovens são capazes de vocalizar suas aspirações e seus desejos, assim como suas críticas ao movimento que deve estar atento e saber respondê-las adequadamente, para permitir que a luta se propague e supere da melhor forma possível os confrontos geracionais. Esses últimos não podem ser vistos como algo ruim, negativo, insignificante, gerador de indiferenças, pois são também possíveis renovadores do movimento geral, quando adequadamente respondidos.

Para a geografia é impossível o ser humano estar completamente destituído territorialmente, isto é, todo o ser humano está inserido no espaço e todo o espaço humano possui dimensões e relações de poder. A questão que se levanta, portanto, não é a de um homem ou um povo completamente sem espaço, algo fisicamente impossível, até mesmo o território mínimo imaginável do nosso próprio corpo (HAESBAERT, 2021) é uma dimensão espacial, mas, sim, sobre o tipo de re-territorialização a que está inserido. Abrindo, inclusive, a possibilidade de novas pesquisas e estudos sobre aqueles territorialmente precarizados em campos de refugiados, internos ao antigo território da Palestina ou externos a esse em países árabes circunvizinhos; aqueles sobre condições provisórias de tendas da ONU, quando suas casas são destruídas por bombardeios, implosões ou tratores do exército israelense; em condições extremas de incertezas e fragilidades como os palestinos refugiados, no Iraque e na Síria, sob desmantelamento de seus antigos campos de refugiados pelas “guerras” impostas a esses países; aqueles inseridos em territórios confinados como os imensos guetos que se formam na Cisjordânia, pelas interligações entre colônias de assalto formando estruturas compartimentadas similares pequenos bantustões do apartheid sul-africano, muros, cercas que isolam vilarejos, portões de acessos às estradas desses vilarejos e muros que impedem a passagem, como na Faixa de Ghaza; a exclusão territorial completa de áreas ditas de “segurança militar” que impedem a mobilidade

das populações nômades árabes e da expressão cultural milenar desse povo, como exemplo do que acontece no deserto de al Naqab ou na perspectiva de superação positiva dessas condições:

Definitivamente, assim, não é pela reclusão forçada das populações em espaços inseguros e degradados ou pela exclusão radical de territórios ao usufruto social que iremos criar as condições de uma reterritorialização — e de uma sociedade — ecologicamente “sustentável” (com toda a polêmica que envolve o termo), mais “segura”, justa e solidária. Esta só pode se dar, como afirmava Lefebvre, pela restituição de nossos espaços de pleno usufruto, material e simbólico, territórios sobre os quais, ao mesmo tempo, exercemos nosso controle (sempre relativo), deles usufruímos (pela partilha ponderada de seus recursos) e com eles nos identificamos (pelo convívio com a pluralidade de nossos “diferentes”). (Haesbaert, 2014, p.206)

Paz é antes de qualquer coisa uma filha da justiça e da dignidade, o que inclui o direito do povo palestino de viver e usufruir livremente – sem as garras neocolonizadoras – de seu próprio território milenar. Justiça e dignidade, até aqui, nunca foram elementos da vontade política do neocolonizador judeu sionista para com os palestinos, nem tampouco do mediador parcial representado pelos EUA nesses acordos. A relação Israel-EUA também abre a possibilidade de novos estudos e pesquisa em geopolítica na perspectiva de demonstrar as novas tendências de evolução dessa aliança.

A juventude palestina está inserida em diferentes contextos concretos devido aos compartimentos do projeto neocolonizador gerador de hipersegmentação espacial, desterritorialização e re-territorização precária, pelas diásporas, mas também por sua própria constituição em classes sociais distintas, pelas diferenças religiosas, de gênero, etc. No seu conjunto as expressões políticas da juventude, em geral, vão desde a indiferença à causa palestina, vista em palestinos e seus descendentes nas diásporas que estão bem assentados em seus novos países até o engajamento profundo dos palestinos mais vitimados diariamente pela colonização, entre os quais os campos de refugiados internos da Palestina, como caso de Jenin, no enfrentamento de novas colônias de assalto, como de Nablus, na defesa de Sagrada Mesquita de al Aqsa são exemplos disso no primeiro semestre de 2023.

Assim, uma juventude engajada na política corresponde a uma parte do todo da juventude, entretanto é essa a parte essencial para o presente e futuro do movimento de resistência e libertação palestino. Nossa pesquisa confirma a importância da existência e resistência de uma juventude militante.

Esse trabalho buscou ressaltar que, para o colonizador: dividir, hiperfragmentar, hipersegmentar, hiperatomizar é conquistar e dominar, superar as diferenças internas em torno de práxis coerentes de luta é um exercício muito mais penoso e cabe ao

movimento de resistência e libertação fazê-lo. Historicamente é reconhecida que frações políticas palestinas sempre tiveram atritos, discordâncias, dissidências, todavia a habilidade política de unificá-las em torno da luta sempre fez com que a unidade fosse o pilar importante e desejável (ao menos discursivamente).

É preciso, também, lembrar que muitas das organizações palestinas são filhas historicamente do movimento nacionalista árabe (também do islã político), esse sempre teve como uma de suas características fundamentais a ideia de um inimigo externo (Imperialismo e Israel) e a necessidade de unidade dos árabes para derrotá-lo (SAID, 2011). O movimento nacionalista nunca gostou de olhar para dentro das sociedades árabes, por isso sua dificuldade de reprodução histórica, visto que segmentos dessas sociedades árabes, incluso a Palestina, se articulavam com o império e com Israel em movimentos contrários à unidade dos árabes em combate ao imperialismo/ Israel.

Os palestinos bem sabem de suas diferenças internas, mas precisam urgentemente encarar as consequências políticas da posição social de determinadas classes e segmentos de classes, que no fundo sustentam uma política de normalização com Israel, ou seja, a unidade tem de ser entorno da luta libertação. Para isso a luta interna da sociedade palestina e a externa contra o projeto colonizador urge necessariamente tornar-se uma única luta – aqui abre a possibilidades de novos estudos sobre temática.

Nosso estudo permitiu evidenciar que o neocolonialismo tardio judaico sionista se reinventou após o estreitamento de laços com EUA e aperfeiçoou as ferramentas de controle e domínio pela violência, adicionou tecnologias modernas ao processo, criou um fenômeno novo tanto quantitativamente quanto qualitativamente, uma hipersegmentação e hiperfragmentação do colonizado, aliada a uma forte pressão pela hiperatomização política do movimento anticolonial.

Os palestinos, em resposta, devem defender a unidade. Mas aquela entre os que realmente querem e lutam pela libertação da Palestina do jugo neocolonial. Para aqueles que defendem a descolonização vale recordar as palavras do intelectual marxista árabe Samir Amim (2020, p.88): “Hoje, aceitar a implementação do projeto israelense em andamento é ratificar a abolição do direito primordial dos povos: o direito de existir. Esse é o crime supremo contra a humanidade” .

6. Bibliografia

ADDAMEER - Prisoner Support and Human Rights Association. **Statistics, 19-09-2023**. Disponível em: <https://www.addameer.org/statistics>. Acesso em 02/10/2023.

AL JAZEERA. **Palestine and Israel: Mapping an annexation**. www.aljazeera.com, 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em 05/10/2023.

AMIN, Samir. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavra Palavra, 2021.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história: ensaios políticos**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

AMIN, Samir. **Global history: a view from the South**. Oxford: Fahamu / Pam-bazuka, 2010.

AMIN, Samir. **The reawakening of the Arab world: challenge and change in the aftermath of the Arab Spring**. New York: NYU Press, 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Israel's Apartheid Against Palestinians - cruel system of domination and crime against humanity**. London: 2022. Disponível em https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/israel-s-apartheid-against-palestinians-cruel-system?gclid=Cj0KCQjwz6ShBhCMARIsAH9A0qUEKq42IUtZiM9P6R-U9GIAEfVSk-pnwAM3hw0jPsXE04_-aNraRP4aAg-tBEALw_wcB . Acesso em 05/03/2023.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Automated Apartheid**. London, 2023. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/6701/2023/en/> Acesso em 15/08/2023.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Autoridades israelenses estão usando tecnologia de reconhecimento facial para reforçar o Apartheid**. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/israel-tpo-autoridades-israelitas-estao-a-usar-tecnologia-de-reconhecimento-facial-para-reforcar-apartheid/> . Acesso em 12/08/2023.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Israel's Apartheid Against Palestinians: Cruel System of Domination and Crime Against Humanity**. London, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en/> . Acesso em 09/07/2023.

ARBEX JUNIOR, José. **Terror e esperança na Palestina**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

ARBEX JUNIOR, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. In. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.81, junho 2008.

AWAN, Akil N. Architects of Failure: 100 Years of Sykes-Picot. **History Today**, 2016.

B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. **Presumed Guilty: Remand in Custody by Military Courts in the West Bank - 2015**. Disponível em https://www.btselem.org/download/201506_presumed_guilty_eng.pdf . Acesso em 14/08/2023.

B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. **Israel's policy of water deprivation in the West Bank**. www.btselem.org, 2023. Disponível em https://www.btselem.org/sites/default/files/publications/202305_parched_eng.pdf . Acesso em 14/08/2023.

BARGHOUTI, Mourid. **Eu vi Ramallah: memórias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

BARGHOUTI, Tamim. **The umma and the dawla: the nation-state and the Arab Middle East**. London: Pluto Press, 2008.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BOYCOTT DIVESTMENT AND SANCTIONS. **Israeli Militarism in Latin America - 2018**. Disponível em <<https://www.stopthewall.org/sites/default/files/Israeli-Militarism-in-Latin-America.pdf>> . Acesso em 15/09/2023.

BRASIL, Mapa Do Ensino Superior No. **Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior - SEMESP**. 2016.

BRASIL, Mapa Do Ensino Superior No. **Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior – SEMESP**. 12ª Edição. São Paulo, 2022.

BUZETTO, Marcelo. **A questão palestina: guerra, política e relações internacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARUSO, Raul; GAVRILOVA, Evelina. Youth unemployment, terrorism and political violence, evidence from the Israeli/Palestinian conflict. **Peace economics, peace science and public policy**, v. 18, n. 2, 2012.

CENTRAL BUREAU OF STATISTICS PALESTINIAN. **Migration Atlas 2020**. Disponível em: <https://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book2522.pdf> . Acesso em 05/10/2022.

CENTRAL BUREAU OF STATISTICS PALESTINIAN. **Palestine in Figures 2021**. Ramallah - Palestine. Disponível em: <https://pcbs.gov.ps/Downloads/book2604.pdf> . Acesso em 01/02/2023.

CENTRAL BUREAU OF STATISTICS PALESTINIAN. **Palestine in Figures 2022**. Ramallah - Palestine. Disponível em: <https://pcbs.gov.ps/Downloads/book2654.pdf>. Acesso em 01/08/2023.

CENTRAL BUREAU OF STATISTICS PALESTINIAN. **Palestinians at the End of 2020**. Ramallah - Palestine. Disponível em: <http://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book2546.pdf>. Acesso em 05/05/2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHRISTOPHERSEN, Mona; HØIGILT, Jacob; TILTNES, Åge. Palestinian youth and the Arab Spring. **Oslo: Fafo/NOREF – 2012**. Disponível em <http://www.peace-building.no/eng/Regions/Middle-East-and-North-Africa/Israel-Palestine/Publications/Palestinian-youthand-the-Arab-Spring> . Acesso em 05/05/2023.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. In. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, pp. 143-159, 1998.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **U.S. Foreign Aid to Israel - Updated March 1, 2023**. Disponível em <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33222> . Acesso em 6/10/2023.

DOS SANTOS, Fernando Sergio Dumas. O processo de transfiguração étnica dos índios brasileiros e o fortalecimento dos movimentos indígenas nas últimas décadas do século XX (the Latin America ethnicity: a watching from the revolutionary Darcy Ribeiro's position). **Revista del CESLA**, n. 10, p. 119-138, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, 2010.

EUROPEAN UNION - Office of the European Union Representative in West Bank and Gaza Strip. **Report on Israeli settlements in the occupied West Bank, including East Jerusalem Reporting period - January - December 2022**. Publicado em 15 de maio de 2023. Disponível em <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2023/One-Year%20Report%20on%20Israeli%20Settlements%20in%20the%20occupied%20West%20Bank%2C%20including%20East%20Jerusalem%20%28Reporting%20period%20January%20-%20December%202022%29.pdf>. Acesso em 02/10/2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Racismo e cultura**. Brasil: Editora Terra sem Amos, 2021.

FARSAKH, Leila. Palestinian economic development: Paradigm shifts since the first Intifada. **Journal of Palestine Studies**, v. 45, n. 2, p. 55-71, 2016.

FARSAKH, Leila. What future for Palestine: independence or bantustans. **The Discourse of Sociological Practice**, v. 7, n. 1-2, p. 47-60, 2005.

FAYAD, Yasser (org.). **Ghassan Kanafani - anticolonialismo e alternativa socialista na Palestina**. Florianópolis: Fedayin, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, jan/jun, 2005.

FERRARI, Maristela. **As noções de fronteira em Geografia**. Revista Perspectiva Geográfica, v. 9, n. 10, 2014.

FRESU, Gianni. **O transformismo permanente: Gramsci e a crítica do fetichismo histórico e da mitologia nacional**. Revista Novos Rumos, v. 2, n. 53, p. 1-14, 2018.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GIORDANI, Mário Curtis. **História do mundo árabe medieval**. São Paulo: Editora Vozes, 1976.

GROPPO, Luiz Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, Luiz Antônio; SILVEIRA, Isabela Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. In. **Revista Argumentum**. Vitória, v.12, n.1, p. 7-21, jan/abr, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: Heidrich, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016.

HILAL, Jamil. Palestinian answers in the Arab Spring. al-Shabaka WEB. 2011. Disponível em <http://al-shabaka.org/policy-brief/politics/palestinian-answers-arab-spring>. Acesso em 23/06/2023.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

IBN KHALDUN. **Os Prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina B. Khoury. São Paulo: Comercial Safady, 3 vols, 1958.

IRWIN, Robert. The new Cambridge history of Islam / 4 - Islamic cultures and societies to the end of the eighteenth century/ed. by Robert Irwin. **The new Cambridge history of Islam**, 2010.

ISMAEL, Tareq Y. **The communist movement in the Arab World**. Routledge, 2004.

JARADAT, Ahmad. **Hebron - a cidade impossível**. Florianópolis: Fedayin, 2021.

KANAFANI, Ghassan. **A Revolta de 1936-1939 na Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2015.

KAZZIHA, Walid. **Revolutionary transformation in the Arab world: Habash and his comrades from nationalism to Marxism**. New York: St. Martin's press, 1975.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 2010.

KHALIDI, Rashid. **The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood**. Oxford: Oneworld Publication, 2006.

KHALIDI, Rashid. **Sowing Crisis: The Cold War and American Dominance in the Middle East**. Beacon Press, 2009.

KHALIDI, Rashid. **The hundred years' war on Palestine: A history of settler colonialism and resistance, 1917–2017**. Metropolitan Books, 2020.

KHALIDI, Rashid. **Under siege: PLO decisionmaking during the 1982 war**. Columbia University Press, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª reimpressão no Brasil, 2011.

LEAGUE OF NATIONS COUNCIL. **Text of Mandate [for Palestine]: note / by the Secretary-General**. 1922. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/829707>. Acesso em 4/05/2023.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015a.

LOSURDO, Domenico. **Marx e o balanço histórico do século 20**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015b.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. São Paulo : Boitempo, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACHSOM WATCH - Women Against The Occupation And For Human Rights. **Israel's Takeover of Palestinian Sacred and Heritage Sites in the West Bank Forty Heritage Sites and the Occupation Practices of Dispossession and Appropriation - 2020**. Disponível em https://machsomwatch.org/sites/default/files/makamim2020_eng.pdf. Acesso em 02/07/2023.

MACHSOM WATCH – Women Against The Occupation And For Human Rights. **Checkpoints and Barriers blocking the life - 2017**. Disponível em <https://machsomwatch.org/en/content/checkpoints-and-barriers> . Acesso em 23/06/2023.

MACKINTOSH-SMITH, Tim. **Árabes – Uma História de 3000 Anos de Povos, Tribos e Impérios**. Lisboa: Edições 70, 2022.

MANDEL, Ernest; CASTRO, A. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora movimento, 1978.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Mannheim**. Col. Os grandes Cientistas Sociais, n. 25. São Paulo: Ática, 1982.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir I. **Manifesto Comunista/Teses de abril**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MASALHA, Nur. **Expulsão dos palestinos – conceito de transferência no pensamento político sionista 1882-1948**. São Paulo: Sundermann, 2021.

MASALHA, Nur. **Palestina: quatro mil anos de História**. São Paulo: Monitor do Oriente, 2023.

MASALHA, Nur. **Imperial Israel and the Palestinians: the politics of expansion**. London: Pluto Press, 2000.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: Santos, Boaventura de Souza. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

MISLEH, Soraya. **Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina**. São Paulo: Sundermann, 2017.

MOHAMMED, Yasmin. **O nacionalismo árabe e o partido Baath: uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar Al-Assad (2000-2010)**. 2016. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/147453>. Acesso em 4/2/2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, Apr. 2006.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual: discursiva**. Editora Unijuí, 2016.

OMAR, Abdullah. **Dia da terra**. São Paulo: Editora MEMO, 2022.

PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH. Public Opinion Poll No (88) – June 2023. Disponível em <https://pcpsr.org/sites/default/files/Poll%2088%20English%20full%20text%20June%202023.pdf> . Acesso 16/07/2023.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Outros horizontes para a geografia pela vida, pela dignidade e pelo território**. In: CATTANEO, D.; CÂMARA, M.; SILVEIRA, R. Geografias das R-existências. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, P 19-38, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIJKE, Alexandra; VAN TEEFFELLEN, Toine. To exist is to resist: Sumud, heroism, and the everyday. **Jerusalem Quarterly**, n. 59, p. 86, 2014.

ROBINSON, Chase F. The new Cambridge history of Islam/1 The formation of the Islamic world, sixth to eleventh centuries/ed. by Chase F. Robinson. **The new Cambridge history of Islam**, 2012.

ROBINSON, Francis. The new Cambridge history of Islam/5 The Islamic world in the age of western dominance/ed. by Francis Robinson. **The new Cambridge history of Islam**, 2010.

RUSSO, Guilherme Morgensztern. Palestina partida: os bantustões de Israel-um estudo comparativo entre as normas institucionais de segregação nos territórios palestinos e na África do Sul do Apartheid. **Malala**, v. 5, n. 7, p. 89-110, 2017.

SACCO, Joe. **Reportagens**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2016.

SACCO, Joe. **Palestina: na faixa de Ghaza**. São Paulo: Conrad do Brasil, 2003.

SADER, Emir. [Orelha do livro]. In Fayad, Yasser Jamil. **Amálgama de luta e beleza** – somos todos palestinos. Florianópolis: Fedayin, 2018.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHARIF, Bassam Abu. **Arafat and the dream of Palestine: an insider's account**. New York: St. Martin's Press, 2009.

TENÓRIO, Sayid Marcos. **Do mito da terra prometida a terra da resistência**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.

THE HIGHER EDUCATION SYSTEM IN PALESTINE. **National Report - 2016**. Disponível em: http://www.reconow.eu/files/fileusers/5140_National-Report-Palestine-RecoNOW.pdf . Acesso em 01/02/2023.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. In. **Revista Pro-posições**. V. 29. N.1 (86), jan/dez, 2018.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Anais... Belo Horizonte: AGB (2012): 1-10

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES (UNRWA). **Unrwa In Action - 2023**. Disponível em https://www.unrwa.org/sites/default/files/2023_unrwa_in_action.pdf. Acesso em 03/08/2023.

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES (UNRWA). **West bank atlas 2021**. www.unrwa.org, 2022. Disponível em: <https://www.unrwa.org/sites/default/files/west_bank_-atlas_2021_for_external_use_a4.pdf . > . Acesso em: 01/07/2023.

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES (UNRWA). **Where Do Palestine Refugees Live?** www.unrwa.org, 2023. Disponível em: <<https://www.unrwa.org/palestine-refugees>> . Acesso em: 01/07/2023.

VICENTINO, Cláudio. **Olhares da história: Brasil e mundo**. São Paulo: Scipione, 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A revolução vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. Editora Unesp, 2016.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

YUROW, Marshall. “**Evolving Relationships: Nicaragua, Israel, and the Palestinians**.” Latin American Perspectives 46, no. 3 (2019): 149–63. <https://www.jstor.org/stable/48595314>.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Atuações e percepções da juventude no movimento socioterritorial pela libertação da Palestina”. Desenvolvida e coordenada pelo discente Yasser Jamil Fayad, sob orientação do Prof. Dr. Willian Simões, do curso de mestrado em Geografia, Campus Chapecó, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O objetivo central da pesquisa é compreender os papéis, atuações, perceptivas, balanços e percepções da juventude palestina no movimento socioterritorial pela libertação da Palestina, tendo como marco temporal os Acordos de Oslo I (1993) até os dias atuais. Consideramos que esta pesquisa é importante, pois seus resultados podem contribuir com dados, informações e aportes sobre o presente e mesmo futuro do movimento de libertação socioterritorial da Palestina, ajudando a entender a dinâmica de movimentos da juventude inseridas em lutas de libertação nacional anticolonialistas. Também poderá servir de aporte científico a outras pesquisas nesta área, abrindo relações importantes entre as dinâmicas territoriais, organizações, conteúdos políticos, formas de luta,... dos movimentos de juventude no Brasil em relação aos da Palestina.

O convite à sua participação se deve ao fato de estar em movimento de juventude, em especial ao estudantil, ligado à luta de libertação nacional Palestina. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado pessoal que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Os interessados receberão ao término do mestrado a dissertação original se assim o quiserem por e-mail.

A sua participação consistirá em encontro virtual pela plataforma streamyard de domínio privado do pesquisador. As entrevistas serão conduzidas pelo pesquisador com a presença do tradutor e o entrevistado (você), sendo pautadas pelo questionário semiestruturado enviado de antemão ao entrevistado nos idiomas inglês, mesmo idioma usado nesse Termo de Consentimento Livre e Orientado. A previsão é que tenhamos 1 encontro de duração aproximada de 2 horas, que serão agendados conjuntamente com os participantes por correspondência eletrônica. A conversa será gravada somente com a sua autorização, visando registro, tradução e transcrição da mesma. Assinale a seguir, conforme sua autorização:

☐ Autorizo gravação ☐ Não autorizo gravação

A entrevista será filmada somente para a avaliação das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

[] Autorizo filmagem [] Não autorizo filmagem

Os relatos serão transcritos e armazenados em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a equipe de pesquisa. Ao final, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, sob responsabilidade do pesquisador por um período de cinco anos. Sendo, posteriormente, a esse período apagados todos os registros acima citados.

A participação na pesquisa poderá envolver riscos, sendo possível gerar constrangimento ou alterações de comportamento durante as questões; desconforto ao compartilhar informações pessoais; cansaço ou aborrecimento durante o processo de realização da entrevista.

Objetivando prevenir ou minimizar os riscos, o convite para participação na pesquisa, todo e qualquer documento ou contato será encaminhado individualmente por e-mail, evitando listas que permitam a identificação e a visualização de dados e contato (e-mail, telefone, etc.) por terceiros; quando da realização das entrevistas, se houver consentimento para gravação, será realizado download de todos os registros em dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro em plataforma virtual, ambiente compartilhado ou nuvem; sendo que esses mesmos cuidados serão estendidos para o registro desse próprio termo de consentimento livre e esclarecido que sejam digitalizados por scanner ou fotografado e reenviado por e-mail; o pesquisador garante ao participante total liberdade de manifestar-se ou não durante os diálogos realizados, caso diante de perguntas que possam gerar desconforto, ou quando este julgar a informação muito pessoal mantém o direito de não manifestar-se. E se a qualquer momento o participante sentir-se incomodado, constrangido ou aborrecido, poderá deixar de participar da pesquisa sem ter que apresentar qualquer justificativa. Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Durante todos os momentos da pesquisa que envolvam contatos físicos próximos seguiremos, rigorosamente, os protocolos de prevenção da Covid-19 orientados pelas autoridades sanitárias competentes e sob a orientação direta de um médico infectologista (o próprio pesquisador).

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador assinada, fotografada ou digitalizada por scanner e reenviada por e-mail. Orientamos, enfaticamente, ao participante que guarde sua cópia desse documento como forma de proteção individual. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 52722521.4.0000.5564

Número do parecer de aprovação no CEP/UFS: 5.155.358

Data de aprovação: 09 de Dezembro de 2021

Chapecó, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: (49) 9 9938-4798

e-mail: fayad.yasser@gmail.com

Endereço para correspondência: Rua Sete de Setembro, nº 72. Centro. Palmitos-SC. Cep. 89.887-000. Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (049) - 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899. Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

PROJETO DE PESQUISA

Pesquisador: Yasser Jamil Fayad sob a orientação do Prof. Dr. Willian Simões, Curso de Mestrado em Geografia – UFFS, Campus Chapecó.

Entrevista semiestruturada

Para a identificação interna da pesquisa

Nome do entrevistado:

Idade:

Sexo:

Residência:

Escolaridade:

Universidade onde estuda (caso pertença ao movimento estudantil):

Movimento que milita:

Local de fala:

1- Descreva brevemente sua história de militância política, quais espaços/ movimentos/ partidos / organizações integra e/ou integrou.

Tema geral: Palestina e colonização sionista

2- Qual o significado do colonialismo sionista para a Palestina?

3- Como você percebe/avalia essa fase da luta de libertação da Palestina conhecida como “Acordos de paz”, que tem nos acordos de Oslo I (1993) seu referencial temporal aos dias atuais?

4- Quais os desafios que você considera mais importantes para o movimento de libertação socioterritorial da Palestina como um todo?

5- Como você avalia o papel da Autoridade Nacional Palestina desde sua criação, em 1994, aos dias atuais?

Tema específico: Juventude e movimento de libertação nacional

6- Como você avalia a participação da juventude, de maneira geral, nas várias frentes da luta de libertação seja cultural, política, sindical etc. Qual é a importância da participação da juventude palestina na política e sua contribuição?

7- Quais são as demandas específicas da juventude Palestina dentro do movimento de libertação socioterritorial da Palestina e quais os desafios que você considera mais importantes para a juventude palestina na luta?

8- Como avalia organizações históricas como a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e os partidos políticos (Fatah, Hamas, Frente Popular de Libertação da Palestina, Frente Democrática de Libertação da Palestina, Jihad islâmica e outros) na capacidade atrair a juventude palestina para luta? Os espaços destinados a juventude nessas organizações são satisfatórios?

9- Descreva a forma de organização/ atividades e ações que os jovens na sua organização realizam.

10- Existem demandas “específicas” dentro da juventude para as mulheres jovens (questão de gênero) ou beduínos (cultural) ou outras na sua organização?

11- Quando olhamos para os jovens palestinos vivendo como cidadãos de Israel ou nos territórios ocupados ou em campos de refugiados internos e externos a Palestina, existe algo que os unifica?

12- Você gostaria de receber a dissertação original ao fim do mestrado por e-mail?